

# ENSAIOS EM PROJETO DO AMBIENTE CONSTRUÍDO

---

## ESSAYS ON THE DESIGN OF THE BUILT ENVIRONMENT

Edited by  
ANTONIO COLCHETE FILHO  
FREDERICO BRAIDA  
KLAUS CHAVES ALBERTO  
JOSÉ GUSTAVO FRANCIS ABDALLA  
MARIANE GARCIA UNANUE  
Organizadores

# Ensaaios em projeto do ambiente construído

**Organizadores:**

*Antonio Colchete Filho*

*Frederico Braidá*

*Klaus Chaves Alberto*

*José Gustavo Francis Abdalla*

*Mariane Garcia Unanue*

**Revisão da língua inglesa:**

*Mariane Garcia Unanue*

**Capa:**

*Mariane Garcia Unanue*

*Juiz de Fora*  
*Editora UFJF*  
2023



©Editora UFJF, 2023

Este livro ou parte dele não pode ser reproduzido por qualquer meio sem  
autorização expressa da editora.

O conteúdo desta obra, além de autorizações relacionadas à permissão de uso  
de imagens ou textos de outro(s) autor(es) são de inteira responsabilidade do(s)  
autor(es) e/ou organizador(es)



**UNIVERSIDADE FEDERAL  
DE JUIZ DE FORA**

**Reitor**

Marcus Vinicius David

**Vice-Reitoria**

Girlene Alves da Silva



**Diretor da Editora UFJF**

Ricardo Bezerra Cavalcante

**Conselho Editorial**

Jorge Carlos Felz Ferreira (Presidente)

Charlene Martins Miotti

Elson Magalhães Toledo

Emerson José Sena da Silveira

Jair Adriano Kopke de Aguiar

Maria Lúcia Duriguetto

Rafael Alves Bonfim de Queiroz

Rodrigo Alves Dias

Taís de Souza Barbosa

Ensaaios em projeto do ambiente construído = Essays on the  
Design of the Built Environment / Organizadores Antonio  
Colchete Filho, Frederico Braidá, Klaus Chaves Alberto, José  
Gustavo Francis Abdalla, Mariane Garcia Unanue. – Juiz de  
Fora, MG: Editora UFJF, 2023.

Dados eletrônicos (1 arquivo: 5,12 mb)

285 p.

Edição bilíngue

ISBN: 978-65-89512-97-4

1. Ambiente construído. 2. Arquitetura. 2. Urbanismo. I.  
Colchete Filho, Antonio. II. Braidá, Frederico. III. Alberto, Klaus  
Chaves. IV. Abdalla, José Gustavo Francis. V. Unanue, Mariane  
Garcia. VI. Título em inglês.

CDU: 72

**Editora UFJF**

Campus Universitário, Rua José Lourenço Kelmer, s/n

São Pedro, Juiz de Fora - MG, CEP: 36036-900

Telefone (32) 2102-3586

editora@ufjf.edu.br / distribuicao.editora@ufjf.edu.br

www.ufjf.br/editora

**Filiada à ABEU**



Associação Brasileira  
das Editoras Universitárias

# Agradecimentos

Agradecemos, mais uma vez, a todos os professores e alunos da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Juiz de Fora (FAU/UFJF), em especial, aos integrantes do Núcleo de Pesquisa Ágora, que sempre tanto colaboram para o avanço dos nossos estudos e pesquisas.

Aos colegas de diversas instituições universitárias e de pesquisa com quem mantemos parceria ao longo de muito tempo, tanto no Brasil, como no exterior, que nesta publicação têm importância renovada, pela possibilidade de publicação em conjunto.

A Carina Folena Cardoso, Ana Luíza Bianchi, Lívia França e SRI, pelas traduções e revisões feitas da Língua Inglesa.

Ao Programa de Pós-Graduação em Ambiente Construído (PROAC/UFJF), pelo apoio às iniciativas de pesquisa e às agências de fomento brasileiras que apoiam e estimulam a produção científica e intelectual: a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG).

*As características fundamentais da cidade contemporânea talvez sejam iniludíveis. Em relação a elas, podemos manifestar toda a espécie de juízo, mas não podemos esquecer que essas características têm suas raízes e fundamentos em mitos, sistemas de valores e comportamentos individuais, em práticas coletivas, em técnicas construtivas, em consumos e culturas que dificilmente podemos pensar em modificar a médio prazo.*

*Bernardo Secchi*

# Sumário

PREFÁCIO: AMBIENTE E ARQUITETURA ENTRELAÇAM-SE .....	12
REFERÊNCIAS.....	15
<b>1. O PROJETO DO AMBIENTE CONSTRUÍDO EM UMA PERSPECTIVA DIVERSA: UMA</b>	
<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>16</b>
<i>Antonio Colchete Filho, Frederico Braidá, Klaus Chaves Alberto, José Gustavo Francis Abdalla, Mariane Garcia Unanue</i>	
<b>2. MOBILIÁRIO URBANO E ARTE PÚBLICA EM PROJETOS URBANOS: RIO DE JANEIRO</b>	
<b>(1996-2016) .....</b>	<b>22</b>
<i>Juliana Varejão Giese, Carina Folea Cardoso, Lucia Maria Sá Antunes Costa, Lilian Fessler Vaz, Antonio Colchete Filho</i>	
2.1 INTRODUÇÃO.....	22
2.2 MOBILIÁRIO URBANO, ARTE PÚBLICA E CIDADE .....	24
2.3 O PROGRAMA RIO CIDADE .....	28
2.4 A OPERAÇÃO URBANA CONSORCIADA PORTO MARAVILHA .....	32
2.5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	36
REFERÊNCIAS.....	39
<b>3. O LÚDICO E O EFÊMERO NA INTERVENÇÃO URBANA .....</b>	<b>42</b>
<i>Isabela de Mattos Ferreira, Vera Lúcia Moreira dos Santos Nojima, Frederico Braidá</i>	
3.1 INTRODUÇÃO.....	42
3.2 CIDADANIA E O DIREITO À CIDADE .....	43
3.3 O LUGAR DA INTERVENÇÃO .....	46
3.4 AS INTERVENÇÕES EFÊMERAS .....	48
3.5 O LÚDICO NA INTERVENÇÃO .....	52
3.6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	56
REFERÊNCIAS.....	57
<b>4. INTERSECÇÕES ENTRE URBANISMO E SAÚDE: CAMINHABILIDADE E ATIVIDADE FÍSICA</b>	<b>60</b>
<i>Daniela Pereira Almeida, Larissa Loures Mendes e Klaus Chaves Alberto</i>	
4.1 INTRODUÇÃO.....	60
4.2 SAÚDE URBANA.....	61
4.3 ESTUDO DO AMBIENTE CONSTRUÍDO E ATIVIDADE FÍSICA .....	66
4.4 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	73
REFERÊNCIAS.....	74

5. IDENTIDADE E TERRITÓRIO SOB A ÓTICA DO PACIENTE PEDIÁTRICO: UMA APLICAÇÃO DO POEMA DOS DESEJOS .....	77
<i>Juliana Simili de Oliveira, Ethel Pinheiro e José Gustavo Francis Abdalla</i>	
5.1 INTRODUÇÃO.....	77
5.2 IDENTIDADE E TERRITÓRIO EM ARQUITETURA .....	78
5.3 ESTUDO DE CASO: ENFERMARIA PEDIÁTRICA DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE JUIZ DE FORA (SCM-JF).....	81
5.4 METODOLOGIA .....	82
5.5 PERFIL DOS PACIENTES QUE PARTICIPARAM DA PESQUISA.....	83
5.6 TABULAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS OBTIDOS .....	83
5.7 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	86
AGRADECIMENTOS.....	86
REFERÊNCIAS .....	87
6. DUAS PRAÇAS DE LONDRES E A TEORIA DO BURACO BEGE: COMO ARQUITETOS PAISAGISTAS CRIATIVOS E PRUDENTES PODEM ESTAR PRESOS NA ARMADILHA DA PRODUÇÃO DE NÃO-LUGARES ATRAVÉS DE EMPREENDIMENTOS .....	88
<i>Tim Waterman</i>	
6.1 INTRODUÇÃO.....	88
6.2 FITZROVIA.....	90
6.3 OS BURACOS BEGES DA MODERNIZAÇÃO .....	92
6.4 O FITZROY PLACE .....	94
6.5 A RATHBONE SQUARE .....	96
6.6 CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	98
REFERÊNCIAS.....	99
7. A EUROPEIZAÇÃO DO ESPAÇO LIVRE PÚBLICO URBANO NA CHINA .....	100
<i>Ying Li</i>	
7.1 INTRODUÇÃO.....	100
7.2 PROJETO E PLANEJAMENTO DE ESPAÇOS LIVRES PÚBLICOS URBANOS LIVRES EM CIDADES CHINESAS.....	100
7.3 2000 A.C. – 1000 A.C.: MARGENS DE RIOS .....	101
7.4 1000 A.C. – 500 A.C.: MURALHAS E RUAS.....	102
7.5 500 A.C. - 400: ESPAÇO DO MERCADO.....	103
7.6 400 - 1200: ESPAÇO DO CANAL.....	103
7.7 1200 - 1925: ESPAÇO DO LAGO .....	104
7.8 APÓS 1960: PRAÇA PÚBLICA URBANA.....	105
7.9 A HISTÓRIA DO ESPAÇO LIVRE PÚBLICO NA EUROPA .....	105
7.10 DISCUSSÃO .....	108

7.11 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	110
REFERÊNCIAS.....	111
<b>8. A OBSOLESCÊNCIA DA VIGILÂNCIA ATIVA EM LUGARES PÚBLICOS DINÂMICOS ...</b>	<b>112</b>
<i>Mehran Madani, Leila El Zeenni e Tara Kanj</i>	
8.1 INTRODUÇÃO.....	112
8.2 VIGILÂNCIA ATIVA COMO UMA FORMA DE PANOPTISMO .....	113
8.3 VIGILÂNCIA ATIVA E SUA RELAÇÃO COM TAXAS DE CRIMINALIDADE .....	114
8.4 VIGILÂNCIA ATIVA E A INVASÃO DE DIREITOS DE PRIVACIDADE.....	115
8.5 VIGILÂNCIA PASSIVA: UMA SOLUÇÃO ALTERNATIVA .....	116
8.6 O PAPEL DA ARQUITETURA DA PAISAGEM URBANA NA MELHORIA DA SEGURANÇA.....	117
8.7 A TRANSFORMAÇÃO DE ESPAÇOS PÚBLICOS EM LUGARES PÚBLICOS .....	120
8.8 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	123
REFERÊNCIAS.....	124
<b>9. CAPTAR AS HABILIDADES SOCIOCULTURAIS DE APROPRIAÇÃO, REPRESENTAÇÃO E NARRAÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO URBANO EM TRANSFORMAÇÃO.....</b>	<b>126</b>
<i>Marluci Menezes e Carlos Smaniotto Costa</i>	
9.1 INTRODUÇÃO.....	126
9.2 CONTRIBUTOS E CONTRADIÇÕES DE UMA ANTROPOLOGIA DO ESPAÇO: BREVES CONSIDERAÇÕES .....	130
9.3 O POTENCIAL DE UMA ANTROPOLOGIA DO ESPAÇO PÚBLICO URBANO EM TRANSFORMAÇÃO .....	137
9.4 O ESPAÇO PÚBLICO ABERTO COMO UMA DIMENSÃO TANGÍVEL DO SOCIAL	141
9.5 CAPTAR O ESPAÇO PÚBLICO ABERTO ENQUANTO REALIDADE HÍBRIDA, AUMENTADA E MEDIADA .....	142
9.6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	145
REFERÊNCIAS.....	146
<b>SOBRE OS AUTORES .....</b>	<b>148</b>



# Summary

ACKNOWLEDGEMENTS .....	152
PREFACE: ENVIRONMENT AND ARCHITECTURE INTERTWINED .....	154
REFERENCES.....	157
1. THE DESIGN OF THE BUILT ENVIRONMENT IN A DIVERSE PERSPECTIVE: AN INTRODUCTION.....	158
<i>Antonio Colchete Filho, Frederico Braida, Klaus Chaves Alberto, José Gustavo Francis Abdalla, Mariane Garcia Unanue</i>	
2. URBAN FURNITURE AND PUBLIC ART IN URBAN DESIGN: RIO DE JANEIRO (1996-2016) .....	164
<i>Juliana Varejão Giese, Carina Folena Cardoso, Lucia Maria Sá Antunes Costa, Lilian Fessler Vaz, Antonio Colchete Filho</i>	
2.1 INTRODUCTION .....	164
2.2 URBAN FURNITURE, PUBLIC ART AND CITY .....	166
2.3 THE <i>RIO CIDADE</i> PROGRAM .....	170
2.4 THE URBAN OPERATION CONSORTIUM <i>PORTO MARAVILHA</i> .....	174
2.5 FINAL CONSIDERATIONS.....	177
REFERENCES.....	181
3. EPHEMERAL AND LUDIC IN URBAN INTERVENTIONS .....	184
<i>Isabela de Mattos Ferreira, Vera Lúcia Moreira dos Santos Nojima, Frederico Braida</i>	
3.1 INTRODUCTION .....	184
3.2 CITIZENSHIP AND THE RIGHT TO THE CITY .....	185
3.3 THE PLACE OF INTERVENTION .....	188
3.4 EPHEMERAL INTERVENTIONS .....	190
3.5 THE LUDIC IN THE INTERVENTION .....	194
3.6 FINAL CONSIDERATIONS.....	197
REFERENCES.....	199
4. INTERSECTIONS BETWEEN URBAN PLANNING AND HEALTH: WALKABILITY AND PHYSICAL ACTIVITY .....	201
<i>Daniela Pereira Almeida, Larissa Loures Mendes e Klaus Chaves Alberto</i>	
4.1 INTRODUCTION .....	201
4.2 URBAN HEALTH.....	202
4.3 BUILT ENVIRONMENT AND PHYSICAL ACTIVITY STUDIES .....	207

4.4 FINAL CONSIDERATIONS.....	214
REFERENCES.....	215
<b>5. IDENTITY AND TERRITORY BY THE PEDIATRIC PATIENT’S POINT OF VIEW: AN APPLICATION OF THE WISH POEM .....</b>	<b>217</b>
<i>Juliana Simili de Oliveira, Ethel Pinheiro e José Gustavo Francis Abdalla</i>	
5.1 INTRODUCTION.....	217
5.2 IDENTITY AND TERRITORY IN ARCHITECTURE.....	218
5.3 CASE STUDY: PEDIATRIC INFIRMARY OF SANTA CASA DE MISERICÓRDIA HOSPITAL, IN JUIZ DE FORA (SCM-JF) .....	221
5.4. METHODOLOGY .....	222
5.5. PROFILE OF THE PATIENTS WHO PARTICIPATED IN THE RESEARCH.....	223
5.6. TABULARIZATION AND ANALYSIS OF THE RESULTS.....	223
5.7 FINAL CONSIDERATIONS.....	226
ACKNOWLEDGES .....	226
REFERENCES .....	227
<b>6. TWO LONDON SQUARES AND A THEORY OF THE BEIGE HOLE: HOW CREATIVE, THOUGHTFUL LANDSCAPE ARCHITECTS MAY BE TRAPPED IN THE MAKING OF NON-PLACES BY DEVELOPMENT PROCESSES.....</b>	<b>228</b>
<i>Tim Waterman</i>	
6.1 INTRODUCTION.....	228
6.2 FITZROVIA.....	230
6.3 THE BEIGE HOLES OF MODERNIZATION .....	232
6.4 FITZROY PLACE.....	233
6.5 RATHBONE SQUARE .....	235
6.6 FINAL CONSIDERATIONS.....	237
REFERENCES.....	238
<b>7. THE EUROPEANNESS OF CHINESE URBAN PUBLIC OPEN SPACE.....</b>	<b>239</b>
<i>Ying Li</i>	
7.1 INTRODUCTION.....	239
7.2 DESIGN AND PLANNING OF URBAN POS IN CHINESE CITIES .....	239
7.3 2000BC - 1000BC: RIVERSIDES .....	240
7.4 1000BC - 500BC: CITY WALLS AND STREETS .....	241
7.5 500BC - 400: MARKET SPACE.....	242
7.6 400 - 1200: CANAL SPACE.....	242
7.7 1200 - 1925: LAKE SPACE.....	243
7.8 AFTER 1960: URBAN PUBLIC SQUARE.....	244
7.9 URBAN POS HISTORY IN EUROPE .....	244

7.10 DISCUSSION .....	247
7.11 FINAL CONSIDERATIONS.....	248
REFERENCES.....	249
<b>8. OBSOLETE ACTIVE SURVEILLANCE THROUGH DYNAMIC PUBLIC PLACES .....</b>	<b>250</b>
<i>Mehran Madani, Leila El Zeenni e Tara Kanj</i>	
8.1 INTRODUCTION.....	250
8.2 ACTIVE SURVEILLANCE AS A FORM OF PANOPTICISM .....	251
8.3 ACTIVE SURVEILLANCE AND ITS RELATION TO CRIME RATE .....	252
8.4 ACTIVE SURVEILLANCE AND THE INVASION OF PRIVACY RIGHTS .....	253
8.5 PASSIVE SURVEILLANCE: AN ALTERNATIVE SOLUTION.....	254
8.6 THE ROLE OF URBAN LANDSCAPE ARCHITECTURE IN ENHANCING SAFETY .....	255
8.7 THE TRANSFORMATION OF PUBLIC SPACES TO PUBLIC PLACES.....	257
8.8 FINAL CONSIDERATIONS.....	259
REFERENCES.....	260
<b>9. CAPTURING SOCIOCULTURAL SKILLS OF APPROPRIATION, REPRESENTATION AND NARRATION OF THE CHANGING URBAN PUBLIC SPACE .....</b>	<b>262</b>
<i>Marluci Menezes e Carlos Smaniotto Costa</i>	
9.1 INTRODUCTION.....	262
9.2 CONTRIBUTIONS AND CONTRADICTIONS OF A SPACE ANTHROPOLOGY: BRIEF CONSIDERATIONS .....	266
9.3 THE POTENTIAL OF AN ANTHROPOLOGY OF THE URBAN PUBLIC SPACE IN TRANSFORMATION .....	272
9.4 THE OPEN PUBLIC SPACE AS A TANGIBLE DIMENSION OF THE SOCIAL ..	276
9.5 CAPTURING THE OPEN PUBLIC SPACE AS A HYBRID, AMPLIFIED AND MEDIATED REALITY .....	277
9.6 FINAL CONSIDERATIONS.....	280
REFERENCES.....	281
<b>ABOUT THE AUTHORS .....</b>	<b>283</b>

# Prefácio: ambiente e arquitetura entrelaçam-se

*Madalena Cunha Matos<sup>1</sup>*

Refletindo sobre o que vem ocorrendo no nosso mundo nos últimos tempos, apercebo-me que a problemática do ambiente se fundiu com a da arquitetura e do urbanismo – de uma certa arquitetura e urbanismo. Após uma história diversa, uma origem bem afastada do espaço arquitetado – área de atuação dos projetistas e construtores – o ambiente caminhou a par com a nossa preocupação com o mundo edificado. Explico-me: o ambiente – *environment* – surgiu como conceito por via de perplexidades e investigações nas áreas da biologia, da química, da ecologia, da geografia – ou seja, do mundo natural. Bem longe delas, havia a região dos produtores e transformadores do espaço físico – os arquitetos e urbanistas. Nele, alguns setores, durante muito tempo, se mobilizaram, reclamaram, procuraram proteger os legados edificados de cidades e das paisagens.

Nesse mesmo mundo de agentes, mas vindos de um polo bem afastado do leque de enfoques de intervenção profissional, arquitetos e urbanistas pesquisaram formas de preservar os recursos naturais e potenciar o conforto usando as energias renováveis e os materiais recicláveis e renováveis. Aplicaram-nas em projetos e viram os seus esforços ganhar visibilidade e apreciação; *vide* Norman Foster. Até mesmo os arquitetos mais integrados na grande economia capitalista passaram a incluir e a exibir otimização ambiental em seus projetos e a explorar formas inéditas de reduzir a pegada ecológica das suas obras. Abriram um caminho que já não pode ser omitido nos grandes projetos das corporações multinacionais, nas obras de prestígio dos governos

---

<sup>1</sup> Madalena Cunha Matos é arquiteta, doutora em Planeamento Urbano e Professora Associada na Universidade de Lisboa, Portugal.

nacionais e das instituições de escala global; das suas fileiras saíram, aliás, bom número dos ungidos pelo reconhecimento – notáveis, escassos, poderosos e grandes nomes da internacional arquitetônica.

A par dessas pesquisas, assiste-se hoje a uma proliferação de trabalhos acadêmicos e profissionais sobre o patrimônio edificado; realçando a beleza de uma tipologia edilícia, de um detalhe construtivo, de um troço de cidade, de um bairro, de um material milenarmente e recorrentemente trabalhado pelo homem, pelos homens e mulheres de uma determinada região, de uma paisagem ‘completa’, incluindo vias, caminhos, trilhos, edifícios, muros, plantações, culturas materiais, culturas imateriais...

Toda essa proliferação chega a nos surpreender, pois ela vai sempre mais além no reconhecimento de uma singularidade, de um espaço anônimo, ou não, de uma beleza escondida até então; já não se trata de história da arte, já não se trata apenas de uma história da arquitetura; já se adentra este espírito de acolhimento e respeito pela história da construção, esse campo minado pela presença dos humanos na sua ignorância, vilania e ambição; mas também na entreatada, na inteligência e na audácia intelectual. Aqui o objeto da atenção é o produto concluído, mas é também o processo, a organização dos ofícios, o plano orquestrado de saberes, de capacidades, de corporações e a experimentação de novas técnicas.

O amor, o desejo de conhecer, de registrar, de documentar, de mostrar, de preservar e de valorizar estende-se a um universo de fabricações, modestas, econômicas, duras, condicionadas pela escassez de materiais, de ferramentas, de processos de cálculo, de teorias; e o nosso respeito aumenta em função dessa escassez e dessas dificuldades; e no entanto, o que foi produzido como edificação, como sistema de rega, como rede de caminhos, como artefato simbólico, comove-nos; irmana-nos com uns seres há muito sepultados, com uns seres tão estrangeiros, de outro modo destituídos de fala – porque calados, sem documentação escrita atinente – que equivalem quase a não

humanos. Essa atenção resgata-os de um silêncio e esquecimento, e de uma ingratidão geracional, que tem um paralelismo no avançar do nós para eles do mundo do ambiente físico, entre nós – os privilegiados pela natureza – e essa outra natureza de que nos separamos.

Esse ampliar de afinidades, de gosto, de respeito, que desde Henry David Thoreau (2018) até Tim Ingold (2002) vem motivando a compreensão do contínuo entre nós e a natureza não humana, move-se também no terreno dos atores do mundo construído já não nesta hora presentes, dos objetos por eles fabricados, dos edifícios que eles construíram e onde ainda vivemos passadas tantas gerações, dos espaços por eles agenciados e que sulcam de referências a nossa orientação no mundo – no mundo onde e quando nos coube viver.

O que terá motivado esse movimento de ampliação, esse reconhecimento do que em outrem, estamos nós, essa aceitação ou descoberta da interdependência dos seres e matérias do planeta? Talvez o sentimento de urgência; talvez a iminência de uma catástrofe sem precedentes, e da aproximação de um *tipping point* – ponto de virada -, de um não retorno.

Quando os recursos escassearem, ao mesmo tempo que as necessidades aumentarem, sobretudo as necessidades induzidas, estará a redenção na multidão de amantes, no sem-número de pacientes cultores da indivisibilidade do nosso mundo – do nosso, do deles, dos outros, daquilo ali, daquilo além? Estará o planeta onde habitamos (Papa Francisco, 2015) a salvo das suas próprias assimetrias, da sua desigualdade e segmentação? Estarão os humanos divididos entre os que já se projetam para além da Terra e os remanescentes? Ou teremos sido todos já vítimas de uns quantos poucos egomaniacos dispendo dos códigos nucleares? Se, entretanto, houver tempo para a continuação da vida na Terra, como trabalharemos então? Como viveremos? Em que valerá investir a pesquisa? Onde aplicaremos a nossa curiosidade?

Voltando ao início: parece razoável pensar que entre o ambientalismo e a arquitetura se cerrem as malhas; que entre o ritmo mais lento da

transformação do território, da projeção, da edificação e o ritmo mais veloz da investigação na área do ambiente se estreitem os laços; e que do minúsculo intervalo que ocupamos no Antropoceno se liguem os fios com as longuíssimas eras da escala geológica – em proveito da vida e da vida humana, em segurança e abrigada na medida do possível das explosões e ameaças com que a natureza nos brinda e com aquelas que nós de livre vontade ou inconscientemente produzimos; que entre a história ambiental (Padua, 2010) e a história do mundo construído surja um novo espaço epistemológico, que ajude a descentrar-nos da autossuficiência.

Talvez que entre a militância do ambientalismo e a militância da arquitetura e do urbanismo se cerrem fileiras e se produzam mais e mais convergências.

## Referências

Ingold, T. (2002). On the distinction between Evolution and History. *Social Evolution & History* 1(1), 5-24.

Pádua, J. A. (2010). As bases teóricas da história ambiental. *Estudos Avançados* 24(68), 81-101. Recuperado de <https://doi.org/10.1590/S0103-40142010000100009>.

Francisco. (2015, 24 de maio). *Laudato Si*: sobre o cuidado da casa comum. [Site]. [https://www.vatican.va/content/francesco/pt/encyclicals/documents/papa-francesco\\_20150524\\_enciclica-laudato-si.html](https://www.vatican.va/content/francesco/pt/encyclicals/documents/papa-francesco_20150524_enciclica-laudato-si.html)

Thoreau, H. D. (2018). *Walden*: or life in the woods. 1854. Londres: Arcturus Publishing Ltd.

# 1. O projeto do ambiente construído em uma perspectiva diversa: uma introdução

*Antonio Colchete Filho  
Frederico Braidá  
Klaus Chaves Alberto  
José Gustavo Francis Abdalla  
Mariane Garcia Unanue*

Ambiente construído é um conceito amplo e difuso; talvez essa seja uma de suas virtudes capitais. A pesquisa nessa área de fronteiras tão imprecisas permite abordagens de temas, escalas e métodos diversificados.

Neste livro, a reunião de ensaios feitos por pesquisadores de diferentes países sobre variados tópicos, com apropriações metodológicas tão diversas, reafirma o caráter múltiplo desse campo. No entanto, esta obra permite algo mais: seus capítulos configuram a possibilidade de um aprendizado mútuo, na medida em que essas abordagens heterogêneas podem contribuir para novas reflexões sobre o campo.

Este trabalho coletivo, portanto, é fruto do interesse em compartilhar experiências de investigações no campo do Ambiente Construído. Seus organizadores, professores da linha de pesquisa “Projeto do Ambiente Construído” do Programa de Pós-graduação em Ambiente Construído (PROAC) da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), agruparam textos que configuram resultados de pesquisas desenvolvidas no programa (frequentemente em parceria com outras instituições de pesquisa do Brasil), mas também capítulos de pesquisadores de diferentes países que, ao longo dos quase 10 anos do PROAC, visitaram o programa e atuaram nele apresentando reflexões, ministrando *workshops* ou



mesmo pesquisando e publicando resultados de pesquisas com seus docentes e discentes. Dessa maneira, este livro também é o resultado das afinidades intelectuais dessa linha de pesquisa.

Assim, o primeiro capítulo intitulado *Mobiliário urbano e arte pública em projetos urbanos: Rio de Janeiro (1996-2016)* representa o esforço de investigação de autores de três instituições de pesquisa brasileiras. Nesse capítulo, Juliana Varejão Giese (PROAC/UFJF), Carina Folena Cardoso (FAU/UFG), Lucia Maria Sá Antunes Costa (PROURB/UFRJ), Lilian Fessler Vaz (PROURB/UFRJ) e Antonio Colchete Filho (PROAC/UFJF) partem da ideia de como o mobiliário urbano e arte pública são significativos em projetos de intervenção no espaço público. A partir da análise de dois projetos emblemáticos para a cidade do Rio de Janeiro, o Projeto Rio Cidade, que se deu em vários corredores comerciais de bairros da cidade (1996), e a recente transformação da frente marítima portuária por ocasião do projeto Porto Maravilha (2016), destacam como a imagem da cidade e das intervenções são bastante tematizadas por meio desse variado conjunto de elementos urbanos, sejam mobiliários, esculturas e intervenções temporárias. Assim, mais do que elementos acessórios ou complementares do espaço urbano, os autores ressaltam a importância histórica e valor projetual da relação entre esses elementos, os projetos de intervenção e os resultados para o espaço público e a paisagem.

No capítulo *O lúdico e o efêmero na intervenção urbana*, os autores Isabela de Mattos Ferreira (PROAC/UFJF), Vera Lúcia Moreira dos Santos Nojima (PUC-Rio) e Frederico Braida (PROAC/UFJF) investigaram as linguagens do ambiente construído e do design que estão presentes em intervenções efêmeras e lúdicas no espaço público. Diante das premissas que tais objetos são sistemas de signo e, portanto, capazes de gerar significados, compor mensagens e construir discursos, chegou-se à hipótese de que as intervenções efêmeras e lúdicas são práticas no espaço público que se configuram como manifestações de cidadania, por intermédio dos substratos comunicacionais de resignificação oriundos de conceitos e processos do

projeto. Objetivou-se, portanto, destacar e determinar os conceitos e processos das linguagens projetuais nas intervenções efêmeras e lúdicas no espaço público e compreender os processos que promovem vivências culturais e práticas sociais.

No capítulo *Intersecções entre urbanismo e saúde: caminhabilidade e atividade física* os autores Daniela Pereira (PROAC/UFJF), Larissa Loures Mendes (UFMG) e Klaus Chaves Alberto (PROAC/UFJF) abordam as relações entre os campos da saúde urbana e do urbanismo tendo como ênfase os possíveis fatores do ambiente construído que possam influenciar a prática de atividade física pela população. É um estudo que aborda o ambiente construído como um dos diversos determinantes de saúde da comunidade. A compreensão, mesmo que introdutória, do panorama metodológico que aproxima esses dois campos é fundamental para embasar um debate crítico e facilitar interlocuções entre essas áreas. O capítulo é mais uma peça para afirmar um campo que ainda se encontra em consolidação nas formações acadêmicas, tanto nas áreas de saúde, quanto no de planejamento e do desenho urbano das cidades.

Os autores Juliana Simili de Oliveira (FAU/UFJF), Ethel Pinheiro (PRO-ARQ/FAU-UFRJ) e José Gustavo Francis Abdalla (PROAC/UFJF e FAU/UFJF), no artigo *Identidade e território sob a ótica do paciente pediátrico: uma aplicação do poema dos desejos*, destacam que a hospitalização na infância coloca a criança em um espaço de estranheza, onde se estabelecem relações ausentes do seu mundo cotidiano, com isso rompendo com seus hábitos. O texto deste capítulo busca associar a importância do ambiente construído para a relação do sujeito internado em hospitais, especificamente em áreas pediátricas, com o lugar diverso da sua lógica de vida. Analisou-se a percepção desses pacientes sobre tal espaço, por meio da ferramenta Poema dos Desejos. Discutiu-se acerca das necessidades de que tais locais incorporem elementos que remetam às noções de identidade e território do pertencimento da criança e adolescente quando da realização de projetos de arquitetura para esta finalidade. A conclusão é que os ambientes

e a arquitetura hospitalar devem contribuir para o bem-estar físico, social e psíquico (mental) dos seus usuários, onde os espaços podem contribuir para o tratamento, com respeito, dignidade e conforto para o enfrentamento da doença. Ao final, aponta-se para o desafio que está em se pensar ambientes pediátricos como lugares que espelhem significados que darão continuidade ao vivido no cotidiano.

Tim Waterman (Universidade College London) no capítulo *Duas praças de Londres e a Teoria do Buraco Bege: como arquitetos paisagistas criativos e prudentes podem estar presos na armadilha da produção de não-lugares através de empreendimentos* faz um relato crítico, em tom pessoal, sobre as desventuras da produção paisagística contemporânea. A descrição do processo e dos resultados projetuais das duas praças analisadas revelam o impasse do papel do projeto paisagístico nos empreendimentos contemporâneos. Neste texto, o autor desenvolve o conceito “buraco bege” - em uma metáfora ao buraco negro - que serve como chave de leitura dos ideais que moldam as recentes intervenções urbanas. Embora o autor explore o caso específico de duas praças londrinas, suas reflexões fornecem *insights* para a compreensão de intervenções em diferentes contextos geográficos.

Ying Li (Universidade de Gloucestershire) aborda a produção recente de espaços públicos na China no capítulo *A europeização do espaço livre público urbano na China*. Baseada em sua experiência de pesquisa comparativa sobre o planejamento, design e uso de pequenos espaços públicos na China e no Reino Unido, apresenta o contexto pouco reflexivo sobre suas próprias tradições históricas no campo do planejamento e do uso das áreas públicas. A adoção de tradições ocidentais sem uma compreensão de seus contextos históricos levou ao desenho de espaços semelhantes em toda a China. Entre outros paradoxos, a autora destaca que, apesar da alta densidade das cidades chinesas, sua intensidade de uso é menor do que para espaços equivalentes no Oeste. A partir desse contexto a pesquisadora faz sugestões para o futuro projeto e planejamento de espaços livres públicos.

No capítulo *A obsolescência da vigilância ativa em lugares públicos dinâmicos*, os autores Mehran Madani, Leila El Zeenni e Tara Kanj (todos da Universidade Americana de Beirute, Líbano) debatem como os projetistas do ambiente construído podem criar mais oportunidades de vigilância passiva sabendo estabelecer o sentido de lugar e a conexão com a comunidade. Partindo do pressuposto de que um espaço deve ser seguro para que atraia as pessoas e as incentive a não só visitá-lo, mas, também, a nele permanecerem, expõem duas principais abordagens de segurança: a vigilância ativa e passiva. A vigilância ativa é aquela que é nitidamente vista pelas pessoas, como o uso de câmeras e a presença de guardas de segurança. Já a vigilância passiva ocorre quando a observância vem de pessoas passantes ou usuários de espaços públicos, cuja intenção não é explicitamente manifesta. O artigo contrasta essas duas abordagens argumentando que a vigilância ativa está rompendo os direitos à privacidade, sendo de alto custo e ineficaz na redução das taxas de criminalidade. Por outro lado, apresenta que o projeto da paisagem urbana explorando a vigilância passiva pode diminuir a vigilância ativa por meio do reforço aos espaços públicos dinâmicos.

Finalmente, Marlucci Menezes (Laboratório Nacional de Engenharia Civil – LNEC, Lisboa, Portugal) e Carlos Smaniotto Costa (Universidade Lusófona) no capítulo *Captar as habilidades socioculturais de apropriação, representação e narração do espaço público urbano em transformação* abordam o interesse de realização de abordagens mais orientadas para captar os microprocessos sociais associados à relação entre organização sociocultural e organização do espaço público urbano, a partir de uma perspectiva antropológica. Nesta ótica, destaca-se o papel de uma observação sistemática e minuciosa das complexas interações que resultam da relação entre os múltiplos e diversificados usos dos espaços públicos urbanos, as apropriações, contra apropriações, representações do espaço e respectivas temporalidades envolvidas, considerando a sua ligação com propostas arquitetônico-urbanísticas de desenho e intervenção.

Esses ensaios, baseados em investigações feitas em diferentes contextos geográficos e que se utilizaram de abordagens metodológicas tão distintas, reforçam a diversidade do campo de pesquisa do Ambiente Construído e, também, suas perspectivas. Diante desse quadro, alguns desafios tornam-se claros. Um deles é a possibilidade da aproximação de diferentes campos disciplinares sobre um mesmo objeto de pesquisa para permitir resultados inovadores e forçar um diálogo sob mesmas bases. Outra perspectiva, talvez consequência da primeira, é a do desenvolvimento de um trabalho multicêntrico no qual, sob um mesmo desenho metodológico, os resultados permitem comparações instrutivas a respeito do mesmo tema de pesquisa em uma escala mais globalizada.

Enfim, este livro é o registro de um momento do campo, mas também representa a possibilidade de novas incursões que podem alargar suas fronteiras.

## 2. Mobiliário urbano e arte pública em projetos urbanos: Rio de Janeiro (1996-2016)

*Juliana Varejão Giese  
Carina Folena Cardoso  
Lucia Maria Sá Antunes Costa  
Lilian Fessler Vaz  
Antonio Colchete Filho*

### 2.1 Introdução

O projeto urbano é um instrumento determinante para a imagem da cidade e é uma parte essencial do planejamento e da gestão urbana, tendo em vista que deve conter a forma e a função de equipamentos propostos em variadas escalas, traduzindo seu gesto e sua significância para os lugares e seus habitantes. Segundo Portas (2003), o termo “projeto urbano” data dos anos 1960 para designar as intervenções de grande escala nas cidades, cuja amplitude conceitual e física não mais se caracterizavam como intervenções arquitetônicas. O autor destaca a importância da imagem que se traduz por meio do projeto urbano nos espaços públicos e na tipologia arquitetônica, além de apontar que o programa deve englobar eficácia e viabilidade de implementação.

Ou seja, o projeto urbano também é visto como uma combinação da gestão e do projeto propriamente dito das intervenções urbanas, como aponta Maleronka (2010). Para a autora, o contexto social contemporâneo abriu novas possibilidades, modelos e demandas de projeto e gestão do espaço urbano, principalmente no Brasil, onde são criadas parcerias antes não imaginadas e resultados muitas vezes não previstos:

Intervir nesse espaço urbano supõe tomar decisões em diversas escalas, que tanto se articulam como podem ser concorrentes; escalas que extrapolam a dimensão física e que implicam efeitos econômicos e sociopolíticos (Maleronka, 2010, p. 15).

Para Carmona et al. (2010), o termo “projeto urbano” pode ser entendido tanto como um produto, quanto como um processo, ou, ainda, como os dois, visto que a temporalidade é um dos elementos que regem este processo de planejamento e gestão do ambiente construído. Os autores definem que, além da temporalidade, o projeto urbano apresenta dimensões morfológicas, perceptivas, sociais, visuais e funcionais. Ao desdobrarem os elementos alimentadores de cada uma destas dimensões, apontam o mobiliário urbano e a arte pública como elementos visuais que contribuem com a identidade de um espaço e de uma paisagem urbana.

Com base na importância do projeto urbano e do conjunto de elementos que nele se propõe, salientada em estudos anteriores sobre o espaço público, este artigo analisa o mobiliário urbano e a arte pública por meio de uma abordagem que inclui sua inserção no contexto urbano e seu planejamento em projetos urbanos contemporâneos da cidade do Rio de Janeiro. Para tanto, são investigados o Programa Rio Cidade, executado, em 1996, em importantes áreas comerciais da capital e o Projeto Porto Maravilha, executado entre os anos 2009-2016, na zona portuária e histórica da cidade. A escolha por estas duas intervenções se justifica por meio do importante papel que o mobiliário urbano e a arte pública tiveram nestas propostas, se transformando em marcos visuais e identitários em suas áreas de intervenção.

Acreditamos que este conjunto, formado pelos elementos de mobiliário urbano e de arte pública, deve ser compreendido como um sistema integrado ao projeto, visto que contribui para a construção da paisagem urbana em virtude dos estímulos que provoca em seus habitantes. Em trabalhos anteriores, Colchete Filho (2003; 2008) demonstrou que estes estímulos alimentam a memória e a cultura

coletivas, reconhecida por ele e por Knauss (1999) como “imaginária urbana”. A imaginária urbana é entendida como o conjunto destes elementos imagéticos que constituem o espaço público urbano – mobiliário urbano, esculturas, monumentos, placas, marcos, entre outros – dando-lhe sentido por intermédio do tempo.

Em pesquisa sobre o mobiliário urbano no Projeto Rio Cidade (1997) foram contextualizadas ao cenário carioca três categorias de análise, extraídas dos estudos desenvolvidos em intervenções realizadas em Barcelona, 1992, para os Jogos Olímpicos. Creus (1996) indica que três finalidades fundamentais são integrantes do mobiliário urbano – os quais ele nomeia como elementos urbanos -, são elas: a funcionalidade, a racionalidade e a emotividade. Em nossa pesquisa, estas categorias foram consideradas em suas potencialidades máximas, que alcançam tanto visões positivas, quanto negativas. Assim, a presença visual destes elementos é entendida como algo que estimula respostas emocionais, estéticas e simbólicas. De forma que, ao analisá-las, esperamos, portanto, acrescentar esta perspectiva aos estudos da produção urbanística que apontam a importância do mobiliário urbano e da arte pública nos projetos urbanos contemporâneos.

## 2.2 Mobiliário urbano, arte pública e cidade

Tanto o mobiliário urbano quanto a arte pública são elementos que fizeram parte da constituição dos espaços públicos desde a pré-história, ainda que não fossem assim nomeados. Porém, ambos, até os dias atuais, ainda se encontram sob complexas discussões sobre suas definições e interpretações. No entanto, o tema do mobiliário urbano, até o momento, não é tão difundido quanto a arte pública, nem na literatura acadêmica nem na literatura técnica. Grande parte dos livros que existem sobre o tema ilustram mais os equipamentos (Mukuda, 1990; Tsuru, 1990, 1991; Serra, 1996; Barboux, 2010) ou procuram definir critérios técnicos fundamentais para seu uso (Ibam,



1980, 1996), geralmente com poucas considerações teóricas. A título de caracterização, podemos compreender o mobiliário urbano como a vasta coleção de artefatos utilitários ou de natureza paisagística (Ibam, 1996, p. 11), “que totalizam mais de noventa elementos diferentes, sem contar os possíveis desdobramentos” (Abnt, 1986, pp. 1-5). O senso comum de sua caracterização condiz com a seguinte definição incluída na Norma Brasileira NBR 9050, que ainda se apresenta em aberto como demonstrado em destaque:

Conjunto de objetos existentes nas vias e nos espaços públicos, superpostos ou adicionados aos elementos de urbanização ou de edificação, [...], como semáforos, postes de sinalização e similares, terminais e pontos de acesso coletivo às telecomunicações, fontes de água, lixeiras, toldos, marquises, bancos, quiosques e quaisquer outros de natureza análoga (Abnt, 2015, p. 5, grifo nosso).

Pensando que a caracterização destes elementos pode variar de acordo com o tempo e o contexto urbano, refletir sobre a instalação de todos e quaisquer elementos utilitários nas ruas das cidades, em múltiplas quantidades, a fim de atender às expectativas dos usuários, se tornou uma preocupação diante do bom planejamento do espaço público. Na verdade, alguns estudos sobre a percepção da cidade revelam que, em razão do número e da diversidade destes elementos, o mobiliário urbano estabelece requisitos de simplicidade e clareza para se integrar na paisagem urbana, desempenhando sua função individual (Cullen, 1983). Em poucas palavras, “além de contribuir com a identidade e caráter, a qualidade, organização e distribuição do mobiliário urbano é um indicador primordial da qualidade de um espaço urbano” (Carmona et al., 2010, p. 196).

Já a arte pública, que provoca geralmente ainda mais estímulos que aqueles provocados pelo mobiliário urbano nos usuários de um espaço público, pode se relacionar com o projeto urbano por corporificar memórias já passadas e aquelas que se deseja criar, como ressaltado por Nunes (2010). A arte pública, frequentemente idealizada e gerida

pelo poder público, se apresenta como um elemento de significado “estético, social, comunicativo e funcional” (Colchete Filho, 2003, p. 50) e, por isso, também faz parte da imaginária urbana das cidades.

Vale destacar, ainda, que em tempos de discussão sobre a homogeneização dos projetos urbanos no contexto globalizado, a arte pública, como elemento morfológico singular, individualizado tanto em termos situacionais, quanto imagéticos, é importante nos objetivos de caracterização de bairros e cidades em suas peculiaridades, como sugere Lamas (1993). Pensado sob a mesma égide de planejamento e design, o mobiliário urbano também pode ser o instrumento de veiculação de identidade do lugar e de atribuição de sentido coletivo, como o emblemático exemplo das cabines telefônicas londrinas ou os abrigos de Hector Guimard para o acesso ao metrô parisiense.

De fato, a inserção dos elementos de mobiliário urbano e de elementos simbólicos na paisagem é algo intrínseco à história da cidade. Carmona (1985) aponta as delimitações de terra como um dos primeiros exemplos de mobiliário, por serem aqueles usados para dividir vizinhanças e terrenos sagrados de terrenos civis, como na Mesopotâmia, ou ainda aqueles que desempenhavam o papel de conduzir os percursos dos pedestres, em ruas onde não havia calçadas formais. Essas delimitações, por conterem a identificação do poder para o qual serviam, também eram usadas como elementos de sinalização e indicação de distâncias, como sinaliza Glotz (1988, p. 23): “As delimitações que mostravam os limites de território traçavam demarcações quase intransponíveis entre religiões e leis, calendários, moeda e os pesos e medidas, os interesses e as afeições”.

No caso do Rio de Janeiro, com o aumento populacional gradual e das intenções de melhoria do espaço urbano, a partir do período imperial alguns outros elementos foram introduzidos, como chafarizes, bicas e fontes - responsáveis pela distribuição da água, e oratórios e lâmpadas a óleo de baleia, antes do advento da iluminação a gás, que data de 1854 (Abreu, 1988). Também havia espaços para cruzeiros em frente às igrejas e para o pelourinho e a forca, nas praças onde os

escravos eram torturados e os prisioneiros punidos, de acordo com o relato contido nas ilustrações de Debret (Mathias, 1980).

O rápido crescimento da cidade do Rio de Janeiro e o projeto de embelezamento do início do século XX fizeram com que o mobiliário urbano fosse um dos elementos do projeto de remodelação proposto por Alfred Agache (1926-1930). Para compor o novo ambiente de bulevares e praças, foram implantados postes de luz contendo volutas e argolas de ferro fundido, além da instalação de estatuária, muitos destes elementos importados da França. Aliás, o Rio de Janeiro é a segunda cidade, depois de Paris, com o maior número de peças em ferro fundido. Por outro lado, os quiosques que estavam nas ruas desde o fim da Guerra do Paraguai, vendendo inicialmente jornais, revistas e depois bilhetes de loteria e cachaça desde o final da concessão que permitiu a sua instalação, já haviam desaparecido completamente em 1911.

Nas décadas posteriores houve gradativamente o predomínio do mobiliário utilitário voltado para a sinalização de tráfego e a ordem urbana. O lançamento do concurso público para os projetos do Rio Cidade, em 1993, apresentou uma situação nova de discussão sobre o espaço público urbano, pois o mobiliário foi um item de destaque nas propostas. Estes deveriam abranger a proposta de um novo design, que deveria ser planejado seguindo um padrão de melhor estética e condição ergonômica, adaptado às pessoas com deficiência. A proposta do concurso se contrapunha à ideia do mobiliário existente, que além da precariedade de conservação, também poluía visualmente o espaço.

Um dos objetivos do Projeto Rio Cidade era reorganizar as áreas por meio do aprimoramento da localização e design do mobiliário urbano, que passaria a ser planejado em grupo, quebrando a liberdade excessiva das muitas concessionárias que instalaram seus elementos de forma independente. De fato, o mobiliário caracterizou este primeiro conjunto de intervenções, despertando o interesse da população e abrindo espaço, na mídia, a ponto de o então prefeito César Maia eleger, à época, o polêmico obelisco do projeto Rio Cidade, realizado em Ipanema, como símbolo das intervenções.

Vinte anos depois, a intervenção na área portuária do Rio de Janeiro propôs uma completa renovação da imagem da zona portuária da cidade a partir da Operação Urbana Consorciada Porto Maravilha. Em busca de visibilidade internacional e de atratividade turística e econômica, desejava-se inserir no espaço elementos que expressassem a modernidade e a globalidade dos novos locais. O projeto foi idealizado em virtude da candidatura da cidade à sede dos Jogos Olímpicos de 2016 e começou a ser implantado em 2009, quando referendada sua vitória no referido pleito. Além do projeto urbano e da reestruturação da legislação urbanística da região, foi projetado um novo conjunto de mobiliário urbano para a área de intervenção. Além disso, novos elementos de arte pública também foram instalados, alimentando o uso turístico nacional e internacional da região.

## 2.3 O Programa Rio Cidade

Quando pensamos na infinidade de construções e reformas existentes em uma metrópole do tamanho do Rio de Janeiro, devemos ter em mente que a grande maioria não conta com a supervisão de um técnico especializado, seja ele um arquiteto ou um engenheiro. Com isso, é possível supor que a ausência de supervisão técnica na etapa de execução possa espelhar essa mesma fragilidade de controle na fase de projeto. No entanto, a parte mais alarmante é saber que, por muitos anos, grande parte das obras públicas também foram feitas sem um projeto e com pouca – e sobrecarregada – participação de técnicos durante a execução. A mudança de responsabilidade para arquitetos que não estavam na bancada da prefeitura para elaborar os projetos de intervenção urbana, a partir do concurso Projeto Rio Cidade, merece uma reflexão sobre uma nova dinâmica pretendida: nenhuma intervenção sem projeto e sem contar com a participação dos autores durante sua execução (Iplanrio, 1996).

O Rio Cidade foi um dos projetos incluídos no Planejamento Estratégico da Cidade do Rio de Janeiro – Rio Sempre Rio. O plano, que contou

com a consultoria da companhia Tecnologias Urbanas Barcelona S.A., foi elaborado durante a administração municipal de César Maia e concluído em setembro de 1995, ou seja, foi desenvolvido após o Rio Cidade, que teve o lançamento do concurso no segundo semestre de 1993. O Plano Estratégico foi elaborado a partir de um objetivo central:

Transformar o Rio de Janeiro em uma metrópole com crescente qualidade de vida (...). Uma cidade empreendedora e competitiva, com capacidade de ser um centro de pensamento, de geração de negócios para o país e de sua conexão privilegiada com terras estrangeiras (RFPE, 1995, p. 22).

A visão da prefeitura era que nos anos seguintes as obras públicas se tornariam quase que exclusivamente diárias, favorecendo a degradação das ruas e sua utilização como simples locais de tráfego ou de passagem. O objetivo do Rio Cidade era intervir para a recuperação da imagem da cidade, integrando, ainda, objetivos sociais, econômicos e culturais (Iplantio, 1996, p. 24). Muitas dessas experiências passadas foram drásticas para a cidade devido aos seus impactos. O Rio Cidade deveria contemplar intervenções em pontos estratégicos de corredores comerciais e culturais da cidade, visando o restabelecimento de funções urbanas básicas comuns a muitos bairros: o tráfego e o planejamento de estacionamento, fornecimento de iluminação eficiente e solução para o problema das enchentes, entre outros aspectos. O mobiliário urbano, que era conhecido como sucata, também estava na lista das transformações.

O caminho encontrado para a realização dessa ação foi o concurso público, para a escolha das equipes que seriam responsáveis pelos projetos de doze áreas inicialmente relacionadas. O concurso avaliou as melhores propostas de intervenção metodológica no espaço público que deveriam ser baseadas em exemplos de áreas nas quais os projetos seriam realizados. Essa intenção também previa a chamada para que os arquitetos pensassem em soluções “heterogêneas de acordo com a ‘personalidade’ de cada bairro” (Iplanrio, 1996, p. 25).

Assim, em outubro de 1993, o Instituto de Arquitetos do Brasil - IAB / RJ - e a prefeitura ampliaram o número de áreas e escolheram dezessete equipes responsáveis pelos projetos, enfatizando o novo conceito de execução: nenhuma intervenção seria feita sem projeto; os projetos podiam e deviam ser concebidos por equipes técnicas da cidade ou equipes terceirizadas; os projetos deviam ser objeto de discussão pública; o projeto de urbanismo deveria ser compatível com o complementar e ter detalhes suficientes; a execução das obras deveria obedecer aos projetos e, ainda, a supervisão deveria ser rigorosa e contar com a participação do(s) planejador(es). Esta espécie de receita foi integralmente adotada, visando à qualidade final das obras (Iplanrio, 1996, p. 26).

Em uma publicação sobre os projetos do Rio Cidade, a própria prefeitura levantou algumas repercussões e críticas feitas aos projetos, considerando, no entanto, o benefício trazido com a suposta polêmica em torno deles: “a elevação do grau de conhecimento urbano e a informação da população”. Essas críticas estão sistematizadas em seis blocos temáticos; sendo os três primeiros entendidos como de ordens políticas e de investimento público:

(1) críticas genéricas ao partido político, de apoio ou oposição à administração eleita; (2) críticas relacionadas ao orçamento e prioridades programáticas do Governo Municipal, por exemplo: quanto recurso se aplica no Urbanismo?; (3) críticas, em setores técnicos, relacionadas às prioridades da Secretaria de Urbanismo: Programa Rio Cidade, regulamentação do Plano Diretor Decenal (especialmente, a elaboração de PEUs), revisão de direito urbano-social etc. (Iplanrio, 1996, p. 27).

Podemos considerar que as críticas advindas de partidos da oposição, se exageradas, também podem destacar o que outras pessoas poderiam tentar ignorar ou enfraquecer. Grande parte dessas reprovações se concentraram na quantidade de dinheiro gasto com as obras, questionando a prioridade desses investimentos, enfrentando a falta

de moradia, o saneamento básico, o transporte e, principalmente, a difícil situação da educação e da saúde.

Contudo, os investimentos nessas áreas foram feitos e, de acordo com cálculos da prefeitura, 60% do orçamento foi destinado a obras de infraestrutura (Iplanrio, 1996, p. 26), relativizando o peso dos investimentos na chamada “maquiagem urbana” – que seria apenas sobre a organização da superfície – como o projeto foi rotulado em alguns meios de comunicação (Crea, 1996, p. 19).

Nas críticas sobre os investimentos administrativos em geral foram levantadas questões sobre prioridades. Esses itens eram sobre as prioridades dentro da própria Secretaria, que não continuaram efetivamente na implementação das principais diretrizes do Plano Diretor, aprovadas em 1992, mas sim no Rio Cidade, que teve um efeito mais imediato.

As outras três críticas apresentadas contemplam a esfera do desenho urbano, com implicações diretas ao projeto e à gestão de sua execução, que se tornam relevantes para destacar:

(4) críticas relacionadas à questão pedestres x veículos, como por exemplo, o estreitamento das ruas para ampliar as calçadas; (5) críticas objetivadas sobre aspectos específicos dos projetos: substituição de pedras portuguesas e renovação de árvores em Copacabana, postes de iluminação e obeliscos em Ipanema etc.; (6) críticas referentes à questão: problemas na fase de execução das obras (poeira, ruído, acidentes etc.) x benefícios que traz (Iplanrio, 1996, p. 27).

Podemos verificar que a primeira dessas críticas é um dos principais objetivos do Rio Cidade: a valorização dos pedestres por meio do planejamento de atividades para acontecer nas calçadas, diminuindo, em contrapartida, a área destinada a faixas rolantes nas ruas. Em geral, podemos ver que essa redução passou por uma redefinição de áreas destinadas a muitas atividades que não tinham lugar próprio para acontecer, como os pontos de ônibus, as áreas de carga e des-

carga e estacionamento, além do intenso fluxo de pedestres na área do projeto, com calçadas estreitas compartilhadas com o comércio ambulante e mobiliário antigo.

O mobiliário urbano, substituído ou novo, despertou grande atenção da mídia e da população, pelo seu impacto estético e pelo alto custo promovido, com uma repercussão há muito tempo não vista na cidade. A falta de integração e apresentação dos projetos para a população local contribuiu para o espanto geral, que em alguns casos se manifestou a partir da execução das obras, momento em que o projeto se materializou para a população.

A terceira crítica apresentada é sobre a gestão das obras, que causaram problemas evidentes de menor impacto, como engarrafamentos, poeira e ruído, ainda que também fossem mencionados os acidentes com vítimas. Mesmo que a responsabilidade seja do contratado, ou diretamente de um determinado trabalhador, a prefeitura parece não ter elaborado um cronograma de obras e serviços adequados às funções básicas para o pleno funcionamento dos bairros e mesmo da cidade, visto a simultaneidade na execução de obras em bairros próximos, sem um plano eficaz de minimização dos impactos nas vizinhanças.

## 2.4 A Operação Urbana Consorciada Porto Maravilha

Instrumentos recorrentes no planejamento urbano contemporâneo, especialmente nas abordagens alinhadas ao intento de um planejamento estratégico, as operações urbanas se traduzem em estratégias de intervenção no espaço urbano que se pautam na requalificação de estruturas obsoletas, promovendo a remodelação de espaços públicos e reestruturação da legislação urbanística, podendo ser caracterizadas como simplificadas ou consorciadas. Quando consorciadas, representam a parceria público-privada para a viabilização de sua implementação, com parâmetros urbanísticos “excepcionalizados” (Maleronka, 2010).



A Operação Urbana Consorciada Porto Maravilha (OUC Porto Maravilha) alinhou as instâncias de poder público e trouxe à tona críticas em relação aos processos de regeneração urbana que se dão pelo mundo: a elitização do espaço urbano, os processos de gentrificação, as apropriações e o consumo do espaço público (Sánchez, 2007). Com isso, a classe dos arquitetos e urbanistas se uniu à população nas discussões sobre as etapas de implementação da operação.

A OUC Porto Maravilha, implementada pela Lei nº 101, de 23 de novembro de 2009, é gerida pela Companhia de Desenvolvimento Urbano da Região do Porto do Rio de Janeiro (CDURP), criada também sob forma de lei. Assim, foram incentivadas as políticas de adensamento e supervalorização do solo, direcionando o desenvolvimento social, econômico e imobiliário não só da região, mas também da cidade. O principal partido da OUC Porto Maravilha foi classificar a região portuária da cidade como Área de Especial Interesse Urbanístico (AEIU), modificando os parâmetros de uso e ocupação do solo da região:

A Operação Urbana Consorciada tem por finalidade promover a reestruturação urbana da AEIU, por meio da ampliação, articulação e requalificação dos espaços livres de uso público da região do Porto, visando à melhoria da qualidade de vida de seus atuais e futuros moradores, e à sustentabilidade ambiental e socioeconômica da região (Rio de Janeiro, 2009, n./p.).

Para Pio (2017) a OUC Porto Maravilha foi fundamental para a ressignificação da região. Ao longo da trajetória histórica da cidade do Rio de Janeiro, a zona portuária desempenhou diversos papéis na dinâmica social e na dinâmica econômica e, com o projeto de renovação de sua imagem, passou a desempenhar um papel de destaque na dinâmica turística. O autor aponta que o patrimônio histórico da região foi utilizado como “recurso para a revitalização e a modernização da região” (Pio, 2017, p. 10), em um processo de construção social da memória, em conjunto com a construção de novos grandes equipamentos culturais, em um encontro entre passado e presente. Desse

modo, a zona portuária desempenhou um papel vital “na reinvenção do imaginário a respeito da cidade e o reforço dos vínculos entre a nova identidade da região e da cidade” (Pio, 2017, p. 21).

O projeto efetivo de requalificação urbana, nomeado como Projeto Porto Maravilha, portanto, utilizou de diretrizes para que pudesse concretizar essa nova identidade e imagem da região. Foi proposta a reestruturação completa da área de cinco milhões de metros quadrados, com pontos de uso turístico, nova rede de mobilidade urbana e áreas de incentivo ao uso residencial. Nos pontos de uso turístico destaca-se a construção de edifícios ícones como o Museu do Amanhã, o Museu de Arte do Rio e o Aquário, além da restauração de edificações históricas como o Centro Cultural José Bonifácio, o Jardim Suspenso do Valongo, os Galpões da Gamboa e a Igreja de São Francisco da Prahna, e da área do Cais do Valongo. A nova rede de mobilidade urbana foi proposta a partir da demolição do Elevado da Avenida Perimetral, cujo fluxo foi realocado para a Via Binário do Porto, além da implementação da rede de Veículos Leves sobre Trilho (VLT) (Cdurp, 2018).

Como principal área de uso turístico, destacamos o circuito de passeio público conformado pela Orla Conde, a Praça Mauá e o Bulevar Olímpico. Nesta área, projetada pelo escritório Backheuser Arquitetura e Cidade, foram priorizadas as áreas de lazer, permanência e acesso às atratividades turísticas por meio do desenho paisagístico e da utilização de elementos de mobiliário urbano e de arte pública, demonstrando mais uma vez a importância destes elementos para os projetos urbanos.

O mobiliário urbano da área foi desenvolvido em um novo design, especificamente para este projeto, pelo escritório Índio da Costa – A.U.D.T. (Arquitetura, Urbanismo, Design e Transporte). O conjunto de objetos proposto contou com a instalação prioritária de mobiliário condizente com as áreas indicadas pelo desenho paisagístico, dando suporte às atividades planejadas. Em ambientes de permanência foram instalados bancos, lixeiras e relógios digitais; em locais de acesso, foram instalados bicicletários; em áreas de passagem e passeio, o mobiliário para

publicidade (Mobiliário Urbano para Informação – MUIs), os abrigos de ônibus e os abrigos/estações de VLT, além de quiosques comerciais, voltados à gastronomia, turismo e conveniência (Cdurp, 2017).

Já as estratégias de arte pública previram instalações bastante comuns nas metrópoles contemporâneas. No Bulevar Olímpico foi instalado um grafite realizado pelo artista de rua Kobra. Até março de 2017, o mural do Bulevar Olímpico tinha o título de maior mural do mundo, mas um novo recorde foi estabelecido pelo mesmo artista na cidade de São Paulo (Efe, 2017). Na Praça Mauá, a instalação “#CIDADEOLIMPICA”, implantada em 2016, foi substituída pela inscrição “RIO\_TEAMO” em 2017, com o fim dos Jogos Olímpicos. Tais esculturas podem também ser reconhecidas como letreiros urbanos, ou seja, elementos que em forma de palavras sintetizam características das cidades onde se encontram instaladas e impulsionam a apropriação do público. No caso das duas esculturas que foram instaladas na Praça Mauá foram utilizados recursos do marketing digital viral, de forma que os usuários se sentissem indiretamente compelidos a compartilhar fotografias da visita feita à região. Além disso, monumentos históricos presentes na região foram restaurados, como por exemplo, a Estátua do Barão de Mauá e o Monumento a Pedro Max, ambas instaladas na Praça Mauá.

Ao serem posicionados de acordo com as atividades planejadas tanto para as pequenas áreas do projeto, quanto para o projeto como um todo – tendo em vista a proposição das atividades turísticas, culturais e de lazer – o mobiliário urbano e a arte pública se tornaram fundamentais nesse processo de renovação da imagem da cidade, visto que são objetos por meio dos quais criam-se relações subjetivas entre os usuários e a região. Relações estas que vão além da funcionalidade desses elementos (Jesus et al., 2017). Ademais, estes objetos foram alimentadores e promotores da imagem urbana construída com o Projeto Porto Maravilha.

## 2.5 Considerações finais

A importância do mobiliário urbano e da arte pública para um espaço público está diretamente ligada ao tratamento de sua imagem e qualidade, especialmente por meio do emprego coerente e sólido de tais elementos nas ruas e praças da cidade. O crescimento populacional e o desenvolvimento da sociedade podem e devem incorporar novo mobiliário (ou descartar os que já não são úteis), práticos ou simbólicos para o espaço urbano, além de possibilitar e incentivar a instalação de variadas obras de arte pública. Porém deve-se olhar com cuidado para estas ações, visto que interferem na relação do usuário com o espaço.

Parece que o mobiliário urbano é melhor gerenciado quando visto como parte de um sistema que integra seu grupo de elementos incontáveis, como ressaltado por Lamas (1993), os elementos morfológicos que articulados entre si determinam o desenho urbano (Kostof, 1991). Este pressupõe um processo de planejamento capaz de avaliar as particularidades de cada projeto e de cada equipamento com os objetivos e instrumentos disponíveis para alcançar os melhores resultados para a cidade e seus habitantes (Boyer & Rojat-Lefebvre, 1994).

No entanto, a situação mais corriqueira nas cidades em relação ao mobiliário urbano é aquela em que há a instalação e/ou a substituição de mobiliário sem ser acompanhada por um projeto urbano da área de intervenção. Nestes casos, a existência de uma ordem diferente de questões para as quais esta situação aponta não deveria ser uma proibição de fazer uma criação/instalação de mobiliário tão sólida quanto se fosse feita por intermédio de um projeto urbano. A instituição de regras básicas para a instalação de alguns elementos de mobiliário, como foi feito pela prefeitura do Rio de Janeiro nos dois casos apresentados neste trabalho, pode ser um caminho mais fértil para a adequação dos prestadores de serviço aos novos rumos propostos.

Constatamos também que as três categorias de análise utilizadas abrem possibilidades para a avaliação do mobiliário urbano em outros con-

textos, sob diferentes focos. Pretendeu-se organizar algumas informações, que são poucas, haja vista a novidade que representa o mobiliário urbano no âmbito de seus estudos urbanos ou história das cidades. O esforço de sistematização possibilita a ampliação e o aprofundamento desse tema por diferentes aspectos, como a ênfase no processo histórico, uma avaliação centrada em um elemento, ou ainda nos aspectos formais e que constituem o design, dentre tantas possibilidades.

Ressalta-se ainda que, no estudo da categoria emotividade, é possível apreender, a partir das pessoas entrevistadas, associações que sugerem ao mobiliário urbano uma potencialidade como elemento que dá sentido de pertencimento ao usuário junto ao espaço público. As evidências para tanto estão nas recorrentes associações feitas entre mobiliário urbano e dimensões de segurança, conforto e estímulo à cidadania. Os usuários entrevistados na pesquisa original de 1997, que possuíam menor poder aquisitivo e moravam em áreas carentes da cidade, revelaram o desejo de ver suas ruas e praças dotadas de renovações que pudessem trazer mobiliário para seus bairros, relacionando o mobiliário urbano satisfatório à ação também satisfatória do poder público.

O Programa Rio Cidade, por meio da execução de seus projetos, comprovou o quanto pode ser alcançado neste tema, ainda que, com as merecidas exceções, parta de uma ação sem muita referência anterior no mesmo tema. Houve a ênfase na importância de se repensar o mobiliário para a cidade por intermédio do projeto urbano e este acabou sendo a imagem mais emblemática nesse grupo de intervenções, que teve como objetivo principal a requalificação do espaço público e o retorno dos pedestres para as ruas.

O mesmo ocorreu no caso da OUC Porto Maravilha, onde a instalação do mobiliário urbano e de arte pública estava prevista na proposta do projeto urbano. A área de intervenção foi tratada como um sistema composto por variados elementos, de diversas escalas, que, em conjunto, deveriam renovar a imagem da região. Ou seja, trabalhar o desenho paisagístico, a inserção de edifícios ícones, a instalação

de novo mobiliário urbano ou arte pública contemporânea separadamente, não trariam o mesmo efeito para o espaço e não seria alcançada a mesma resposta do público.

Em outras cidades, no entanto, a experiência da renovação urbana com ênfase no mobiliário não devolveu a chamada urbanidade perdida (Pesch, 1997), com muitos espaços nas cidades europeias configurados como meros objetos de design, que não substituem a vida urbana que parece ter perdido seu significado em muitos centros. Os estudos comparativos entre diferentes experiências que foram bem e malsucedidas, também podem indicar novas categorias para o aprofundamento do estudo do mobiliário urbano em diferentes situações.

A integração entre mobiliário urbano e projeto no Programa Rio Cidade mostrou a articulação necessária entre as diversas esferas do poder público, a iniciativa privada e a população, revelando a complexidade para o atendimento aos interesses de todas as partes, especialmente nos dias de hoje, quando espaços públicos têm uma dimensão mais ampla (Merlin & Choay, 1988, p. 273).

Mais de duas décadas após a experiência do Rio Cidade 1, a OUC Porto Maravilha colocou novamente o Rio de Janeiro em um momento de intensa realização de obras públicas. Alvo de críticas sobre os processos econômicos e socioterritoriais de adensamento e privatização mencionados, além da gestão do dinheiro público, o Projeto Porto Maravilha colocou a região em evidência e a população em alerta sobre as intervenções na cidade.

Espera-se que esta pesquisa traga subsídios críticos a trabalhos na área de urbanismo e projetos, que gerenciam uma gama tão diversificada de ações e desejos, sabendo que a verdadeira finalidade não é criar uma cidade, mas contribuir para formar um grupo de pessoas que têm o sentimento pela cidade. “E esse sentimento confuso, dividido em milhares e milhões de pessoas, será moldado de modo que cada pessoa possa reconhecer a si mesmo e a sua experiência de vida associada” (Argan, 1992, p. 241).

Sobre o mobiliário urbano, que este contribua para desenvolver suas funções integralmente nos diferentes espaços onde está instalado; que sua produção e manutenção sejam mais fáceis e melhores; que possa despertar a sensibilidade por meio de sua forma plástica ou pelo trabalho silencioso de prestação de serviços à cidade e aos cidadãos.

## Referências

Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT). (1986). NBR-9283:1986. *Mobiliário urbano*. Rio de Janeiro.

Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT). (2015). NBR-9050:2015. *Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos*. Rio de Janeiro.

Abreu, M. (1988). *Evolução urbana do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: IPLANRIO/Jorge Zahar Ed..

Argan, G. C. (1992). *História da arte como história da cidade*. São Paulo: Martins Fontes.

Barbaux, S. (2010). *Urban furniture: a new city life*. Londres: Design Media Publishing Ltda.

Boyer, A. & Rojt-Lebefevre, E. (1994). *Aménager les espaces publics: le mobilier urbain*. Paris: Publications du Moniteur.

Carmona, M., Heath, T., OC, T. & Tiesdell, S. (2010). *Public places: urban spaces*. Oxford: The dimensions of urban design.

Carmona, M. (1985). *Le mobilier urbaine*. Paris: Presses Universitaires de France.

Companhia de Desenvolvimento Urbano da Região do Porto do Rio (CDURP). (2017). *Plantas técnicas*. Juiz de Fora: Acervo do Núcleo de Pesquisa Ágora – Universidade Federal de Juiz de Fora.

Companhia de Desenvolvimento Urbano da Região do Porto do Rio (CDURP). [ca. 2009]. *Porto Maravilha*. Rio de Janeiro: Rio Prefeitura - CDURP. Recuperado de <http://portomaravilha.com.br/portomaravilha>.

Colchete Filho, A. (2003). *A Praça XV como lugar central da cidade: o projeto do espaço público através da imaginária urbana (1789, 1894 e 1999)*. Tese Doutorado em Ciências Sociais – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

Colchete Filho, A. (2008). *Praça XV: projetos do espaço público*. Rio de Janeiro: 7Letras.

Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura (CREA). (1996). *Maquiagem urbana*. Rio de Janeiro: CREA.

Creus, M. Q. (1996). *Espacios, Muebles y Elementos Urbanos*. In SERRA, J. M. (org.). Elementos urbanos: mobiliário e microarquitetura. Barcelona: Gustavo Gili.

Cullen, G. (1983). *Paisagem urbana*. São Paulo: Martins Fontes.

Efe. Kobra quebra novo recorde com maior mural do mundo em São Paulo. (2017, 31 de março). *Revista Exame*. <https://exame.abril.com.br/estilo-de-vida/kobra-quebra-novo-recorde-com-maior-mural-do-mundo-em-sao-paulo/>.

Glantz, G. (1988). *A cidade grega*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

Instituto de Administração Municipal, Rio de Janeiro & Centro de Estudos e Pesquisas Urbanas (IBAM). (1980). *Normas técnicas para urbanização*. Ferreira dos Santos, C. & BREAMAERKER, F. (coords.). Rio de Janeiro: IBAM/CPU.

Instituto de Administração Municipal, Rio de Janeiro & Centro de Estudos e Pesquisas Urbanas (IBAM). (1996). *Manual para implantação de mobiliário urbano na cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: IBAM/CPU/PCRJ.

Iplanrio. (1996). *Rio Cidade: o Urbanismo de volta às ruas*. Rio de Janeiro: Mauad.

Jesus, K. D. de; Giese, J. V. & Colchete Filho, A. F. (2017). Porto Maravilha: mobiliário urbano e espaço público em evidência. In COLÓQUIO INTERNACIONAL DE DESIGN, Belo Horizonte. *Anais...* São Paulo: Editora Blucher, (4), 689-701.

Knauss, P. (1999). (Coord.). *Cidade vaidosa: imagens urbanas do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: 7 Letras.

Kostof, S. (1991). *The city shaped: urban patterns and meanings through History*. Londres: Thames and Hudson.

Lamas, J. R. G. (1993). *Morfologia Urbana e Desenho da Cidade*. Lisboa: Universidade Técnica de Lisboa.

Lei n. 101, de 23 de novembro de 2009. (2009, 23 de novembro). Modifica o Plano Diretor, autoriza o Poder Executivo a instituir a Operação Urbana Consorciada da Região do Porto do Rio e dá outras providências. *Diário Oficial do Município do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro.

Maleronka, C. (2010). *Projeto e gestão na metrópole contemporânea: um estudo sobre as potencialidades do instrumento “operação urbana consorciada” à luz da experiência paulistana*. (212f). Tese Doutorado em Arquitetura e Urbanismo - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo.



- Mathias, H. (1980). *A viagem pitoresca e histórica ao Brasil*. Rio de Janeiro: Ediouro.
- Merlin, P. & Choay, F. (1988). *Dictionnaire de l'urbanisme et de l'aménagement*. Paris: PUF.
- Mukoda, N. (1990). *Street furniture*. Japão: Bijutsu Shuppan-Sha.
- Nunes, L. do A. (2010). *Derivações da arte pública contemporânea*. (196f). Tese Doutorado em Teoria, Ensino e Aprendizagem – Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- Pesch, F. (1997). Stadt als Entwurf-eine Näherung. *A cidade como projeto: uma aproximação*. Trad. VAZ, Lilian. In Die alt Stadt: Vierteljahreszeitschrift für Stadtgeschichte und Denkmalpflege, (97). L. Stuttgart: Forum-Stadt-Ver, 5-17.
- Pio, L. (2017). *Novos sentidos do Patrimônio Cultural no Projeto Porto Maravilha*. Rio de Janeiro: Gramma.
- Portas, N. (2003). El surgimiento del proyecto urbano. Perspectivas urbanas/Urban perspectives. *Escola Tècnica Superior d'Arquitectura del Vallè*, (S.l), n. 3, 1-11. Recuperado de <http://upcommons.upc.edu/handle/2099/555>.
- Relatório Final do Plano Estratégico (RFPE). (1995). *Documento de Trabalho*. Rio de Janeiro: PCRJ.
- Sánchez, F. (2007). Cultura e renovação urbana: a cidade-mercadoria no espaço global. In LIMA, E. & MALEQUE, M. (Org.). *Espaço e cidade: conceitos e leituras*. Rio de Janeiro: 7 Letras.
- Serra, J. (1996). M. Elementos urbanos. *Mobiliario y microarquitectura*. Barcelona: Gustavo Gili.
- Tsuru, K. (1990). *Elements and total concept of urban pavement design*. Japão: Graphic-Sha Publishing Co..

# 3. O lúdico e o efêmero na intervenção urbana

*Isabela de Mattos Ferreira  
Vera Lúcia Moreira dos Santos Nojima  
Frederico Braida*

## 3.1 Introdução

A intervenção efêmera e lúdica apresenta um caráter de excepcionalidade que apela aos sentidos das pessoas que transitam no espaço público, tirando-as de seu cotidiano, onde os objetos da cidade já perderam muito de seu apelo, de seu caráter de novidade. Utilizando conceitos de “surpresa, do humor, da ironia, da crítica, do estranhamento” (Itaú Cultural, 2017) intenciona provocar mudanças de comportamento e de valores, por meio de uma linguagem que estimula o questionamento de regras e hábitos já estabelecidos.

As intervenções de que tratamos aqui, as que povoam de forma efêmera o espaço público, têm a intenção de causar nos cidadãos um impacto informacional que podem fazê-los repensar o espaço em que circulam, além de estimulá-los a dele se apropriarem. As intervenções efêmeras podem levar à “ampliação do espaço público democrático e potencializador da cidadania” (Serpa, 2014, p. 62).

Este capítulo apresenta uma pesquisa, fruto de um levantamento bibliográfico de uma tese. A pesquisa investigou as linguagens das intervenções efêmeras e lúdicas no espaço público. Diante das premissas que os objetos são sistemas de signos e, portanto, capazes de gerar significados, compor mensagens e constituir discursos, chegou à hipótese de que as intervenções efêmeras e lúdicas são praticadas no espaço público

como manifestações de cidadania, por intermédio de substratos comunicacionais de ressignificação presentes nesses objetos.

Em vista disso, objetivou-se destacar e determinar os conceitos e processos das linguagens nas intervenções efêmeras e lúdicas no espaço público a fim de compreender os processos que promovem vivências culturais e práticas sociais.

A partir da delimitação teórica exposta nesse capítulo, pode-se chegar à definição das características das intervenções efêmeras e lúdicas. Na primeira parte, buscou-se demonstrar a importância do conceito de cidadania enquanto direito à cidade, termo cunhado por Lefebvre (2004) no livro *O direito à cidade*, para demonstrar a importância do espaço público como espaço de manifestação de liberdade de expressão, de luta por direitos e espaço comum de diferentes grupos sociais onde é possível exercitar a tolerância e o entendimento. Na segunda parte, foram apresentados os conceitos de lugar e espaço, fundamentais para o entendimento do espaço da cidade. Desse estudo, extraiu-se que é no lugar que a intervenção se manifesta enquanto local de construção de identidades e significados. Na terceira parte pode-se compreender melhor o que é uma intervenção efêmera e como o efêmero é uma marca do mundo contemporâneo. Na quarta e última parte desse capítulo compreendeu-se o fenômeno do lúdico, que se mostra como uma necessidade imaterial dos homens desde os tempos primitivos. O lúdico se apresentou como um conceito que tem semelhanças com a intervenção efêmera, o que possibilitou a definição de características da intervenção efêmera e lúdica.

### 3.2 Cidadania e o direito à cidade

Levando em conta que a intervenção urbana propõe novos usos, novas funções e dinâmicas espaciais para um espaço público, cabe a observação de Rosa e Weiland, no livro *Handmade urbanism* (2013), acerca de que a participação coletiva em intervenções urbanas, reu-

nindo diferentes atores, é um fenômeno que vem ocorrendo nas grandes cidades. Os autores explicam que essa transformação dos espaços realizada pelos próprios usuários é motivada pela ausência de ações do governo em algumas áreas da cidade, levando grupos de cidadãos a promover ações criativas, transformando ruas, praças, jardins e fachadas, melhorando a qualidade de vida, a convivência e a habitação nas referidas delimitações. Iniciativas do tipo *do it yourself* (faça você mesmo), utilizando o conhecimento tácito, têm sido testadas e realizadas em diversas cidades.

A globalização da economia acarreta e continua a ocasionar mudanças importantes nas relações entre Estado e sociedade. Estes eram o centro da noção e da prática da cidadania ocidental, mas perderam poder, pois “a redução do papel do Estado em benefícios de organismos e mecanismos de controle internacionais tem impacto direto sobre os direitos políticos (...)” (Carvalho, 2002, p. 225). A noção individual de pertencimento a uma nação, a uma totalidade, que era trazida pelo Estado nacional, se enfraquece diante de um mundo globalizado em que a economia em escala mundial influencia as políticas econômicas de um país. Está ocorrendo um “encolhimento do espaço público na sociedade contemporânea que cada vez mais [...] é colonizado pela lógica privada” (Almeida, 2009, como citado em Rodrigues, 2013, p. 15).

Bauman (1999, p. 88) entende que “a maneira como a sociedade atual molda seus membros é ditada, primeiro e acima de tudo, pelo dever de desempenhar o papel de consumidor”. A cultura de consumo intervém nas relações de cidadania presentes na cidade, fragilizando as noções de comunidade e solidariedade no âmbito social.

Lefebvre (2004) no livro *O direito à cidade*, defende que os habitantes da cidade têm o direito de se apropriar do espaço urbano, como direito de uso, no sentido de ocupar seus espaços, poder representá-los e caracterizá-los. O direito à participação diz respeito a tomar decisões e ao que é exercer a cidadania.

Joseph (2005) e Cocco (2000) concordam que as políticas urbanas não conseguem dar conta da heterogeneidade dos modos de vida e espaços, não evitam enclaves e privilégios, mas, ainda assim, o ambiente urbano, a metrópole, é um ambiente de minorias e não de exclusão. Um espaço que possibilita, apesar de tudo, que grupos minoritários exerçam sua cidadania.

Joseph (2005) também apresenta o conceito de rede, que foi definido por estudiosos da escola de sociologia de Chicago. Explica que, por meio de encontros e circulação de diferentes grupos sociais nos espaços intermediários – os círculos, salões, cafés e clubes – o laço social pode se expandir e se desdobrar, mesmo entre grupos sociais estabelecidos e minorias. As relações primárias, que são as relações próprias da comunidade e da vizinhança em ambientes menores e cidades pequenas, podem dar lugar, na metrópole, às relações secundárias, que ocorrem em encontros de indivíduos que circulam no espaço público, estabelecendo laços frágeis, que dependem do interesse desses indivíduos em se comprometer. As redes, portanto, são formadas a partir da vontade de indivíduos assumirem compromissos entre si.

Atualmente, a relação de vizinhança e de trabalho definida pela proximidade territorial perdeu força, dando espaço para as redes. Por outro lado, essas relações são cada vez mais divididas e segmentadas e os espaços entendidos como policêntricos e não mais o dualismo centro/periferia. Assim não está no centro a questão territorial e sim nas redes que se formam pelas relações formadas pelo “trabalho imaterial” (Cocco, 2000).

O trabalho contemporâneo “é chamado de imaterial” (Cocco, 2000), pois o que o define são as trocas de conhecimentos e informações em forma de trabalhos cooperativos, colaborativos e de cocriação. Agora, as relações de trabalho estão menos associadas a territórios contíguos. As redes colaborativas afetam os modos de vida, as práticas na cidade, as individualidades, as relações de sociabilidade e o exercício da cidadania.

Para os intelectuais da escola de Chicago, o espaço público é constituído de um espaço físico de locomoção e um espaço abstrato de comunicação. Este espaço público feito de conversas é responsável por tornar públicas as experiências individuais, possibilitando uma igualdade entre os estranhos que se comunicam, mostrando-se como um componente essencial da cidadania. Pode permitir novas maneiras de ser e agir na cidade.

Gehl (2013), em *Cidade para pessoas*, compreende que a cidadania dá conta da dimensão humana, pensando em uma cidade que torne fácil o ato de caminhar e se deslocar, sem prejuízos para a segurança, evitando a circulação indevida de veículos e transportes coletivos. Entende que o planejamento urbano deve começar com as pessoas, já que a consideração relativa à circulação de pessoas em centros urbanos é menos dispendiosa, simples, saudável e sustentável, além de tornar a cidade um lugar onde o cidadão pode se sentir mais à vontade para intervir e se apropriar. O uso do espaço público é principalmente relevante em áreas habitacionais com alta densidade populacional e poucos recursos econômicos, pois não há tantas opções de lazer e cultura.

As intervenções possibilitam uma maneira inusitada de perceber o espaço e de utilizá-lo. Estimulam a interação dos cidadãos e intermedeiam a relação do cidadão com o ambiente público, fazendo com que ele tenha outras percepções do local. O cidadão, ao ter uma experiência positiva com o lugar, sente-se livre para atuar no espaço e se apropriar dele, exercendo, assim, sua cidadania de forma mais ampla.

### 3.3 O lugar da intervenção

Quando as pessoas compreendem o espaço público como algo em que se pode intervir e apropriar, o espaço deixa de ser algo abstrato para ser o local onde concretiza suas ações e intenções. Esta operação faz com que o espaço passe a ser lugar, local onde ele se identifica como cidadão e (re)significa o lugar como seu.

O lugar é uma fração do espaço em que um grupo de pessoas deposita seus valores culturais e referências, um local onde constroem a sua identidade. Está repleto de signos e valores contidos em objetos e ações que revelam a cultura de um grupo e dos indivíduos que o compõe. Ferrara (1993) estabelece que, enquanto o espaço está definido pelo percepto, o lugar é moldado pelo juízo perceptivo. O espaço proporciona as pessoas na cidade os estímulos qualitativos de objetos que ainda não passaram por um processo de significação por meio do intelecto, que ainda não foram avaliados segundo o código e repertório próprio de cada pessoa. O estímulo qualitativo do percepto se relaciona às cores e texturas e aos cheiros e a tudo mais que apela aos sentidos. Em um segundo momento, o intelecto produz um juízo perceptivo que seleciona e organiza objetos e ações em prol de definir uma representação, imagética, sonora ou verbal do espaço. Essa ação determina dentro de um espaço, o estabelecimento de um lugar.

Lynch (1999), em *A imagem da cidade*, realizou pesquisas com habitantes de três cidades norte-americanas e percebeu que a mesma delimitação de espaço urbano é organizada e (re)significada de forma diferente por cada pessoa entrevistada. Cada indivíduo selecionou e destacou objetos e ações que mais lhe pareciam significativos. Essa é a operação de transformar espaço em lugar, ocorre quando o espaço “é vivenciado por seus habitantes pela multiplicidade de significados que desperta, pelo uso que se faz dele, ou pelos valores culturais que dirigem sua apreensão e organização” (Duarte, 2002, p. 66).

É no lugar que “a informação se concretiza” (Ferrara, 1993, p. 153), onde ela é interpretada e apropriada pelos indivíduos e grupos que circulam pela cidade. No lugar é “onde diferenças culturais se manifestam e entram em contato” (Duarte, 2002, p. 67). Tuan (1983) assevera que a experimentação do espaço é possível por intermédio do lugar, ou seja, pelo seu uso. No lugar é possível apreender, reconhecer e ordenar os elementos significativos a nós, que nos definem e que definem o outro. Faz parte de um processo de significação mutante e fértil dos cidadãos, que pelos usos que fazem, constantemente criam novos valores culturais.

### 3.4 As intervenções efêmeras

O efêmero é um conceito que assinala a contemporaneidade, considerada ainda pela ótica de alguns pensadores como a pós-modernidade. Como aponta Harvey (1993), o efêmero é a marca da fragmentação, do descontínuo e do caótico em um mundo pós-moderno. Essa é, para ele, a condição pós-moderna que possibilita a convivência em um mesmo espaço de diferentes habitantes com modos de vida e culturas distintas, possibilitando-lhes influenciarem-se mutuamente e criarem novas culturas. Esse fenômeno gera laços mais frágeis, superficiais e, conseqüentemente, efêmeros. Ocorre a supervalorização do indivíduo em detrimento do senso de coletividade e cidadania.

Já Sennet (1998) afirma que a velocidade da contemporaneidade é a responsável por tornar o corpo do indivíduo pós-moderno insensível aos espaços em que circula e às pessoas que por ali transitam. Há uma crise dos sentidos. E quando esse homem se depara com a diferença, evita contato. Bauman (2001) concorda com Sennet (1998) ao determinar que a aceleração da vida contemporânea, promovida pela facilidade de comunicação e circulação que as tecnologias possibilitam, é a causa da construção de relações mais precárias e descartáveis. É o que Bauman define como *modernidade líquida*. Esses laços frágeis e superficiais criam uma sensação constante de incerteza e insegurança e também encorajam o nomadismo, valorizando a constante circulação nos espaços e pouca permanência nestes. Diante de um mundo governado pelo efêmero, a intervenção, também efêmera, apresenta-se como uma alternativa de caráter criativo e libertador para propor aos cidadãos vivências distintas de sua cidade. Trata-se de um convite à imaginação que possibilita novas maneiras de perceber e interpretar os espaços públicos. Intenciona a superação da superficialidade e hostilidade que caracterizam as relações presentes no espaço das metrópoles, estimulando a construção de relações mais amistosas e menos frágeis.



Em uma pesquisa realizada sobre intervenções efêmeras como manifestação de cidadania, verificou-se que estas se concretizam na cidade por meio de substratos comunicacionais e foram destacadas as características que as estruturam como efêmeras e também lúdicas quando praticadas no espaço público.

A partir da proposta de Fontes em *Intervenções temporárias, marcas permanentes: apropriações, arte e festa na cidade contemporânea* (2013) que relaciona características de intervenção temporária ligadas à marca do mundo atual, que é o efêmero, foram selecionados os atributos que se aproximam às modificações do espaço público, entendido como lugar. Tais características são a flexibilidade, a reversibilidade e a imprevisibilidade.

A deterioração das regras rígidas da modernidade no mundo contemporâneo se traduz em um espaço urbano mais *flexível* às constantes mudanças de um mundo fragmentário e de relações frágeis, aberto a novas apropriações. As intervenções são objetos “desenhados para serem apropriados pelas pessoas, gerando uma gama diversa e flexível de usos” (Fontes, 2013, p. 99).

A *reversibilidade* sugere a elasticidade de um espaço urbano, é uma característica que mostra a constante adequação entre usos e espaços, que vão se modificando ao longo do tempo.

A *imprevisibilidade* pressupõe que a cidade contemporânea demanda projetos em espaços públicos que tenham o mínimo possível de direcionamento, a fim de que os próprios cidadãos possam se apropriar e utilizar de maneira cada vez mais diversa e democrática.

Diante de tais características contemporâneas que afetam o espaço público, pode-se perceber que estas se traduzem em dimensões-chave da intervenção efêmera, também descritas por Fontes (2013). Dentre as quais, algumas se apresentam mais relevantes para definir a intervenção efêmera, são elas: transitória, particular, ativa, participativa, subversiva, interativa e relacional.

*Transitória* é uma “atitude que contém o desejo de transformação do espaço, advindo de uma forma contemporânea de pensar e agir” (Fontes, 2012). Conforme foi explicado anteriormente, vivemos em um mundo regido pelo efêmero, característica esta que influencia as percepções de mundo e relações. E que são percebidas nos objetos, frutos da sociedade do efêmero.

O conceito do *particular* se apresenta como importante em uma intervenção temporária porque essa se insere em um determinado lugar que contém uma dinâmica, uma cultura e costumes próprios, portanto é uma característica que se refere ao contexto do local onde a intervenção ocorre.

A *ativação* tem relação com “as diversas atividades ou “atitudes” perante a cidade” (Fontes, 2013, p. 50). Uma intervenção pode potencializar características que já estão presentes em um local e estimular a apropriação dos locais pelos próprios cidadãos, ativando-o.

A *participação* se refere às redes que transformam os espaços em locais nos quais os participantes da rede intervêm para satisfazer os seus desejos e necessidades. Esta característica difere da realização de grandes eventos promovidos pelo governo ou por iniciativa privada que se enquadram na ideia de Debord (2002) de “espetacularização” da sociedade, traço da pós-modernidade que insere espetáculo em todas as esferas da vida cotidiana. Enquanto os grandes eventos estimulam o consumo e reforçam a passividade nos cidadãos, as intervenções efêmeras estimulam a criação de redes, o pertencimento e o uso do espaço público adequado às necessidades dos cidadãos.

Harvey (1993, como citado em Fontes, 2013, p. 67) entende que, ao abrigar eventos grandes e genéricos, os espaços públicos tendem a se afastar de sua autenticidade e essência, já que ocorre a repetição de uma linguagem visual e estética de modelos bem-sucedidos que se assemelha a reprodução em série da indústria. Pallamin (2002, como citado em Fontes, 2013, p. 68) destaca que as estratégias de marketing utilizadas em projetos de eventos e entretenimentos no espaço pú-

blico, não estimulam a criatividade dos cidadãos, já que os saturam de valores e padrões estéticos que os anestesia. A intervenção seria então uma forma de resistência à cidade espetáculo onde tudo se transforma em mercadoria, inclusive a cultura.

As intervenções efêmeras seriam, então, uma “resistência à normatização dos padrões de comportamento público na cidade contemporânea, ao espetáculo e ao consumismo da cidade opulenta, trazendo à tona a dimensão subversiva da apropriação temporária” (Fontes, 2012, p. 3).

Ao se tornar uma manifestação de resistência contra a incorporação da ideia de consumismo às relações tecidas no espaço público, a intervenção temporária tem um caráter *subversivo*. Subverte os modos de agir sugeridos pela urbanização e estimula o exercício da criatividade e de liberdade do indivíduo na cidade.

As intervenções efêmeras são *interativas*, visto que apelam aos sentidos por meio do contraste com o contexto já existente. Provocam a curiosidade, por meio de linguagens que destoam daquelas já presentes na cidade e possibilitam novas formas de interação com o cidadão. A intervenção urbana temporária promove interação entre as pessoas e entre a obra e as pessoas que estão ali interagindo, o que lhe confere a característica de relacional. Abre brechas para que novas intervenções ocorram. Ao ser *relacional* desenvolve a *amabilidade urbana*, termo cunhado por Fontes (2013), que é o estímulo de relações de proximidade e intimidade do indivíduo com o espaço e do indivíduo com outros indivíduos que estão no mesmo espaço. A *amabilidade urbana*, portanto, confere ao local público a facilitação de relações de proximidade ao atribuir ao ambiente uma sensação de refúgio, intimidade e proteção.

A amabilidade, como vista por Fontes (2013), refere-se à cordialidade, à hospitalidade, à generosidade, envolvendo questões subjetivas que ultrapassam as boas maneiras e defesas perante o outro e distingue-se da expressão urbanidade cunhada por Merlin e Choay (1996) e por Coutinho (2006) referindo-se à aceitação do outro e polidez do trato

social para uma boa convivência na cidade. Pode-se até fazer um contraponto entre urbanidade – qualidade relativa a um espaço-tempo cotidiano – e a amabilidade – qualidade de um espaço-tempo da intervenção, que tem a característica de ser uma exceção. A *amabilidade* na intervenção possibilita avançar a um estágio de *vitalidade*, termo definido por Jacobs (2003) no livro seminal *Morte e vida nas grandes cidades*, que caracteriza o uso intenso de espaços públicos, advindo de boas condições de segurança, contato, integração social e diversidade.

A intenção transformadora presente nas intervenções urbanas é o que as diferencia dos usos cotidianos do cidadão que atua nos espaços públicos da cidade de forma a adaptá-los aos seus interesses e necessidades. Essa intencionalidade de projeto, presente nas intervenções efêmeras, apresenta novas informações e linguagens, que por seu caráter não corriqueiro pretendem provocar nos cidadãos uma mudança de entendimento, de comportamento e de uso do espaço. Enquanto a intervenção permanente propõe uma construção constante de relações e redes em um determinado local, a intervenção efêmera agrega signos ao espaço da cidade a fim de provocar uma reavaliação da relação do indivíduo com a cidade em que se insere.

As intervenções efêmeras, portanto, seguem a tendência do mundo contemporâneo assinalado pelo provisório e pelo fragmentário. Tais características se consubstanciam numa linguagem compreensível que se quer democrática.

### 3.5 O lúdico na intervenção

Como parte de um fenômeno sociocultural, a imbricação entre o lúdico e a intervenção efêmera tem como características a promoção da participação dos cidadãos e o estímulo de outras percepções do espaço. O lúdico, apesar de não fazer parte das necessidades básicas de sobrevivência do indivíduo, é uma atividade que ele pratica desde os tempos imemoriais. O jogo e a brincadeira acompanham-no desde os primeiros tempos da humanidade e se mostram como uma necessidade imaterial.

O termo *lúdico* deriva das palavras de origem latina *ludus* e *ludere*. Esses termos referem-se aos “jogos infantis, as recreações, as competições, as representações litúrgicas teatrais e os jogos de azar” (Huizinga, 1980, p. 41). *Ludus* tem a base semântica em *alludo*, *colludo*, *illudo*. Todos esses significam o irreal e ilusório, ou seja, o faz de conta. O termo *ludus* foi superado na língua latina pelo termo jogar, derivado de *jocus* – que significa gracejo ou troça, e que, ao longo do tempo foi adquirindo um sentido mais amplo, que é como o conhecemos hoje (Huizinga, 1980).

O lúdico ultrapassa o nível fenomênico de atividade física e se apresenta com uma função significativa que transmite determinado sentido à ação. É por meio do jogo que a “sociedade exprime sua interpretação da vida e do mundo” (Huizinga, 1980, p. 53).

O jogo é uma atividade que acaba se tornando uma necessidade devido ao prazer que provoca. É uma ação que a qualquer momento pode ser suspensa ou adiada. É praticada no tempo livre e só se torna um fardo quando constitui uma função cultural, já que “a cultura possui um caráter lúdico, que se processa segundo as formas e no ambiente do jogo” (Huizinga, 1980, p. 53).

Huizinga fez uma extensa pesquisa sobre o lúdico e chegou a conceitos definidores do jogar enquanto atividade cultural. Entende que há um caráter profundamente estético no que se refere ao jogo e que os métodos quantitativos das ciências experimentais não dão conta de definir o lúdico. O jogo, para ele, “se baseia na manipulação de certas imagens, numa certa ‘imaginação’ da realidade (ou seja, a transformação desta em imagens)” (Huizinga, 1980, p. 7). Também a intervenção no espaço público se propõe a manipular algumas imagens desse local e tem um forte apelo estético.

A atividade lúdica apresenta algumas características fundamentais descritas a seguir. A primeira característica essencial do jogo é o fato de ser um exercício de liberdade de escolha, é uma atividade realizada por vontade e interesse próprio de quem o faz. Estimula a subjetividade, a imaginação e a sociabilidade. A segunda característica é que

o jogo não é vida “real”, ao contrário, é uma evasão da vida “real” para uma esfera temporária de atividade. É um faz de conta e uma ilusão (essa palavra vem do latim *ilusio* que significa “em jogo”). O faz de conta do jogo não impede que ele seja levado a sério, uma seriedade que culmina no êxtase por realizar tal atividade. O jogo não faz parte da vida comum, situa-se fora do mecanismo de satisfação imediata das necessidades e dos desejos. O jogo é efêmero, tem caráter de excepcionalidade e estimula a criatividade, a emancipação e as trocas comunicacionais entre as pessoas que dele participam. Da mesma forma, a intervenção urbana é carregada de signos que a diferencia dos elementos urbanos cotidianos, signos estes que intencionam estimular a criatividade e a emancipação individual, além de promover ideais comunitários. A terceira característica do jogo é o isolamento espacial e a limitação temporal. O jogo é realizado “dentro de certos limites de tempo e de espaço. Possui um caminho e sentido próprios” (Huizinga, 1980, p. 13). Apesar da criação de um jogo prever um começo, um meio e um fim, a memória dele costuma ser conservada e transmitida mesmo após o seu término. À medida que é transmitido e reproduzido com as mesmas regras se torna uma tradição. A repetição também é uma qualidade do jogo. A limitação espacial, inclusive, constitui um jogo, esse delimita um espaço material ou imaginário, escolhido espontaneamente ou após uma reflexão.

O jogo também se caracteriza por criar uma ordem, de ser um mundo temporariamente ordenado dentro de uma vida repleta de imperfeições e impossível de se controlar. Aqui se encontra uma relação entre ordem e estética, o belo derivado de formas ordenadas. As palavras que qualificam um jogo são semelhantes às palavras que usamos para descrever aspectos estéticos das formas: “tensão, equilíbrio, compensação, contraste, variação, solução, união e desunião” (Huizinga, 1980, p. 13). Estão repletas de ritmo e harmonia, características que agradam muito a nós, humanos. Assim como o belo, o jogo também causa em nós impacto, fascinação e curiosidade. O divertimento é uma característica que tem poder de fascinação, já que o indivíduo

se sente livre para exercer a sua criatividade quando está jogando. A intervenção também apresenta características estéticas que apelam, agradam e fascinam os que circulam nos espaços da cidade, provocando com sua estética inesperada – e por vezes estranha –, a curiosidade dos cidadãos.

Os que jogam juntos tendem a formar uma comunidade que se sustenta mesmo após o término do jogo. A ideia de “partilhar algo importante, afastando-se do resto do mundo e recusando as normas habituais, conserva a sua magia para além da duração de cada jogo” (Huizinga, 1980, p. 15). Da mesma maneira aqueles que participam de uma intervenção ou que interagem com ela tendem a tecer relações e redes que não acabam ali, que podem continuar após o término da interferência no espaço público.

O ambiente do jogo é inconstante visto que algum impacto da vida real ou quebra de regras pode afetar e encerrar o jogo. Do mesmo modo, a intervenção tem esse caráter instável e efêmero. Uma das grandes motivações de se jogar é a competição que está contida nessa atividade, já que ganhar significa “manifestar sua superioridade num determinado jogo. Contudo, a prova desta superioridade tem tendência para conferir ao vencedor uma aparência de superioridade em geral [...] ganha estima, conquista honrarias” (Huizinga, 1980, pp. 56-58).

Além do estímulo que a competição promove no indivíduo, ganhar também pode significar a vitória para um grupo. E o grupo em retribuição ao indivíduo que lhe rendeu a vitória, dá a ele aplausos, ovações, honra, estima e prestígio. A vitória é uma motivação forte porque além do reconhecimento individual e coletivo, traz um prêmio que pode ter valor simbólico, material ou abstrato. Utilizar a ideia do jogo, no seu sentido mais conhecido de competição e premiação, pode ser um estímulo aos cidadãos interagirem por meio de uma intervenção, uma força motriz para incentivar o uso do espaço público.

### 3.6 Considerações finais

As dimensões-chave definidas por Fontes (2013) das intervenções temporárias entretidas às propriedades das experiências lúdicas apontadas por Huizinga (1980), permitem delinear os atributos que definem a intervenção efêmera e lúdica.

As intervenções efêmeras e lúdicas possibilitam a renovação do espaço da cidade em termos perceptivos, comunicacionais, estéticos e de uso e carregam para o cidadão o benefício de ocupar um espaço em que possa intervir e se sentir partícipe. Dessa aproximação entre o lúdico e o efêmero, os atributos que definem, portanto, a intervenção efêmera e lúdica que podem ser assim definidas: impactante, inusitado, típico, excepcional, interativo, flexível, participativo, catártico relacional e motivador.

- *Impactante*: define o aspecto estético que impacta os indivíduos por meio de qualidades perceptivas que transmitem mensagens de tensão e equilíbrio, de contraste e harmonia, de unidade ou separação.
- *Inusitado*: destoa da linguagem já presente e saturada do espaço público.
- *Típico*: define um tempo, espaço e regras próprias.
- *Excepcional*: representa um “faz de conta”, uma fuga ou um intervalo do cotidiano.
- *Interativo*: estimula a interação do indivíduo com o processo de intervenção.
- *Flexível*: deixa os participantes livres para encerrarem a sua participação quando desejarem.
- *Participativa*: promove a união de pessoas em torno de um objetivo comum.



- *Relacional*: oferece aos indivíduos uma oportunidade de apropriação da intervenção-jogo.
- *Catártica*: permite aos usuários utilizar a intervenção de forma livre, criativa e sem julgamentos.
- *Motivador*: incentiva os cidadãos a repetir a atividade.

A compreensão do ambiente urbano pelo cidadão dá a ele uma força que lhe permite interferir no ambiente pelo uso que dele faz e pela noção de que o uso é um modo de agir criticamente. As práticas de intervenção no espaço construído, por seus atributos efêmeros e lúdicos, inserem o indivíduo no processo social e existencial, tornando-o presente desde a dimensão imaginária até as decisões e ações pautadas nos valores da coletividade. Os jogos discursivos incentivados pelas intervenções acabam criando realinhamentos nos processos de ressignificação de espaços da cidade.

As intervenções representam um espaço onde o cidadão pode exercer sua liberdade, sua criatividade e adquirir dessa experiência outras percepções e ideias sobre o espaço em que circula e está todos os dias, capacitando-o a construir novas relações e novos conhecimentos e o encoraja a aprimorar sua subjetividade e sociabilidade.

Se a cidade é um impacto informacional e sugere outras atuações intervenientes – uma cidade adequada a seu uso – pode-se inferir que a ressignificação dos lugares, mesmo que efêmera, permite ao usuário apropriar-se dela e utilizá-la.

## Referências

Almeida, F. Q. de, Gomes, I. M. & Bracht, V. (2009). *Bauman e a educação*. Belo Horizonte: Autêntica.

Bauman, Z. (1999). *Globalização: as consequências humanas*. Rio de Janeiro: J Zahar.

Bauman, Z. (2001). *Modernidade líquida*. Rio de Janeiro: J Zahar.

- Carvalho, J. M. (2002). *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Cocco, G. (1999). A cidade policêntrica e o trabalho da multidão. *Lugar Comum*. Rio de Janeiro, (9-10), 61-89.
- Coutinho, R. (Org.). (2006). *A cidade pelo avesso: desafios do urbanismo contemporâneo*. Rio de Janeiro: Viana & Mosley.
- Debord, G. (2002). *A sociedade do espetáculo*. Rio de Janeiro: Contraponto.
- Duarte, F. (2002). *Crise das matrizes espaciais: arquitetura, cidades, geopolítica, tecno-cultura*. São Paulo: Perspectiva/FAPESP.
- Ferrara, L. (1993). *Olhar periférico: informação, linguagem, percepção ambiental*. São Paulo: Edusp.
- Fontes, A. (2012). Intervenções temporárias e marcas permanentes na cidade contemporânea. *Arquiteturarevista*, v.8(1), 31-48, jan-jun, São Leopoldo: Unisinos. Recuperado de <http://revistas.unisinos.br/index.php/arquitetura/article/view/arq.2012.81.05/879>.
- Fontes, A. (2013). *Intervenções temporárias, marcas permanentes: apropriações, arte e festa na cidade contemporânea*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra.
- Gehl, J. (2013). *Cidade para pessoas*. São Paulo: Perspectiva.
- Harvey, D. (1993). *A condição pós-moderna*. São Paulo: Loyola.
- Huizinga, J. (1980). *Homo Ludens: o jogo como elemento da cultura*. São Paulo: Perspectiva.
- Itaú Cultural. (n.d.). *Enciclopédia Itaú cultural*. (Site). Recuperado de <http://enciclopedia.itaucultural.org.br/>.
- Jacobs, J. (2003). *Morte e vida nas grandes cidades*. São Paulo: Martins Fontes.
- Joseph, I. (2005). A respeito do bom uso da Escola de Chicago. In VALLADARES, L. (org.). *A escola de Chicago: impacto de uma tradição no Brasil e na França*. Belo Horizonte/Rio de Janeiro: UFMG/IUPERJ.
- Lefebvre, H. (2004). *O direito à cidade*. São Paulo: Centauro.
- Lynch, K. (1999). *A boa forma da cidade*. Lisboa: Edições 70.
- Merlin, P. & Choay, F. (1996). *Dictionnaire de l'urbanisme et de l'aménagement*. Paris: Presses Universitaires de France.

Pallamin, V. (2002). Arte Urbana como prática crítica. In PALLAMIN, V. (Org.). *Cidade e cultura: esfera pública e transformação urbana*. São Paulo: Estação Liberdade.

Rodrigues, D. & MENDES, J. (2013). O ensino de filosofia e a cidadania: uma análise a partir da ldb 9.394/96. *Revista Impulso*, v. 23(56), 7-19, jan-abr.

Rosa, M. & Weiland, U. (2013). *Handmade urbanism: from community initiatives to participatory models*. Berlim: Jovis.

Sennet, R. (1998). *O declínio do homem público: as tiranias da intimidade*. São Paulo: Companhia das Letras.

Serpa, A. (2014). *O espaço público na cidade contemporânea*. São Paulo: Contexto.

Tuan, Y. (1983). *Espaço e lugar: a perspectiva da experiência*. São Paulo: Difel.

# 4. Intersecções entre urbanismo e saúde: caminhabilidade e atividade física

*Daniela Pereira Almeida  
Larissa Loures Mendes  
Klaus Chaves Alberto*

## 4.1 Introdução

Há muito as cidades se tornaram protagonistas das aglomerações humanas, consolidaram-se como espaços que oferecem melhores oportunidades econômicas, educacionais, de serviços, moradia, entre outras. No entanto, apesar de todas as potencialidades do fenômeno da urbanização mundial, a questão da saúde pública continuou como um dos problemas constantes nas cidades apesar da expressiva mudança nos padrões de doenças e mortalidade ao longo do século XX.

Abdel Omran, em 1971, denominou essa mudança de “transição epidemiológica”, nela a causa primária de morte deixou de ser as pandemias infecciosas e foi, gradualmente, sendo substituídas por doenças degenerativas produzidas pelo homem. Essas mudanças estão fortemente associadas às transições demográficas e socioeconômicas que vem ocorrendo nos mais variados contextos geográficos mundiais (Omran, 2005).

No Brasil essa transição pode ser vista ao analisarmos os dados de mortalidade de 1930 e de 2007. Em 1930, 46% das mortes nas capitais brasileiras tiveram como causa doenças infecciosas; em 2007 este dado mudou drasticamente, caindo para 10%. No início do século XXI, 72% das mortes já tiveram como causa as doenças crônicas não-transmissíveis (Schmidt et al., 2011).

Dentre as mudanças no estilo de vida ocorridas neste período, Co-nass et al. (2007) destacam o consumo de álcool e tabaco, bem como ingestão de alimentos pouco saudáveis, sedentarismo e aumento da prevalência de obesidade, além da alteração da estrutura etária da população que, progressivamente, vem tornando-se mais idosa.

A urbanização junto com o desenvolvimento social e econômico não produziu somente efeitos benéficos, os efeitos dos sistemas urbanos na vida da população são ainda muito complexos e pouco compreendidos. A Organização Mundial da Saúde (OMS) estima que, em 2012, 12,6 milhões de mortes ao redor do mundo, correspondendo a 23% do total, são atribuídas ao ambiente (Who, 2016). Como ambiente pode-se entender a congregação de fatores físicos, químicos e biológicos externos aos indivíduos que possam, de alguma forma, influenciar o comportamento das pessoas. Neste sentido, riscos ambientais (condições que aumentam as chances de ocorrer determinado desfecho de saúde) estariam relacionados a fatores modificáveis do ambiente, como poluição do ar, ultravioleta, poluição sonora, ambiente construído, dentre outros (Who, 2016). Assim, aspectos do ambiente construído, como o sistema viário, padrões de uso e de ocupação do solo, características estéticas do espaço urbano, bem como características dos locais de trabalho e moradia, podem influenciar direta ou indiretamente a saúde dos indivíduos o que exige uma abordagem cada vez mais multidisciplinar tanto da saúde pública quanto do urbanismo.

## 4.2 Saúde urbana

Muitos estudos a respeito da ocorrência dos efeitos do ambiente na saúde dos indivíduos são feitos por investigadores da área da Saúde Urbana. A Saúde Urbana “pode ser considerada como um ramo da Saúde Pública que estuda os fatores de riscos das cidades, seus efeitos sobre a saúde e as relações sociais urbanas” (Caiaffa et al., 2008, p. 1789). Caiaffa et al. (2008) propõe um modelo conceitual (Figura

4.1 – Modelo Conceitual de Saúde Urbana) que explica como a saúde do indivíduo é modulada por uma rede interligada de fatores do ambiente físico e social, proximais e distais, em múltiplos níveis (Caiaffa et al., 2008).

**Figura 4.1** - Modelo Conceitual de Saúde Urbana.



Fonte: Desenho de Daniela Pereira Almeida (2018). Adaptado de Caiaffa et al. (2008)

Neste modelo, localizam-se no nível mais distante fatores de influência mundiais e nacionais, como políticas governamentais, estrutura democrática, economia nacional, cultura e geografia. Além de se influenciarem, estes fatores acabam por estimular os do nível municipal, que são a qualidade do governo local, estrutura legal e política, população, mercado, emprego e sociedade civil. Estes, por sua vez, seriam determinantes das condições urbanas de moradia e trabalho, sendo a oferta e acesso a serviços, ambiente físico e social, infraestrutura e moradia. Estes fatores agrupam as variadas características do contexto em que a população está diretamente inserida, como acesso a serviços de saúde, disponibilidade e preço de produtos alimentícios,

oportunidades para prática de atividades físicas, características físicas e sociais vizinhança, qualidade dos locais de trabalho, tratamento de esgoto etc. Neste sentido, estes são os fatores próximos à saúde dos indivíduos, mediando o desenvolvimento de desfechos de saúde (como o desenvolvimento de doenças, por exemplo) por meio do estilo de vida do indivíduo, da rede social em que este está inserido e do empoderamento e conhecimento responsáveis pelas tomadas de decisões.

As Doenças Crônicas Não Transmissíveis (DCNT) se mostram, atualmente, como o efeito mais devastador em termos de saúde. Também chamadas de “não comunicáveis”, são doenças de desenvolvimento e progresso lento, e resultam de fatores de risco genéticos, psicológicos, comportamentais e ambientais (Booth et al., 2012; Who, 2017a).

De acordo com a OMS, das 56 milhões de mortes ocorridas ao redor do mundo em 2012, 38 milhões foram devidas a DCNT. Estima-se que esse número aumentará para 52 milhões em 2030 (Who, 2014). Os quatro principais tipos de doenças responsáveis por mortes em 2012 foram as cardiovasculares, respiratórias, cânceres e diabetes.

Schmidt et al. (2011) ressalta ainda que analisar o quadro de DCNT apenas por meio de indicadores de mortalidade resulta em uma perspectiva limitada. Essas doenças, por serem de progresso lento, além de serem responsáveis por um número estarrecedor de mortes, são ainda responsáveis por anos vividos com má qualidade de vida, devido a incapacidades geradas pelo quadro de saúde do indivíduo.

Os cinco principais fatores de risco para o desenvolvimento desse tipo de doença são: 1) tabagismo; 2) uso prejudicial de álcool; 3) alimentação não saudável; 4) inatividade física; e 5) excesso de peso. No Brasil, os dados a respeito destes fatores de risco se mostram preocupantes. Apesar da prevalência de tabagismo, que até então vinha caindo, ter se estabilizado entre 2006 e 2009, o uso prejudicial de álcool aumentou consideravelmente neste período. Além disso, estima-se que o padrão alimentar da população brasileira tenha se alterado entre 1970 e meados dos anos 2000, com diminuição de consumo de alimentos

tradicionais básicos e aumento de consumo de produtos processados. Por fim, apesar de não se ter dados longitudinais conclusivos sobre a inatividade física no Brasil, houve um aumento substancial da frequência de excesso de peso corporal a partir de 1970, e estima-se a continuidade deste aumento entre 2006 e 2009 (Schmidt et al., 2011). De acordo com o relatório da OMS, dois dos principais fatores de risco para DCNT relacionados ao ambiente construído seriam obesidade e inatividade física e, portanto, melhorias no ambiente teriam grande efeito na redução dessas doenças (Who, 2016).

Diversos autores citam a inatividade física como um dos fatores de risco para DCNT (Durstine et al., 2013; Schmidt, et al., 2011; Who, 2014; Who, 2016). Porém Booth, Roberts e Laye (2012), afirmam que há evidências de que a redução no nível diário de atividade física é a causa primária dessas doenças e que a prática de exercícios seria o tratamento para as disfunções decorrentes das enfermidades.

Neste sentido, estima-se que pessoas que são insuficientemente ativas têm de 20 a 30% de aumento de risco de morte do que pessoas que praticam pelo menos 150 minutos de atividade física moderada por semana, como recomendado pela OMS. Os dados são de que 23% dos adultos com mais de 18 anos no mundo são insuficientemente ativos (Who, 2017b). No Brasil, a estimativa é de que em 2010, a prevalência de insuficiência em atividade física seria de 20 a 29,9% (Who, 2014). Este dado aumenta significativamente quando se trata de adolescentes, no mundo 81% desse grupo praticam menos atividade física do que o recomendado (Who, 2016).

Calcula-se que inatividade física cause 6% do total de mortes mundiais por meio de doenças que têm como um dos principais fatores de risco a inatividade física, como cardiopatia isquêmica, acidente vascular cerebral, câncer de mama, cólon e reto, e diabetes (Who, 2016). A relação entre a prática de atividades físicas e riscos associados à progressão de transtornos crônicos se dá uma vez que diversas capacidades funcionais são atingidas a curto prazo pela diminuição de níveis de atividade física diários, como perda de sensibilidade à in-



ulina e aumento de tecido adiposo, por exemplo (Booth et al., 2012).

Booth, Roberts e Laye (2012) destacam ainda que prática de atividade física funciona também como tratamento para condições crônicas, ou atenuação de sua progressão, uma vez que durante a prática quase todo o sistema fisiológico é ativado (cérebro, neurológico, vascular, fígado, tecidos adiposos e musculares etc.). Neste sentido, a prática de atividade física como tratamento pode ser ainda mais efetiva do que ingestão de remédios, devido à ausência de efeitos colaterais (Booth et al., 2012; Durstine et al., 2013).

Algumas mudanças no estilo de vida da população foram responsáveis pela diminuição dos níveis de exercícios. Destacam-se mudanças nos padrões do trabalho, com a introdução de máquinas motorizadas, e conseqüente diminuição de 50% a 70% do número de passos diários (Booth et al., 2012). Além disso, devido a fatores urbanísticos e econômicos, ocorreram também alterações na escolha de modos de transporte. Em muitos países, principalmente nos industrializados, o tipo de desenvolvimento urbano adotado induziu à diminuição de densidade residencial nas cidades à medida que novos assentamentos foram surgindo em áreas de expansão localizadas longe dos centros urbanos, aumentando a dependência dos residentes a transporte motorizado para viagens diárias (Badland & Schofield, 2005). Neste sentido, melhoria no planejamento urbano, com desenvolvimento de cidades mais compactas e presença de diferentes tipos de destinações na mesma área, bem como presença de locais adequados e interessantes para prática de atividades físicas, desenvolvimento e barateamento do sistema de transporte público, dentre outras, são intervenções com potencial para promoção de atividades físicas.

De qualquer forma, no geral, doenças são o resultado da interação entre vários fatores ambientais, sociais e comportamentais. Portanto, intervenções devem focar tanto nos ambientes urbanos quanto nos escolares e de trabalho, políticas públicas, mídia de massa, comunidade e cuidados primários de saúde (Who, 2014), o que requer um planejamento holístico e multidisciplinar voltado para a saúde.

## 4.3 Estudo do ambiente construído e atividade física

Especialmente a partir de meados do século XX, teorias urbanísticas já vinham apontando para a relação existente entre características do ambiente urbano e o uso e apropriação do espaço urbano por parte da população. Jane Jacobs, por exemplo, em seu livro *Morte e Vida das Grandes Cidades*, publicado em 1961, aponta quatro principais condições para a vitalidade de espaços urbanos, são elas: 1) uso diversificado do solo; 2) concentração de residentes; 3) tamanho dos quarteirões; 4) presença de construções de diferentes idades, o que induziria a uma diversidade de ofertas de serviços e moradia. Além dessas, a autora aponta outras duas condições adicionais à vitalidade: acessibilidade e fronteiras desertas. Para a autora, a vitalidade urbana consistiria em atividades de pedestres nas ruas da cidade, o que seria responsável por reduzir o nível de crimes e por promover ações coletivas (Jacobs, 2000).

Nas últimas décadas, estudos de saúde urbana vêm investigando essas mesmas relações, até então teóricas, por meio da análise de associação entre características específicas no bairro e prática de atividade física pelos residentes do bairro. De acordo com Putnam e Quinn (2006), a teoria de Jacobs está alinhada com as de Saúde Urbana, as categorias de análise da autora são utilizadas como base teórica para estudos na área. Os autores destacam que os estudos no campo da saúde corroboram as teorias de Jane Jacobs uma vez que vem apresentando novos tipos de evidências favoráveis a elas. Das condições para vitalidade, estabelecidas pela autora, a menos estudada até então é a condição de “fronteiras desertas”, investigada recentemente por Sung e Lee (2015).

De acordo com King et al. (2002) as abordagens conceituais para o estudo da prática de atividade física podem ir para o lado de abordagens que explicam o que dirige as escolhas do indivíduo (*choice-driven*) como a Teoria do Comportamento Planejado e outras teorias da psicologia, que consideram diversos fatores intra e interpessoais; ou

para o lado de abordagens que explicam que tipo de ambiente social e físico permitem ou induzem a tomada de decisão em função de um determinado comportamento (*choice-enabling*), que consideram o ambiente físico e contextual.

Esta segunda abordagem engloba estudos que investigam o ambiente construído e a atividade física, geralmente estudando bairros caminháveis, ou a caminhabilidade.

Além da saúde urbana, pesquisadores da área de transporte têm contribuído para a análise da caminhabilidade, ainda que com focos diferentes. A ênfase nesses estudos não está nos desfechos de saúde, mas na atividade física como um modo de transporte (Saelens & Handy, 2008). Esse tema tem se mostrado de interesse também para pesquisadores na área da sustentabilidade, sociólogos e urbanistas.

Em uma revisão sobre o tema, Talen e Koschinsky oferecem uma breve definição do que seriam bairros caminháveis:

A concise definition of ‘walkable neighborhood’ is that it is a safe, well-serviced neighborhood, imbued with qualities that make walking a positive experience. A ‘positive’ walking experience means that streets, sidewalks and paths (pedestrian routes) are comfortable and interesting (Talen & Koschinsky, 2013, p. 43).

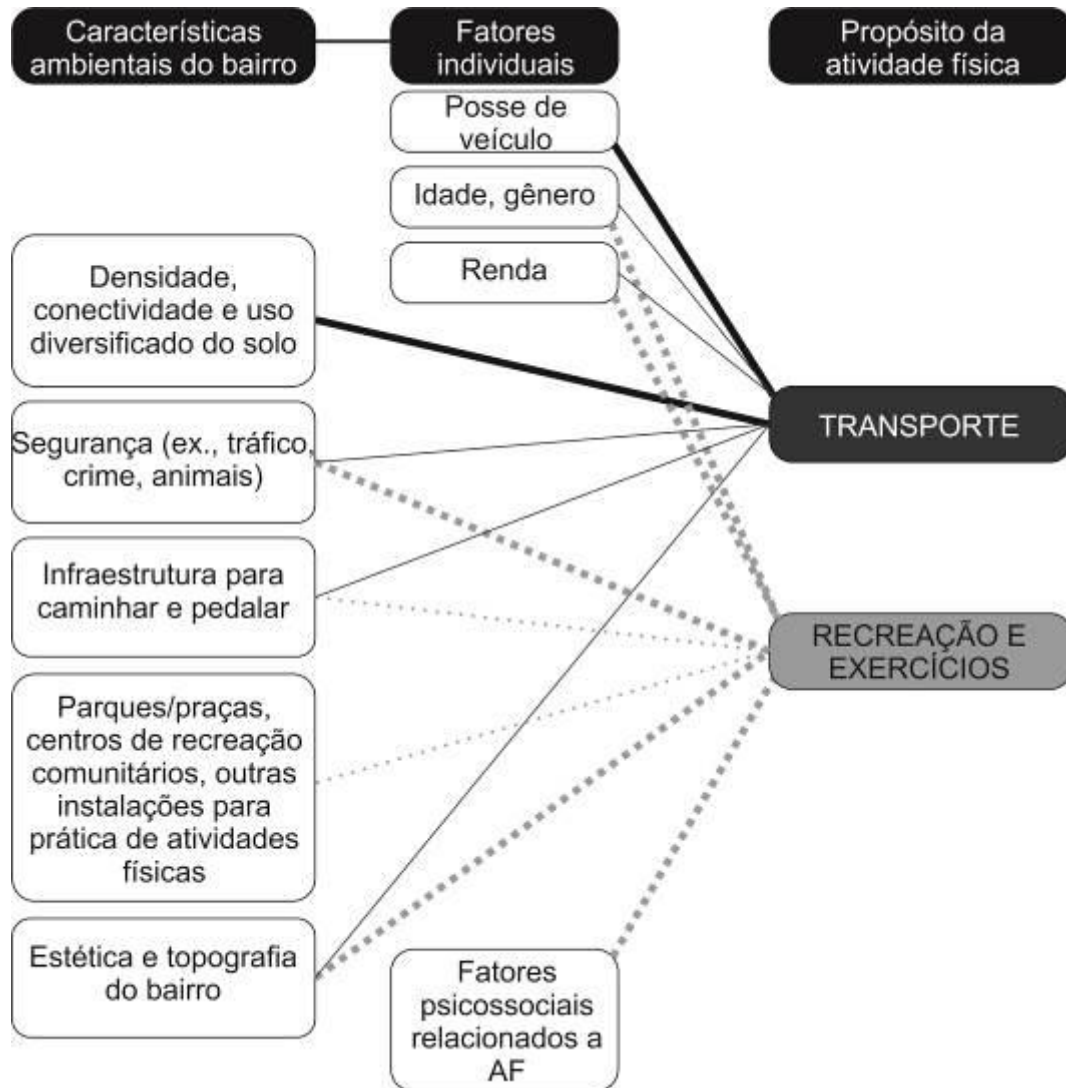
Porém, como cada área de pesquisa enfoca desfechos ou resultados diferentes, a definição precisa do que seria o bairro caminhável - e sobre quais fatores caracterizam sua caminhabilidade - varia de campo para campo (Forsyth, 2015; Talen & Koschinsky, 2013). Por exemplo, para a saúde, os resultados esperados enfatizam que os bairros caminháveis devam promover atividade física enquanto, para o campo da sustentabilidade, enfatiza-se a redução do consumo de combustível e um menor impacto das atividades humanas no meio ambiente. Por sua vez, em políticas de habitação, o foco é a promoção de diversidade social, convívio e estreitamento da comunidade.

Mesmo com essa diversidade de ênfases interpretativas, a noção de ambiente caminhável é compreendida como uma qualidade do espaço que facilita a prática de caminhada ou quaisquer atividades físicas adequadas no contexto estudado. Ou seja, quanto mais fatores urbanos que induzam à prática de atividades físicas em uma localidade, maior a caminhabilidade desse espaço.

De acordo com Booth, Roberts e Laye (2012), atividade física seria qualquer movimento de contração muscular que aumenta o gasto de energia, podendo ser classificada como ocupacional (praticada durante o trabalho), lazer (exercícios físicos ou atividades de lazer), transporte ativo (denominada também de mobilidade ativa, consistindo na locomoção a pé, de bicicleta ou outra forma ativa, entre duas destinações) e doméstica (atividades realizadas durante os afazeres domésticos) (Sallis et al., 2006). Neste sentido, para os estudos da relação entre o espaço urbano e a prática de atividades físicas, considera-se exercícios aqueles destinados ao lazer e ao transporte ativo.

Os tipos de atividades têm diferentes motivações e, conseqüentemente, diferentes fatores estarão presentes em sua cadeia causal (Forsyth, 2015). Saelens et al. (2003), autores amplamente citados no campo da saúde urbana (Harris et al., 2013), oferecem um modelo conceitual que explica quais fatores urbanos podem estar relacionados com a prática de atividades físicas, diferenciando entre para o lazer e para o transporte. O modelo, baseado tanto em teorias do campo da saúde quanto em teorias do campo do planejamento, está resumido na Figura 4.2 e conta tanto com características ambientais do bairro, quanto com fatores individuais (características sócio-demográficas apontadas como potencialmente determinantes da saúde). Os autores sugerem ainda a força com que cada um destes fatores influencia cada tipo de atividade.

Figura 4.2 - Modelo Conceitual de Determinantes de Atividades físicas



Fonte: Desenho de Daniela Pereira Almeida (2018). Adaptado de Saelens, Sallis e Frank (2003)

No modelo, características já apontadas por Jacobs (2000), como densidade residencial, uso diversificado do solo (ou seja, presença de diversos tipos de atividades e serviços em uma mesma área), segurança contra crimes, conectividade de vias (definido pela autora como “tamanho dos quarteirões”, ou número de conexões entre as vias permitindo maior número de rotas alternativas), podem influenciar diretamente a prática de atividades físicas para o transporte. Além desses, os autores sugerem outros fatores, como estética e topografia do bairro, por exemplo, como sendo fortes determinantes para a prática de atividades para o lazer.

Na análise das relações entre fatores urbanos e prática de atividades físicas, deve-se identificar os níveis em que se encontra cada fator, podendo ser mais distal ou mais proximal, o que vai definir se a influência do fator no comportamento é mais direta ou indireta (King et al., 2002).

Neste sentido, densidade, ou a medida da quantidade de atividade em uma área, geralmente é mensurada por população, ou residências por metro quadrado. Bairros com alta aglomeração populacional, também chamados de bairros compactos, acabam por estimular maior grau de sociabilidade e microeconomicidade, permitindo a instalação e desenvolvimento de atividades econômicas e maior diversidade de usos do solo (Netto, 2008). Partindo da teoria de que as viagens são determinadas pelo desejo de se chegar a algum lugar (Cervero & Kockelman, 1997), o uso diversificado do solo, ou a distribuição de diferentes atividades em um espaço, agrupadas em categorias genéricas, como “residencial”, “serviços” ou “lazer”, influencia a prática de atividades por oferecer diferentes tipos de destinações a distâncias caminháveis da residência ou local de trabalho do indivíduo (Badland & Schofield, 2005).

Para pessoas que caminham ou andam de bicicleta, um importante fator a se levar em consideração é a percepção de segurança, tanto em relação a crimes quanto ao trânsito. Teorias sobre estresse ambiental apontam que determinados tipos de estresse, como aglomeração na residência, poluição sonora ou tráfego congestionado, por exemplo, podem levar à sensação de fadiga e à diminuição do autocontrole do indivíduo sobre a própria rotina. Além disso, de acordo com a *theory of environmental incivilities*, a presença de elementos representativos de desordem cívica, como janelas quebradas, calçadas danificadas, pichação, lixo nas vias, dentre outros, podem diminuir a tendência de o indivíduo utilizar as vias públicas para atividades físicas e socialização (King et al., 2002). Outros fatores que influenciam a percepção de segurança é a densidade residencial em conjunto com o uso diversificado do solo, assim, quanto maior o número de pedestres e comércio nas ruas, maior o controle da população sobre as atividades que ocorrem nas vias públicas. Além disso, quando se instalam

edifícios com fachadas próximas à calçada com térreos comerciais, o controle passa a ser feito também pelas pessoas dentro dos edifícios, com acesso visual às vias (Netto, 2008).

Por sua vez, a malha viária tem diferentes efeitos sobre como a população utiliza o espaço urbano, tanto por meio do grau de conectividade (Handy et al., 2002), quanto por meio de sua morfologia (Netto, 2008). O grau de conectividade pode ser dado pelo número de encontro de três vias ou mais em uma determinada área, caracterizando a disponibilidade de rotas alternativas para se chegar a uma destinação. Assim, quanto maior conectividade, mais a distância entre uma destinação e outra se aproxima de uma linha reta, fazendo com que se diminua o espaço a ser percorrido a pé, bem como se ofereçam rotas alternativas para que o indivíduo possa ter opção de escolha de ambientes em que queira caminhar. Porém, de acordo com Netto (2008), malhas muito subdivididas, como as reticuladas, com quarteirões curtos e sem hierarquia de vias legível, podem se tornar um labirinto, diminuindo a inteligibilidade de navegação e segurança para o pedestre. Vias mais longas aumentariam a visibilidade e apresentariam naturalmente maior fluxo de pedestres e veículos, aumentando a segurança.

A presença de calçadas e ciclovias em boas condições de manutenção, também podem contribuir para o aumento da percepção de segurança em relação ao trânsito, oferecendo locais apropriados para a prática da atividade física. Já elementos como paradas e pontos de transporte público, influenciam o indivíduo a optar por esse tipo de transporte como meio de locomoção, frequentemente, associado ao modo de transporte a pé. Este último caso seria ainda mais frequente nos casos em que entre os pontos de transporte público, a residência ou o local de trabalho, estiverem localizados mercados ou comércios similares (Cervero & Kockelman, 1997).

Baseado na *Theory of Behavior Setting*, King et al. (2002) afirmam que ambientes físicos que apresentam recorrentes padrões associados com determinada atividade social pode induzir ao desenvolvimento desta atividade. Por exemplo, contextos com presenças sucessivas de

locais para prática de atividade física, como praças, academias a céu aberto e em locais fechados, parques e áreas para prática de esportes podem induzir a prática de atividades físicas em dois sentidos. Em primeiro lugar, pessoas que moram ou trabalham em áreas com maior número de instalações para prática de atividade física terão mais oportunidade e opção de escolha. Em segundo lugar, estas configurações físicas podem contribuir para maior conexão entre as pessoas daquela comunidade, uma vez que bairros que incorporam uma variedade deste tipo de instalação estão associados a altos níveis de laços sociais (King et al., 2002), fazendo com que as pessoas inseridas naquela determinada rede social se influenciem entre si, em termos de atitude em relação à prática de atividades físicas, ou seja, grau em que a pessoa é favorável ou desfavorável à sua prática, percebendo benefícios e custos implicados pela ação (Ajzen, 1991).

De outro modo, no campo da estética urbana, a *Theory of Restorative Environments* identifica características ambientais que estão associadas à diminuição dos níveis de estresse e podem facilitar esforços necessários para o engajamento de atividades físicas, principalmente, para o lazer. Características como presença de elementos naturais (plantas, água, espaços abertos e outros) e de elementos estéticos no desenho do espaço, podem contribuir para configurar espaços de refúgio (King et al., 2002). Porém, o papel da estética não terá sempre a mesma força, uma vez que em bairros com população de baixa renda a locomoção a pé não é uma opção, muitas vezes é a única possibilidade de deslocamento. Neste sentido, a estética do bairro poderá ter um efeito menor do que em populações de maior poder aquisitivo (Rydin et al., 2012).

Deve-se considerar ainda fatores de nível distal que influenciam indiretamente no transporte ativo, como códigos de zoneamento, regulações de desenvolvimento urbano, investimento em transporte, gerenciamento de demanda de tráfego, regulação de estacionamentos e incentivos aos empreendedores/desenvolvedores. Já para influenciar indiretamente atividades físicas para o lazer, nos níveis distais, considera-se ainda políticas e incentivos de cuidados de saú-



de, investimentos em recreações públicas e desenho e distribuição de parques e praças (Sallis et al., 2006).

Assim, no campo da saúde urbana, considerando práticas de atividades físicas para deslocamento ou para lazer/saúde, estudos de revisão apresentam evidências de que esses hábitos são influenciados pela proximidade e acesso a comércio, serviços ou locais de trabalho, densidade urbana, qualidades estéticas, segurança em relação ao trânsito (Gomez et al., 2015; Saelens & Handy, 2008), segurança em relação a crimes, conectividade de vias, infraestrutura para pedestres (Saelens & Handy, 2008), infraestrutura para ciclistas, disponibilidade de instalações recreacionais e nível de urbanização (Gomez et al., 2015).

Gomez et al. (2015) chama atenção para o fato de que muitos dos estudos que geraram as evidências disponíveis sobre o tema ocorreram em países de renda alta, principalmente, nos Estados Unidos, Austrália e Reino Unido. De acordo com o autor, existem evidências de que a relação entre estes fatores e prática de atividades físicas variam em contextos culturais, sociais e econômicos diferentes.

#### 4.4 Considerações finais

O ambiente construído é um importante determinante na saúde das pessoas. Aliado ao ambiente social, representado por características individuais, como renda, escolaridade, sexo, bem como pela rede social em que o indivíduo está inserido, é capaz de explicar parte do comportamento humano e de certas condições de saúde.

Neste sentido, pesquisadores, urbanistas e planejadores urbanos devem estar atentos a características do espaço urbano relacionadas à atividade física e aos principais determinantes de risco de doenças. Considera-se ainda, além da presença ou ausência de determinados fatores, tanto a influência mútua entre os mesmos – considerando-os como uma rede intrincada, quanto suas características morfológicas, que vão moldar como estes influenciarão os indivíduos.

Face ao crescente número de evidências, faz-se necessário ainda que as novas teorias sejam incluídas na prática do ensino superior, lado-a-lado com teorias clássicas já amplamente aceitas, de forma a propiciar um debate crítico e uma formação atenta às mudanças e novas descobertas.

## Referências

- Ajzen, I. (1991). The theory of planned behavior. *Organizational behavior and human decision processes*, [s.l.], v. 50(2), 179-211, dez. Elsevier BV. DOI: [http://dx.doi.org/10.1016/0749-5978\(91\)90020-t](http://dx.doi.org/10.1016/0749-5978(91)90020-t).
- Badland, H. & Schofield, G. (2005). Transport, urban design, and physical activity: an evidence-based update. *Transportation research part D: transport and environment*, [s.l.], v. 10(3), pp.177-196. Elsevier BV. DOI: <http://dx.doi.org/10.1016/j.trd.2004.12.001>.
- Booth, F. W. et al. (2012). Lack of Exercise Is a Major Cause of Chronic Diseases. *Comprehensive Physiology*, [s.l.], 1143-1211, abr. 2012. John Wiley & Sons, Inc. DOI: <http://dx.doi.org/10.1002/cphy.c110025>.
- Caiaffa, W. T. et al. (2008). Saúde urbana: “a cidade é uma estranha senhora, que hoje sorri e amanhã te devora”. *Ciência e Saúde Coletiva*, [s.i], v. 13(06), 1785-1796.
- Cervero, R. & Kockelman, K. (1997). Travel demand and the 3Ds: density, diversity, and design. *Transportation research part D: transport and environment*, (2), 199-219. DOI: [http://dx.doi.org/10.1016/S1361-9209\(97\)00009-6](http://dx.doi.org/10.1016/S1361-9209(97)00009-6).
- Conselho Nacional de Secretários de Saúde (CONASS). (2007). (Org.). Perfil Demográfico e Epidemiológico do Brasil. In BRASIL. CONSELHO NACIONAL DE SECRETÁRIOS DE SAÚDE. (Org.). *Vigilância em Saúde*. Brasília: Conass, 26-56.
- Durstine, J. L. et al. (2013). Chronic disease and the link to physical activity. *Journal of Sport and Health Science*, [s.l.], v. 2(1), 3-11. Elsevier BV. DOI: <http://dx.doi.org/10.1016/j.jshs.2012.07.009>.
- Forsyth, A. (2015, 14 de outubro). What is a walkable place? The walkability debate in urban design. *Urban Design International*, [s.l.], v. 20(4), 274-292. Springer Nature. DOI: <http://dx.doi.org/10.1057/udi.2015.22>.
- Gomez, L. F. et al. (2015). Urban environment interventions linked to the promotion of physical activity: a mixed methods study applied to the urban context of Latin America. *Social Science & Medicine*, [s.l.], v. 131, 18-30. Elsevier BV. DOI: <http://dx.doi.org/10.1016/j.socscimed.2015.02.042>.

Handy, S. L. et al. (2002). How the built environment affects physical activity: views from urban planning. *American Journal of Preventive Medicine*, 23, 64-73.

Harris, J. K. et al. (2013). Mapping the development of research on physical activity and the built environment. *Preventive Medicine*, [s.l.], v. 57(5), 533-540. Elsevier BV. DOI: <http://dx.doi.org/10.1016/j.ypmed.2013.07.005>.

Jacobs, J. (2000). *Morte e vida de grandes cidades*. São Paulo: Martins Fontes.

King, A. C. et al. (2002). Theoretical approaches to the promotion of physical activity: Forging a transdisciplinary paradigm. *American Journal of Preventive Medicine*, 23, 15-25.

Netto, V. (2008). Morfologias para uma sustentabilidade arquitetônico-urbana. In 7º Seminário Internacional - Espaço Sustentável: Inovações Em Edifícios E Cidades. USP. *Anais...* São Paulo: USP, 1-14.

Omran, A. R. (2005). The epidemiologic transition: a theory of the epidemiology of population change. *The Milbank Memorial Fund Quarterly*, [s.i.], v. 83(4), 731-757.

Putnam, S. & Quinn, A. (2006, 29 dezembro). Jane Jacobs and Urban Health. *Journal Of Urban Health*, [s.l.], v. 84, (1), 1-2, Springer Nature. DOI: <http://dx.doi.org/10.1007/s11524-006-9143-5>.

Rydin, Y. et al. (2012). Shaping cities for health: complexity and the planning of urban environments in the 21st century. *The Lancet*, [s.l.], v. 379(9831), 2079-2108. Elsevier BV. DOI: [http://dx.doi.org/10.1016/s0140-6736\(12\)60435-8](http://dx.doi.org/10.1016/s0140-6736(12)60435-8).

Saelens, B. E. & Handy, S. L. (2008). Built Environment correlates of Walking. *Medicine & Science In Sports & Exercise*, [s.l.], v. 40, 550-566, Ovid Technologies (Wolters Kluwer Health). DOI: <http://dx.doi.org/10.1249/mss.0b013e31817c67a4>.

Saelens, B. E., Sallis, J. F. & Frank, L. D. (2003). Environmental correlates of walking and cycling: findings from the transportation, urban design, and planning literatures. *Annals of Behavioral Medicine*, 25(2), 80-91.

Sallis, J. F. et al. (2006). An ecological approach to creating active living communities. *Annual Review of Public Health*, [s.l.], v. 27(1), 297-322. Annual Reviews. DOI: <http://dx.doi.org/10.1146/annurev.publhealth.27.021405.102100>.

Schmidt, M. I. et al. (2011). Doenças crônicas não transmissíveis no Brasil: carga e desafios atuais. *Saúde no Brasil 4*, Pelotas, 61-74.

Sung, H. & Lee, S. (2015). Residential built environment and walking activity: empirical evidence of Jane Jacobs' urban vitality. *Transportation research part D: transport and environment*, [s.l.], v. 41, 318-329. Elsevier BV. DOI: <http://dx.doi.org/10.1016/j.trd.2015.09.009>.

Talen, E. & Koschinsky, J. (2013). The walkable neighborhood: a literature review. *International Journal of Sustainable Land Use and Urban Planning*, [s.l.], v. 1(1), 42-63.

Who (Ed.). (2014). *Global status report on noncommunicable diseases 2014*. Geneva: World Health Organization.

Who (Ed.). (2016). *Preventing disease through healthy environments: a global assessment of the burden of disease from environmental risks*. (Site). Geneva: S, World Health Organization.

Who (Ed.). (2017a). *Noncommunicable diseases*. (Site). Recuperado de <http://www.who.int/mediacentre/factsheets/fs355/en/>.

Who (Ed.). (2017b). *Prevalence of insufficient physical activity*. (Site). Recuperado de [http://www.who.int/gho/ncd/risk\\_factors/physical\\_activity\\_text/en/](http://www.who.int/gho/ncd/risk_factors/physical_activity_text/en/).

# 5. Identidade e território sob a ótica do paciente pediátrico: uma aplicação do poema dos desejos

*Juliana Simili de Oliveira  
Ethel Pinheiro  
José Gustavo Francis Abdalla*

## 5.1 Introdução

Entende-se por infância o período de formação e desenvolvimento tanto físico quanto psicossocial do ser humano. Cronologicamente falando, é considerada criança “a pessoa até doze anos de idade incompletos, e adolescente aquela entre doze e dezoito anos de idade” (Brasil, 1990).

No contexto infantil, a hospitalização representa a estranheza, o ausentar-se do próprio mundo rompendo com seu cotidiano e hábitos. Ao abandonar seu espaço diário, em uma mudança de sua rotina e na de seus familiares, a criança passa a conviver com a doença e a confrontar a dor, a limitação física e a passividade, fazendo aflorar sentimentos de culpa, punição e medo da morte (Almeida et al., 2005; Mitre & Gomes, 2004).

Neste sentido, “a hospitalização na infância pode se configurar como uma experiência potencialmente traumática” (Santa Rosa, 1997, como citado em Mitre & Gomes, 2004), já que o afastamento do seu cotidiano e do ambiente familiar se configura na perda de suas referências. Quando a criança ou o adolescente passa por uma internação o curso natural de seu desenvolvimento é modificado, bem como a sua maneira de ver o mundo.

Emerge então a necessidade de se propor meios que levem os pacientes pediátricos a elaborarem suas experiências, ordenando seus sofrimentos e frustrações e possibilitando que eles expressem seus sentimentos em relação ao momento tão particular que estão vivendo. Um desses meios diz respeito aos mecanismos arquitetônicos-espaciais e sua capacidade de facilitar a humanização dos ambientes pediátricos, sem perder de vista a questão da funcionalidade (Oliveira, 2012).

Cabe ainda ressaltar que o conjunto de propostas que englobam a humanização responde a uma questão crucial levantada por uma abordagem mais integral da enfermidade na infância: a criança hospitalizada apresenta outras necessidades, não médicas, que precisam ser atendidas com igual relevância (Oliveira, 1993).

Visando compreender a importância do ambiente construído para a humanização nos espaços de saúde pediátricos, foi realizada uma análise da percepção dos pacientes sobre o espaço em que estão inseridos durante a hospitalização. Para isso, foi utilizada como metodologia uma aplicação do Poema dos Desejos na enfermaria pediátrica da Santa Casa de Misericórdia de Juiz de Fora (SCM-JF). Por meio de uma análise qualitativa, os dados foram tabulados e sintetizados de acordo com as respostas semelhantes e recorrentes. Assim, o texto a seguir visa discutir a necessidade de se inserir elementos que remetam às noções de identidade e território durante um projeto de arquitetura de enfermarias pediátricas. Busca considerar questões da realidade humana e social no contexto da saúde, visto que o ato de projetar está vinculado a um cenário que foge ao contexto estritamente técnico-funcional e necessita tornar-se sensivelmente tangível pelo imaginário do usuário das unidades de saúde.

## 5.2 Identidade e território em arquitetura

Ao adentrarmos na discussão a respeito de ambientes de saúde, é preciso primeiramente compreender que o cuidado em saúde não

pode ser dissociado do ambiente no qual é efetuado (Malkin, 2012). Para Malkin (2012), nossos sentidos respondem ao ambiente que, em troca, logo influencia em nossa fisiologia. Fischer (1984) corrobora tal influência quando diz que o ambiente atua sobre o ser humano que, por sua vez age sobre os fatores espaciais que o determinam, sendo tal relação que determina o valor do espaço e a orientação da conduta. O espaço é, para ele, o espelho de um mundo fabricado, modelado por indivíduos, sendo os elementos arquitetônicos uma das matrizes da experiência individual e coletiva, tecendo à sua volta um contexto que é humano e coletivo.

Uma forma de compreender a relação do espaço é a partir da maneira como o utiliza o lugar, como o trata afetiva e cognitivamente. Trata-se de um espaço vivido, ou seja, carregado por experiências sensori-motora, tátil, visual, afetiva e social, determinando por meio das relações estabelecidas com ele, um conjunto de significações impregnadas de valores culturais próprios. Nesta relação, o espaço arquitetônico não se reduz às suas propriedades materiais: é estruturado como uma linguagem que comunica uma mensagem sobre seus ocupantes, sobre as suas funções (Fischer, 1984). Como afirma Hall (1977), praticamente tudo que o indivíduo é e faz vincula-se à experiência do espaço, em uma síntese de muitos insumos sensoriais.

[...] Porque o espaço não é só cavidade vazia, 'negação de solidez': é vivo e positivo. Não é apenas um fato visual: é, em todos os sentidos, e, sobretudo num sentido humano e integrado, uma realidade vivida (Zevi, 2009, p. 217).

A melhor maneira de conceber um espaço arquitetônico, portanto, implica em conhecer as características dos usuários do espaço e as atividades que predominantemente serão desenvolvidas, para que se compreendam suas problemáticas e para que sejam projetados ambientes adequados a cada situação particular. Ou seja, em um espaço de saúde a situação vivenciada por cada um dos atores do sistema é de fundamental importância se o objetivo é propor am-

bientes favoráveis ao bem-estar e mais humanizados. Neste caso, a arquitetura surge com o intuito de aproximar o serviço de saúde de seus sujeitos, tornando-o mais familiar e menos agressivo.

Em particular em um ambiente de saúde pediátrico, as necessidades que os usuários podem apresentar são diferentes das dos adultos. Neste artigo entendemos que seja fundamental que o espaço físico de enfermarias pediátricas traga em si noções de identidade e território, próprios de seus usuários quando não estão em um espaço de saúde.

Quando dizemos que tais espaços de saúde precisam agregar identidade, cremos que tais usuários possam se apropriar e construir contextos sociais que poderão ser vivenciados por meio dos sistemas simbólicos dos quais damos sentido a nossas próprias posições (Woodward, 2000). Tal conceito associa-se ainda com a noção de espaço pessoal e de personalização, permitindo o ajuste de um ambiente a suas necessidades específicas (Sommer, 1973). Essa construção identitária considera que os pacientes pediátricos possam trazer para sua experiência hospitalar elementos capazes de invocar características, signos, referências e influências de sua vivência cotidiana, remetendo às suas características enquanto pessoa e não apenas como paciente.

Mais ainda, este paciente precisa, além de se posicionar como pessoa, poder situar-se institucionalmente, ou seja, poder falar do seu território, que pode ser definido como um universo onde se reúnem por algum tempo um conjunto de indivíduos e onde se desenrolam atividades definidas (Fischer, 1984). Segundo Van der Voordt e Van Wegen (2013), territorialidade significa a necessidade de lugar próprio, sob controle próprio, temporário ou não, em diferentes graus. Neste sentido, a ideia de território implica frequentemente na personalização do lugar com a ajuda de marcações e de elementos de apropriação que indicam que se é de algum modo o seu ocupante (Fischer, 1984).

Em seu livro “Arquitetura sob o olhar do usuário”, Van der Voordt e Van Wegen (2013) afirmam que as noções de espaço pessoal e terri-



torialidade estão intimamente relacionadas, uma vez que ambos se referem à distância entre um indivíduo e outro. Para ele, o território é visível, razoavelmente estático e preso a uma localização específica. Em contrapartida, o espaço pessoal é invisível, móvel, preso a um indivíduo específico e “portátil”.

É fundamental ressaltar que as noções de território e identidade trazem em si valores que tendem a agregar à arquitetura elementos que aproximam da realidade humana e social, uma vez que passa a considerar a experiência de vida de seus usuários. Deste modo, a arquitetura para espaços de saúde pediátricos deve ter em vista propor um melhor uso e apropriação do espaço por parte das crianças e adolescentes, quando for o caso. Como afirma Sommer (1973), os projetistas precisam de conceitos que sejam significativos para a forma física e o comportamento humano, pois a arquitetura é capaz de influir nas pessoas, mesmo que isso não chegue à consciência.

### 5.3 Estudo de caso: enfermaria pediátrica da Santa Casa de Misericórdia de Juiz de Fora (SCM-JF)

A Santa Casa de Misericórdia de Juiz de Fora (SCM-JF) foi fundada em 6 de agosto de 1854 por iniciativa de um dos pioneiros do plantio de café na região e é atualmente o maior hospital da Zona da Mata Mineira. Está localizada na Avenida Barão do Rio Branco, região central da cidade de Juiz de Fora. É composta por 28 estruturas, edificadas ao longo de mais de um século, sendo constituídas por diferentes estilos arquitetônicos. A Capela Nosso Senhor dos Passos, por exemplo, foi construída com feições neogóticas, com sua torre pontiaguda e recoberta por chapas metálicas (Funalfa, 2004). Existem também estruturas em pavilhões e o monobloco vertical, com 15 pavimentos, onde efetivamente funciona o Hospital atualmente. Morfologicamente, este prédio se distribui sempre em três alas, sendo que no

caso particular da enfermagem pediátrica essas áreas são designadas por cores: amarela, verde e azul (Oliveira, 2012). No momento desta pesquisa, a ala azul estava desativada.

## 5.4 Metodologia

O objeto de análise deste trabalho foi a Santa Casa de Misericórdia de Juiz de Fora, por este se constituir em um hospital geral com enfermagem pediátrica de grande relevância para a cidade de Juiz de Fora e a região da Zona da Mata de Minas Gerais e apresentar características espaciais que permitissem resultados relevantes para a pesquisa. Além disso, foi o hospital que apresentou a amostragem mais considerável quantitativamente: 10 pacientes. É preciso se observar que nem todos os pacientes participaram da pesquisa, uma vez que apresentavam limitações físicas e/ou psicológicas, decorrentes de seu estado de saúde.

Os dados utilizados neste artigo foram obtidos durante o desenvolvimento da pesquisa de mestrado de uma das autoras e reinterpretados sob a ótica da disciplina de Doutorado “Arquitetura e Projeto do Lugar”, realizada no primeiro trimestre de 2014. A pesquisa completa abrangeu aplicações de diversos instrumentos (leitura espacial, questionário, Poema dos Desejos...) e diferentes usuários (pacientes, acompanhantes e equipe de saúde – médicos, enfermeiros etc.), porém, neste artigo, busca-se interpretar apenas o olhar do paciente.

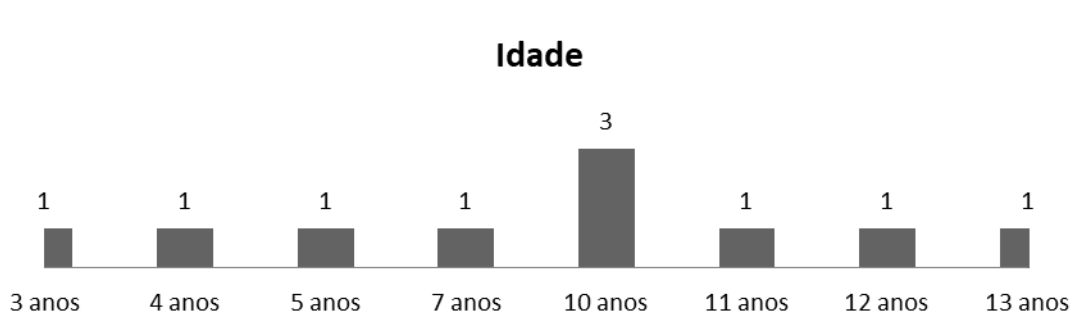
O instrumento aplicado para esta pesquisa continha a seguinte sentença aberta: “Eu gostaria que esta pediatria fosse (ou tivesse)...”. Esta frase faz parte do *Wish Poem* (Poema dos Desejos) e foi desenvolvida por Henry Sanoff (Sanoff, 1991, como citado em Rheingantz et al., 2009). Trata-se de um instrumento não-estruturado e de livre expressão, que incentiva e se baseia na espontaneidade das repostas, onde os usuários de um determinado ambiente declaram, por meio de um conjunto de sentenças escritas ou de desenhos, suas necessidades, sentimentos e desejos relativos ao edifício ou ambiente analisado (Rheingantz et al., 2009).

Cabe aqui ressaltar que este trabalho foi submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa da instituição supracitada e foi realizado de acordo com os preceitos éticos estabelecidos pela Resolução nº 196, de 10 de outubro de 1996, do Conselho Nacional de Saúde sobre as normas regulamentadoras de investigação envolvendo seres humanos.

## 5.5 Perfil dos pacientes que participaram da pesquisa

Dez pacientes pediátricos da Santa Casa de Misericórdia de Juiz de Fora contribuíram para a pesquisa. Deste total de pacientes, 60% eram do sexo masculino e 40% do feminino. A maior parte, cerca de 90%, residia em Juiz de Fora e os outros 10% em cidades da região. Todos que estavam em idade escolar, frequentavam uma escola. A idade dos entrevistados foi bastante variada, conforme pode ser observado no Figura 5.1 abaixo:

**Figura 5.1** - Gráfico de idade dos pacientes entrevistados na SCM-JF



Fonte: Oliveira (2012)

## 5.6 Tabulação e análise dos resultados obtidos

A percepção dos pacientes pediátricos em relação aos seus ambientes é foco de investigação desta pesquisa, através da utilização do “Poema dos Desejos”, um dos instrumentos metodológicos aplicáveis em Avaliação Pós-ocupação. Após a aplicação dos instrumentos, a tabulação das respostas configurou a criação de diversas categorias, por meio da sintetização de informações semelhantes e recorrentes.

Deste modo, foram identificadas quatro categorias de desejos: recreação e elementos lúdicos, adequação de infraestrutura ao paciente, apoio para presença dos pais e o atendimento e relacionamento com a equipe do hospital.

A solicitação definida como “recreação e elementos lúdicos” é a categoria que obteve maior destaque e resulta de solicitações que envolvem desejos por mais brinquedos, presença de animais, aparelhos multimídia nos quartos (TV, DVD, laptops, câmeras fotográficas) e parquinhos.

Observando esta característica *in loco*, é possível constatar que há poucos elementos que contribuem para a recreação e que fazem referência ao imaginário lúdico da criança e do adolescente. Durante as visitas ao local, foi possível perceber que não há no hospital uma área dedicada à recreação dos pacientes. Onde teoricamente deveria ser a brinquedoteca há apenas uma TV, uma longarina e alguns poucos brinquedos. A área aberta em que teoricamente deveriam ocorrer atividades recreativas configura-se em um pequeno pátio, sem qualquer tipo de equipamento. A brinquedoteca móvel, segundo os funcionários do local, é pouco utilizada, já que seu uso depende de um funcionário treinado, que não está no local diariamente. Deste modo, foi observado ao longo das visitas que as crianças e pré-adolescentes brincam pelos corredores e/ou com brinquedos trazidos de casa pelos pais.

Por intermédio de um olhar técnico, percebemos que a criança anseia por elementos que remetam a seu cotidiano, incorporando sua experiência diária também no espaço hospitalar. A criança quando em um hospital continua sendo criança e possui outras necessidades que fogem do contexto médico. Ela anseia por uma identidade extra-hospitalar e mesmo neste espaço anseia por seu universo particular.

Com 22% das respostas, a segunda categoria que mais apresentou solicitações foi o “apoio para presença dos pais”. Nesta, foram agrupadas respostas que pediam por camas confortáveis para os acompanhantes, presença do pai e da mãe (apenas um estava presente) e para que os pais pudessem fazer as refeições junto com as crianças e não no refeitório.

Tais respostas demonstram um anseio pela presença dos pais, que é direito garantido pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (Brasil, 1990), mas indo além da presença física em si. Eles queriam a vivência de situações cotidianas cerceados no contexto hospitalar. Mais ainda: a questão da infraestrutura inadequada e desconfortável para os pais afetava a vivência das crianças, que se sentiam culpadas pelos pais passarem por tal situação de desgaste, visto que as condições para permanência não proporcionavam nenhum conforto ou até mesmo dignidade. Assim, as condições influenciavam na integridade física e moral dos usuários.

A terceira categoria analisada foi denominada de “adequação de infraestrutura para o paciente”, consistindo em 17% das respostas e solicitavam adequação de mobiliário, com camas que atendessem à estatura de todos os pacientes, travesseiros para todos os pacientes (observou-se que havia certo revezamento) e melhoria da infraestrutura para as crianças se alimentarem no quarto. Observou-se situações em que pacientes maiores ficavam em camas que não comportavam seu tamanho, ou de crianças pequenas que não queriam mais ficar em berços, por exemplo. Cabe ressaltar a necessidade de se incorporar escalas equivalentes aos usuários do espaço. Mais ainda, a adequação do espaço físico ao público-alvo é de fundamental importância, a fim de tornar o espaço funcional e evitando negligenciar as expectativas do paciente infantil, evitando situações que contribuam para um deslocamento do paciente em relação ao recinto e desconsiderem sua vivência. Corroborou-se o fato de que a criança anseia por familiarização com o ambiente, buscando sentir-se mais próxima do lar.

Por fim, 17% dos desejos dos pacientes pediátricos diziam respeito ao “atendimento e relacionamento com a equipe do hospital”, com solicitações por “enfermeiras mais pacientes”, maior opção no cardápio de alimentação e melhorias nos usos dos banheiros das enfermarias, que eram coletivas com até seis leitos de pacientes. Com esse resultado em particular, é possível observar o anseio da criança por carinho e cuidado nas situações corriqueiras, extrapolando o âmbito do contexto médico.

## 5.7 Considerações finais

No contexto da hospitalização pediátrica conclui-se que o espaço físico-arquitetônico não deve ser um fator a mais de estresse para a criança, o adolescente e seus familiares, visto todos os outros obstáculos que já terão pela frente durante a hospitalização. Mais do que isso, a arquitetura deverá contribuir para o bem-estar de ambos, propondo um local em que haja respeito, dignidade e conforto durante o processo de enfrentamento da doença.

O desafio é pensar ambientes pediátricos como lugares que espelhem significados que darão continuidade ao vivido no cotidiano. Por meio da aplicação do Poema dos Desejos, foi corroborada a necessidade de que o ambiente deve ser apropriado para as especificidades da infância, em suas diferentes faixas etárias, atento à noção de escala, visando o uso do espaço como uma ferramenta terapêutica e reduzindo a distância entre o paciente e o hospital, já que a criança e o adolescente tendem a associá-lo com o próprio lar. Quando falamos em hospitalização na infância, os resultados demonstram que as necessidades dos pacientes extrapolam o cuidado médico e devem ser consideradas integralmente, envolvendo todos os aspectos da pessoa. Entende-se, assim, a relevância de se pensar o espaço agregando noções de identidade e território, a fim de que tais pacientes se identifiquem com o ambiente, demarquem seus territórios de vivência e mesmo fora da sua rotina natural e cotidiana a criança possa ver quem ela realmente é refletida no ambiente em que está inserida, independente se está em um espaço hospitalar ou não.

## Agradecimentos

À Revista Estudos em Design por autorizar a republicação do texto, que foi originalmente publicado em seu v. 23, n. 3 (2015), Edição Especial do 15º Ergodesign e USIHC.

## Referências

- Almeida, I., Rodrigues, B. & Simões, S. (2005). Desvelando o cotidiano do adolescente hospitalizado. *Revista brasileira de Enfermagem [online]*, Brasília, v.58(2). Recuperado de [http://www.scielo.br.ez25.periodicos.capes.gov.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S003471672005000200003&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br.ez25.periodicos.capes.gov.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S003471672005000200003&lng=en&nrm=iso).
- Brasil. (1990). Ministério da Saúde. *Estatuto da criança e do adolescente*. Brasília, DF: Ministério da Saúde.
- Fischer, G. (1984). *Psicologia social do ambiente*. Lisboa: Instituto Piaget.
- Fundação Cultural Alfredo Ferreira Lage (FUNALFA). (2004). (Org.). *Memória da urbe: bens tombados*. Juiz de Fora: FUNALFA Edições.
- Hall, E. (1977). *A dimensão oculta*. São Paulo: Martins Fontes.
- Malkin, J. (2012). *Usando o design baseado em evidências para melhorar a segurança, a qualidade e a experiência do paciente*. São Paulo: V CBDEH.
- Mitre, R. & Gomes, R. (2004). A promoção do brincar no contexto da hospitalização infantil como ação de saúde. *Ciência e Saúde Coletiva*. Rio de Janeiro. Recuperado de [http://www.scielo.org/scielo.php?pid=S1413-81232004000100015&script=sci\\_arttext&tlng=pt](http://www.scielo.org/scielo.php?pid=S1413-81232004000100015&script=sci_arttext&tlng=pt).
- Oliveira, H. (1993). A enfermidade sob o olhar da criança hospitalizada. *Cadernos de Saúde Pública*. Rio de Janeiro. Recuperado de [http://www.scielo.org/scielo.php?pid=S0102311X1993000300020&script=sci\\_arttext&tlng=pt](http://www.scielo.org/scielo.php?pid=S0102311X1993000300020&script=sci_arttext&tlng=pt).
- Oliveira, J. (2012). *Humanização em Saúde: arquitetura em enfermarias pediátricas*. (195 f). Dissertação Mestrado em Ambiente Construído – Faculdade de Engenharia, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora.
- Rheingantz, P. A., et al.. (2009). *Observando a Qualidade do Lugar: procedimentos para o trabalho de campo*. (livro eletrônico). Rio de Janeiro: PROARQ/UFRJ-FAU.
- Sanoff, H. (1991). *Visual Research Methods in Design*. New York: Van Nostrand Reinhold.
- Santa Roza, E. (1997). Um desafio às regras do jogo. In SANTA ROZA, E; Reis, ES. *Da análise na infância ao infantil na análise*. Rio de Janeiro: Contracapa, 161-188.
- Sommer, R. (1973). *Espaço Pessoal: as bases comportamentais de projetos e planejamentos*. São Paulo: Editora da USP.
- Van der Voordt, T. J. M. & Van Wegen, H. B. R. (2013). *Arquitetura sob o olhar do usuário: programa de necessidades, projeto e avaliação de edificações*. São Paulo: Oficina de Textos.
- Woodward, K. (2000). Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In SILVA, T. T. (Org.). *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis, RJ: Vozes.
- Zevi, B. (2009). *Saber ver a arquitetura*. São Paulo: Martins Fontes.

# 6. Duas praças de Londres e a Teoria do Buraco Bege: como arquitetos paisagistas criativos e prudentes podem estar presos na armadilha da produção de não-lugares através de empreendimentos

*Tim Waterman*

## 6.1 Introdução

Com este artigo propõe-se a fazer uma crítica delicada sobre duas novas praças de Londres (espaços públicos de uso privado), localizadas em uma parte muito refinada do histórico West End; sobre processos e produtos de empreendimento e de especulação imobiliária em um mercado altamente distorcido; do lugar e não-lugar, do gosto e do não-gosto. O primeiro projeto, concluído em 2016, é da GROSS.MAX, para o Fitzroy Place, e o segundo é a Rathbone Square de Gustafson Porter + Bowman, concluído em setembro de 2017. Essas duas praças têm apenas uma quadra de distância entre elas, embora “quadra” não seja o termo mais adequado para se referir ao nó irregular de ruas que é característico da área. Um complicador adicional sou eu. Eu moro a um quarteirão do Fitzroy Place e a dois da Rathbone Square, e como arquiteto paisagista, urbanista e morador da região, tenho algumas opiniões bastante fortes.



Ambos Rathbone Square e Fitzroy Place (assim chamados porque já existem Rathbone Place e Fitzroy Square) são empreendimentos que estão respondendo diretamente às forças do mercado. Eles são, como o título do livro de Carol Willis de 1995 sugere, resultados do fato de que *forma segue função*. Cada praça brinca com elevações e massas para esconder seus volumes excessivos e seus pisos pesados e escuros. Fitzroy Place até passou pelo malabarismo de se contratar dois arquitetos (Sheppard Robson e Lifschutz Davidson Sandilands) para promover uma diferenciação entre os quarteirões. Em ambos os casos, a distribuição dos edifícios no terreno e suas respectivas massas foram determinados pelos arquitetos, com os arquitetos paisagistas sendo introduzidos posteriormente no processo.

Em cada praça, nenhuma despesa é economizada no paisagismo, pois este, junto com imagens dos interiores, impulsionará as vendas dos apartamentos em mercados especulativos no exterior. Todos os aspectos do projeto são voltados para a capacidade imagética em *websites* imobiliários e em folhetos brilhantes. O crítico de arquitetura do *The Guardian*, Oliver Wainwright, não hesita quando eu falo com ele sobre os empreendimentos: eles são “o tipo de empreendimento genérico, que poderiam estar em qualquer lugar, que suga a vida de Fitzrovia”, disse ele. “O empreendedor afirma estar dando retorno ao público, abrindo um espaço no centro de um local que tem estado inacessível por muito tempo, mas os cânions residuais foram claramente concebidos apenas como uma ‘cortesia visual’ para os residentes endinheirados que estão ali em cima – não é o tipo de espaço onde alguém iria querer morar”. Do empreendimento em Fitzroy Place, ele diz que parece “uma imagem promocional sombria gerada por computador”.

Também falei com Anna Minton, jornalista e autora do recente *Big Capital: Who is London For? e do Ground Control: Fear and Happiness in the Twenty-first-century City*. Ela concorda. “Fitzroy Place e Rathbone Square são os tipos de empreendimento que estão arrancando o coração e a alma de Londres. Não há nada neste enclave estéril, de propriedade privada e alta segurança que o conecte à área como

um todo – poderia ser um empreendimento de alta especulação em qualquer parte do mundo”. Indiretamente, Eelco Hooftman, da GROSS.MAX, reconhece isso. “O mercado mudou”, diz ele. “Toda obra pública em Londres agora está com clientes privados”. E, além disso, “a paisagem é uma mercadoria”.

Claro, pode-se argumentar que a paisagem sempre foi uma mercadoria – certamente quando é empregada como a cenografia do poder e da riqueza privada, como tantas vezes tem sido. É irônico, porém, que em um momento em que nossa profissão está mais focada do que nunca em temas como sustentabilidade, ecologia e benefício social, o trabalho mais lucrativo para as melhores práticas paisagísticas da Grã-Bretanha esteja enraizado em outros lugares – e em lugar nenhum. A cenografia do capital contemporâneo exige um espaço virgem, para que sua lógica de negócios não seja interrompida pelas obrigações éticas que a cidade real exige. O falecido Zygmunt Bauman colocou tão bem em seu ensaio *City of Fears, City of Hopes*: que o objetivo de empreendimentos como estes é “derrubar os antigos bairros da cidade; cavar um buraco negro no qual os velhos significados afundam e desapareçam, primeiro da vista e logo depois da memória, e preencher o vazio com uma lógica totalmente nova, desvinculada das preocupações da continuidade e aliviada de seus fardos” (Bauman, 2003, p. 10).

## 6.2 Fitzrovia

O bairro Fitzrovia não aparece, na maioria das vezes, nos mapas mentais da maioria das pessoas de Londres, o que pode parecer surpreendente, uma vez que se descubre o quanto ele é central. É delimitado a oeste pela gentil Marylebone, a leste pela frondosa Bloomsbury, ao Norte pela trovejante estrada de Euston e ao Sul por toda a agitação de Oxford Street e Soho. No passado, era conhecido como North Soho e, brevemente, nos anos 1930, como Old Latin Quarter, mas desde a década de 1940 contraiu seu nome da Taverna Fitzroy, na Charlotte Street. Fitzrovia é um nome que soa sofisticado, mas a Taverna Fitzroy (ainda de pé) é um bom símbolo para o bairro e sua história.

A Taverna Fitzroy fica em uma esquina da *Charlotte Street*, que abriga restaurantes exóticos há muito tempo, e que abriga, há mais tempo ainda, artistas, artesãos, atores, escritores, socialistas e anarquistas, gays e lésbicas, imigrantes e, como observa o urbanista Nick Bailey em seu livro *Fitzrovia*, “o excêntrico e desprovido”. Bailey continua comentando que a área sempre foi marginal, embora no coração de *West End*. “A explicação para isso deve estar no modo em que foi desenvolvida – principalmente pela especulação fragmentada ao longo de muitos anos – e na combinação resultante de diferentes apropriações, arrendamentos e arrendatários” (Bailey, 1981, p. 8).

O filósofo Walter Benjamin poderia estar escrevendo sobre Soho e Fitzrovia, no enunciado de seu famoso ensaio *Nápoles*<sup>2</sup>, quando fala da paisagem urbana densa e refinada da cidade onde

construção e ação se entrelaçam uma à outra em pátios, arcadas e escadas. Em todos os lugares se preservam espaços capazes de se tornar cenário de novas e inéditas constelações de eventos. Evita-se cunhar o definitivo. Nenhuma situação aparece, como é, destinada para todo o sempre; nenhuma forma declara o seu ‘desta maneira e não de outra forma’. Aqui é assim que se materializa a arquitetura, essa componente mais concisa da rítmica da sociedade (Benjamin, 1987, p. 147-8).

Como Soho e Fitzrovia, Nápoles é “anárquica, emaranhada e rústica no centro da cidade”, e todos os seus cantos e recantos eram refúgios para as referências eruditas dos séculos XIX e XX: Karl Marx, Peter Kropotkin, Oscar Wilde, Arthur Rimbaud, Aleister Crowley, Dylan Thomas, Virgínia Woolf, Quentin Crisp, Roger Waters, Siouxsie Sioux.

O urbanismo de Fitzrovia é tanto o resultado quanto a razão de sua particular sociabilidade. Em todo lugar, diferentes andares do mesmo edifício rendem espaço para diferentes usos: um alfaiate ou um

---

2 As citações de Naples foram traduzidas por José Carlos Martins Barbosa com assistência de Pierre Paul Michel Ardengo, para a coletânea *Walter Benjamin, Escolhidas II: Rua de mão única*.

fabricante de abajures em um subsolo, sob um edifício palaciano<sup>3</sup>; um estúdio acima de uma bordadeira acima de uma cafeteria. Minúsculas vilas *mews*<sup>4</sup> cheias de locais de trabalho têm os fundos fechados com pubs aconchegantes, que se tornam barulhentos à medida que a sexta-feira se aproxima. No entanto, a escala e a textura da área estão mudando rapidamente, enquanto “se modernizam”.

### 6.3 Os buracos beges da modernização

Robert Fitch, em seu livro *The Assassination of New York*, de 1993, escreveu que a cidade pós-industrial “é uma mutação disfarçada de modernização” (Fitch & Fitch 1986, p. 235). A cidade industrial na fase extensiva do capitalismo, na qual trabalho, recursos e, portanto, riqueza “excedente” foram extraídos de impérios longínquos e sertões agrícolas, podia permitir a ilusão do progresso “inevitável”. Anteriormente, um capitalismo extensivo mais agrário declarara vastas extensões de terra como “vazias” – como terra *nullius* – para justificar o colonialismo, simplesmente apagando vidas e culturas neste processo. A malha jeffersoniana é um símbolo dessa ideologia do vazio. Atualmente, a cidade pós-industrial é impulsionada pelo capitalismo intensivo, que é forçado a se transformar a partir de dentro, moldando-se em torno de mercados e serviços que canibalizam a cidade.

A dissipação de recursos do colonialismo reuniu vastos territórios, mapeando-os para exploração. Agora as cidades estão voltadas para dentro, e dentro delas a nova terra *nullius* deve ser encontrada. Todos os cantos e fendas necessários à vida cotidiana no urbanismo estão atenuados, e a malha jeffersoniana se manifesta como vasta pavimentação: áreas de escritórios e apartamentos periféricos. A ideologia que racionaliza esses espaços tirânicos os visualiza como “espaços de engajamento” “abertos”, “democráticos” e “livres”, assim como, a

3 Estilo arquitetônico clássico londrino. No original: *mansion block*.

4 Nome britânico para antigas vilas de estábulos ou “garagens” de carruagens.

malha colonial era falsamente teorizada como garantia de equidade espacial. Assim como a malha do capitalismo extensivo produziu uma mutação na terra rural, agora a malha do capitalismo intensivo distorce o espaço da cidade. Contudo, como Darwin constatou, a mutação raramente leva à evolução.

Os espaços urbanos dentro dos quais essas vastas malhas estão sendo realizadas são um fenômeno que eu considero como “buracos beges”. Análogos aos buracos negros no universo, eles têm o poder de atrair, comprimir e capturar dinheiro no sistema financeiro, bem como os buracos negros consomem toda a matéria em sua supergravidade. Bege, no entanto, porque impulsionado pela capacidade imagética do setor imobiliário, ele deve ser estilizado para ser elegante, organizado e genérico; uma moeda que, como o euro, deve ser tudo para todas as pessoas e, portanto, nada. Bege porque reflete os não-gostos das elites no setor FIRE (*finance, insurance, real estate* – financeiro, de seguros, imobiliário). Bege porque eles devem colocar o poder comercial acima da particularidade local. Os corretores de imóveis e os próprios empreendedores chamam esses lugares de “cofres no céu” ou “ouro em concreto”, o que deixa claro a função deles de instrumentos financeiros e não de locais para viver, trabalhar ou divertir-se, ou para morar.

Toda uma geração de arquitetos e arquitetos paisagistas, enquanto estudantes, leu o longo ensaio de 1995, de Marc Augé, “Não lugares”, e ainda assim encontra-se presa a um sistema que reproduz o modelo incessantemente. O não-lugar é definido como um lugar de trânsito, um espaço que desafia atos de habitação e é exemplificado pelo aeroporto moderno. “O espaço do não-lugar não cria uma identidade singular nem relações singulares; apenas solidão e similitude”. [...] “Como os não-lugares estão aí para serem de passagem, eles são medidos em unidades de tempo” (Augé, 2009, p. 82).

O buraco bege é um tipo de não-lugar – um lugar de trânsito. Nesse caso, o buraco bege é um lugar dos ricos transientes e do dinheiro em trânsito – as unidades de tempo com as quais esses espaços são medi-

dos são amortizadas em hipotecas, contadas em anos de arrendamento, em contratos anuais, em flutuações de altos e baixos. São as relíquias de um sistema financeiro, no qual a própria transitoriedade é o fator operacional. Se o dinheiro no sistema atual nunca parou por tempo suficiente, levaria apenas um minuto de análise para se descobrir que seu valor é infundado e descabido, uma ficção em trânsito, sobre trânsito. Como Augé diz, “o usuário do não-lugar está em relações contratuais com ele (ou com os poderes que o governam)” (Augé, 2009, p. 82), e esses contratos são temporais. Os buracos beges são não-lugares que existem como registros de transações e contratos, tão intangíveis e inconstantes quanto números oscilantes no telão de uma bolsa de valores.

## 6.4 O Fitzroy Place

“Certos projetos não devem gritar”, diz Eelco Hooftman, da GROSS. MAX. Arquitetos paisagistas, como ele e seu parceiro Nigel Sampey, me mostram o pequeno terreno no centro do novo grande empreendimento em Fitzroy Place. “Este não é um projeto de pronunciamiento”. De fato, é um eufemismo luxuoso, como uma cifra para certa sofisticação endinheirada, e o não-gosto financeiro que caracterizam o projeto. Escrevi abertamente sobre o estilo arquitetônico desses empreendimentos no passado, estilo que o crítico de arquitetura Owen Hatherley descreveu como “pseudomodernismo”, em seu *A Guide to the New Ruins of Great Britain* de 2010, e que eu tenho ridicularizado como *blang* – uma mistura de *bland* e *bling*.<sup>5</sup> O Fitzroy Place, lançado em 2016, é um grande empreendimento, que abrange um quarteirão inteiro, no terreno de 3,2 acres do antigo Middlesex Hospital, aonde muitos fitzrovianos vieram ao mundo e o deixaram (dentre aqueles que o deixaram incluem-se Rudyard Kipling e Peter Sellers). Hoje abriga o escritório londrino da Estée Lauder e alguns dos apartamentos mais caros de Londres, com *flats* de um quarto a

5 O termo *blang* foi criado pelo autor a partir da junção das palavras *bland* e *bling*, que em português significam “vago” e “ostentoso”, respectivamente.

partir de US\$1,5 milhão (na Grã-Bretanha, o preço é calculado mais pelo número de quartos do que pela metragem quadrada).

Tudo o que resta do hospital é uma requintada capela do arquiteto John Loughborough Pearson (projetada em 1891, concluída em 1929) e uma fachada, com a extensão de uma rua, ao longo do lado oeste do terreno, ambos exibindo em seus exteriores tijolos de altíssima qualidade, alvenaria, pedras e cantaria, esbanjados em projetos públicos do início do século XX em Londres.

A capela se projeta para a nova praça, mas por ser tão reduzida pela escala dos prédios ao redor, claramente não foi possível usá-la como ponto focal da praça. Uma colunata de aço e pérgola da *Cor-Ten*, desenvolvida pela GROSS.MAX. com os arquitetos da Lifschutz Davidson Sandilands, ajudou a abaixar a escala dos edifícios do entorno em relação à capela. Depois, a capela foi envolta por um cenário de árvores *Magnolia grandiflora* perenes. Uma escultura de pedra (The One and the Many, de Peter Randall-Page), sugerindo uma pedra neolítica de pé e gravada com inscrições multilíngues, remete à pedra Rosetta instalada no seu vizinho, o British Museum, e serve para recolocar o foco na praça, ao mesmo tempo em que diminui a escala para o humano. Estes são truques hábeis, treinando os arquitetos projetistas para novos níveis de virtuosidade, mas para fins que poderiam ter sido evitados em uma fase mais inicial do processo de projeto.

A vegetação na praça sofreu desde que foi instalada, e isso pode ser o resultado dos truques dos arquitetos para satisfazer planejadores ou clientes. O meu palpite é que as renderizações de sol e sombra possam ter sido excessivamente otimistas, e que o horto medicinal escolhido para refletir o histórico médico do local simplesmente não esteja recebendo sol o suficiente. As plantas que mais floresceram são as graciosas *Amelanchier lamarckii* de múltiplos troncos, que foram colocadas em recipientes gigantes em cinza grafite, todos recebendo eixos angulares de luz durante à tarde, situados nas faixas de pedestres que atendem a praça. Por mais elegantes que sejam, sua linguagem

corporal é agressiva. Eles são colocados como obstáculos, como impedimentos eficazes, como seguranças corpulentos protegendo o acesso físico e visual da vizinhança do entorno ao local. Este é um pronunciamento claro que as pretensões publicitárias, expressas em solicitações no planejamento, eram o habitual embranquecimento.

## 6.5 A Rathbone Square

A Rathbone Square, concluída em 2017, tornou-se a nova sede do Facebook em Londres, como parte de um complexo misto comercial/residencial. Sua cercada praça central foi projetada por Gustafson Porter + Bowman e os prédios do entorno pela Make Architects. A praça, como o Fitzroy Place, abre um importante acesso leste-oeste para pedestres em uma área com um pronunciado eixo Norte-Sul. Aqui nenhum edifício estimado pela comunidade foi eliminado para a criação do local; em vez disso, um sombrio escritório de triagem postal e um estacionamento repleto de arame farpado eram a condição pré-existente. Foi um alívio palpável quando foram demolidos.

Aqui, o mais grave erro de planejamento foi cometido no início, com a incapacidade de se fornecer uma conexão direta Leste-Oeste para os pedestres, no extremo Norte do terreno, o que facilitaria a passagem dos usuários locais, bem como, novas possibilidades de pequenos estabelecimentos varejistas. Em vez disso, a rota corre para o Sul, contrariando o acesso da mesma forma que os plantadores de *Amelanchier* fazem em Fitzroy Place, e a passagem é confinada por túneis fechados revestidos de cerâmica verde-azulado. Estes têm, de fato, o efeito de espremer um pouco os visitantes, para que a praça pareça se abrir generosamente depois que eles saem do túnel. Dentro do espaço, a massa edificada é mais bem-sucedida do que em Fitzroy Place. Os edifícios se rebaixam para permitir a entrada generosa de luz do Sul, de modo que o prognóstico, tanto para o sucesso das plantas quanto para o calor real e emocional da praça, é melhor.



Donncha O Shea, que junto com Mary Bowman projetou a praça, falou orgulhosamente das alongadas fontes retangulares que estruturam duas das entradas da praça. “Elas celebram as entradas e atraem as pessoas com os reflexos e o som da água”. Gustafson Porter + Bowman podem muito bem ser os melhores designers com água da Grã-Bretanha, e essas fontes não são uma exceção. Cada uma foi testada exaustivamente. “Você tem que testar a água – você não pode esperar pelo primeiro dia”, diz O Shea. Os testes começaram com espuma e progrediram para a pedra, “se tornando cada vez mais reais”. Os visitantes da praça, reflexivamente, submergem seus dedos na água plácida enquanto passam, e ela cobre elegantemente as sinuosas laterais pedregosas das fontes.

O assento é similarmente refinado, subindo e descendo em ângulos retos para fornecer o máximo de espaço para se sentar e definindo uma malha escura em oposição à malha clara da pavimentação de granito canadense, o que estabelece um ritmo com as fachadas do prédio. Aqui, no entanto, a riqueza dos materiais da praça está em desacordo com o revestimento dos edifícios, que, assim como o revestimento no Fitzroy Place, parece estar tão finamente esticado quanto um filme plástico, em toda a superfície dos edifícios. As janelas na Rathbone Square estão colocadas em painéis metálicos que possuem o brilho opaco de uma assadeira de peru de alumínio descartável.

No centro de Rathbone Square, à beira dos escritórios do Facebook, um crescente gramado foi providenciado. O gramado é obrigatório nas praças de Londres, e em praças patrimoniais é muitas vezes um requisito legal. Aqui tem a intenção de ser um catalisador para atividades. “Praças privadas em Londres não sustentam atividades reais”, diz O Shea, e o tempo dirá se a Rathbone Square, com seus sedutores recursos hídricos, servirá realmente como área de convivência ou apenas como um local para os trabalhadores do prédio descansarem no almoço.

## 6.6 Considerações finais

Espero não ter retratado GROSS.MAX. e Gustafson Porter + Bowman como vilões ou fiascos. Eles não são nenhum dos dois. Na verdade, eles são dois dos mais ilustres escritórios de arquitetura paisagística da Grã-Bretanha, abarrotados de talento, ambição e entusiasmo. Se houver vilania ou fracasso, isto é sistêmico e está arraigado nos processos de empreendimento que são concebidos, sobretudo, como extrativistas e orientados para o lucro. Essas forças também militam contra a arte e o urbanismo, atendendo a não-gostos genéricos internacionais e a resultados capazes de produzir imagens. Em sua época, William Morris, cuja famosa empresa de móveis estava localizada em vários locais perto de Fitzrovia, diagnosticou os mesmos problemas, em *Hopes and Fears for Art*, e suas palavras ainda são verdadeiras:

Só não devemos culpar os construtores, como algumas pessoas parecem inclinadas a fazer: são nossos humildes servos e construirão o que pedimos; lembre-se de que homens ricos não são obrigados a viver em casas feias e, no entanto, você os vê vivendo; o que os construtores estão muito bem desculpados por entenderem como um sinal do que é desejado (Morris, 1882, p. 105).

Se quisermos um mundo menos salpicado de buracos beges, teremos que trabalhar em conjunto com outras profissões, processos políticos e econômicos para transformar o desenvolvimento. Há esperança nisto, como avanço anual da cooperação e a comunicação entre arquitetos, planejadores urbanos e arquitetos paisagistas, e com novos modelos de empreendimento que vêm surgindo, tais como os termos territoriais coletivos. Então, talvez, possamos começar a fazer nossas cidades de modo que sejam mais genuinamente desejadas por aqueles que autenticamente vivem nelas.

## Referências

- Auge, M. (2009). *Non-Places: an introduction to supermodernity*. New York: Verso.
- Bailey, N. (1981). *Fitzrovia. Westminster*. Historical Publications Ltd..
- Bauman, Z. (2003). *City of Fears, city of Hopes*. London: Goldsmiths College.
- Benjamin, W. (1987). *Obras Escolhidas II: Rua de mão única*. São Paulo: Brasiliense.
- Fitch, R. & Fitch, B. (1996). *The Assassination of New York*. New York: Verso Books.
- Hatherley, O. (2011). *A Guide to the New Ruins of Great Britain*. Verso.
- Minton, A. (2017). *Big Capital: who is london for?*. London: Penguin Books Ltd..
- Morris, W. (1882). *Hopes and Fears for Art*. London: Ellis & White. Recuperado de <https://www.gutenberg.org/ebooks/3773>.
- Willis, C. (1995). *Form follows finance: skyscrapers and skylines in New York and Chicago*. New York: Princeton Architectural Press.

# 7. A europeização do espaço livre público urbano na China

*Ying Li*

*Se queres prever o futuro, estuda o passado (Confúcio, 551–479 a.C.)*

## 7.1 Introdução

Na China Antiga era difícil de encontrar um espaço livre público urbano devido ao sistema político do país na época. As cidades eram para a classe dominante, não para o povo. Os tipos de espaços livres urbanos em cidades antigas chinesas podem ser resumidos em: muralhas, margens de rio, mercados, ruas, canais e lagos. Esta lista não inclui praças públicas urbanas. Na Europa, os espaços urbanos das cidades eram abertos para o uso público, pelo menos desde os tempos de Amarna. Apareceram no período renascentista como parte da malha urbana.

## 7.2 Projeto e planeamento de espaços livres públicos urbanos livres em cidades chinesas

A data da construção das primeiras cidades chinesas é incerta, mas no *Zhou Li*,<sup>6</sup> o carácter principal das cidades foi descrito. Essencialmente, elas eram cidades administrativas e o “público” que nelas viviam eram de classes sociais superiores. As cidades eram cercadas por muros e muralhas. Existem resquícios arqueológicos de cidades chinesas da província de Henan durante a Dinastia Shang, em c.1600 a.C.– c.1046 a.C.. Hougang na aldeia XiaoTun de Anyang, Wangcheng Gang Antiga

---

6 Chinês: 周礼 Pinyin: Zhou li

em Dengfeng e Pingliang Tai Antiga em Huaiyang são vistas como protótipos urbanos chineses. Além disso, relata-se que o sistema Ying Guo<sup>7</sup> foi a filosofia de planejamento dominante na Dinastia Zhou. O princípio de planejamento das cidades antigas chinesas foi influenciado pelo sistema escravocrata da China, por esse motivo o sistema Ying Guo se tornou a ideia central para a construção das cidades. O sistema Ying Guo começou na Dinastia Zhou. “*Ying*” significa criar e “*Guo*” significa país, então uma definição simples para o termo Ying Guo é “criar países”. O sistema Ying Guo tratava do planejamento de cidades como se este fosse o planejamento de países. As cidades eram desenvolvidas com ligações de transporte para outras cidades, bem como conexões entre países. Na Dinastia Zhou, as cidades tinham três níveis: o primeiro era a Cidade do Rei,<sup>8</sup> o segundo era a Cidade do Senhorio<sup>9</sup> e o terceiro era a Cidade Feudal<sup>10</sup> (HE, 1986, p. 1). É evidente que as primeiras cidades chinesas eram planejadas para as classes dominantes. Mesmo assim, muitas dinastias seguiram a Dinastia Zhou, o sistema Ying Guo permaneceu como base dos princípios do planejamento urbano ancestral chinês.

### 7.3 2000 a.C. – 1000 a.C.: margens de rios

Os primeiros colonizadores chineses escolhiam zonas próximas à água para construir suas casas<sup>11</sup>. As antigas cidades chinesas eram quase sempre construídas próximas de rios. Este era um método tradicional e trazia vantagens para funções militares, econômicas e ecológicas. Era favorável para defesa, além de auxiliar no desenvolvimento e na administração das cidades. Como é confirmado no Guo Qin Lun<sup>12</sup>:

7 Chinês: 营国; Pinyin: Ying Guo

8 Chinês: 王城; Pinyin: Wang Cheng

9 Chinês: 诸侯城; Pinyin: Zhuhou Cheng

10 Chinês: 采邑; Pinyin: Caiyi Cheng

11 Chinês: 逐水而居; Pinyin: Zhu Shui Er Ju

12 Chinês: 过秦论; Pinyin: Guo Qin Lun

Na Dinastia *Qing*, o Imperador *Qing* progrediu baseando-se em todas as realizações dos seis imperadores anteriores e foi obrigado a governar todos os países. A Dinastia Zhou Ocidental, a Dinastia Zhou Oriental e outros estados foram eliminados. O Imperador *Qing* alcançou uma posição extremamente elevada para governar o mundo.

A região de Xianyang, próxima ao Rio Weu, foi escolhida por Qin Shi Huang como a sua cidade capital. Ele o usava como base militar para unir o país (He, 1986, p. 133). O local também propiciava o desenvolvimento econômico ao longo do rio. Áreas de cidades com água normalmente criavam um ambiente ecológico agradável. As margens se tornaram o tipo mais significativo de espaço livre nas antigas cidades chinesas. Outros exemplos são a capital ocidental de Han, Hangman, próxima ao Rio Jue, e a capital oriental de Han, Luoyang, localizada próxima ao Rio Luo (Fu & Steinhardt p. 10).

## 7.4 1000 a.C. – 500 a.C.: muralhas e ruas

A planta esquemática de uma Cidade do Rei, também conhecida como Cidade Imperial, é o registro mais detalhado do sistema urbano chinês. Também é a primeira planta de cidade antiga chinesa na história, registrada na “Yong le Encyclopaedia” durante a Dinastia Ming. Como em Jiang Ren Ying Guo “Usando o número nove para dividir o país em nove partes, e a razão para isso é que existem nove ministros diferentes para administrar toda a cidade ‘país’”.

Então as “linhas” para dividir toda a cidade podem ser as primeiras ruas da Cidade do Rei de acordo com o trecho no Zhou Li: “Havia nove ruas que iam do Sul para o Norte e do Oeste para o Leste. A largura de cada rua era igual a nove vezes a largura de uma via. Há também uma rua circular, cuja largura é sete vezes maior do que uma via”.

Isso fornece uma descrição clara do número e layout das ruas em uma Cidade do Rei. Com o desenvolvimento do “sistema Ying Guo”

em diferentes dinastias, o layout e a largura das ruas mudaram. Embora o espaço da rua existisse desde o início do planejamento urbano chinês, a rua só podia ser usada pelos governantes, não por outras pessoas. Portanto, a função dessas ruas era diferente da rua de hoje; estava mais um espaço cerimonial.

## 7.5 500 a.C. - 400: espaço do mercado

O espaço de mercado mais antigo em uma cidade chinesa apareceu na planta de Yan Xia Du durante o Período dos Estados Combatentes. Isto é mencionado no *Zhanguo Ce · Zhao Ce*<sup>13</sup>. Isso significa que os administradores acreditavam que era mais importante construir cidades do que fundar um único condado. A área de residência civil e a área da indústria de artesanato também se estenderam na planta de Yan Xia Du. A área dos palácios foi reduzida. No *Zhou Li*, diz-se que uma cidade deveria ter três tipos de mercado. Eram eles o “grande mercado<sup>14</sup>, o mercado matinal<sup>15</sup> e o mercado noturno<sup>16</sup>”. É provável que a planejamento de Yan Xia Du no período dos Estados Combatentes tenha se desenvolvido na ancestralidade. O mercado podia ser usado por governantes e governados. Embora possa não ter havido um projeto próprio para o mercado como um espaço livre, isso pode ter sido o início de um planejamento de espaço livre público nas cidades antigas da China.

## 7.6 400 - 1200: espaço do canal

Um grande número de canais foi construído nas cidades chinesas para suprir a escassez de cursos de água naturais e fortalecer as conexões entre os rios. Isso criou outro tipo de espaço livre nas cidades.

13 今千丈之城，万户之邑相望也

14 Pinyin: Da Shi

15 Pinyin: Zaoshi

16 Pinyin: Xishi

O Grande Canal vai de Pequim, no Norte, até Hangzhou, no Sul. É o canal mais antigo e mais longo do mundo e compreende canais artificiais, rios naturais e lagos. De acordo com a história, o registro em “*Zuo Zhuan · Ai Gong Jiu Nian*”: “No outono Wu encontrou os países de Han, cavando valas para comunicar os rios *Yangtze e Yellow*”.

Portanto, a seção mais antiga do canal é Han Gou, iniciada em 486 a.C. e finalizada em 484 a.C. Nos períodos de primavera e outono, em 770 a 476 a.C., o Rei Fucha do reino de Wu fundou a cidade de Han (Yangzhou). Ele também construiu o canal de Han para desviar água do Rio Yangze. Na Dinastia Sui, o rei Yang estendeu o canal em aproximadamente 2700 km para conectar Yuhang (Hangzhou) e Haojun (Pequim). Isto ainda pode ser visto hoje. Parece que o principal objetivo da construção dos canais era o desenvolvimento econômico. A principal função dos canais eram transporte e comércio, mas quando eles passavam pelas cidades também eram lugares agradáveis para caminhar.

## 7.7 1200 - 1925: espaço do lago

No período Song do Sul, 1127 a 1279, o princípio de planejamento para as cidades mudou totalmente. Mais esforços foram feitos para melhorar o transporte e as estradas, estendendo-se a área da cidade e construindo-se mercados. A mudança significativa foi a construção de projetos hídricos, e o projeto mais famoso foi o desenvolvimento do Lago Oeste. A partir da planta de Lin’na, hoje Hangzhou, capital no período Song do Sul, fica evidente que esta planta é diferente das demais cidades chinesas mais antigas. Ela não foi controlada pelo Sistema Shi da Dinastia Tang. O cais, o lago e o paisagismo foram pensados com a planta da cidade. Jardins foram planejados para serem construídos de modo que o Lago Oeste ficasse focalizado entre duas montanhas (He, 1986, p. 285). O Lago Oeste foi aberto ao público no período Song do Sul e sua beleza começou a ganhar uma grande reputação. De acordo com o registro histórico, a população em Lin’an



aumentou, já que as pessoas vinham de outros lugares para visitar o lago. Os usuários incluíam peregrinos, homens de negócios, monges, enviados de países estrangeiros, candidatos de exames fundamentais para acadêmicos e visitantes locais. A navegação se tornou a atividade mais popular. O Lago West foi, portanto, um importante espaço livre público no período Song do Sul.

## 7.8 Após 1960: praça pública urbana

Depois que a influência ocidental alcançou a China, a tradicional praça chinesa foi abandonada. Fu escreve que a velocidade da construção de praças urbanas foi constante de 1978 a 1995. Mas após 1996, a praça urbana se alastrou rapidamente por todos os lugares da China (Fu, 2009, p. 11). Frequentemente, o projeto e o planejamento das praças são visualmente copiados de estilos ocidentais, mas a função delas não é a mesma do que no Ocidente. Na seção seguinte, este problema será retomado.

## 7.9 A história do espaço livre público na Europa

### 7.9.1 2000 a.C. – 1000 a.C.: estrada real

As primeiras cidades ocidentais conhecidas que tiveram Espaços Livres Públicos estavam na Mesopotâmia e no Egito. A tipologia pode ser identificada como uma rota cerimonial. O melhor exemplo está em Armana, que é um sítio arqueológico egípcio extenso que compreende vestígios da capital construída, e abandonada pouco depois, pelo Faraó Akhenaten no fim da Décima Oitava Dinastia, em c. 1353 a.C. A cidade estava localizada na margem leste do Nilo. As ruínas da cidade estão ao longo de uma rua principal de 800 metros de Norte a Sul, apontada hoje como a ‘Estrada Real’. Ela ligava a Cidade Central

à Cidade Norte. Provavelmente, o palácio da margem Norte na Cidade Norte era onde o rei morava. No lado oposto à estrada do Palácio do Rei estão casas grandes, que devem ser onde os nobres viviam. A cidade central era no extremo Sul da Estrada Real. A principal função da estrada real em Amarna era ligar os palácios reais às casas da nobreza. Também era usada para o rei se apresentar ao povo.

### **7.9.2 1000 a.C. - 500 a.C.: ágora grega e fórum romano**

As primeiras cidades da Europa Continental estavam na Grécia e a primeira grande urbe da Europa foi Roma. As cidades gregas e romanas tinham diferentes tipos de espaços livres urbanos, como a rota de procissões, espaços para negócios, reunião e adoração no centro da cidade. Os melhores exemplos são a antiga Ágora de Atenas e o Fórum de Roma.

Na história grega, século X – século VIII a.C., ágora significa um espaço aberto de assembleia. Dos registros antigos, existem duas funções principais da ágora. Uma delas para reunir os cidadãos do sexo masculino para que eles ouvissem as declarações do rei ou do conselho governante. A outra função era a de um mercado onde os comerciantes tinham barracas ou lojas para vender suas mercadorias sob as colonatas. A área do Fórum era originalmente uma zona úmida de baixa altitude e foi drenada no século VII a.C. O Fórum era o equivalente romano da Ágora em Atenas. Era um lugar localizado no centro de Roma, cercado por prédios do governo. A forma do Fórum Romano era retangular e sua função original era a de um mercado que poderia ser usado pelos cidadãos. Ele também foi disposto para procissões triunfais, eleições, discursos públicos, julgamentos criminais e jogos de gladiadores (Grant, 1974, p. 11). Templos eram construídos de frente para a ágora. Estes dois espaços livres públicos antigos estavam abertos aos governantes e aos cidadãos.

### **7.9.3 O período medieval: aldeia e pátio do castelo**

Após a queda de Roma, poucas cidades importantes foram criadas até a Idade Média. As cidades medievais da Europa tinham vários novos

tipos de espaços livres. Assim como um mercado, elas poderiam ter um pátio de castelo, uma rua de aldeia e um pátio para competição equina. O tipo de castelo de mota era comum. A mota era um monte de terra erguido, em geral, artificialmente. O pátio estava na base da mota e era cercado por uma vala de proteção. Eles eram simples e fáceis de construir. Trabalhadores e soldados viviam no pátio (Lepage, 2002, p. 123). A aldeia fora do pátio continha, talvez, algumas dezenas de pessoas vivendo em um agrupamento de cabanas ao redor de uma pastagem. Outro tipo de espaço livre público que apareceu neste período foi o pátio para competição equina.

#### **7.9.4 O período renascentista: mercado**

O Renascimento trouxe uma nova abordagem para o planejamento urbano e uma formalização dos tipos de espaço livre público que foram feitos nas cidades medievais. As praças públicas apareceram neste período. Os mercados eram construídos como praças pavimentadas. Em geral, as praças eram quadradas e relacionadas à malha urbana, como a St. James Square, a Russell Square em Londres e a Place des Vosges em Paris. A Place de Vosges é a mais antiga praça planejada no Norte da Europa. Ela foi construída no período renascentista e era um quadrado absoluto (140m×140m). Era cercada por uma bela arquitetura que continha casas aristocráticas e concretizou o primeiro programa norte-europeu de planejamento das cidades da realeza. Por outro lado, algumas praças urbanas pavimentadas tornaram-se mercados.

#### **7.9.5 O período barroco: avenida**

O período Barroco viu novos tipos de espaços livres públicos sendo construídos. Eles incluíam avenidas e jardins de palácios que foram posteriormente abertos ao público. Influenciada por Sixtus V, Roma se tornou uma cidade com um projeto estrutural integrado na forma de um sistema em movimento. Isto encorajou o aparecimento de um novo tipo de espaço urbano (Bacon, 1976, p. 8). A avenida foi um novo tipo de espaço livre público no período Barroco. Ela surgiu da ideia de se conectar os pontos nodais.

### 7.9.6 Os períodos neoclássico e romântico: praça pública e parque público

Os períodos neoclássico e romântico viram a criação dos parques aristocráticos e depois de parques públicos, que tinham o papel de serem o ‘país na cidade’. No século XVIII, as praças públicas e algumas avenidas ainda estavam sendo feitas nas cidades europeias e algumas galerias foram construídas como espaços de mercado interior, como por exemplo, a Galleria em Milão. O estilo de jardim paisagístico começou no século XVIII. Ele varreu o continente substituindo os jardins da Renascença. No início do século XVIII, influenciados por uma ideia proveniente dos períodos neoclássico e romântico, parques aristocráticos foram planejados e finalizados, como os parques da realeza em Londres. Eles foram abertos ao público nos fins do século XIX.

## 7.10 Discussão

A filosofia de design e planejamento dos espaços livres públicos na Europa baseia-se em várias influências sociais de diferentes períodos. Desde a estrada real no Egito Antigo até o pátio do castelo, pátio para competição equina, mercado, praça urbana, avenida e centros comerciais, e parques públicos, foram necessários mais de três mil anos para que a evolução das cidades europeias se completasse. Significativamente, o nascimento dos novos tipos de espaços livres públicos em cada período estava relacionado a uma nova função em cada período.

Havia pouco contato entre a China e a Europa antes do século XIX. Alguns tipos de espaços livres públicos eram similares e muitos eram diferentes. Por exemplo, na história urbana chinesa, como discutido acima, não havia nenhum equivalente exato das europeias *square*, *piazza*, *place* e *plaza*. Havia muralhas nas cidades europeias, mas elas provavelmente não eram usadas como espaços livres públicos. Entretanto, na China as muralhas eram usadas para recreação. Por outro lado, o mercado é um tipo de espaço livres público presente tanto na

história dos espaços livres públicos europeus quanto na dos chineses. O primeiro espaço de mercado na China apareceu na planta de Yan Xia Du<sup>17</sup> no período dos Estados Combatentes (475 - 221 a.C.). E o primeiro espaço livre público na história europeia é a ágora grega, que era um mercado entre outras coisas. É evidente que, devido à diferença de geografia e organização comunitária, Europa e China eram muito diferentes. Desde então, houve muito mais mudanças na história do espaço livre público nas cidades europeias do que nas chinesas durante o período de 1000 a.C. a 1949 d.C. Somente a partir de 2000, a teoria do espaço livre público começou a tomar forma e se desenvolver na China.

Nas antigas cidades chinesas, os seis principais tipos de espaço livre aos quais o público tinha acesso eram: 'ruas, canais, muralhas, mercados, margens e lagos' (He, 1986, p. 178). Então, no século XIX, a China se tornou cada vez mais influenciada pela teoria do design urbano ocidental:

- Europa (1900 - 1947);
- Rússia (1947 - 1976);
- América e outros lugares, após 1976. (Fu, 2007, p. 14).

Quando Deng Xiaoping assumiu o poder em 1976, a China começou a se abrir e a se desenvolver rapidamente. Novas cidades foram construídas e outras foram reconstruídas. Enquanto muitas construções eram bem planejadas e projetadas, os espaços livres públicos eram menos satisfatórios.

Consequentemente, o projeto e o planejamento do espaço livre público permanecem problemáticos na China e no ocidente. Enquanto alguns problemas são os mesmos, outros são diferentes. Métodos avaliadores de espaços livres público existentes são necessários e importantes para o desenvolvimento futuro destes espaços. Na China, um grande número de espaços livres públicos tem sido construídos, mas as políticas públicas oficiais para o planejamento, projeto e avaliação para estes espaços são extremamente difíceis de se identificar.

---

17 Chinês: 燕下都

As cidades chinesas desenvolvidas desde a década de 1970 vêm sendo criticadas por serem ‘cosméticas’. Yu e Padua (2010) fornecem exemplos desta abordagem de projeto nas escalas de planejamento urbano, empreendimentos residenciais e planejamento de zonas. Eles descrevem as cidades como “cosméticas”, porque os projetistas têm focado mais na aparência do que nas funções ou na ecologia urbana. No entanto, a tradição histórica tanto no Leste como no Oeste são voltadas para que os espaços livres públicos em áreas urbanas tenham funções específicas.

## 7.11 Considerações finais

Conforme descrito neste capítulo, está claro que o layout original do espaço livre público estava relacionado ao status social, às necessidades humanas e a filosofia e religião do Leste e do Oeste. Neste sentido, o espaço livre público tinha objetivos similares tanto na China quanto na Europa. A Europa tem conservado sobretudo as tradições e os objetivos originais do espaço público. A China, provavelmente, seguiu de perto sua antiga tradição de projeto para o espaço livre público até 1900 e, em menor grau, até 1978. Porém, depois de 1978, a construção dos espaços livres públicos da China tem a tendência a ignorar os princípios tradicionais chineses. Principalmente após 1996, a construção de espaços livres públicos na China tem sido extremamente rápida e os espaços livres públicos construídos tendem a copiar formas e padrões ocidentais, sem levar em conta suas origens ocidentais, ou as tradições chinesas da filosofia projetual e da cultura. Minha esperança é que uma abordagem analítica e uma compreensão mais profunda das tradições urbanas orientais e ocidentais contribuíssem para o desenvolvimento de uma abordagem mais esclarecida ao planejamento, projeto e gestão do espaço livre público em áreas urbanas.

## Referências

- Bacon, E. N. (1976). *Design of cities*. New York: Penguin Books.
- Fu, X. & Steinhardt, N. S. (2002). *Chinese Architecture*. Yale University Press.
- Fu, C. (2009). *The urban history of China: Beijing*: She Hui Ke Xue Wen Xian.
- Grant, M. (1974). *The Roman Forum*. Spring Books.
- He, Y. (1986). *Chinese ancient City Planning*. China Architecture & Building Press.
- Lepage, J. (2002). *Castles and fortified cities of Medieval Europe: an illustrated history*. Jefferson, US: McFarland.
- Turner, T. Chang'an Xianyang Xian. (n. d.). (Site). Recuperado de [http://www.garden-visit.com/garden/changan\\_xianyang\\_xian](http://www.garden-visit.com/garden/changan_xianyang_xian).
- Turner, T. (2011). *European Gardens: History, Philosophy and Design*. London: Routledge.
- Yu, K. & Padua, M. G. (2010). China's cosmetic cities: urban fever and superficiality. *Landscape Research*, v.32(2), 255-272.

# 8. A obsolescência da vigilância ativa em lugares públicos dinâmicos

*Mehran Madani  
Leila El Zeenni  
Tara Kanj*

## 8.1 Introdução

O núcleo primordial da arquitetura da paisagem é o projeto de espaços livres públicos que estabeleçam um senso de comunidade. Portanto, a segurança no espaço público é um fator que deve ser considerado nos projetos da paisagem urbana, cabendo ao arquiteto pensar além das implicações de projeto e implementações de um plano. Uma das formas mais usuais de garantir a segurança nos espaços públicos é a vigilância ativa, que se refere ao uso de sistemas de monitoramento sob observação das autoridades responsáveis. Esse método utiliza diferentes modalidades de detecção operativa (câmeras de televisão de circuito fechado, patrulhas policiais e agentes de segurança, por exemplo). Já a vigilância passiva ocorre quando indivíduos, usuários do espaço público, nele observam e são observados despretensiosamente (Csirbuilding and Construction Technology, 2000). A efetividade de cada um desses métodos é apresentada nas seções a seguir sob diferentes cenários. Entretanto, o objetivo deste artigo é revelar as desvantagens da vigilância ativa e descrever como a vigilância passiva pode efetivamente atender às demandas de segurança por meio da transformação do espaço público em lugar público<sup>18</sup>.

---

18 Nota da tradutora: os autores utilizam as palavras “*space*” e “*place*” para diferenciar um espaço público sem significação (*public space*) de um repleto de significados para os usuários (*public place*).



## 8.2 Vigilância ativa como uma forma de panoptismo

A vigilância ativa envolve a visibilidade constante e o monitoramento direto, por intermédio da qual comportamentos-alvo podem ser monitorados e registrados. O processo de monitoramento é baseado em uma noção preexistente de Panóptico. De acordo com Michael Yeo (2010), o Panóptico foi projetado por Jeremy Bentham, no final do século XVIII, como um tipo de prisão onde todos os prisioneiros eram observados – sem saber quando –, por um único vigia sediado em um só ponto. O vigia não podia observar todos os reclusos ao mesmo tempo, mas o fato de não saberem quando eram observados obrigava os detentos a controlarem seus comportamentos. Bentham acreditava que essa técnica fazia com que os prisioneiros criassem uma expectativa entorno de estarem sempre sendo vigiados ou, pelo menos, expostos a uma grande chance de inspeção (como citado em Yeo, 2010).

Yeo (2010) descreve o conceito de “princípio de inspeção” baseado na vigilância onipresente, na qual as pessoas têm consciência de estarem sendo observadas. A vigilância panóptica também foi mencionada na obra “1984”, de autoria de George Orwell, na qual o Big Brother (que talvez nem existisse) podia observar a todos. O autor metafóricamente escreve sobre um “hábito que se transforma em um instinto”, com a suposição de que todo o som produzido no espaço pôde ser ouvido e que cada movimento foi escrutinado (Orwell, 2013, p. 5). Essa noção se relaciona com a forma como as câmeras de circuito interno são usadas nos espaços públicos na atualidade. De fato, Foucault confirma essa forma de panoptismo onde as pessoas têm ciência da possibilidade de serem observadas, mas não sabem se o estão no momento, tampouco se há uma pessoa realmente por trás da lente da câmera (como citado em Weston, 2000).

Embora as câmeras de segurança forcem as pessoas a se comportarem de uma certa maneira sob sua presença no espaço público, há uma

questão que deve ser levantada ao se discutir o panoptismo: esse estado constante de observação reduz o crime e assegura a segurança pública mesmo que o faça a custo da privacidade e do conforto dos usuários?

### 8.3 Vigilância ativa e sua relação com taxas de criminalidade

O uso de câmeras de circuito interno de televisão repercutiu em uma redução do crime a curto prazo, no entanto, esse sistema não apresenta uma longevidade em relação à sua eficácia (Klauser, 2007). Os indivíduos se habitam à presença de câmeras com o tempo, bem como os criminosos conseguem mudar seus métodos de abordar uma entidade estática que se coloca como um obstáculo para suas ações. Além disso, os crimes não podem ser investigados em tempo real, uma vez que as testemunhas contatam as autoridades após o incidente, conferindo ao criminoso um tempo de fuga antes que os agentes de segurança cheguem ao local (Klauser, 2007).

Uma tese conduzida por Dean Weston (2000) se aprofunda nas limitações da vigilância ativa. O estudo conduzido em Benoni, na África do Sul, revelou que a instalação de câmeras ocasionou a redução de uma modalidade de crime (roubo de veículos, reduzido em 25%), entretanto, provocou o aumento na taxa de outras formas de roubo (em torno de 7%). Resultados similares foram encontrados na Inglaterra por meio de um estudo empreendido por Nick Tilley (Weston, 2000). Esses estudos revelaram que outras medidas desempenharam um papel mais determinante na prevenção de crimes, como: a presença de pessoas nas cercanias, o aumento da iluminação pública e uma maior abertura ao espaço público, que permitiu sua visibilidade. Todos esses fatores afetaram as taxas de criminalidade em um determinado espaço (Weston, 2000).

Por conseguinte, a vigilância ativa não se mostra suficiente, sendo necessária a adoção de outros meios de vigilância adequados à ga-

rantia de um espaço seguro. Mais além, o alto custo de instalação, funcionamento e manutenção de câmeras e demais equipamentos induzem à premissa de que a vigilância ativa é um método ineficaz para garantir a segurança. No Reino Unido, por exemplo, gastou-se mais de trezentos milhões de libras em câmeras de vigilância ao longo de três anos, mas ainda há dúvidas quanto à eficácia do sistema em termos financeiros e sociais (Doughty, 2010).

## 8.4 Vigilância ativa e a invasão de direitos de privacidade

A operação constante de sistemas de vigilância invade o direito à privacidade da população. O tribunal alemão considerou uma zona de privacidade para a interação de pessoas nos espaços públicos, que é deliberada nos mesmos termos de uma zona de vida privada (Moreham, 2006). A zona de vida privada proíbe a instalação de câmeras de circuito interno de TV que não estejam sob consciência do público. Uma vez que câmeras de segurança são instaladas em espaços públicos, geralmente sem conhecimento prévio da população, o que desconsidera as preocupações dos cidadãos, grandes agências e corporações gerem paralelamente o processo de monitoramento (Goold, 2002).

Em um estudo elaborado por Fawaz et al. (2009) em Beirute, sistemas de segurança ativos, incluindo câmeras, foram mapeados e apresentados em seus usos excessivos. O mesmo estudo também apresentou depoimentos dos cidadãos, nos quais uma pessoa escreveu:

eu era acostumado a andar pela rua e me orgulhar de que ela era minha e de todos os transeuntes, mas vejo hoje que as ruas estão sendo roubadas de seus pedestres, a segurança os assedia, as câmeras os perseguem. Perseguem a eles, perseguem a mim (como citado em Fawaz et al., 2009).

Portanto, o impacto negativo de se estar constante e ativamente sendo monitorado pode deteriorar o relacionamento desenvolvido por um indivíduo com o ambiente externo. O sentimento de comunidade e de vínculo das pessoas com o lugar começa a diminuir ao sentirem que perderam a capacidade de serem livremente elas próprias, devido ao medo de serem inspecionadas em espaços públicos por uma força externa (Fawaz et al., 2009).

Desse modo, os direitos de privacidade são de grande importância, especialmente porque ajudam a manter a autonomia pessoal e as relações sociais, como afirma o filósofo David Feldman (como citado em Gould, 2002). Essa opressão dos direitos de privacidade pode se estender ainda mais de modo a tornar esse tipo de vigilância um fator desencadeador de exclusão social. Além disso, em qualquer sociedade, as minorias são mais propensas a serem afetadas mais severamente por esses sistemas devido às incertezas preconceituosas acerca de suas aparências e comportamentos, que segundo essa visão, poderiam desafiar as normas e valores da maioria. Portanto, a presença constante de vigilância ativa em espaços públicos, sem considerar os direitos de privacidade, reduz a probabilidade das pessoas serem capazes de se relacionar com esse espaço (Saetnan et al., 2004).

## 8.5 Vigilância passiva: uma solução alternativa

Com os aspectos negativos da vigilância ativa se portando como obstáculo ao público, devem ser buscadas alternativas práticas como a vigilância passiva. A vigilância passiva envolve os indivíduos que estão em um espaço ocupado, observando seus arredores e mantendo restrições sociais e legais sem a intenção de rastreamento ou serem rastreados. O fato de haver um grande número de indivíduos em um determinado espaço garante a segurança e salvaguarda desse lugar em tempo real e por observadores não constrangedores.

Estudos indicaram que a presença dos olhos humanos, meramente, pode afetar o comportamento, mesmo que conformem simplesmente a presença de uma imagem. Um estudo conduzido na Newcastle University mostrou que cartazes de olhos pendurados em locais e horários aleatórios guiaram as pessoas a se comportarem de maneira mais positiva e construtiva (por exemplo, mais propensas a recolher seus resíduos ao saírem, a não vandalizar etc.) em até duas vezes mais do que quando os cartazes não se encontravam presentes (Linden, 2011). Isso indica que a presença das pessoas, sejam elas estranhas ou “estranhos familiares” (indivíduos os quais se vê regularmente, sem se interagir com frequência ou nunca), podem ajudar a promover um comportamento positivo (Paulos & Goodman, 2004). Assim, maximizando o número de observadores nas ruas através da aplicação de recursos de projetos adequados e equipamentos ao ar livre, é algo que oferecerá vigilância passiva para tornar o espaço seguro (Sangar, 2007).

As questões agora são: a) que características de qualidade de convite ao ambiente construído são importantes para serem promovidas no espaço público, e b) como os arquitetos devem meticulosamente implantar esses recursos em um determinado espaço.

## 8.6 O papel da arquitetura da paisagem urbana na melhoria da segurança

Uma maneira de aumentar a quantidade de observadores passivos reside na forma como o espaço público foi concebido (Csirbuilding and Construction Technology, 2000). Consequentemente, uma diretriz de projeto da paisagem urbana deve ser incentivada para melhorar a vigilância passiva em um espaço público promissor.

Dessa forma, arquitetos paisagistas e urbanistas devem avaliar muitas medidas para preencher um espaço público seguro, o qual pode ter as seguintes medidas fundamentais:

a) Visibilidade como um elemento crucial, que deve ser assegurada por meio de iluminação adequada e visuais ininterruptas. Na verdade, quando se provê a iluminação, o sítio em questão se torna mais perceptível e a vulnerabilidade imprevisível é também mais facilmente identificável. Por outro lado, a visibilidade do sítio por intermédio de visuais ininterruptas pode ser trabalhada com vegetação apropriada em termos de altura, largura e localização. É particularmente importante posicionar as plantas certas no lugar correto, de forma a introduzir os espaços públicos abertos aos transeuntes e torná-los visíveis aos edifícios próximos (Csirbuilding and Construction Technology, 2000). Um exemplo bem-sucedido de melhoria é encontrado no Rosemary Hills Park, em Silver Spring, em Maryland, nos Estados Unidos. Este parque está localizado em um ambiente urbano majoritariamente residencial, que conta com diversas etnias. Trata-se de uma área de 17 hectares, com muitas quadras esportivas, um espaço de recreação infantil e um centro recreativo. Anteriormente, a comunidade enfrentava altas taxas de criminalidade relacionadas à atividade ilegal de drogas, álcool e jogos de azar. A população local acreditava que o centro recreativo não ofereceria vigilância suficiente para as instalações externas e, portanto, tinha medo das atividades ao ar livre. O problema foi resolvido mediante um novo projeto de iluminação que foi implementado nas imediações do centro recreativo e que agora fornece vigilância significativa para as áreas externas (Smith & Bise, 1998).

b) Os residentes devem se sentir proprietários do espaço público, aumentando a vigilância passiva e sendo encorajados a se sentir responsáveis pelo ambiente ao ar livre. Desse modo, ao projetar marcos urbanos e atribuir espaços funcionais para todas as pessoas, há um pensamento comum de inclusão e participação. Um espaço público de caráter identitário relacionado com personagens reconhecíveis tornará os usuários mais familiarizados com o espaço, possibilitando que eles se insiram de maneira íntima (Csirbuilding and Construc-

tion Technology, 2000). A Capital Crescent Trail<sup>19</sup>, em Maryland, foi fechada em 1985, remanescendo como um percurso mal aproveitado e sem características particulares ou grupamentos de usuários específicos. Após sua renovação, usos foram atribuídos para cada área do percurso, incluindo variadas atividades, como caminhada, corrida, espaços para andar de bicicleta, ambientes de estar, alimentação e contemplação, o que aumentou as configurações espaciais reconhecíveis para diferentes tipos de usuários (Smith & Bise, 1998).

c) O terceiro modo de aumentar a vigilância passiva é controlar os pontos de acesso e as finalizações de rota. Em primeiro lugar, essa noção precisa ser considerada pelos planejadores e, em seguida, pelos urbanistas e arquitetos paisagistas, com o intuito de conectar pontos acessíveis do tecido urbano, concebendo finalizações como espaços usados com frequência, dando lugar também a atividades de rua específicas. Além disso, os projetistas devem incluir redes pedonais contínuas à malha viária, onde todas as calçadas devem se encontrar nas interseções das ruas, o que leva a um fluxo adequado de pedestres nas vias (Csiirbuilding and Construction Technology, 2000). A Stroget Street,<sup>20</sup> em Copenhague, na Dinamarca, é um bom exemplo que ilustra a importância desse critério. Em Copenhague, a malha viária traz espaços compartilhados entre pedestres, ciclistas e linhas de transporte público, conectados por uma rede sistemática e um planejamento bem organizado. Além disso, a cidade acomoda numerosas ruas de pedestres - como a própria Stroget Street - que compartilham espaços com bicicletas e taxis do tipo *pedicab*.<sup>21</sup> Essas vias são bem conectadas a espaços de travessia de pedestres e também ao sistema de transporte público.

19 Nota da tradutora: *Capital Crescent Trail* é uma antiga linha ferroviária de 18km, dotada atualmente de uso compartilhado, que liga Georgetown (Washington DC) e *Silver Spring* (Maryland).

20 Nota da tradutora: *Stroget Street* é uma via compartilhada, essencialmente comercial localizada na capital da Dinamarca.

21 Nota da tradutora: *Pedicab taxis*, ou *cycle rickshaw*, são modais de transporte de pequena escala, não motorizados, impulsionados pelo ato de pedalar.

d) Finalmente, a qualidade de manutenção dos espaços públicos, melhorará a vigilância passiva, uma vez que há a percepção pública de um espaço bem gerenciado, que transmite uma mensagem positiva de contemplação e segurança. A manutenção precária dos espaços públicos diminuirá o sentido de lugar e incentivará atividades negligentes e desatentas (Csirbuilding and Construction Technology, 2000).

Todos os princípios mencionados são parte dos critérios da *Crime Prevention Through Environmental Design* (CPTED), ou prevenção do crime por meio do design ambiental. A CPTED é uma diretriz de planejamento e projeto para espaços públicos ao ar livre, de modo a criar uma vigilância passiva efetiva a partir das características e qualidades do ambiente construído (Csirbuilding and Construction Technology, 2000). Se esses requisitos mínimos forem cumpridos as pessoas sentirão uma sensação de segurança, se apegarão e serão encorajadas a ir e a permanecer nos espaços públicos, que desse modo podem ser considerados seguros.

## 8.7 A transformação de espaços públicos em lugares públicos

A transição de um espaço público para um lugar público é essencial para que uma vizinhança cresça como uma comunidade (Knox & Pinch, 2000). A vigilância passiva seria um produto da criação de lugares públicos. Os indivíduos que se sentem pertencentes a um espaço criam um vínculo positivo com esse ambiente e estabelecem um senso de comunidade (Hunziker et al., 2007). Mais além, o conceito de *placemaking*<sup>22</sup> visa a tornar os espaços públicos, novamente, parte da vida das pessoas, neles criando um sentido de lugar (Silberberg et al., 2013). Para que esse intento seja alcançado, um espaço deve oferecer

22 Nota da tradutora: conceito aplicado a um planejamento de espaços públicos voltado para as pessoas.



a quem o ocupa conforto, proteção e prazer, criando um sentimento espacial, um significado social ou um tipo de apego (Gehl, 2013).

Fazendo uso do projeto da paisagem urbana, a qualidade de um espaço pode ser aprimorada de modo a aumentar a qualidade do convite, relacionada a um espaço que se torna mais atrativo para a comunidade. Elementos ligados ao clima, como o sol, a sombra e a brisa, devem ser tratados para fornecer conforto àqueles que participam das atividades ou simplesmente escolhem descansar em um dado espaço. Enquanto ocupados com suas tarefas, a proteção deve ser garantida, seja ela do trânsito, do clima desagradável, dos ruídos e, mais importante, de quaisquer atividades criminosas (Gehl, 2013). Paralelamente, a vigilância passiva será garantida se o sentido de comunidade for mantido. Fred Kent, fundador da organização Project for Public Spaces - PPS<sup>23</sup>, trabalhou com sua organização no aprimoramento de muitos espaços públicos urbanos seguindo os princípios de *placemaking*. Um de seus projetos é o Bryant Park de Manhattan, que costumava servir de abrigo para traficantes de drogas mesmo durante o dia, sendo evitado pelas pessoas. A organização PPS recomendou cortar as cercas vivas espessas, de modo a tornar o lugar mais acolhedor. Também orientou a adicionar equipamentos e quiosques nos principais locais de tráfico de drogas. Ao longo do tempo, o número de visitantes aumentou, o que não só beneficiou o parque, como também ajudou os edifícios comerciais circundantes, onde as rendas aumentaram radicalmente com base no aumento da demanda de novos habitantes (Palmer, 2008).

Aumentar o senso de comunidade recorrendo à criação de lugares é, de modo similar, o principal objetivo da noção de Novo Urbanismo<sup>24</sup>, que promove o sistema de planejamento tradicional para proporcionar

23 Nota da tradutora: *Project for Public Spaces* (PPS), ou Projeto para Espaços Públicos é uma organização sem fins lucrativos sediada em Nova York. A organização se dedica a criar e manter espaços públicos que auxiliam no desenvolvimento do sentido de comunidade.

24 Nota da tradutora: *New Urbanism*, ou Novo Urbanismo, é uma corrente relacionada ao projeto urbano que se articula com a promoção de hábitos ambientalmente amigáveis, desenvolvendo vizinhanças caminháveis, pautando-se também na variedade de perfis habitacionais e de trabalho.

uma elevada qualidade de vida para as pessoas. Para que essa intenção seja atingida, uma rede de deslocamento pedonal de alta qualidade deve ser implementada, bem como, as demandas dos residentes devem ser alcançáveis sem que se faça necessário o deslocamento por carro, mais além, a diversidade (expressa na mistura de lojas, na proximidade que guardam entre si, na diversidade de pessoas e na variedade de tipos de habitação) deve ser amplamente considerada durante o planejamento (Stefan, 2005). Isso não só aumentará a segurança dos espaços públicos mediante o aumento do número de pessoas nas ruas, mas também maximizará a chance das pessoas se encontrarem umas com as outras, o que ajudará a estabelecer o senso de lugar.

Uma ênfase na estética também é crucial, uma vez que a arquitetura de traços únicos cria a identidade de comunidade. Jakriborg<sup>25</sup>, localizada na Suécia, é um projeto referencial para o movimento do novo urbanismo (Stefan, 2005). Jakriborg começou a ser construída em 1998 seguindo um estilo medieval, porém com o uso de materiais modernos, sugerindo-lhe uma identidade única. Esse projeto possui uma ampla gama de unidades de habitação, assim como uma diversidade de pessoas: famílias, solteiros e estudantes. Os carros só podem trafegar na rua principal, enquanto todas as demais ruas são para uso de pedestres. Os edifícios são construídos de frente para as vias, o que aumenta a segurança pelo alto número de olhos para as ruas. A maioria dos habitantes gosta de viver em Jakriborg, embora existam algumas queixas relacionadas, principalmente, à falta de lojas, bem como de vida social. Na verdade, quanto maior o número de lojas, mais pessoas estarão presentes nas ruas, o que é crucial para a segurança. Ademais, quanto mais espaços públicos e lugares de entretenimento são construídos - como restaurantes, cinemas e bares -, maior a oferta de lugares para que os residentes gastem seu tempo, o que aumenta o senso de comunidade e desenvolve um senso de confiança e de familiaridade (Stefan, 2005).

25 Nota da tradutora: *Jakriborg* é um projeto de habitação social em *Hjärup*, uma municipalidade de *Staffanstorp*, ao Sul da Suécia.

## 8.8 Considerações finais

O projeto dos espaços livres públicos é um objetivo vital do campo da arquitetura da paisagem urbana. No entanto, transformar espaços públicos em lugares públicos é uma reivindicação à qual nem todos os arquitetos paisagistas são capazes de responder. A segurança do espaço público é um objetivo essencial que desempenha um papel magnífico em transformar um espaço público em lugar. Ofertar um método de vigilância apropriado é fundamental para garantir a segurança das pessoas no espaço público.

A partir dos meios de vigilância disponíveis, verifica-se que a vigilância ativa tem sido amplamente utilizada nos espaços públicos, apesar de ser um meio ineficaz para garantir a segurança. Não somente é cara e ineficiente, como também sacrifica a privacidade das pessoas e sua capacidade de serem quem verdadeiramente são nos espaços públicos, o que os tornam pouco convidativos e dissolve o senso de lugar. Portanto, outros meios de garantir a segurança devem ser considerados, como a vigilância passiva. Promover a melhoria da visibilidade em um determinado terreno com o uso iluminação adequada, bem como incentivar o aumento do senso de propriedade atribuindo uso a cada área, controlar os pontos de acesso e finalizações de rota, além de garantir a boa manutenção e gestão dos espaços são todos critérios necessários, que devem ser implementados através do projeto e planejamento da paisagem urbana. Quando essas condições forem atendidas, o espaço atrairá mais pessoas, portanto, mais olhos para a rua, que garantirão indiretamente a segurança do espaço público. A presença de pessoas no espaço público não só oferecerá segurança sem necessidade de vigilância ativa, mas também auxiliará na prosperidade do ambiente, criando um senso de comunidade. Em outras palavras, transformando um espaço em um lugar por intermédio de características apropriadas para o ambiente construído e de elementos específicos de projeto, os arquitetos paisagistas podem melhorar a vigilância passiva.

De fato, há várias novas teorias e noções, como o *placemaking*, ruas completas<sup>26</sup> e o novo urbanismo, que, principalmente, visam a melhorar as atividades pedonais e constituir comunidades mais ativas. Quando o conforto, o prazer e a segurança forem garantidos, a confiança em espaços livres e a consciência do ambiente circundante serão desenvolvidas em direção a um lugar público seguro. A vigilância passiva é, portanto, o resultado da transformação de espaços públicos em lugares por meio de objetivos de paisagem urbana dinâmica.

## Referências

Csirbuilding and Construction Technology. (2000). *Guidelines for human settlement planning and design*, v. 1. Recuperado de <https://www.csir.co.za/guidelines-human-settlement-planning-and-design-red-book-volume1>.

Doughty, S. (2010, 30 de novembro). CCTV cost councils £300m in 3 years – with one city spending more than £10m. *Daily Mail*. Recuperado de <http://www.dailymail.co.uk/news/>.

Fawaz, M., Gharbieh, A. & Harb, M. (2009). *Beirut, mapping security*. Beirut: DIWAN series.

Gehl, J. (2013). *Cities for people*. Washington, DC: Island Press.

Goold, B. J. (2002). Privacy rights and public spaces: CCTV and the problem of the 'unobservable observer'. *Criminal Justice Ethics*, Winter, Spring, v. 21(1), 21-27.

Hunziker, M., Buchecker, M. & HARTIG, T. (2007). Space and Place: two aspects of the human-landscape relationship. In KIENAST, F.; WILDI, O.; GHOSH, S. (Eds.), *A changing world: challenges for landscape research*. New York City: Springer, 47-62.

Klauser, F. (2007). Difficulties in revitalizing public space by CCTV. *European Urban and Regional Studies*, v. 14(4), 337-348.

Knox, P. & Pinch, S. (2000). *Urban Social Geography: an introduction*. London: Pearson Education Limited.

---

26 Nota da tradutora: Ruas completas, ou *complete streets*, conformam uma política de transporte e uma abordagem projetual que exige que as ruas sejam planejadas, projetadas, operadas e mantidas, de modo que permitam deslocamentos seguros, convenientes, confortáveis, além de acesso para usuários de variadas faixas etárias e habilidades, independente do modal de transporte.

Linden, S. (2011, 3 de maio). How the illusion of being observed can make you a better person. *Scientific American*. Recuperado de <https://www.scientificamerican.com/article/how-the-illusion-of-being-observed-can-make-you-better-person/>.

Moreham, N. A. (2006). Privacy in public places. *Cambridge Law Journal*, v. 65(3), 606-635.

Orwell, G. (2013). *Nineteen eighty-four: the annotated edition*. Londres: Penguin Books.

Palmer, B. (2008). *Fred Kent: the place doctor*. New York: Convene Magazine.

Paulos, E. & Goodman, E. (2004). The familiar stranger: anxiety, comfort, and play in public places. In SIGCHI. *Conference on Human Factors in Computing Systems*, Vienna. CHI '04. Vienna, 2004, v. 6(1), 223-230.

Saetnan, A. R., Lomell, H. M. & Wiecek C. (2004). Controlling CCTV in public spaces: Is privacy the (only) issue? Reflections on Norwegian and Danish observations. *Surveillance & Society*, v. 2(2-3), 396-414.

Sangar, V. A. (2007). *Human behavior in public spaces*. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado) – University of New South Wales.

Silberberg, S., et al. (2013). *Places in the making: how placemaking builds places and communities*. Boston: Massachusetts Institute of Technology.

Smith, D. & Bise, J. (1998). *A walk in the park with CPTED*. Case studies: recreation centers; undeveloped areas; trails. Washington, DC: Maryland National Capital Park Police.

Stefan, A. (2005). *The new urbanism movement: the case of Sweden*. Dissertação Mestrado – Blekinge Institute of Technology.

Weston, D. R. (2000). *Camera surveillance: an analysis of preventive rationalities and panopticism in relation to an expanding technology of social control*. Dissertação Mestrado, University of Ottawa.

Yeo, M. (2010). Propaganda and surveillance in George Orwell's nineteen eighty-four: two sides of the same coin. *Global Media Journal*, v. 3(2), 49-66.

# 9. Captar as habilidades socioculturais de apropriação, representação e narração do espaço público urbano em transformação

*Marluci Menezes  
Carlos Smaniotto Costa*

## 9.1 Introdução

O espaço emerge como uma dimensão importante na análise e compreensão dos fenômenos sociais do mundo contemporâneo. Já nos idos anos de 1980, Bettanini havia observado que o uso do termo espaço como categoria de entendimento da sociedade, insinua “reconhecer que o espaço fala no plural, que o próprio termo veicula uma ambiguidade de significados” (Bettanini, 1982, p. 15). Ao que, é de considerar uma diversidade de disciplinas que têm o espaço como centro de análise. Assim exigindo, desde logo, uma postura inter/transdisciplinar na abordagem do espaço.

Mas, o estudo do espaço é, muitas vezes, orientado por premissas que se pretendem distintas. Uma dessas premissas propõe abordar o espaço enquanto uma dimensão material e física, geograficamente enquadradora da paisagem e, como tal, vindo a significar uma extensão territorial. Uma outra dessas premissas refere-se ao espaço como uma dimensão que somente se define pelo sentido que a sociedade lhe atribui. Esse sentido é definido pelas características simbólicas e identificadoras de um espaço, que o tornam claramente reconhecível

e perceptível, incorporando um caráter representativo. E uma terceira dessas premissas admite uma relação dialética entre o social e o físico. Esta terceira perspectiva melhor enquadra o que, na verdade, aqui considera-se importante reter: estas diferentes premissas mais do que oposição e exclusão, são complementares. O que, entretanto, permite admitir uma relação dialética entre atores sociais e espaço, onde a similitude existente sobretudo diz respeito à relação entre configurações espaciais e identidades coletivas (Silvano, 1997, 2001). O que, na sequência do que refere Da Matta (1991, p. 69), permite sublinhar que o estudo do espaço de uma sociedade permite “lançar luz sobre questões tão importantes como o seu sistema ritual e o modo pelo qual ela faz a sua dinâmica”. Como condição intrínseca às sociedades, o espaço mostra-se de modo íntimo nas estruturas sociais, bem como é essencial no âmbito dos dispositivos simbólicos (Lévy & Ségaud, 1983).

Todavia, as diferentes premissas de abordagem do espaço têm ainda implicações de outros âmbitos. Por exemplo, Zukin (1996) refere-se a duas formas de abordagem do ambiente construído da cidade. Onde, uma delas foca a economia, o capital e o uso da terra; focando uma outra a relação entre significados culturais e formas construídas, o que vem a enfatizar as representações dos grupos sociais e dos significados visuais para a construção das identidades sociais. Mas, como também observado por Zukin, o que importa é captar e analisar a cidade e o seu espaço construído observando a “interpretação” e a “interpenetração” entre estas premissas e que, por outro lado, remetem para questões de cultura e poder. Segundo Zukin, ao admitir-se a interação entre sistema econômico e sistema simbólico é possível identificar duas lógicas sistêmicas que interagem entre si e que se referem à produção do espaço e a produção dos símbolos. Mas, como salienta Low (2000a), na compreensão do espaço urbano, convém distinguir as noções de produção e construção social do espaço para melhor compreender-se a relação entre a produção de espaço e a produção dos símbolos. Isto porque, de acordo com Low, a produção social do espaço diz respeito aos fatores de ordem social, econômica, ideológica e tecnológica que

estão presentes na criação e materialização de um dado contexto. Onde, por exemplo, pode-se referir as questões que se reportam ao conjunto de normas, leis e estratégias que influenciam a produção e manutenção do espaço, em particular do espaço urbano. Já a ideia de produção dos símbolos de que se refere Zukin (1996), Low (2000a) associa à construção social do espaço e que respeita as realizações fenomenológicas e simbólicas que sucedem no espaço. Para Low, estas realizações são intercedidas pelos processos de mudança, conflito e controle, e, neste sentido, aproxima-se de Zukin (1996) quando da referência à relação entre cultura e poder.

Esta reflexão apresenta-se, assim, como um contributo que, essencialmente, visa sensibilizar para o interesse que uma perspectiva antropológica detém no captar a complexidade das questões associadas à relação entre espaço, sociedade e tempo. Neste sentido, a partir de um breve enquadramento da gênese de uma antropologia do espaço, discute-se o seu contributo e algumas das suas contradições. A pertinência de uma antropologia do espaço na compreensão do mundo urbano contemporâneo é, todavia, considerada a partir do enquadramento dos processos de transformação da cidade. Assim, discute-se a pertinência de uma antropologia do espaço em transformação. Pelo que, partindo do pressuposto de que o espaço público urbano é um dos contextos fundamentais para estudar os processos contemporâneos de alteração das dinâmicas urbanas, propõe-se uma antropologia do espaço público em transformação.

O espaço público urbano é aqui abordado como sendo a alma da cidade, um espaço onde algumas das melhores e piores características da vida urbana são criadas, observadas e reproduzidas (Šuklje-Erjavec, 2010). A qualidade dos espaços públicos reflete a atenção e o cuidado do poder público com a cidade, assim como o interesse que a sociedade manifesta pela sua produção, uso, manutenção e representação. O espaço público é um contexto que proporciona o encontro (planeado ou não) entre as pessoas e o meio ambiente urbano. É um espaço onde rituais, práticas e mesmo reivindicações



estão, em muitos casos, associados a grupos ou populações específicas, constituindo as mesmas “públicos”.

Pessoas cujas práticas, entretanto, tornadas públicas podem ou não representar um sentido social hegemônico. Isto porque, por exemplo, este espaço urbano expõe aquele que é bem-vindo, bem como as suas práticas e reivindicações de espaço. Mas o caráter, à partida, expositivo (porque público) dos espaços públicos contribui ainda para que sejam frequentemente vistos como um problema na cidade moderna, mesmo considerando que estes sempre foram o “lugar” de contestação e negociação. Sendo assim, muitas vezes, é também um espaço onde é possível confrontar-nos com quem pode não ser bem-vindo, aqueles cujas atitudes, práticas, condições econômicas, aspectos (etc.) são tidos como “indesejáveis” (Whyte, 1980) e, como tal, estigmatizados e segregados. Portanto, não se tratando indesejáveis somente os moradores de rua, pedintes ou mesmo, tendo presente uma questão muito atual, imigrantes e refugiados, observa-se que alguns outros grupos sociais se destacam nestas dinâmicas de exclusão do espaço público. Pelo que, não são raras as situações em que os indesejados estão fora da pauta das políticas sociais e urbanísticas. Como salientado no artigo *Hostile Architecture*<sup>27</sup>, há uma crescente preocupação em não oferecer aos indesejáveis oportunidades de permanência em espaço público. Estas ‘não’ oportunidades verificam-se, por exemplo, numa oferta de equipamentos que, entretanto, não proporcionam conforto (ex.: bancos sem encostos ou com braços divisórios que não permitem as pessoas deitarem-se), assim, desencorajando uma estadia mais prolongada. Os adolescentes são, por exemplo, um dos grupos nem sempre tido como bem-vindos no espaço público urbano, sendo que uma das questões que subjaz a esta exclusão é a peculiaridade com que os adolescentes tendem a demarcar os seus territórios e que, em muitas situações, é conside-

---

27 *Hostile Architecture: How Cities Are Designed To Control Your Behavior*. Em *Urbo*, 9 março de 2018. Recuperado de <https://www.urbo.com/content/hostile-architecture-how-cities-are-designed-to-control-your-behavior/>.

rada como imprópria por um sentido social hegemônico (Almeida et al., 2018). Todavia, pouco se sabe sobre as práticas, necessidades e representações dos adolescentes relativamente ao espaço público urbano.

Portanto, ao particularizar-se esta reflexão para o espaço público aberto, discute-se uma perspectiva antropológica de abordagem e compreensão do espaço urbano em transformação, que contribua para melhor conhecer-se quem são os utilizadores destes espaços, quais são as suas práticas, discursos e representações relativamente ao espaço. Para efeito, citam-se dois projetos europeus – CyberParks (finalizado) e C3PLACES<sup>28</sup>, com o objetivo de exemplificar o interesse de uma perspectiva antropológica no captar a relação entre espaço público urbano e pessoas, focando não só a contemporaneidade das complexas conexões culturais e espaciais, mas também a heterogeneidade, o hibridismo e a mediação trazidos com a sociedade digital. Apresenta-se, assim, uma perspectiva de antropologia do espaço público em transformação que, levando em consideração as pessoas, suas práticas espaciais, desejos e necessidades, colabore para cocriar um conhecimento proporcionador de novas e mais inclusivas oportunidades de planeamento e desenho para quem vive a e na cidade.

## 9.2 Contributos e contradições de uma antropologia do espaço: breves considerações

A gênese de uma antropologia do espaço associa-se à produção modernista da cidade do pós-Segunda Guerra (Lévy & Ségaud, 1983; Choay, 2006; Biase, 2012). Enquanto uma crítica ao modernismo, a antropologia do espaço privilegiou o estudo da habitação, realizando-se – sobretudo na França – “em torno do estudo de práticas de habitar e de desvios espaciais desenvolvidos pelos habitantes nos

28 Projetos financiados pelo Programa Europeu H2020: *CyberParks COST Action 1306*, Recuperado de [www.cyberparks-project.eu](http://www.cyberparks-project.eu) e *C3Places* Recuperado de [www.c3places.eu](http://www.c3places.eu) – JPI UrbanEurope.

grandes conjuntos habitacionais, lugar por excelência da expressão dos dogmas modernistas” (Biase, 2012, p. 192). Criticava-se, então, o privilégio atribuído ao sentido geométrico, neutral, abstrato e mesmo homogeneizador dos modos de capturar, compreender e atuar sobre o espaço. O que, para Choay (2006, p. 36), evidenciava as limitações de uma arquitetura orientada para um ser teórico, onde imperaria uma “modernidade universalizante” e “desumana”. Pelo que, a antropologia do espaço, surge como crítica àquela arquitetura vocacionada para responder às necessidades das pessoas a partir de um sentido universalizante e ligado a um ser humano fictício.

Alguns anos mais tarde, Ségaud (2010) viria enfatizar o interesse em se compreender o banal e o cotidiano e, neste sentido, dessacralizar o papel do arquiteto. Subjacente, associa-se a ideia de que a arquitetura deveria ser pensada como algo muito mais abrangente do que a sua somente consideração como arte (Ségaud, 2010; Choay, 2006). É neste sentido que Choay (2006) destaca o papel das ciências sociais, nomeadamente porque a sua inerente perspectiva crítica contribui para que se inverta uma lógica predominante e assente na análise da organização do espaço. Para Choay (2006, p. 25), é exatamente o contrário que interessa reter, pois “é o tipo de sociedade que permite explicar a arquitetura e não o inverso”. O que significa ir ao encontro de explicações não mais unicamente na história da arte, mas no “sistema econômico e social que fez nascer as formas” (Choay, 2006, p. 25).

Aqui emerge como central a ideia de Ségaud (2010) acerca do “espaço construído como objeto de reflexão” e que, na sua essência, sublinha o interesse em orientar o olhar para os contextos de uso, para os habitantes e cidadãos. Uma perspectiva que releva o “habitante frente à arquitetura” e não a “arquitetura frente ao habitante” (Ségaud, 2010, p. 25). E que, na sequência do raciocínio da autora, torna veemente atentar aos seguintes aspectos:

- À perspectiva das pessoas no observar das modalidades culturais;

- À história das formas construídas em íntima relação às sociedades, já que as formas se referem aos vestígios incorporados nos contextos de habitat que, por seu lado, repercutem o socialmente vivido;
- Ao urbano e à articulação entre social e espacial e, que, ao olhar para as dimensões simbólicas, colabore para evitar uma abordagem meramente técnica.

Para Ségaud (2009, p. 298) a atual tendência para uma “tensão entre a homogeneidade – tendência forte em decorrência da globalização – e a variação que revela a observação do local”, sustenta o interesse de uma antropologia do espaço do mundo contemporâneo. Assim, observa-se que paralelamente a estandardização dos modos de vida e dos espaços, vivemos um reforço das lógicas de individuação. O que, por outro lado, coloca-nos frente à habilidade cotidiana de apropriação do espaço por parte dos indivíduos, significando com isso uma reconfiguração espacial em consonância com as conveniências, posições, estratégias de vida e valores das pessoas. Pelo que, para a autora, os indivíduos são um elo importante na relação entre espaço e sociedade, como entre global e local, observando ainda que é por meio dos processos de individuação do espaço que a diferença é produzida. Este processo infere uma dimensão mais local e pessoal do espaço e que, por outro lado, permite inferir o papel da antropologia do espaço no “descobrir a universalidade da diferença” (Ségaud, 2010, p. 10). A particularização do espaço pelos indivíduos dá-se, segundo a autora, a partir de determinadas operações universais, consideradas como: habitar, fundar, distribuir e transformar.

Portanto, ao considerar-se que o espaço é uma dimensão antropológica, é consequente o fato de que o mesmo se manifesta em todas as sociedades humanas (Lévy & Ségaud, 1983; Ségaud, 2010). O que, por outro lado, significa dizer que existe uma função antropogênica nos processos de espacialização (Choay, 2006). Todavia, Choay observa que, embora central, esta característica nem sempre tem estado presente no âmbito dos discursos contemporâneos sobre arquitetura

e urbanismo e, inclusive, na atuação dos órgãos públicos. Para a autora, esta ausência é observável na insistência em “celebrar o caráter lúdico e mediático” das “artes do espaço”, entretanto dedicadas “ao deus da moda e das finanças” (Choay, 2006, p. 10). Choay salienta, assim, que embora a arquitetura modernista se tenha destacado na crítica realizada pelas ciências sociais, a atualidade também expõe representantes de uma “verdade arquitetônica e urbanística” que, entretanto, estimula a crítica.

Mas, embora a antropologia do espaço se tenha inicialmente apresentado como crítica ao sentido universalizante com que as necessidades das pessoas foram pré-definidas e ficcionadas, é interessante verificar a ainda pertinência desta crítica em determinadas abordagens contemporâneas. Por exemplo, olhando ao problema da habitação, Guerra (2011, p. 59) refere-se à importância em complexificar-se as convencionais e restritivas abordagens feitas à noção de “necessidades”. Isto porque, deve-se estar atento aos contornos menos precisos do conceito de necessidades, já que podem ser de teor simbólico – como é o caso do gosto ou da (in)satisfação com a casa –, bem como respeitarem às carências de cunho mais básico – como a falta de condições de habitabilidade ou a falta de abrigo. Mas, a dificuldade de trabalhar com o termo “necessidades habitacionais” decorre também de uma abordagem dicotômica, já que assente no qualitativo ou no quantitativo. Aspectos que refletem o premente interesse na realização de um debate que, na consideração das “necessidades” das pessoas passe a considerar: “(...) os diferentes modos de vida, tipos de família, e fases do ciclo de vida, que vão exigindo face ao habitat também uma grande diversidade de necessidades” (Guerra, 2011, p. 59).

Ségau (2010, p. 79) ainda salienta a fulcral questão das “conexões entre mundos culturais”, particularmente acentuadas com a globalização. O que, por um lado, corrobora com o interesse em apreciar os hibridismos, combinações múltiplas, diversificadas e interculturais conforme presentes nas lógicas socioespaciais. E que, por outro lado, têm vindo a confirmar a configuração de novas espacialidades

e a complexificar os processos de recomposição social. Mas, para Ségau (2010) as atuais conexões culturais comprovam também a tensão entre a homogeneidade que advém da globalização e a heterogeneidade que se manifesta a nível local. Ségau olha, então, com particular atenção à operação transformar, na medida que a mesma confirma a pertinência na realização de uma antropologia do espaço. Isto porque, a rapidez com que as mudanças se têm realizado, nos confronta com a imperiosa necessidade de estudar e melhor conhecer o “paradoxo entre homem e variação” (Ségau, 2010, p. 60). Para a autora, isto verifica-se em decorrência dos seguintes aspectos: (1) a origem da antropologia do espaço como crítica social à sociedade programática do século XX”; (2) o contributo que pode ter na recontextualização da arquitetura, nomeadamente a partir da realização de uma “crítica arquitetural do estilo internacional”; (3) a capacidade deste campo disciplinar em “descrever as sociedades em que o espaço potencia as virtualidades humanas, o que relativiza o espaço resultante da sociedade pós-industrial”; (4) bem como a sua capacidade para evidenciar a “dimensão espacial de uma sociedade em mutação”; (5) face à globalização, a aposta numa antropologia do espaço resulta como a construção possível de uma “resistência, como a manifestação de competências que podem conduzir à emergência de novas configurações (criações, misturas etc.)”. Mas, muito embora, Ségau (2009, 2010) assinala a complexidade da atual questão urbana, observando as múltiplas combinações culturais e os hibridismos decorrentes, a habitação é considerada o espaço fulcral de uma antropologia do espaço do mundo contemporâneo.

A nosso ver, todavia, interessa encontrar caminhos para “apreender as dinâmicas urbanas que definem as condições de acesso à cidade e seus espaços, a trama dos atores, as modalidades de apropriação dos espaços e seus recursos” (Telles, 2010, p. 18):

É essa diferença dos tempos que lança a interrogação quanto ao plano de referência a partir do qual descrever e colocar em perspectiva (e sob perspectiva crítica) a nossa

complicação atual. Este é o duplo desafio: a construção de parâmetros críticos implica ao mesmo tempo a construção de parâmetros descritivos para colocar em perspectiva realidades urbanas em mutação. (Telles, 2010, p. 16)

Ao que, reconhece-se a importância da antropologia do espaço sugerida por Ségaud e, nesta ótica, o sublinhar do papel do indivíduo e da habitação. Mas, é de assinalar a importância em associar a escala urbana e paisagística na realização desta antropologia, pois fundamental para a compreensão da atual sociedade urbana. É, neste sentido, que Biase (2012) salienta que perante espaços urbanos em mutação crescente, interessa compreender a cidade contemporânea a partir de uma antropologia da transformação. E, na sequência do seu raciocínio, Biase elenca algumas contradições de uma antropologia do espaço, de entre as quais destacam-se:

- A desconsideração de informação oriunda de outros tipos de conhecimento e que informam sobre questões econômicas, políticas, sociológicas etc.;
- A displicente consideração da dimensão “tempo” e “uma certa negação histórica com relação a outras experiências similares em outros lugares do mundo” (Biase, 2012, p. 194);
- A tendência para privilegiar um sentido topo/tipológico na abordagem do espaço sobre as práticas sociais;
- O sentido estático das operações – habitar, fundar, distribuir e transformar – conforme definidas por Ségaud (2010) e que, muito embora possam ser consideradas como operacionais, nem sempre explicam a mudança e o movimento.

Biase defende, então, que “a cidade vista como algo profundamente material, em contínuo movimento e negociação, se tornou então o contexto adequado para nossa antropologia” (Biase, 2012, p. 199). O que irá evidenciar a emergência de uma antropologia da transformação, em que a cidade não é:

(...) um simples cenário das interações do grupo estudado, uma cenografia, mas é um processo material e simbólico de espaços e tempos que são continuamente imaginados, narrados, negociados e projetados pelas pessoas que o habitam, por aqueles que os constroem e os administram e por todas as restrições (materiais, políticas, econômicas etc.) que vão surgindo paulatinamente. (Biase, 2012, p. 199)

Biase salienta a íntima relação entre discursos e processos materiais de transformação da cidade, sendo importante analisar de forma conjunta ambos, numa complexa rede articuladora de escalas, espaços e tempos. Onde a antropologia da transformação permite evidenciar a articulação entre “três tempos e três escalas de análise”, nomeadamente: “a cidade herdada, a cidade habitada, ou a cidade do presente que se faz e desfaz continuamente; e, por fim, a cidade projetada, que se confronta constantemente com seu horizonte futuro” (Biase, 2012, p. 199).

É, numa perspectiva de legibilidade da transformação da cidade contemporânea, da manifestação de heterogeneidade e hibridismo, que o espaço público aberto se destaca na perspectiva antropológica que se pretende evidenciar. O que permite-nos sublinhar dois aspectos fundamentais do nosso argumento. Um primeiro é que as relações entre mundos culturais significam olhar a diversidade e as suas múltiplas combinações e descombinações, a partir da também ponderação das questões de desigualdade associadas ao espaço, às práticas, discursos e representações socioespaciais. Um outro aspecto refere-se à complexificação dos processos de continuidade e transformação socioespacial quando da ubiquidade criada pela interferência da realidade virtual. Isto é, frente à era cibernética é de considerar a incidência da computação móvel e das tecnologias da informação e comunicação nas nossas vidas, tendo as TICs (Tecnologias da Informação e da Comunicação) se tornado omnipresentes a nível global. Essa omnipresença é observada no contexto da apropriação cotidiana dos espaços urbanos, adicionando uma nova dimensão – a realidade



virtual – à realidade física, transformando o espaço e criando realidades híbridas e mediadas. Enfim, a complexificação da relação espaço e sociedade em decorrência da penetração das tecnologias digitais, é mais uma das transformações do mundo urbano contemporâneo a que convém estar-se atento, captar e compreender.

### 9.3 O potencial de uma antropologia do espaço público urbano em transformação

Pensar e recortar o espaço público a partir de uma escala local e a partir de variados e múltiplos pontos de vista, é fundamental para melhor conhecer a sua complexidade. Este conhecimento implica considerar a diversidade dos utilizadores do espaço, as práticas e representações, as regularidades de tempos, usos e formas de apropriação, bem como a cultura e a sua dimensão físico-ambiental (Menezes, 2012; Menezes & Costa, 2017). O espaço público urbano é, assim, lugar de possível reformulação do “eu” e do “nós”, porque proporcionador do confronto com o outro e como tal, lugar de criação e contestação de identidades. Mas o espaço público pode ainda ser compreendido como percurso de devoção religiosa, espaço de utilização social e cultural nos dias festivos, ponto de encontro cotidiano, sociabilidades, conflitos e protestos, como espaço de segregação, estigmatização e marginalização, tradição e emblematização (Edensor, 1998; Magnani, 2000; Low, 2000a). Ao que, interessa captar a complexidade dos espaços públicos como contextos estratégicos para aprofundar o conhecimento da relação entre espaço, sociedade e tempo num mundo de conexões culturais, hibridismos e mediações (real/virtual). As apropriações e contra-apropriações cotidianas do espaço público são, por outro lado, práticas que identificam a capacidade social de reestruturar o espaço, criando e recriando espacialidades e temporalidades específicas. O que, ao remeter para as questões associadas à flexibilidade e à adaptação continuada dos usos que são feitos do espaço, permite reconhecer os processos continuados de reestruturação social dos usos do espaço urbano.

Nesta ótica, Low (2000b) sublinha o interesse em proceder a um exame das microgeografias cotidianas de uso e apropriação dos espaços públicos. Já que este tipo de análise permite-nos conhecer as rotinas com que os locais são inventados, usados, apropriados e representados em termos da relação espaço e tempo.

Aqui o interesse em captar as diferenças destes espaços em termos dos seus utilizadores, gênero, faixa etária, atividades e práticas sociais etc., de modo a compreender como estas diferenças “são reforçadas pelas diferenças das interpretações locais do conceito de cultura” (Low, 2000a, p. 31). A análise das microgeografias cotidianas de uso espaço, aproxima-nos de um exame dos microprocessos sociais, nos auxilia a melhor compreender as dinâmicas de delimitação e demarcação socioespaciais na constituição de espacialidades e territorialidades, tendo sempre presente a relação entre três tempos e três escalas (passa – espaço herdado; presente – espaço em experimentação; futuro – espaço em projeção como horizonte futuro, cf. Biase, 2012).

A análise antropológica do espaço não deve, contudo, estar condicionada à organização da forma espacial, pois o principal elemento dessa análise é a organização social. Isto é, um tipo específico de organização social reflete-se nos comportamentos e nas interações, embora esteja claro que a organização espacial também influencia o comportamento e a reivindicação de espaço. Pelo que, caso se restrinja a análise do espaço às formas espaciais, sujeitamo-nos a minimizar a complexidade do espaço, o que nos pode fazer cair num determinismo e reduzir o papel das ações dos grupos e das constituições sociais. Daí que, a especificidade na organização do território ser muito mais a expressão das interações resultantes entre espaço, tempo e sociedade do que um simples resultado. Aqui a relação entre as formas, os símbolos e os valores sociais não é tomada como algo definido por princípio, nem tão pouco como uma relação rígida, já que é flexível e flutuante em função dos processos de ajustamento cultural que, entretanto, são dinâmicos e arbitrários. Como recorda Bettanini (1982, p. 93), o problema da percepção do espaço acentua

a importância da experiência fenomenológica. Isto porque, interessa captar os processos de construção do espaço para compreender os significados que lhes são atribuídos, bem como captar as mudanças que dialeticamente são imputadas ao espaço.

Por outro lado, as heterogeneidades socioculturais do espaço urbano contemporâneo admitem considerar o desenvolvimento de atividades diferenciadas no espaço, já que nele podem encontrar-se múltiplos (às vezes sobrepostos) usos, contra-usos e significados. O que evidencia uma questão central na compreensão do espaço público contemporâneo: a sua multidimensionalidade. Tais questões evidenciam a importância de conhecer as várias maneiras pelas quais o espaço público é imaginado, estruturado e observável.

Os espaços públicos são aqui considerados como contextos em que sujeitos, relações e práticas desenham microgeografias cotidianas que fazem parte do diversificado, diferenciado e desigual mapa social da cidade. Contextos em que a complexidade da relação entre sujeitos e práticas colabora para o questionar as perspectivas de enunciação da diversidade, diferença e desigualdade urbana como se de lógicas bipolares tratassem (ex.: formal/informal, centro/periferia, limpo/sujo, ordem/desordem). Isto porque, as lógicas bipolares ocultam outras lógicas, outros espaços, outras práticas e, como tal, ocultam determinadas pessoas. Enfim, as lógicas bipolares, a nosso ver, ocultam práticas, significados, sentidos, pessoas e histórias nem sempre situadas num dos polos, porque intermediárias e múltiplas. Defende-se, assim, a realização de estudos sobre os diferentes modos e habilidades de configuração sociocultural do espaço, tendo presente ainda a ubiquidade trazida com a relação real-virtual. Isto porque, parte-se do princípio que este conhecimento pode contribuir para uma melhor compreensão da complexa relação entre cidade, cultura e sociedade. O que, por outro lado, permite questionar as perspectivas universalizantes de planejamento e intervenção arquitetônico-urbanística que insistem em um ser urbano ideal que, como tal, expressaria um sentido universal de 'necessidades' e 'comportamentos

adequados'. Já que estas perspectivas desconsideram a ideia de que o que é universal é a diferença e, de modo algum, uma necessidade ou comportamento ideal e 'mais adequado', sobretudo porque podem perpetuar práticas, discursos e representações excludentes.

Captar as microgeografias cotidianas de uso e representação do espaço é também importante como contributo para reconhecer o sentido plural da sociedade contemporânea, assim desmistificando um certo romantismo em torno da forma como que a relação entre espaços públicos e interação social é vista (Smaniotto Costa & Schmitz, 2013). Pesquisas têm vindo a revelar que a maioria das pessoas que usam espaços públicos para as suas atividades de lazer não querem, entretanto, mais que ser meros espectadores, já que não estão interessadas em estabelecer contatos com estranhos. Embora se verifique que a ação de "ver e de ser visto" seja um fator crucial no uso do espaço, assim como fazer parte do público, este interesse manifesta-se tendencialmente de modo a que as pessoas mantenham o seu anonimato (Thompson, 2002). Em termos de uso do espaço, isto significa passar o tempo de lazer sem interferências alheias. Essa observação reforça o argumento da individuação exposto anteriormente. O que, segundo Serpa (2007), significa que cada utilizador ou grupo de utilizadores "privatiza" o seu espaço, criando uma territorialidade, onde o sujeito ou sujeitos da ação reivindicam para si uma porção do espaço público. À esta porção privatizada do espaço Hampton e Gupta (2008) denominam de "casulo". Assim, para ambos autores, o espaço público não é compartilhado, mas dividido e retalhado de forma individual (ou coletiva) entre os seus diferentes utilizadores. Embora invisíveis e passageiros, esses casulos isolam os indivíduos do contexto e reduzem a probabilidade de interação.

Aqui, portanto, a necessidade de estudar-se as expressões espaciais assumidas pela cultura como recurso para a configuração dos espaços públicos, nomeadamente nos contextos de incerteza e transformação. Daí o interesse em captar e dar maior visibilidade a determinados aspectos socioespaciais e urbanos cotidianos, muitas vezes recônditos,

intermediários e intersticiais e (re)inscrever os espaços cotidianos, as pessoas, suas práticas e representações na co-transformação do território urbano. Se antevê esta perspectiva como uma forma de ensaiar contributos que revelam a importância da relação entre cultura, cidadania, intervenção urbana e construção da cidade, de modo a ir além de um ideal hegemônico que faz, muitas vezes, predominar as qualidades físicas e estéticas do espaço público sobre outras. Como observa Carr et al. (1995), o que interessa é destacar os seguintes três atributos fundamentais relacionados com o espaço público urbano: necessidades, direitos e significados. Isto porque, para os autores, o sucesso da promoção de um espaço significativo para as pessoas, associa-se à promoção das qualidades naturais do ambiente, dos utilizadores e dos potenciais utilizadores a partir das suas características culturais, demográficas e de estatuto económico, como das histórias dos diferentes espaços, da tradição dos seus utilizadores e do seu relacionamento com o contexto.

## 9.4 O espaço público aberto como uma dimensão tangível do social

O espaço público aberto, como uma das tipologias da ocupação do solo urbano, está no centro de uma série de disciplinas relacionadas com a produção do espaço, como seja o paisagismo, o planeamento urbano e ambiental. Nestas disciplinas, está fundamentada a investigação do contexto e os benefícios que os espaços abertos trazem ao ambiente urbano, evidenciando os seus méritos para uma cidade sustentável e, mais recentemente, para uma cidade inteligente (Erjavec & Costa, 2015). Já existe consenso quanto aos benefícios sociais e, principalmente, ecológico-ambientais que os espaços públicos proporcionam ao ambiente urbano, tornando-o mais saudável, atraente e sustentável. Mas, estes benefícios não dependem apenas da sua presença, distribuição, interconexão e acessibilidade, já que igualmente dependentes da usabilidade em termos de atratividade, capacidade de resposta e de inclusão.

A investigação relacionada com o espaço público aberto tem permitido quantificar, em muitos casos, os benefícios ambientais, sociais, culturais e econômicos quando da existência destes espaços (Costa et al., 2008). Um aspecto que se tem mostrado relevante é o acesso a tais espaços, já que é uma condição facilitadora da apropriação social e encontro com o “outro”, mas também da interação entre pessoas, meio-ambiente e cidade, proporcionando a criação de vida pública. Isto porque, quando assim valorado e beneficiado, observa-se que estes espaços se tornam referências positivas na cidade ou nos bairros em que se inserem.

Todavia, as dinâmicas socioespaciais sofrem interferência de vários âmbitos, fazendo coexistir, às vezes, pacificamente, noutras, de modo conflituoso, justaposto ou interligado, diversas e desiguais práticas, apropriações, narrativas e representações do espaço (Menezes & Costa, 2017). Assim, o interesse em conhecer mais aprofundadamente estas dinâmicas e microprocessos sociais com vista a colaborar na (re)invenção de espaços públicos abertos que, a par da diversidade, diferença e desigualdade, beneficiem e incluam as pessoas.

## 9.5 Captar o espaço público aberto enquanto realidade híbrida, aumentada e mediada

As TICs potenciam novos usos, atividades e dinâmicas socioespaciais e comunicacionais, mas também novas ferramentas de pesquisa. O que, por outro lado, desafia urbanistas e cientistas sociais no sentido de captar e compreender as múltiplas conexões culturais, os hibridismos e heterogeneidades socioespaciais, bem como as transformações proporcionadas pelos espaços mediados e virtualmente aumentados (Quadro 1).

Projetos como o CyberParks e o C3Places perspectivam a criação e aquisição de conhecimento acerca destas questões. Por exemplo, o CyberParks contribuiu para abrir um caminho mais compreensivo das implicações da difusão digital no espaço público. Já o Projeto C3Places se valeu das novas tecnologias no desvendar caminhos

que, por um lado, contribuíssem para com uma maior interação entre pesquisa/pesquisador e quem usa o espaço público, e por outro lado, que proporcionassem um processo mais colaborativo na produção do espaço público aberto. Ambos projetos focam a influência das TICs na configuração de novas espacialidades urbanas – e que nos interessou conhecer e compreender, bem como abordaram as oportunidades proporcionadas pelas TICs e respectivos dispositivos (*smartphones, tablets, conexões wi-fi* etc.) na atração das pessoas aos espaços públicos, mas também numa participação – mediada – em processos associados à produção do espaço. Isto porque, as TICs não só viabilizam novas oportunidades de construção do espaço, no sentido referido por Low (2000), mas também de produção de conhecimento científico, já que novos mecanismos facilitam o processo de recolha e análise de informação e dados (ex.: dados geolocalizados, bem como ferramentas para gerar, capturar e analisar dados).

**Quadro 1** - Captando o espaço público em transformação a partir dos jovens: breve enquadramento

Dimensão de análise	Variáveis
<b>Momento 1   CAPTAR</b>	
<b>Uso e apropriação do Espaço Público urbano (EPU)</b> Práticas e comportamentos de uso e apropriação do EPU. Relação entre uso das TIC, uso do EPU e dinâmicas de interação social.	Como as pessoas usam o espaço público: Quais as práticas socioespaciais? Que sociabilidades se manifestam em com quem? Influência do uso de TIC no comportamento das pessoas em EPU (os comportamentos/práticas mantêm-se ou alteram-se?). Frequência (dia, semana, mês) de uso do EPU. Características sociais e físico-ambientais e serviços dos EPU: Relação entre as práticas e comportamentos de uso do EPU e as características sociodemográficas dos utilizadores. Relação entre as características sociodemográficas dos utilizadores, as características físico-ambientais e os serviços disponibilizados nos EPU.
<b>Representações socio-espaciais:</b> Imagens e imaginários relativamente aos EPU Aspirações (reais) relativas aos EPU Necessidades relativas aos EPU. Satisfação em relação aos EPU.	Como as pessoas representam o EPU: Como interpretam a sua relação com a cidade, o EPU, e entre esta relação e as outras pessoas? Que representação fazem das outras pessoas na relação que estabelecem com o EPU? Identificação dos elementos mais atrativos no EPU. Identificação dos aspectos menos valorizados no EPU. Motivos de escolha dos EPU que mais utiliza. Expectativas relativamente ao EPU: Identificação de necessidades. Identificação do grau de satisfação com o espaço. Expectativas relativas ao uso das TIC e a uma maior participação nas decisões relacionadas com a produção do espaço: Identificação de necessidades, sugestões e afinação de ferramentas tecnológicas de apoio.

Momento 2 | *LIVING-LABS***EPU e cidadania:**

Práticas de participação cidadã.  
Expectativas de participação cidadã relativamente ao espaço urbano.  
Lógicas de exclusão dos EPU e de info-exclusão.

## Participação e cidadania:

Identificação de práticas de participação.  
Identificação de potenciais práticas com recursos digitais (ou com recursos de TIC).  
Uso do EPU, TIC e inclusão social:  
Identificação de grupos (potencialmente) excluídos do EPU.  
Identificação de grupos (potencialmente) excluídos das TIC.  
Identificação de aspectos de incremento da inclusão social através da relação entre TIC e EPU.

**Co-Criação**

Metodologias colaborativas e participativas.

Desenvolvimento de perspectivas interativas de abordagem e desenho de propostas de desenho urbano e planeamento:  
Concepção de novas metodologias de estudo.  
Co-concepção de propostas de intervenção.  
Definição de eixos para o desenvolvimento de políticas públicas.

Fonte: adaptação de Menezes e Costa (2017)

Por outro lado, a tecnologia digital possibilita uma interação mediada com um suposto utilizador do espaço e esta possibilidade de interação está no cerne do Projeto C3Places, sobretudo no caso de estudo realizado em Lisboa. Neste estudo, visou-se conhecer e compreender, a partir de *Living Labs* com adolescentes-estudantes numa escola secundária da cidade, o papel do espaço público na cidade e nas suas práticas cotidianas de uso, apropriação e representação da cidade. Os *Living Labs* proporcionaram um ambiente de discussão e criação que, entretanto, foi propício para a invenção e experimentação, por parte destes jovens, de novas e diferentes ferramentas de reflexão, aprendizagem e produção do espaço urbano. Ao fazer uso das novas tecnologias o Projeto C3Places ambicionou criar dinâmicas socio-digitais mais participativas, colaborando para conscientizar sobre a possibilidade de produção do espaço urbano a partir de um processo mais democrático. Mas, um desafio permanece: comprovar se as vantagens das tecnologias digitais são, de fato, um contributo para tornar o processo de produção e transformação do espaço urbano mais democrático, nomeadamente frente às situações de desigualdade socioespacial e exclusão digital.

No entanto, a perspectiva de abordagem adotada no âmbito desse estudo de caso em Lisboa permitiu, por um lado, conhecer e compreender um pouco mais as práticas, necessidades, interesses e representações



dos jovens relativamente ao espaço urbano, sobretudo públicos e abertos. Por outro lado, contribuiu para estimular certos processos, usos e interações sociais em espaço público, antes pouco considerados pelos jovens, a par de colaborar para a criação de uma consciência acerca do espaço público urbano, antes fracamente manifesta.

## 9.6 Considerações finais

Com as questões aqui discutidas propõe-se (re)pensar uma perspectiva de antropologia do espaço que leve em consideração os processos de transformação da cidade a partir da relação dialética entre espaço e sociedade, da ligação em processos de produção e construção do espaço urbano, e a partir do enquadramento de três tempos (passado, presente e futuro) e três escalas (espaço herdado, cotidiano e projetado). Nesta ótica, a par do estudo da morfologia ser importante na compreensão do espaço urbano, bem como para o planeamento e desenho urbanos, importa captar e compreender as práticas socioespaciais relacionadas com o uso, apropriação e representação do espaço. Aqui, uma antropologia do espaço público urbano em transformação pode contribuir. O espaço público é, assim, aqui considerado como um contexto de ligação entre espaços urbanos, onde múltiplas e complexas relações se verificam. Um espaço cujo conhecimento das suas características e dinâmicas socioespaciais é fundamental para melhor conhecer-se a complexidade da sociedade urbana. A antropologia, a partir de uma leitura cuidada dos microprocessos sociais de continuação, inovação e adaptação ao espaço, pode colaborar na consolidação de novas formas de pensar e atuar com e na cidade. Podendo ainda contribuir para sublinhar as questões da adaptabilidade, flexibilidade e resistência no campo da (re)invenção das práticas de urbanismo.

## Referências

- Almeida, I., Menezes, M., Smaniotto Costa, C. & Solipa Batista, J. (2018, 5 de maio). Adolescentes, tecnologias digitais e espaço público urbano: experiências com um Living Lab em Lisboa. In 4.º ENCONTRO SOBRE JOGOS E MOBILE LEARNING, 2018, Coimbra. *Anais...* Coimbra: Universidade de Coimbra, 174-180. Recuperado de <http://hdl.handle.net/10316/48542>.
- Bettanini, T. (1982). *Espaço e Ciências Humanas*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Biase, A. (2012). Por uma postura antropológica de apreensão da cidade contemporânea. *Redobra*, n. 10, 190-206. Recuperado de [http://www.redobra.ufba.br/wp-content/uploads/Redobra\\_10\\_23.pdf](http://www.redobra.ufba.br/wp-content/uploads/Redobra_10_23.pdf).
- Bonetti, M. (1994). *Habiter: le bricolage imaginaire de l'espace*. Paris: Hommes et Perspectives Épi.
- Carr, S., Francis, M., Rivlin, L. & STONE, A. M. *Public Space*. USA: Cambridge University Press.
- Choay, F. (2006). *Pour une anthropologie de l'espace*. Paris: Seuil.
- Da Matta, R. (1991). *A casa e a rua*. Rio de Janeiro: Editora Guanabara.
- Edensor, T. (1998). The culture of the Indian street. In FYFE, N. R. (Ed.). *Images of the Street: planning, identity and control in public space*. Londres: Routledge, 1.ª ed., 205-221.
- Guerra, I. (2011). As políticas de habitação em Portugal: à procura de novos caminhos. *Cidades, Comunidades e Territórios*, n. 22, 41-68.
- Hampton, K. N. & Gupta, N. (2008). Community and social interaction in the Wireless City: Wi-Fi use in public and semi-public spaces. *New Media & Society*, v. 10(6), 831-850.
- Lévy, F. P. & Ségaud, M. (1983). *Anthropologie de l'espace*. Paris: Centre Georges Pompidou, Centre de Création Industrielle (CCI).
- Low, S. M. (2000a). *On the Plaza: the politics of public space and culture*. Austin: University of Texas Press.
- Low, S. M. (2000b). Culture in the modern city: the microgeographies of gender, class, and generation in the Costa Rican plaza. In *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, n. 13, Ano 6, UFRGS, 31-64. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-71832000000100003>.
- Magnani, J. G. (2012). *Rua, símbolo e suporte da experiência urbana*. 2000. Recuperado de <http://www.aguaforte.com/antropologia/Rua.htm>.

Menezes, M. (2012). Cultural diversity scenarios at the urban public space. The case of Mouraria neighbourhood (Lisbon). In ATAS DO EUROPEAN SYMPOSIUM ON RESEARCH IN ARCHITECTURE AND URBAN DESIGN – EURAU, Porto, *Anais...* Porto: FA-UP. Setembro, 12-15.

Menezes, M. & Costa, C. S. (2017). *People, public space, digital technology and social practice: an ethnographic approach*. In ZAMMIT A.; KENNA, T. (Eds.) *ICity - Enhancing spaces through technology*. Culture & Territory Series, 2018, Portugal. *Anais...* Lisboa: Edições Lusófonas, 167-180.

Ségau, M. (2009). Espace. In STÉBÉ, J.; MARCHAL, H. *Traité sur la ville*. (Hors Collection). Paris: Presses Universitaire de France – PUF, cap. 5, 259-302.

Ségau, M. (2010). *Anthropologie de l'espace: habiter, fonder, distribuer, transformer*. 2.<sup>a</sup> ed. Paris: Armand Colin.

Serpa, A. (2007). *O espaço público na cidade contemporânea*. São Paulo: Contexto.

Silvano, F. (1997). *Territórios da identidade*. Oeiras: Celta Editora.

Silvano, F. (2001). *Antropologia do espaço: uma introdução*. Oeiras: Celta Editora.

Smaniotto Costa, C. & Schmitz, R. M. (2013). As modernas tecnologias de informação e comunicação e o espaço público. Explorando as fronteiras de uma nova relação. *Revista de Geografia e Ordenamento do Território*, Centro de Estudos de Geografia e Ordenamento do Território (CEGOT), n. 3, 197-229.

Šuklje Erjavec, I. (2010). Designing an urban park as a contemporary user-friendly place. In MARUŠI, G.; NIKŠI, B. M. (Eds). *Human Cities: celebrating public space*. Oostkamp: Stichting Kunstboek, 39-51.

Telles, V. (2010). *A cidade nas fronteiras do legal e ilegal*. Belo Horizonte: Argumentum.

Thompson, C. W. (2002). Urban open space in the 21st Century. *Journal Landscape and Urban Planning*, v. 60(2), 59-72.

Whyte, W. (1980). *The social life of small urban spaces*. Washington, DC: The Conservation Foundation.

Zukin, S. (1996). *The cultures of cities*. Oxford: Blackwell.

# Sobre os autores

## **Antonio Colchete Filho**

*antonio.filho@ufff.br*

Arquiteto e Urbanista. Doutor em Ciências Sociais. Pesquisador PQ-CNPq. Professor Titular na Universidade Federal de Juiz de Fora, Brasil.

## **Carina Folena Cardoso**

*carinafolena@gmail.com*

Arquiteta e Urbanista. Doutora em Urbanismo. Professora Adjunta na Universidade Federal de Goiás, Brasil.

## **Carlos Smaniotto Costa**

*smaniotto.costa@ulusofona.pt*

Arquiteto Paisagista. Doutor em Planejamento Urbano e Ambiental. Professor na Universidade Lusófona, Portugal.

## **Daniela Pereira Almeida**

*daniela.almeidap@gmail.com*

Arquiteta e Urbanista. Mestra em Ambiente Construído. Pesquisadora na Universidade Federal de Juiz de Fora, Brasil.

## **Ethel Pinheiro**

*ethel@fau.ufrj.br*

Arquiteta e Urbanista. Doutora em Arquitetura. Professora Adjunta na Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil.

## **Frederico Braidá**

*frederico.braidá@ufff.br*

Arquiteto e Urbanista. Doutor em Design. Professor Associado na Universidade Federal de Juiz de Fora, Brasil.

## **Isabela de Mattos Ferreira**

*belawang@gmail.com*

Designer. Doutora em Design. Pesquisadora na Universidade Federal de Juiz de Fora, Brasil.

## **José Gustavo Francis Abdalla**

*gustavo.francis@ufff.br*

Arquiteto e Urbanista. Doutor em Engenharia de Produção. Professor Titular na Universidade Federal de Juiz de Fora, Brasil.

**Juliana Simili de Oliveira**

*juliana.simili@ufff.br*

Arquiteta e Urbanista. Doutora em Arquitetura. Professora Adjunta na Universidade Federal de Juiz de Fora, Brasil.

**Juliana Varejão Giese**

*varejaoj@gmail.com*

Arquiteta e Urbanista. Mestre em Ambiente Construído. Pesquisadora na Universidade Federal de Juiz de Fora, Brasil.

**Klaus Chaves Alberto**

*klaus.alberto@ufff.br*

Arquiteto e Urbanista. Doutor em Urbanismo. Professor Associado na Universidade Federal de Juiz de Fora, Brasil.

**Larissa Loures Mendes**

*larissalouresmendes@gmail.com*

Nutricionista. Doutora em Enfermagem. Professora Adjunta na Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil.

**Leila El Zeenni**

*mm189@aub.edu.lb*

Estudante de Arquitetura e Urbanismo. Pesquisadora na Universidade Americana de Beirute, Líbano.

**Lilian Fessler Vaz**

*lilianfv@gmail.com*

Arquiteta e Urbanista. Doutora em Arquitetura e Urbanismo. Pesquisadora PQ-CNPq. Professora Associada na Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil.

**Lucia Maria Sá Antunes Costa**

*lucialice@gmail.com*

Arquiteta e Urbanista. Doutora em Paisagismo. Pesquisadora PQ-CNPq. Professora Titular na Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil.

**Mariane Garcia Unanue**

*mariane.unanue@ufff.br*

Arquiteta e Urbanista. Doutora em Arquitetura. Professora Adjunta na Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil.

**Marluci Menezes**

*marluci@lnec.pt*

Geógrafa. Doutora em Antropologia Social e Cultural. Pesquisadora no Laboratório Nacional de Engenharia Civil, Portugal.

**Mehran Madani**

*mm189@aub.edu.lb*

Engenheiro. Doutor em Design. Professor Assistente na Universidade Americana de Beirute, Líbano.

**Tara Kanj**

*mm189@aub.edu.lb*

Estudante de Arquitetura e Urbanismo. Pesquisadora na Universidade Americana de Beirute, Líbano.

**Tim Waterman**

*tim.waterman@ucl.ac.uk*

Paisagista. Doutor em Arquitetura Paisagística. Professor na Bartlett School da Universidade College London, Inglaterra.

**Vera Lúcia Moreira dos Santos Nojima**

*nojima@puc-rio.br*

Designer. Doutora em Arquitetura e Urbanismo. Professora Associada na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

**Ying Li**

*yli11@glos.ac.uk*

Arquiteta e Paisagista. Doutora em Urbanismo e Paisagismo. Professora na University of Gloucestershire, Inglaterra.

# Essays on the Design of the Built Environment

**Editors:**

*Antonio Colchete Filho*

*Frederico Braidá*

*Klaus Chaves Alberto*

*José Gustavo Francis Abdalla*

*Mariane Garcia Unanue*

**English language review**

*Mariane Garcia Unanue*

*Juiz de Fora*  
*Editora UFJF*  
2023



# Acknowledgements

We thank, once again, all the professors and students of the Faculty of Architecture and Urbanism of the Federal University of Juiz de Fora (FAU/UFJF), in particular, to the members of the Agora Research Center, who always collaborated so much to the advance of our studies and research.

To the colleagues from various university and research institutions with whom we have been partnering for a long time, both in Brazil and abroad, which in this publication have renewed importance, for the possibility of joint publication.

To Carina Folena Cardoso, Ana Luiza Bianchi, Livia França and SRI, for the translations and revisions made of the English language.

To the Postgraduate Program in Built Environment (PROAC/UFJF), for supporting research initiatives and Brazilian funding agencies that support and stimulate scientific and intellectual production: the Coordination for the Improvement of Higher Education Personnel (CAPES), the National Council for Scientific and Technological Development (CNPq) and the Minas Gerais State Research Support Foundation (FAPEMIG).



*The fundamental characteristics of the contemporary city may be unavoidable. Regarding them, we can manifest all kinds of judgment, but we must not forget that these characteristics have their roots and foundations in myths, value systems and individual behaviors, in collective practices, in constructive techniques, in consumptions and cultures that we can hardly think about modifying in the medium term.*

*Bernardo Secchi*

# Preface: environment and architecture intertwined

*Madalena Cunha Matos<sup>1</sup>*

Reflecting on what has been happening in our world in recent times, I realize that the environmental issue has merged with the one of Architecture and Urbanism – of certain Architecture and Urbanism. After a diverse history, an origin far away from the one of the architectonic space – designers and constructor's area of occupation – the environment went hand in hand with our concern about the built world. Let me explain: the environment emerged as a concept through perplexities and investigations in the areas of Biology, Chemistry, Ecology, Geography – in other words, of the natural world. Far from those, there were the producers and transformers of the physical space – the architects and urban planners. Some sectors, for a long time, mobilized, demanded and sought to protect the built legacies of cities and landscapes.

In this same world of agents, but coming from a further pole from the range of professional intervention approaches, architects and urban planners have researched ways of preserving natural resources and enhancing comfort using renewable energy and recyclable and renewable materials. They applied them to designs and saw their efforts gaining visibility and appreciation; see Norman Foster. Even the most integrated architects in the great capitalist economy began to include and display environmental optimization in their projects and to explore unique ways of reducing the ecological footprint of their work. They opened a path that can no longer be omitted in the grand designs of multinational corporations, in the prestigious work of national governments and institutions on a global scale; indeed, it came out of their ranks a

---

<sup>1</sup> Madalena Cunha Matos is an architect, PhD in Urban Planning and Associate Professor at University of Lisbon, Portugal.

good number of those who were anointed by the recognition – notable, scarce, powerful and great names of international Architecture.

Along with these researches, there is nowadays a proliferation of academic and professional works on the built heritage; highlighting the beauty of an edified typology, a constructive detail, a part of the city, a neighborhood, a material that has been recurrently worked over hundreds of years by men and women of a certain region, a ‘complete’ landscape, including roads, paths, rails, buildings, walls, plantations, material cultures, immaterial cultures...

All this proliferation comes as a surprise to us because it always goes further in the recognition of a singularity, of an anonymous space or not, of a beauty hidden until then; it is no longer about Art History, it is no longer about just a history of Architecture either; it already goes into the spirit of acceptance and respect for the history of construction, this field undermined by the presence of humans in their ignorance, villainy and ambition; but also in their mutual aid, intelligence and intellectual audacity. Here the object of attention is the finished product, but it is also about the process, the organization of the crafts, the orchestrated plan of knowledge, capacities, corporations and the experimentation of new techniques.

The love, the desire to know, to register, to document, to show, to preserve and to value is extended to a universe of artifacts, modest, economic, hard, conditioned by the shortage of materials, tools, calculation processes, of theories; and our respect increases due to this shortage and difficulties; and yet what has been produced as a building, as an irrigation system, as a network of roads, as a symbolic artifact, touches us; we are united with people who have long been buried, with so foreign beings, otherwise devoid of speech – because being silent, without any written documentation – which are almost non-humans. This attention rescues them from a silence and obliviousness, and from a generational ingratitude, which has a parallelism in the advance of us to them from

the world of the physical environment, between us – those privileged by nature – and this other nature from which we separate ourselves.

This boost of affinities, of fondness of respect, which from Henry David Thoreau (2018) to Tim Ingold (2002) has been motivating the understanding of the continuum between us and the nonhuman nature, also moves on the place of the actors of the built world that are no longer present at this time, of the objects made by them, of the buildings they have built and where we have lived for so many generations, of the spaces they have created and that groove references to our orientation in the world – in the world where and when it is up for us to live.

What would have motivated this movement of expansion, this recognition of in otherness, we also dwell, this acceptance or discovery of the interdependence of beings and matters of the planet? Perhaps the feeling of urgency; perhaps the imminence of an unprecedented catastrophe, and the approach of a tipping-point – a turning point, a non-return point.

When resources are scarce, at the same time that needs have increased, especially induced needs, there will be redemption in the multitude of lovers, in the countless patients who cultivate the indivisibility of our world – ours, theirs, others', of that there, of that beyond? Will the planet where we live (Francis, 2015) be safe from its own asymmetries, from its inequality and segmentation? Will humans be divided between those who are already projecting themselves beyond the earth and the remainder? Or will us all have been victims of a few egomaniacs with the nuclear codes? If, however, there is time for the continuation of life on Earth, how will we work then? How will we live? On what will be worth investing in research? Where will we apply our curiosity?

Going back to the beginning: it seems reasonable to think that between environmentalism and architecture the meshes are closed; that between the slower pace of transformation of territory, of design, of buildings, and the faster pace of environmental research, the ties are tightening; and that from the minuscule interval we occupy in the

Anthropocene the wires are connected with the very long eras of the geological scale – for the sake of life and human life, safely and sheltered as possible from the explosions and threats with which nature showers us and with those that we freely or unconsciously produce; that between environmental history (Padua, 2010) and the history of the built world a new epistemological space emerges, which helps to decentralize us from self-sufficiency.

Perhaps between the militancy of environmentalism and the militancy of architecture and urbanism, rows can be closed and more and more convergences can be produced.

## References

Francis. (2015, 24 de maio). Laudato Si: sobre o cuidado da casa comum. [Site]. [https://www.vatican.va/content/francesco/pt/encyclicals/documents/papa-francesco\\_20150524\\_enciclica-laudato-si.html](https://www.vatican.va/content/francesco/pt/encyclicals/documents/papa-francesco_20150524_enciclica-laudato-si.html)

Inggold, T. (2002). On the Distinction between Evolution and History. *Social Evolution & History* 1(1), 5-24.

Pádua, J. A. (2010). As bases teóricas da história ambiental. *Estudos Avançados* 24(68), 81-101. Available at <https://doi.org/10.1590/S0103-40142010000100009>.

Thoreau, H. D. (2018). *Walden: or life in the woods*. 1854. London: Arcturus Publishing Ltd..

# 1. The design of the built environment in a diverse perspective: an introduction

*Antonio Colchete Filho*  
*Frederico Braidá*  
*Klaus Chaves Alberto*  
*José Gustavo Francis Abdalla*  
*Mariane Garcia Unanue*

Built environment is a broad and diffuse concept; perhaps this is one of its capital virtues. Research in this area of such inaccurate boundaries allows approaches from diverse themes, scales and methods.

In this book, the gathering of essays by researchers from different countries on various topics, with such diverse methodological appropriations, reaffirms the multiple character of this field. However, this work allows something else more: its chapters configure the possibility of mutual learning, as these heterogeneous approaches can contribute to new reflections over the field of the Built Environment.

This collective work, therefore, is the result of the interest in sharing research experiences in this particular field. Its organizers, professors from the research line “Design of the Built Environment” of the Graduate Program of Built Environment (PROAC) of the Federal University of Juiz de Fora (UFJF), grouped texts that configure results of researches developed in the program (frequently in partnership with other Brazilian research institutions), but also chapters of researchers from different countries who, over the last 10 years, visited the PROAC Program and acted in it, presenting reflections, coordinating workshops and even developing research and publishing its results with the

partnership of PROAC's professors and students. In this way, this book is also the result of the intellectual affinities of this line of research.

Thus, the first chapter entitled *Urban furniture and public art in urban projects: Rio de Janeiro (1996-2016)* represents the research effort of authors from three Brazilian research institutions. In this chapter, Antonio Colchete Filho (PROAC/UFJF), Lilian Fessler Vaz (PROURB/UFRJ), Lucia Maria Sá Antunes Costa (PROURB/UFRJ), Carina Folena Cardoso (FAU/UFG) and Juliana Varejao Giese (PROAC/UFJF) start from the idea of how urban furniture and public art are significant in public space intervention projects. Based on the analysis of two emblematic projects for the city of Rio de Janeiro, the *Rio Cidade* project, which took place in several commercial corridors of the city's neighborhoods (1996) and the recent transformation of the seafront on the occasion of the *Porto Maravilha* project (2016), stand out as the image of the city and interventions are quite thematized through this varied set of urban elements, whether furniture, sculptures and temporary interventions. Accordingly, more than accessory or complementary elements of the urban space, the authors emphasize the historical importance and projective value of the relationship between these elements, the intervention projects themselves and their results for the public space and the landscape.

In the chapter *Ephemeral and ludic interventions in the city space*, Isabela de Mattos Ferreira (PROAC/UFJF), Vera Lúcia Moreira dos Santos Nojima (PUC-Rio) and Frederico Braidá (PROAC/UFJF) investigated languages of both the Built Environment and the Design areas that are present in ephemeral and ludic interventions within the public space. Given the assumptions that such objects are systems of signs and, therefore, capable of generating meanings, composing messages and constructing speeches, it was hypothesized that ephemeral and ludic interventions are a practice in the public space configured as manifestations of citizenship through the resignification of communicational substrates from project concepts and processes. Therefore, the objective was to highlight and determine the concepts and

processes of design languages in ephemeral and ludic interventions in the public space and to understand the processes that promote cultural experiences and social practices.

In the chapter *Intersections between urban planning and health: walkability and physical activity*, the authors Daniela Pereira (PROAC/UFJF), Larissa Loures Mendes (UFMG) and Klaus Chaves Alberto (PROAC/UFJF) discuss the relationship between the fields of urban health and urbanism, emphasizing possible factors, derived from the built environment, that may influence the physical activity practice of the population. It is a study that addresses the built environment as one of several determinants of population health. Even if introductory, the understanding of the methodological landscape derived from putting these two fields closer together is fundamental to support a critical debate and facilitate dialogue between these areas. The chapter is yet another contribution to a field that is still being consolidated within the field of Health and its academic education, as well as in the field of Urban Planning Design.

The authors José Gustavo Francis Abdalla (PROAC/UFJF and FAU/UFJF), Juliana Simili de Oliveira (FAU/UFJF) and Ethel Pinheiro (PROARQ/FAU-UFRJ) in the chapter *Identity and territory by the pediatric patient's point of view: an application of the wish poem* highlight that hospitalization during childhood puts the child into a space of strangeness, where relationships established are absent from their everyday world, thereby breaking their regular habits. Therefore, this chapter seeks to associate the importance of the built environment for the relationship of the hospitalized subject, specifically in pediatric areas, with a place different from their logic of life. The spatial perception of these patients was analyzed using the *Wish Poem* tool. It was discussed that such spaces need to address and incorporate elements that refer to the notions of identity and territory, of both the child and the adolescent, when carrying out architectural design projects for this purpose. The conclusion is that hospital architecture environments should contribute to the physical, social and mental



well-being of its users, where the spaces can contribute to the treatment with respect, dignity and comfort facing the disease. In the end, the authors acknowledge the challenge of designing pediatric environments as places that mirror meanings that may be a continuance of the patient's daily life.

Tim Waterman (University College London) in the chapter *Two London squares and a Theory of the Beige Hole: how creative, thoughtful landscape architects may be trapped in the making of non-places by development processes* gives a critical account, in a personal tone, of the misfortunes of contemporary landscape production. When it comes to the two squares analyzed, the description of the process and the result of their designs reveal the dilemma about the role of landscape design in contemporary enterprises. The author establishes the concept of a “beige hole” - in a metaphor for the black hole - which works as a key to understanding the ideals that shape recent urban interventions. Although the author explores the specific case of two squares in London, his reflections provide insights for understanding interventions in different geographical contexts as well.

Ying Li (University of Gloucestershire) discusses the recent production of public spaces in China in the chapter *The europeanness of Chinese urban public open space*. Based on its comparative research experience about planning, design and the use of small public spaces in China and the United Kingdom, the chapter demonstrates how, in the field of urban planning and the use of public areas, the Chinese context is poorly reflective about its own historical traditions. The adoption of western traditions without an understanding of their historical contexts led to the design of similar spaces throughout China. Among other contradictions, the author points out that, despite the high density of Chinese cities, their intensity of use is lower than those equivalent

spaces in the west. Based on this context, the author proposes solutions for future design and planning of urban open spaces.

In the chapter *Obsolete active surveillance through dynamic public places*, authors Mehran Madani, Leila El Zeenni, and Tara Kanj (all of the American University of Beirut, Lebanon) discuss how designers of the built environment can create more passive surveillance opportunities by establishing the sense of place and connection with the community. Assuming that a space must be safe to attract people and encourage them not only to visit but also to stay in it, they address two main security approaches: active and passive surveillance. Active surveillance is the one that is clearly seen by people, such as the use of cameras and the presence of security guards. Passive surveillance, on the other hand, occurs when observance comes from passers-by or users of the public spaces, whose intention is not explicitly expressed. The paper contrasts these two approaches by arguing that active surveillance is breaching privacy rights, notwithstanding its high costs and being ineffective in reducing crime rates; on the other hand, the urban landscape design that applies passive surveillance demonstrates that it can decrease active surveillance through reinforcing dynamic public spaces.

Finally, Marlucci Menezes (National Laboratory of Civil Engineering – LNEC, Lisbon, Portugal) and Carlos Smaniotto Costa (Lusophone University) discuss in their chapter *Capturing sociocultural skills of appropriation, representation and narration of the changing urban public space* the interest in achieving more oriented approaches to capture the social micro-processes associated with the relationship between socio-cultural and urban public space organizations, from an anthropological perspective. In this perspective, it highlights the role of a systematic and thorough observation of the complex interactions that result from the relationship between the multiple and diverse uses of urban public spaces, appropriations, against appropriations, representations of space

and respective temporalities involved, considering their connection with architectural-urbanistic proposals of design and intervention.

These essays, based on investigations made in different geographical contexts and that applied such different methodological approaches, reinforce the diversity of the Built Environment as a research field and also its perspectives. Given this scenario, some challenges become clear; one of them is the possibility of approximating different disciplinary fields on the same research object to allow innovative results and to compel a dialogue over the same basis. Another perspective, perhaps a consequence of the first, is that of the development of a multicentric work in which, under the same methodological design, the results may allow instructive comparisons about the same research theme on a more globalized scale.

Anyway, this book registers a specific moment in the field but it also represents the possibility of further inroads that may broaden its borders.

## 2. Urban furniture and public art in urban design: Rio de Janeiro (1996-2016)

*Juliana Varejão Giese  
Carina Folena Cardoso  
Lucia Maria Sá Antunes Costa  
Lilian Fessler Vaz  
Antonio Colchete Filho*

### 2.1 Introduction

The urban design is a decisive tool for the image of the city and an essential part of city planning and management, considering that it should contain the shape and function of the equipment proposed at various scales, translating its gesture and its significance to the places and its inhabitants. According to Portas (2003), the term “urban project<sup>2</sup>” dates from the 1960s to designate large-scale interventions in cities whose conceptual and physical amplitude were no longer characterized as architectural interventions. The author emphasizes the importance of the image that is translated through urban design in public spaces and architectural typology, besides pointing out that the briefing should encompass effectiveness and feasibility of implementation.

---

2 In Portuguese, the expression “urban project” can be read as the same as the expression “urban design” in terms of meaning. Both of them are used to name the process of shaping and designing physical interventions in the urban space. As the referred author is Portuguese, the etymology of the word “project” was preserved in this quote.

That is, the urban design is also seen as a combination of management and the actual design of urban interventions, as Maleronka (2010) points out. For the author, the contemporary social context opened up new possibilities, models and demands of urban space design and management, mainly in Brazil, where partnerships, not previously imagined, are created and the results are often not foreseen:

Intervening on this urban space implies making decisions at different scales, which are both articulated and competing; scales that extrapolate the physical dimension and that imply economic and socio-political effects (Maleronka, 2010, p. 15).

For Carmona et al. (2010), the term “urban design” can be understood either as a product or as a process, or as both, since temporality is one of the elements that govern this process of planning and management of the built environment. The authors define that, in addition to temporality, the urban design presents morphological, perceptive, social, visual and functional dimensions. By unfolding the feeding elements of each of these dimensions, they point to urban furniture and public art as visual elements that contribute to the identity of a space and an urban landscape.

Based on the importance of the urban design and the set of elements that it proposes, emphasized in previous studies on the public space, this article analyzes the urban furniture and the public art through an approach that includes its insertion in the urban context and its planning in contemporary urban interventions in the city of Rio de Janeiro. To do so, two projects in Rio de Janeiro were investigated: (1) *Rio Cidade* Program, executed in 1996, within important commercial areas of the city and (2) *Porto Maravilha* Project, executed between 2009-2016, in the harbour and historical area of the city. The choice of these two urban interventions is justified by the important role that urban furniture and public art played in these proposals, transforming themselves into visual and identity marks in those areas of intervention.

We believe that this set formed by the elements of urban furniture and public art should be understood as an integrated system of the project since it contributes to the construction of the urban landscape due to the stimuli it provokes in its inhabitants. In previous works, Colchete Filho (2003, 2008) demonstrated that these stimuli feed collective memory and culture, recognized by him and by Knauss (1999) as “urban imaginary”. The urban imaginary is understood as the set of these imagery elements that constitute the public urban space - urban furniture, sculptures, monuments, plaques, landmarks, among others - giving it meaning through time.

In research on urban furniture of the *Rio Cidade* Project (1997) three categories of analysis were contextualized to the carioca scene, extracted from the studies developed in interventions in Barcelona, 1992, for the Olympic Games. Creus (1996) indicates that three fundamental purposes are elements of urban furniture - which he names as urban elements: functionality, rationality and emotivity. In our research, these categories were considered in their maximum potentialities, which reach both positive and negative views. Thus, the visual presence of these elements is understood as something that stimulates emotional, aesthetic and symbolic responses. So that, in analyzing them, we hope to add this perspective to the studies of urban productions that point to the importance of urban furniture and public art in contemporary urban projects.

## 2.2 Urban furniture, public art and city

Both urban furniture and public art are elements that have been part of the constitution of public spaces since prehistory, even if they were not named so. But both, until this day, still find themselves under complex discussions about their definitions and interpretations. However, up to now, the theme of urban furniture is not as widespread as public art, either in academic literature or in technical literature. Most of the

existing books about this theme focus on illustrating the equipment (Mukoda, 1990; Tsuru, 1990, 1991; Serra, 1996; Barbaux, 2010) or seek to define basic technical criteria for its use (Ibam, 1980, 1996), usually with few theoretical considerations. As a characterization, we can understand urban furniture as the vast collection of utilitarian artefacts or those of landscape nature (Ibam, 1996, p. 11), “which total more than ninety different elements, not counting the possible developments” (Abnt, 1986, p. 1-5). The common sense of its characterization is consistent with the following definition included in the Brazilian Regulation NBR 9050 which is still open, as shown in the highlights:

Set of objects existing in roads and public spaces, overlapping or added to urbanization or edification elements, [...] such as traffic lights, signposts and similar, terminals and points of collective access to telecommunications, water sources, wastebins, newsstands, marquees, benches, kiosks and *any others of a analogous nature* (Abnt, 2015, p. 5, our highlight).

Considering that the characterization of these elements can vary according to time and urban context, it has become a concern of a good public space planning to reflect on the installation of any and all utilitarian elements in the streets of the cities, in multiple quantities, in order to meet the expectations of the users. In fact, some studies on the perception of the city reveal that, due to the number and diversity of these elements, the urban furniture establishes requirements of simplicity and clarity to integrate into the urban landscape, fulfilling its individual function (Cullen, 1983). In a few words, “besides contributing to the identity and character, the quality, organization and distribution of urban furniture is a primary indicator of the quality of an urban space” (Carmona et al., 2010, p. 196).

As for the public art, which generally provokes even more stimuli in the users of a public space (than those provoked by the urban furniture), it can be related to the urban design by embodying past memories and those one wishes to create, as emphasized by Nunes (2010).

Public art, often idealized and managed by the public authorities, presents itself as an element of “aesthetic, social, communicative and functional” meaning (Colchete Filho, 2003, p. 50) and, therefore, it is also part of the urban imaginary of cities.

It is also worth noting that in times of discussion about the homogenization of urban design in the globalized context, public art as a singular morphological element, individualized both in situational and imagery terms, is relevant to the objective of characterizing neighbourhoods and cities within their peculiarities, as Lamas (1993) suggests. Conceived under the same aegis of planning and design, urban furniture can also be the instrument of dissemination of the identity of a place and the assignment of collective meaning, such as the emblematic example of London’s telephone booths or Hector Guimard’s access shelters for the Parisian subway.

In fact, the insertion of elements of urban furniture and symbolic elements into the landscape is something intrinsic to the history of the city. Carmona (1985) suggests that land delimitations were one of the earliest examples of urban furniture - considering they were used to divide neighbourhoods and sacred lands from civilian lands, as in Mesopotamia - or those which played the role of orientating pedestrians’ paths in streets where there were no formal sidewalks. These delimitations, that contained the identification of the power for which they served, were also used as signalling and distancing elements, as Glotz (1988, p. 23) mentions: “The delimitations that showed the limits of territory marked almost insurmountable demarcations between religions and laws, calendars, coinage and weights and measures, interests and affections”.

In the case of Rio de Janeiro, with the gradual population increase and intentions to improve urban space, since the imperial period, some other elements were introduced, such as cascades, spouts and fountains - responsible for the distribution of water - and oratories and lamps of whale oil, before the advent of gas fueled lighting in 1854



(Abreu, 1988). There were also spaces for crosses in front of churches and the pillory and gallows, in squares where slaves were tortured and the prisoners punished, according to the description contained in the illustrations of Debret (Mathias, 1980).

The rapid growth of the city of Rio de Janeiro and the beautification project of the early 20th century made urban furniture one of the elements of the remodelling design proposed by Alfred Agache (1926-1930). To compose the new environment of boulevards and squares, light poles containing scrolls and cast iron rings were implanted, besides the installation of statuary - many of these elements were imported from France. In fact, Rio de Janeiro is the second city, after Paris, with the largest number of cast iron parts. On the other hand, the kiosks that initially sold newspapers, magazines and later lottery tickets and sugarcane liquor, that had been on the streets since the concession for their installation by the end of the Paraguayan War, had completely disappeared by 1911.

Over the later decades, there was a gradual predominance of utility furniture aimed at traffic signalling and urban order. In 1993, the public competition call for *Rio Cidade* Program presented a new opportunity of discussion about urban public space since urban furniture was supposed to be a prominent item of the proposals. These should incorporate a new design, to be planned according to a framework of better aesthetics and ergonomic conditions, adapted to people with disabilities. The proposal of the contest was evidently in opposition to the existing furniture that, besides its precarious conservation, visually polluted the space.

One of the objectives of *Rio Cidade* Program was to reorganize the selected areas by improving the location and their urban furniture design, which would be planned altogether as a group, breaking the excessive freedom of the many concessionaires who installed their elements independently. In fact, the furniture characterized this first set of interventions, gaining the interest of the population and

opening space in the media, to the point that the current mayor César Maia elected the controversial obelisk in Ipanema, as a symbol of the interventions held by the *Rio Cidade* Program.

Twenty years later, the intervention in the port area of Rio de Janeiro proposed a complete renovation of the image of the city's harbour area by the Urban Operation Consortium *Porto Maravilha*. In search of international visibility and of tourist and economic attractiveness, it was expected to place elements that would express the modernity and the globalization of the new spaces. The project was conceived due to the candidacy of the city to host the 2016's Olympic Games and began to be implemented in 2009 when its victory in the referendum was declared. In addition to the urban design and the restructuring of the urban planning legislation of the region, a new set of urban furniture was designed for the intervention area. In addition, new elements of public art were also installed, fueling the national and international tourist use of the region.

## 2.3 The *Rio Cidade* Program

When we think of the countless constructions and remodellings that happen in a metropolis the size of Rio de Janeiro, we must bear in mind that the vast majority of those do not rely on the supervision of a specialized technician, either an architect or an engineer. Given this context, it is possible to assume that the absence of technical supervision in the subsequent execution stage will follow the same control fragility of the design phase. However, the most alarming part is knowing that for many years much of the public constructed works were also done without a project and with little, and overwhelmed, participation of technicians during their execution. The responsibility change for other architects, who were not on the city's bench to elaborate the urban intervention projects from the start of *Rio Cidade* Program, deserves a reflection about a new desired dynamic: no inter-

vention should be made without project or without the participation of its authors during its execution (Iplanrio, 1996).

*Rio Cidade* was one of the projects included in the Strategic Planning of the City of Rio de Janeiro – ‘Rio Sempre Rio’ (*Rio Always Rio*). The plan, elaborated with the consultancy company Tecnologias Urbanas Barcelona SA, was prepared during the municipal administration of César Maia and completed in September 1995, which means, it was made after *Rio Cidade* (1993). The Strategic Plan was drawn up from a central objective:

To transform Rio de Janeiro into a metropolis with increasing quality of life (...). An entrepreneurial and competitive city, with the capacity to be a centre of thought, business generation for the country and its privileged connection with foreign lands (RFPE, 1995, p. 22).

The vision of the city council was that during the day-to-day works in the following years would favour the streets degradation and their use as simple places of traffic or of passage. The aim of *Rio Cidade* was to intervene to recover the image of the city, integrating social, economic and cultural objectives (Iplanrio, 1996, p. 24). Many of these past experiences have been drastic for the city due to their impact. *Rio Cidade* should contemplate interventions at strategic points of commercial and cultural corridors of the city, aiming at the restoration of basic urban functions common to many neighbourhoods: traffic and parking planning, efficient lighting and solution to the problem of floods, among other aspects. Urban furniture, which was known as scrap metal, was also on the list of transformations.

The path taken to carry out this action was the public competition for the team selection that would be responsible for the projects in twelve of the initially related areas. The tender evaluated the best proposals for their methodological intervention in the public space that should be based on examples of areas in which the projects would be carried out. The call also considered that architects were supposed to design

solutions that were “heterogeneous according to the ‘personality’ of each neighbourhood” (Iplanrio, 1996, p. 25).

Thus, in October 1993, the Brazilian Institute of Architects (IAB/RJ) and the city hall expanded the number of areas and selected seventeen teams responsible for the projects, emphasizing the new concept of enforcement: no intervention would be done without a project; the projects could and should be designed by technical teams of the city or outsourced teams; the projects should be subject to public discussion; the urban planning project should be compatible with the complementary projects and have sufficient details; the execution of the works should obey the projects and, also, the supervision should be rigorous and have the participation of the planner(s). This type of revenue was fully adopted, aiming at the final quality of the works (Iplanrio, 1996, p. 26).

In a publication about *Rio Cidade* projects, the city hall itself raised some repercussions and criticisms made on the projects, considering, nevertheless, the benefit brought by the supposed controversy surrounding them: “the increase of the degree of urban knowledge and the information of the population”. These criticisms are systematized in six thematic blocks; the first three being understood as political orders and public investment:

- (1) general criticism of the political party, of support or opposition to the elected administration; (2) criticisms related to the budget and programmatic priorities of the Municipal Government, for example: how much is applied in Urban Planning? ; (3) criticism in technical sectors related to the priorities of the Department of Urban Planning: *Rio Cidade* Program, regulation of the Ten Year Master Plan (especially the elaboration of PEUs), revision of urban-social law etc. (Iplanrio, 1996, p. 27).

We may consider that criticism from opposition parties, if exaggerated, may also highlight what other people might try to ignore or weaken. A large part of these criticisms focused on the amount of money spent on the works, questioning the priority of these invest-

ments, facing the lack of housing, basic sanitation, transportation and especially the difficult situation of education and health.

However, investments in these areas were made and, according to city hall calculations, 60% of the budget went to infrastructure projects (Iplanrio, 1996, p. 26), relativizing the amount of investments in the so-called “urban makeup” - which would be just about the surface organization - this is how the project was labelled in some means of communication (Crea, 1996, p. 19).

Among the critics on administrative investments in general, questions about priorities have been raised. These issues were about priorities within the secretariat itself, which did not effectively continue to implement the main guidelines of the Urban Development Plan, approved in 1992, but continued the *Rio Cidade*, which had a more immediate effect.

The other three critiques presented contemplate the sphere of urban design, with direct implications for the project and the management of its execution, which become relevant to highlight:

(4) criticisms related to pedestrians vs. vehicles, such as the narrowing of streets to widen sidewalks; (5) Objective criticisms on specific aspects of the projects: replacement of Portuguese stones and renovation of trees in Copacabana, lighting posts and obelisks in Ipanema, etc.; (6) criticisms regarding the issue: problems in the execution phase of the works (dust, noise, accidents etc.) vs. benefits (Iplanrio, 1996, p. 27).

We can verify that the first of these critics is one of the main objectives of *Rio Cidade*: the valorization of pedestrians through the planning of activities to happen on the sidewalks, diminishing in contrast the area destined to rolling banners in the streets. In general, we can see that this reduction has undergone a redefinition of areas destined for many activities that did not have a proper place to happen, such as the bus stops, the loading and unloading areas and parking, as well as

the intense pedestrian flow in the project area, with narrow sidewalks shared with street vending and antique furniture.

The urban furniture (Picture 2), replaced or new, aroused great attention of the media and the population, for its aesthetic impact and the high cost promoted, with a repercussion that has not been seen in the city for a long time. The lack of integration and presentation of the projects for the local population contributed to the general amazement, which in some cases manifested itself from the execution of the works, at which time the project materialized for the population.

The third criticism presented, about the management of the works, caused evident problems of less impact such as traffic jams, dust and noise, although accidents with victims were also mentioned. Even if is the contractor's responsibility, or directly a particular worker's responsibility, the city council does not seem to have elaborated a schedule of works and services adequate to the basic functions for the full functioning of the neighbourhoods and even of the city, since the simultaneity in the execution of constructions in close neighbourhoods, without an effective plan to minimize the impacts in the surrounding area.

## 2.4 The Urban Operation Consortium *Porto Maravilha*

Recurrent instruments in contemporary urban planning, especially those approaches intended to be aligned with a strategic planning, frequently characterized as simplified or in consortium, where the urban operations translated into strategies of intervention in the urban space are based on the requalification of obsolete structures, promoting the remodelling of public spaces and restructuring the urban planning legislation. When in a consortium, they represent the public-private partnership to enable its implementation, with "exceptional" urban planning parameters (Maleronka, 2010).

The Urban Operation Consortium *Porto Maravilha* (UOC *Porto Maravilha*) has aligned local public authorities and brought to attention some criticism regarding the processes of urban regeneration around the world: the elitisation of urban space, the processes of gentrification, appropriations and consumption of public space (Sánchez, 2007). Within this, the class of architects and town planners joined the population in the discussions about the stages of implementation of the operation.

UOC *Porto Maravilha*, implemented by Law nº 101, dated November 23, 2009, is managed by the Urban Development of the Port Region of Rio de Janeiro Company (*CDURP*), also created under law. Thus, the policies of soil densification and overvaluation were encouraged, directing social, economic and real estate development not only in the region but also in the city. The main resolution of UOC *Porto Maravilha* was to classify the port region of the city as an Area of Special Urban Interest (ASUI), modifying the land use and occupation parameters of the region:

The purpose of the Urban Operation Consortium is to promote the urban restructuring of the ASUI through the expansion, articulation and requalification of public open spaces in the Port region, aiming to improve the quality of life of its current and future residents, and to the environmental and socio-economic sustainability of the regio. (Rio de Janeiro, 2009, n./p.).

For Pio (2017) UOC *Porto Maravilha* was essential for the re-signification of the area. Throughout the historical trajectory of the city of Rio de Janeiro, the port area played several roles in social and economic dynamics and, with the project of renewing its image, plays a prominent role within tourism dynamics. The author points out that the historical patrimony of the region was used as a “resource for the revitalization and modernization of the region” (Pio, 2017, p. 10), in a process of social construction of memory, along with the construction of new large cultural equipment, in an encounter between past and present. Therefore, the port area played a vital role “in the reinven-

tion of the imaginary of the city and the strengthening of the bonds between the new identity of the region and the city” (Pio, 2017, p. 21).

The actual urban requalification design, also named as *Porto Maravilha*, therefore, used guidelines to achieve this new identity and image of the region. It was proposed the complete restructuring of the area of 5 million square meters, with spots of tourist use, a new urban mobility network and areas to encourage residential use. In terms of tourist use, the construction of iconic buildings such as the Museum of Tomorrow, the Museum of Art of Rio and the Aquarium, as well as the restoration of historical buildings such as the *José Bonifácio* Cultural Center, the Suspended Garden of *Valongo*, the *Gamboa* Sheds and the Church of Saint Francisco of *Prainha*, and the area of the *Valongo* Pier. The new urban mobility network was proposed as a result of the demolition of the Perimetral Avenue Overpass, whose flow was reallocated to the Port Binary Roads, in addition to the implementation of the Light Rail Vehicles (LRV) network (Cdurp, 2018).

As the main area of tourist use, we highlight the public walking circuit designed by the *Orla Conde*, *Mauá* Square and the Olympic Boulevard. In this area, designed by the office Backheuser Architecture and City, priority was given to the areas of leisure, permanence and access to tourist attractions through landscape design and the use of urban furniture and public art elements, demonstrating once again the importance of these elements to urban designs.

The area’s urban furniture was developed in a new design, specifically for this project, by Índio da Costa’s Office - A.U.D.T. (Architecture, Urbanism, Design and Transportation). The set of furniture proposed prioritized the installation of furniture that would match the areas proposed by the landscape design, supporting the planned activities. In permanence areas banks, dumps and digital clocks were installed; in access areas, bicycle stands were installed; Urban Furniture for Information, called as MUPIs), bus shelters and VLT shelters/stations,



as well as commercial newsstands, focused on gastronomy, tourism and convenience (Cdurp, 2017).

Public art strategies, however, have foreseen a kind of installations that is frequent in contemporary metropolises. On the Olympic Boulevard was installed a graphite piece made by the street artist Kobra. Until March 2017, the mural of the Olympic Boulevard had the title of being the greatest mural in the world, but a new record was established by the same artist in the city of São Paulo (Efe, 2017). At *Mauá* Square the installation “#CIDADEOLIMPICA”, implemented in 2016, was replaced by the inscription “RIO\_TEAMO” in 2017, with the end of the Olympic Games. Such sculptures can also be recognized as urban signs, that is, elements that in the form of words synthesize characteristics of the cities where they are installed and drive the public’s appropriation. In the case of the two sculptures that were installed at *Mauá* Square, digital viral marketing resources were used, so that users felt indirectly compelled to share photographs of the visit to the region. In addition, historical monuments in the region have been restored, such as the Statue of the Baron of *Mauá* and the Monument to Pedro Max, both installed at *Mauá* Square.

As they were positioned in accordance with the planned activities both for the small areas of the design and for the design itself as a whole – given the touristic, cultural and leisure activities proposed – the urban furniture and the public art became fundamental in this city’s image renovation process, as they are object from which subjective relations are created between the users and the area. Relations which go beyond the functionality of these elements (Jesus et al., 2017). Moreover, these objects were supporters and promoters of the urban image built along with the *Porto Maravilha* Project.

## 2.5 Final considerations

The importance of urban furniture and public art to public spaces is directly related to the treatment of its image and quality, especially through the consistent and solid use of such elements in the streets and squares of the city. Population growth and the development of society can and should incorporate new furniture or discard those that are no longer useful, practical or symbolic for the urban space, in addition to enabling and encouraging the installation of various public works of art, but one should pay careful attention for these actions, as they interfere with the user's relationship with space.

It seems that urban furniture is better managed when seen as part of a system that integrates its group of countless elements, as emphasized by Lamas (1993), the morphological elements that articulate with each other, determine the urban design (Kostof, 1991). This presupposes a planning process capable of evaluating the particularities of each project and each equipment with the objectives and instruments available to achieve the best results for the city and its inhabitants (Boyer & Rojat-Lefebvre, 1994).

However, in relation to urban furniture, the most common situation in cities is that where the installation and/or replacement of furniture is not accompanied by an urban project of the intervention area. In these cases, the existence of a different order of issues should not represent a prohibition on making such a solid creation/installation of furniture as it would be done in an urban project. The establishment of basic rules for the installation of some elements of furniture, as was done by Rio de Janeiro's city hall in the two cases presented in this paper, may suggest a more fertile way for service providers' adaptation to the new directions proposed.

We also observed that these three categories of analysis may open possibilities for the evaluation of urban furniture in other contexts under different focuses. Given the novelty that represents the urban furniture

within the scope of its urban studies or history of the cities, there is few data so this article also intended to organize some information. The systematization effort will allow the expansion and deepening of this theme throughout different aspects, such as the emphasis on the historical process, an evaluation centred on an element, or even on the formal aspects that constitute the design, among many possibilities.

Based on the interviews with people in the study of the emotivity category, it is also worth mentioning associations that suggest urban furniture as a potential element that gives a sense of belonging to public spaces users. Evidence of this are the recurring associations made between urban furniture and the dimensions of safety, comfort and encouragement to citizenship. Users interviewed in the original 1997 survey, who had lower purchasing power and lived in needy areas of the city, revealed a desire to see their streets and squares equipped with renovations that could bring furniture to their neighbourhoods, relating satisfactory urban furniture to the satisfactory action of the public authorities.

The *Rio Cidade* Program, through the application of its designs, has proven how much can be achieved in this subject, although, with the deserved exceptions, it was originated from action without much previous reference in the same theme. Emphasis was put on the importance of rethinking the furniture of the city through the urban project and this became the most emblematic image of this group of interventions, whose main objective was the requalification of public space and the return of pedestrians to the streets.

The same happened in the case of UOC *Porto Maravilha*, where the installation of urban furniture and public art was foreseen in the urban project proposal. The intervention area was treated as a system made up of several elements, of different scales, which, together, would renew the image of the region. In other words, working on landscape design, the insertion of iconic buildings, the installation of new urban furniture or contemporary public art separately would

not have the same effect on space and that kind of public response would not have been achieved.

In other cities, however, the experience of urban renewal with an emphasis on furniture did not restore the so-called lost urbanity (Pesch, 1997); many spaces in European cities configured as mere design objects did not revitalize the lost meaning of urban life in many centres. Comparative studies between different experiences, both successful and unsuccessful cases, may also indicate new categories for further study of urban furniture in different situations.

The integration between urban furniture and design in the *Rio Cidade* Program showed the necessary articulation between the various spheres of public power, private initiative and population, revealing the complexity of attending the interest of all parts involved, especially nowadays, when public spaces have a broader dimension (Merlin & Choay, 1988, 273).

More than two decades after the experience of *Rio Cidade 1*, UOC *Porto Maravilha* put Rio de Janeiro again at a moment of intense public works. Aimed at criticizing the economic and socio-territorial densification and privatization processes mentioned above, in addition to public money management, the *Porto Maravilha* urban intervention put the region in evidence and the population on alert about interventions in the city.

This research is expected to bring critical contributions to urban planning and projects, which manage such a diverse range of actions and desires, knowing that the real purpose is not to create a city but to contribute to forming a group of people who have feelings for the city. “And this confused feeling, divided into thousands and millions of people, will be shaped in a way so that each person can recognize him or herself and their own associated life experience” (Argan, 1992, p. 241).

Regarding the urban furniture, may it contribute to developing its functions integrally in the different spaces where it is installed and that its production and maintenance be easier and better. Therefore, it may

be able to awaken the sensibility of people through its physique form or through the silent work of services to the city and to the citizens.

## References

Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT). (1986). NBR-9283:1986. *Mobiliário urbano*. Rio de Janeiro.

Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT). (2015). NBR-9050:2015. *Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos*. Rio de Janeiro.

Abreu, M. (1988). *Evolução urbana do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: IPLANRIO/Jorge Zahar Ed..

Argan, G. C. (1992). *História da arte como história da cidade*. São Paulo: Martins Fontes.

Barboux, S. (2010). *Urban furniture: a new city life*. London: Design Media Publishing Limited.

Boyer, A. & Rojat-Lefebvre, E. (1994). *Aménager les espaces publics: le mobilier urbaine*. Paris: Publications du Moniteur.

Carmona, M., Heath, T, OC, T. & Tiesdell, S. (2010). *Public places: urban spaces*. Oxford: The dimensions of urban design.

Carmona, M. (1985). *Le mobilier urbaine*. Paris: Presses Universitaires de France.

Companhia de Desenvolvimento Urbano da Região do Porto do Rio (CDURP). (2017). *Plantas técnicas*. (Site). Juiz de Fora: Collection of Ágora Research Group – Universidade Federal de Juiz de Fora.

Companhia de Desenvolvimento Urbano da Região do Porto do Rio (CDURP [ca. 2009]. *Porto Maravilha*. (Site). Rio de Janeiro: Rio Prefeitura - CDURP, Retrieved from <http://portomaravilha.com.br/portomaravilha>.

Colchete Filho, A. (2003). *A Praça XV como lugar central da cidade: o projeto do espaço público através da imaginária urbana (1789, 1894 e 1999)*. Tese Doutorado em Ciências Sociais – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

Colchete Filho, A. (2008). *Praça XV: projetos do espaço público*. Rio de Janeiro: 7Letras.

Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura (CREA). (1996). *Maquiagem urbana*. Rio de Janeiro: CREA.

- Creus, M. Q. (1996). *Espacios, Muebles y Elementos Urbanos*. In SERRA, J. M. (org.). Elementos urbanos: mobiliario y microarquitectura. Barcelona: Gustavo Gili.
- Cullen, G. (1983). *Paisagem urbana*. São Paulo: Martins Fontes.
- Efe. (2017, 31 de março). Kobra quebra novo recorde com maior mural do mundo em São Paulo. *Revista Exame*. <https://exame.abril.com.br/estilo-de-vida/kobra-quebra-novo-recorde-com-maior-mural-do-mundo-em-sao-paulo/>.
- Glantz, G. (1988). *A cidade grega*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- Instituto de Administração Municipal, Rio de Janeiro & Centro de Estudos e Pesquisas Urbanas (IBAM). (1980). *Normas técnicas para urbanização*. FERREIRA DOS SANTOS, Carlos; BREAMAERKER, François (coords.). Rio de Janeiro: IBAM/CPU.
- Instituto de Administração Municipal, Rio de Janeiro & Centro de Estudos e Pesquisas Urbanas (IBAM). (1996). *Manual para implantação de mobiliário urbano na cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: IBAM/CPU/PCRJ.
- Iplanrio. (1996). *Rio Cidade: o Urbanismo de volta às ruas*. Rio de Janeiro: Mauad.
- Jesus, K. D. de, Giese, J. V. & Colchete Filho, A. F. (2017). Porto Maravilha: mobiliário urbano e espaço público em evidência. In *Anais do Colóquio Internacional de Design*, 4, pp. 689-701. São Paulo, SP, Brasil.
- Knauss, P. (1999). (Coord.). *Cidade vaidosa: imagens urbanas do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: 7 Letras.
- Kostof, S. (1991). *The city shaped: urban patterns and meanings through History*. London: Thamesand Hudson.
- Lamas, J. R. G. (1993). *Morfologia Urbana e Desenho da Cidade*. Lisboa: Universidade Técnica de Lisboa.
- Lei n. 101, de 23 de novembro de 2009. (2019, 23 de novembro). Modifica o Plano Diretor, autoriza o Poder Executivo a instituir a Operação Urbana Consorciada da Região do Porto do Rio e dá outras providências. *Diário Oficial do Município do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro.
- Maleronka, C. (2010). *Projeto e gestão na metrópole contemporânea: um estudo sobre as potencialidades do instrumento “operação urbana consorciada” a luz da experiência paulistana* (Tese Doutorado). São Paulo, SP.
- Mathias, H. (1980). *A viagem pitoresca e histórica ao Brasil*. Rio de Janeiro: Ediouro.
- Merlin, P. & Choay, F. (1988). *Dictionnaire de l'urbanisme et de l'aménagement*. Paris: PUF.
- Mukoda, N. (1990). *Street furniture*. Japan: BijutsuShuppan-Sha.

Nunes, L. do A. (2010). *Derivações da arte pública contemporânea*. (196f). Tese Doutorado em Teoria, Ensino e Aprendizagem – Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo.

Pesch, F. (1997). Stadt als Entwurf-eine Näherung. *A cidade como projeto: uma aproximação*. Trad. VAZ, L. In *Die alt Stadt: Vierteljahreszeitschrift für Stadtgeschichte und Denkmalpflege*, n, 97. L. Stuttgart: Forum-Stadt-Ver, 5-17.

Pio, L. (2017). *Novos sentidos do Patrimônio Cultural no Projeto Porto Maravilha*. Rio de Janeiro: Gramma.

Portas, N. (2003). El surgimento del proyecto urbano. Perspectivas urbanas/Urban perspectives. *Escola Tècnica Superior d'Arquitectura del Vallè*, [S.l.], n. 3, 1-11. Retrieved from <http://upcommons.upc.edu/handle/2099/555>.

Relatório Final do Plano Estratégico (RFPE). (1995). *Documento de Trabalho*. Rio de Janeiro: PCRJ.

Sánchez, F. (2007). Cultura e renovação urbana: a cidade-mercadoria no espaço global. In LIMA, E. & MALEQUE, M. (Org.). *Espaço e cidade: conceitos e leituras*. Rio de Janeiro: 7 Letras.

Serra, J. M. (1996). Elementos urbanos. *Mobiliario y microarquitectura*. Barcelona: Gustavo Gili.

Tsuru, K. (1990). *Elements & total concept of urban pavement design*. Japan: Graphic-Sha Publishing Co..

# 3. Ephemeral and ludic in urban interventions

*Isabela de Mattos Ferreira  
Vera Lúcia Moreira dos Santos Nojima  
Frederico Braidá*

## 3.1 Introduction

The ephemeral and ludic intervention is characterized by an exceptional attribute. The innovative language that it brings to the public space, as interference, appeals to the senses of the people who pass by, taking them out of their daily life, where the objects of the city have already lost much of their appeal, of their novelty characteristic. Through a language that leads people to reflect about the public space, it intends to provoke transformations in the behavior and values of individuals. Sometimes, it has a critical mark of questioning established rules and habits, often using the concepts of “surprise, humor, irony, criticism, estrangement” (Itaú Cultural, 2017).

Those interventions that are contemplated here, the ephemeral and ludic ones, intend to cause an informational impact on the people that are in the public space. This peculiarity can provoke a reflection that could bring people to rethink about the relation they have with the public space and make them feel encouraged to appropriate the public space to their collective desires and needs. Therefore, the ephemeral and ludic intervention can lead to the “expansion of the public space that is democratic and empowers the citizenship” (Serpa, 2014, p. 62).

This chapter is derived from a doctoral research. Based on the premise that objects are sign systems and, therefore, capable to generate



meaning, compound messages and discourses, the doctoral investigation lead to the hypothesis that the ephemeral and ludic intervention practiced on the public space is a manifestation of citizenship and through communicational substrates it promotes the re-signification of the public space. The objective was to define and highlight the concepts and processes that generate language of the ephemeral and ludic intervention in order to comprehend the processes that promote cultural experiences and social practices.

The theoretical framework exposed in this chapter leads to the qualities that define the ephemeral and ludic intervention. In the first part, we intended to demonstrate the importance of the concept of citizenship as the right of citizens to appropriate public space, as said by Lefebvre in “The right to the city” (2002). He states the importance of the public space as the space of manifestation, of expression and a place where different groups can practice tolerance and empathy. In the second part, the concepts of space and place that are fundamental to understanding the public space are presented. This theoretical reflection brings us to a conclusion that it is in the place where the construction of identity and meaning happens. In the third part, we define the peculiarity of the contemporary era, the ephemeral. In the fourth and last part, it is demonstrated that both the ephemeral and the ludic phenomenon have similarities and that this connection makes it possible to define the ephemeral and ludic intervention.

### 3.2 Citizenship and the right to the city

Taking into account that urban intervention proposes new uses, new functions and spatial dynamics to a public space, it is important to perceive the observation of Rosa and Weiland, in the book “Handmade urbanism” (2013). In it, they affirm that the collective participation in urban interventions, bringing together different actors, is a phenomenon that has been occurring in the big cities. The authors explain that

this transformation of spaces done by the users themselves is motivated by the absence of government actions in some areas of the city, leading groups of citizens to promote creative actions, transforming streets, squares, gardens and facades, improving the quality of life, the coexistence and housing in the aforementioned delimitations. “Do-it-yourself” initiatives, using tacit knowledge, have been tested and performed in several cities.

The globalization of the economy entails and continues to cause important changes in the relationships between State, society and nation. These were at the center of the notion and practice of Western citizenship, but they lost power because “the reduction of the role of the state to the benefit of international bodies and mechanisms of control has a direct impact on political rights (...)” (Carvalho, 2002, p. 225). The individual notion of belonging to a nation, a wholeness that was brought by the national state, weakens in the face of a globalized world in which the economy on a world scale influences the economic policies of a country. There is a “shrinking of public space in contemporary society that [...] is increasingly colonized by private logic” (Almeida, 2009 as cited in Rodrigues, 2013, p. 15).

Bauman (1999, p. 88) understands that “the way society today shapes its members is dictated, first and foremost, by the duty to play the role of consumer.” The culture of consumption intervenes in the relations of citizenship present in the city, weakening the notions of community and solidarity in the social sphere.

Lefebvre (2002) in the book “The right to the city”, argues that the inhabitants of the city have the right to appropriate the urban space as a right of use, in the sense of occupying their spaces and being able to represent them and characterize them. The right to participation is about making decisions and about exercising citizenship.

Joseph (2005) and Cocco (2000) agree that urban policies cannot account for the heterogeneity of lifestyles and spaces, do not avoid enclaves and privileges, but still the urban environment, the metrop-

olis, is an environment of minorities and not of exclusion. A space that allows, nonetheless, minority groups to exercise their citizenship.

Joseph (2005) also presents the concept of networking, which was defined by scholars of the Chicago School of Sociology. They understand that through encounters and movement of different social groups in the intermediary spaces – circles, salons, cafes and clubs – the social bond can expand and unfold itself, even between established social groups and minorities. The primary relations, which are the proper relations of the community and the neighborhood in smaller environments and small cities, may give rise, in the metropolis, to the secondary relations that occur in encounters of individuals that circulate in the public space, establishing fragile bonds, which depend of the interest of these individuals in committing themselves. Networks, therefore, are formed from the will of individuals to make compromises among themselves.

Nowadays, the relation of neighborhood and work, defined by territorial proximity, has lost strength making room for networks. On the other hand, those relationships are increasingly divided and segmented, and spaces are polycentric, they do not follow the center/periphery dualism. Thus, the territorial question is not at the center, but the networks formed by the relations molded by “immaterial labor” (Cocco, 2000).

Contemporary work “is called immaterial” (Cocco, 2000) because what defines it is the exchange of knowledge and information in the form of cooperative, collaborative and co-creational works. Currently, labor relations are less associated with contiguous territories. The collaborative networks affect lifestyles, practices in the city, individualities, relationships of sociability and the exercise of citizenship.

For the intellectuals of the Chicago school, public space is constituted of a physical space of locomotion and an abstract space of communication. This public space made up of conversations is responsible for making public the individual experiences, enabling equality between strangers

who communicate, proving themselves as an essential component of citizenship. It can allow new ways of being and acting in the city.

Gehl (2013), in “City for People”, understands that citizenship gives an account of the human dimension, thinking of a city that makes it easy to walk and move, without harm to safety, avoiding the undue circulation of vehicles and collective transportation. He believes that urban planning should start with people, since consideration of the movement of people in urban centers is less expensive, simple, healthy and sustainable, as well as making the city a place where citizens can feel more comfortable to intervene and appropriate. The use of public space is mainly relevant in housing areas with high population density and few economic resources, since there are not so many options for leisure and culture.

Interventions enable an unusual way of perceiving space and using it. They encourage the interaction of citizens and mediate the relation of the citizen with the public space, making him have other perceptions of this place. The citizen, having a positive experience with the place, feels free to act in space and appropriate it, thus exercising his citizenship in a broader way.

### 3.3 The place of intervention

When citizens understand the public space as something that they may intervene and appropriate, space is no longer abstract but it turns out to be the place where citizens concretize their actions and intentions. This operation makes the space become a place, where citizens identify themselves and (re)signify the place as their own.

The place is a fraction of the space in which a group of people deposit their cultural values and references, a place where they construct their identity. It is full of signs and values contained in objects and actions that permeate it and reveal the culture of a group and the individuals that compose it. Ferrara (1993) states that while space is defined by

the percept, the place is shaped by perceptual judgment. Space gives people in the city the qualitative stimuli of objects that have not yet undergone a process of signification through the intellect, which have not yet been evaluated according to the code and repertoire of each person. The qualitative stimulus of the percept relates to colors, textures, smells, everything that appeals to the senses. In a second moment, the intellect produces a perceptive judgment that selects and organizes objects and actions in order to define a representation, imagery, sound or verbal of the space. This action determines within a space, the establishment of a place.

Lynch (1999), in “The image of the city”, carried out some research with inhabitants of three North American cities and realized that the same urban space delimitation is organized and (re)signified differently by each person interviewed. Each individual selected and highlighted objects and actions that seemed the most significant to that person. This is the operation of transforming space into place and it occurs when the space “is experienced by its inhabitants by the multiplicity of meanings it awakens, by the use made of it, or by the cultural values that direct its apprehension and organization” (Duarte 2002, p. 66).

It is in a place that “information materializes” (Ferrara, 1993, p. 153), where it is interpreted and appropriated by individuals and groups that circulate throughout the city. In a place is “where cultural differences manifest themselves and come into contact” (Duarte, 2002, p. 67). Tuan (1983) asserts that experimentation of space is possible through place, that is, through its use. Within a place it is possible to apprehend, to recognize and to order the elements that are significant to us, that define us and that define the others. It is part of a process of mutant and fertile signification by citizens who are constantly creating new cultural values.

### 3.4 Ephemeral interventions

The ephemeral is a concept that marks contemporaneity, also considered as postmodernity by the optics of some philosophers. As Harvey (1993) points out, it is the mark of fragmentation, discontinuity, and chaos in a postmodern world. For him, this is the postmodern condition that allows the coexistence, within the same space, of different inhabitants with dissimilar ways of life and cultures, enabling them to influence each other and create new cultures. This phenomenon generates more fragile, superficial and ephemeral ties. The overvaluation of the individual occurs to the detriment of the sense of collectivity and citizenship.

Sennet (1998) argues that the speed of contemporaneity is responsible for making the body of postmodern humans insensitive to the spaces in which they circulate and to the people who pass through it. There is a crisis of the senses. And when this person comes across the difference, he/she avoids contact. Bauman (2001) agrees with Sennet (1998) in determining the acceleration of contemporary life, promoted by the ease of communication and circulation that technologies enabled, is the cause of building more precarious and disposable relationships. This is what he calls “liquid modernity”. These fragile and superficial ties create a constant sense of uncertainty and insecurity and also encourage nomadism, valuing the constant circulation in the spaces and little permanence in them. Faced with a world governed by the ephemeral, an intervention, which is also ephemeral, presents itself as an alternative of a creative and liberating character that uses its short life-span to propose to citizens’ different experiences of their city. It is an invitation to the imagination that enables new ways of perceiving and interpreting public spaces. It is intended to overcome the superficiality and hostility that characterize the relations present in the metropolis space, stimulating the construction of friendlier and less fragile relations.

In a research on ephemeral interventions as manifestations of citizenship, it was verified that those are materialized in the city through

communicational substrates and characteristics that structure them into ephemeral and also the ludic, when they occur in a public space.

From Fontes (2013) proposal in “Temporary Interventions, permanent marks: appropriations, art and celebration in the contemporary city” which relates characteristics of temporary interventions connected to the mark of the present world - the ephemeral - there were selected attributes that allow the modifications of public space, known as place. These characteristics are: flexibility, reversibility and unpredictability.

The deterioration of the rigid rules of modernity in the contemporary world translates into a more *flexible* urban space to the constant changes of a fragmented world and fragile relations, open to new appropriations. Interventions are objects “designed to be appropriated by people, generating a diverse and flexible range of uses” (Fontes, 2013, p. 99).

The *reversibility* suggests the elasticity of an urban space, being a characteristic that shows the constant suitability between uses and spaces that change over time.

The *unpredictability* presupposes that the contemporary city demands projects in public spaces that have the least possible targeting, so that citizens themselves can appropriate and use it in an increasingly diverse and democratic way.

Faced with such contemporary characteristics that affect the public space, one can see that they translate into key dimensions of ephemeral intervention, also described by Fontes (2013). Some of these are more relevant to the research in question, they are: transitory, peculiar, active, participatory, subversive, interactive and relational.

*Transitory* is an “attitude that contains the desire to transform space, derived from a contemporary way of thinking and acting” (Fontes, 2012, p. 2). As explained earlier, we live in a world ruled by the ephemeral, a characteristic that influences perceptions of the world and relationships. And they are perceived in the objects, a result of the ephemeral society.

The concept of *Peculiarity* presents itself as one important in a temporary intervention because it is inserted in a certain place that contains its own dynamics, culture and its own traditions, therefore it is a characteristic that refers to the context of the place where the intervention takes place.

The *active* dimension is related to “the various activities or” attitudes “towards the city” (Fontes, 2013, p. 50). An intervention can potentiate characteristics that are already present in one place and encourage the appropriation of the sites by the citizens themselves, activating it.

The *participation* refers to the networks that transform the spaces in places where participants of the network intervene to satisfy their desires and needs. This characteristic is not present in the realization of major events promoted by the government or by private initiative that fit the idea of Debord (2002) of “spectacularization” of society, a trait of post-modernity that inserts spectacle in all spheres of daily life. While large events stimulate consumption and reinforce passivity among the citizens who participate in it, ephemeral interventions stimulate the creation of networks, belonging and use of public space suited to citizens’ needs.

Harvey (1993 as cited in Fontes, 2013, p. 67) notes that by receiving large and generic events, public spaces tend to deviate from their authenticity and essence, since there is a repetition of a visual and aesthetic language of successful models which resembles the industry’s serial production. Pallamin (2002 as cited in Fontes, 2013, p. 68) argues that marketing strategies used in events and entertainment projects in public spaces do not stimulate citizens’ creativity, as they saturate them with aesthetic values and standards that numb them. Intervention would be, then, a form of resistance to the spectacle city where everything becomes a commodity, including culture.

The ephemeral interventions, thus, would be a form of “resistance to the normalization of public behavior patterns in the contemporary city, to the spectacle and consumerism of the opulent city, bringing to the surface the *subversive* dimension of temporary appropriation” (Fontes, 2012, p. 3).



When it becomes a manifestation of resistance against the incorporation of the idea of consumerism to the relationships intertwined in the public space, temporary intervention has a *subversive* character. It subverts the ways of acting suggested by the city through its language and stimulates the exercise of creativity and freedom of individuals in the city.

Ephemeral interventions are *interactive*, once they provoke and appeal to the senses through their contrast with the existing context. They stimulate curiosity, through languages that distort the languages already present in the city and they allow new forms of interaction with citizens. The temporary urban intervention promotes interaction between people and that work, and relationships between the people who are there interacting with the work - this is what gives it the characteristic of being *relational*. It opens gaps for new interventions to occur. Being *relational* develops the *urban kindness*, term coined by Fontes (2013), which is the stimulus of relations of proximity and intimacy of the individual with the space and of the individual with other individuals that are in the same space, enabling people to appropriate the space. Urban kindness, therefore, allows the public space to facilitate proximity relations, giving to that environment a sense of refuge, intimacy and protection.

The term kindness refers, as seen in Fontes (2013), to cordiality, hospitality and generosity, involving subjective questions that go beyond good manners and defenses before the other. It distinguishes from the expression *urbanity* coined by Merlin and Choay (1996) and by Coutinho (2006) that refers to the acceptance of the other and politeness of social treatment for a good coexistence in the city. One can even make a counterpoint between urbanity – which is the quality relative to an everyday space-time – and the kindness – quality of a space-time of the intervention, which has the quality of being an exception. The intervention with its kindness makes it possible to arrive at a next stage that is defined by Jacobs (2003), in her seminal book “Death and life in the big cities”, as *vitality*, a term that charac-

terizes the intense use of public spaces, a derivative of good security conditions, contact, social integration and diversity.

The transformative intention present in urban interventions is what differentiates them from the everyday uses given by citizens who act in a city public space in order to adapt them to their interests and needs. The design intentionality present in ephemeral interventions offers new information and languages, which, because of their non-habitual character, are intended to provoke in citizens a change of understanding, behavior and use of space. Whereas permanent interventions propose a constant construction of relationships and networks in a given place, ephemeral interventions add signs to city space in order to provoke a reassessment of the relations between people and the city they are in.

Ephemeral interventions, therefore, follow the trend of the contemporary world marked by the provisional and fragmentary. These characteristics are embodied in an understandable language that aspires to be democratic.

### 3.5 The ludic in the intervention

Being part of a sociocultural phenomenon, the imbrications between the ludic and the ephemeral intervention, have characteristics such as to promote citizen participation and stimulate various perceptions of space. The ludic, although it is not part of the basic needs of human's survival, is an activity that has been practiced since the immemorial times. The game and the act of playing accompany them from the earliest times of humanity and show itself as an immaterial necessity.

The term *ludic* derives from the Latin words *ludus* and *ludere*. These terms refer to “children's games, recreations, competitions, theatrical liturgical representations and games of chance” (Huizinga, 1980, p. 41). *Ludus* has the semantic base in *alludo*, *colludo*, *illudo*. All of these mean the unreal and illusory, that is, *make believe*. The term *ludus* was superseded in Latin by the term play, derived from *jocus* - which

means joke or mockery, and which, over time, has acquired a broader meaning, which is how we know it today (Huizinga, 1980).

The ludic exceeds the phenomenal level of physical activity and presents itself with a significant function that transmits a certain sense to the action. It is through the game that “society expresses its interpretation of life and the world” (Huizinga, 1980, p. 53).

The game is an activity that ends up being a need due the pleasure that provokes. It is an action that can be suspended or postponed at any time. It is practiced in spare time and it only becomes a burden when it constitutes a cultural function, whereas the “culture has a ludic character, which processes itself as forms and environment of the game” (Huizinga, 1980, p. 53).

Huizinga did an extensive research about the ludic and came to some defining concepts of playing as a cultural activity. He understands that there is a deeply aesthetic character regarding the game and that quantitative methods of experimental sciences are not enough for defining the ludic. The game, for him, “is based on the manipulation of certain images, on a certain ‘imagination’ of reality (that is, the transformation of it into images)” (Huizinga, 1980, p. 7). Interventions in the public space also propose the manipulation of images of a certain place and have a strong aesthetic appeal.

The ludic activity presents some fundamental characteristics that will be described next. The first essential characteristic of a game is that it is an exercise of freedom of choice, it is an activity performed within the will and the self-interest of the person who does it. It encourages subjectivity, imagination and sociability. The second characteristic is that a game is not “real” life, on the contrary, it is an escape from “real” life to a temporary sphere of activity. It is an imaginative activity and an illusion (from the Latin *ilusio* meaning “at stake”). The imaginative activity of a game does not prevent it from being taken seriously, a seriousness that culminates in ecstasy for performing such activity. A game is not part of ordinary life, it lies outside the mechanism of

immediate satisfaction of needs and desires. A game is ephemeral, has an exceptional character and stimulates creativity, emancipation and communication exchanges between the people who participate in it. In the same way, urban intervention is loaded with signs that separate it from everyday urban elements, signs that aim to stimulate creativity and individual emancipation, as well as promoting community ideals. The third characteristic of a game is having spatial isolation and temporal limitation. A game is performed “within certain limits of time and space. It has its own path and meaning” (Huizinga, 1980, p. 13). Although the creation of a game predicts a beginning, a middle and an end, its memory is usually preserved and transmitted even after its completion. As it is transmitted and reproduced over time with the same rules it becomes a tradition - repetition is also a quality of a game. Games constitute a spatial limitation, creating a material or imaginary space, chosen spontaneously or intentionally after reflection.

Games are also characterized by creating an order, of being a temporarily ordered world within real life that is full of imperfections and impossible to control. There is a relation between order and aesthetics, beauty derived from ordered forms. The words that qualify a game are similar to the words we use to describe aesthetic aspects of forms: “tension, balance, compensation, contrast, variation, solution, union and disunion” (Huizinga, 1980, p. 13). They are full of rhythm and harmony, characteristics that are very pleasant to humans. The same way as beauty does, games also cause impact, fascination and curiosity. Entertainment is a feature that has the power of fascination since the individual feels free to exercise their creativity when playing. Urban interventions also present aesthetic characteristics that appeal to, please and fascinate those that circulate in the spaces of the city, provoking the curiosity of the citizens with its unexpected – and sometimes strange – aesthetics.

Those who play together tend to form a supportive community, even after the game is over. The idea of “sharing something important, moving away from the rest of the world and rejecting the

usual norms, retains its magic beyond the duration of each game” (Huizinga, 1980, p. 15). In the same way, those who participate in an urban intervention or interact with it tend to weave relationships and networks that do not end there, but may continue after the end of the interference in the public space.

Game environment is inconsistent since some impact of “real” life or breaking rules may affect and end a game. In the same way, urban interventions have this unstable and ephemeral character. One of the great motivations of playing is the intrinsic competition in this activity, since winning means to “manifest your superiority in a particular game. However, the proof of this superiority tends to give the winner an appearance of superiority in general [...] he gains esteem, conquers honors” (Huizinga, 1980, pp. 56-58).

In addition to the stimulus that competition promotes in humans, winning can also mean victory for a group that will give applause, ovations, honor, esteem and prestige to the individual who earned him the victory. Victory is a strong motivation because in addition to individual and collective recognition, it brings a prize that can have symbolic, material or abstract value. Exploring the sense of competition and reward from games may be a stimulus for citizens to interact through an urban intervention, a driving force to encourage the use of public space.

### 3.6 Final considerations

The key-dimensions defined by Fontes (2013) of the temporary interventions interwoven with the qualities of the ludic experience pointed by Huizinga (1980) and made it possible to delineate attributes to define an ephemeral and ludic intervention.

Ephemeral and ludic interventions enable the renovation of the city space in terms of perception, communication, aesthetics and use, and communicate to the citizen the possibility to occupy the public space, to intervene in it and feel a sense of belonging towards this

place. From this approach, the characteristics that therefore define the ephemeral and ludic intervention may be designed. They are:

*Shocking*: having an aesthetic appeal that impacts individuals with signs that convey a perceptive aspect of tension or balance, contrast or harmony, union or disunity;

*Unusual*: when it is able to twist the usual and impregnated language of the public space;

*Typical*: when it defines a time, a space and its own rules;

*Exceptional*: representing an imaginative activity, an escape or a break from everyday life;

*Interactive*: stimulates the participation of citizens within the intervention process;

*Flexible*: when allows participants to finalize and resume their participation at any time;

*Participatory*: unites individuals around a mutual objective;

*Relational*: offers the opportunity for individuals to appropriate game and intervention;

*Cathartic*: allows participants to address the intervention with freedom, creativity and no judgments;

*Motivational*: encourages citizens on the repetition of activity.

Understanding the urban environment as a system of signs allows citizens to intervene in the use of their environment and grants them the notion of acting critically. By ephemeral and ludic attributes, intervention experiences in the built environment include individuals within social and existential processes, allowing their participation from the creative dimension to the actual decisions based on collective values. The discursive games stimulated by those interventions may establish semantic, aesthetic and pragmatic realignments to the processes of re-signification of city spaces.

Intervention experiences authorize citizens to exercise their freedom and creativity and to develop alternative perceptions and ideas about the space in which they live and circulate on an everyday basis. People are encouraged to build new relations and knowledge, improving subjectivity and sociability.

The city being an informational impact and suggesting other suitable intervenient actions, it can be inferred that the resignification of places, even if ephemeral, allow the user to appropriate and use city spaces.

## References

- Almeida, F. Q. de, Gomes, I. M. & Bracht, V. (2009). *Bauman e a educação*. Belo Horizonte: Autêntica.
- Bauman, Z. (1999). *Globalização: as consequências humanas*. Rio de Janeiro: J Zahar.
- Bauman, Z. (2001). *Modernidade líquida*. Rio de Janeiro: J Zahar.
- Carvalho, J. M. (2002). *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Cocco, G. (1999). A cidade policêntrica e o trabalho da multidão. *Lugar Comum*. Rio de Janeiro, (9-10), 61-89, set.1999 – abr..
- Coutinho, R. (Org.). (2006). *A cidade pelo avesso: desafios do urbanismo contemporâneo*. Rio de Janeiro: Viana & Mosley.
- Debord, G. (2002). *A sociedade do espetáculo*. Rio de Janeiro: Contraponto.
- Duarte, F. (2002). *Crise das matrizes espaciais: arquitetura, cidades, geopolítica, tecno-cultura*. São Paulo: Perspectiva/FAPESP.
- Ferrara, L. (1993). *Olhar periférico: informação, linguagem, percepção ambiental*. São Paulo: Edusp.
- Fontes, A. (2012). Intervenções temporárias e marcas permanentes na cidade contemporânea. *Arquiteturarevista*, v.8(1), 31-48, jan-jun, São Leopoldo: Unisinos. Retrieved from <http://revistas.unisinos.br/index.php/arquitetura/article/view/arq.2012.81.05/879>.

Fontes, A. (2013). *Intervenções temporárias, marcas permanentes: apropriações, arte e festa na cidade contemporânea*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra.

Gehl, J. (2013). *Cidade para pessoas*. São Paulo: Perspectiva.

Harvey, D. (2013). *A condição pós-moderna*. São Paulo: Loyola.

Huizinga, J. (1980). *Homo Ludens: o jogo como elemento da cultura*. São Paulo: Perspectiva.

Itaú Cultural. (n. d.). *Enciclopédia Itaú cultural*. (Site). Retrieved from <http://enciclopedia.itaucultural.org.br/>.

Jacobs, J. (2003). *Morte e vida nas grandes cidades*. São Paulo: Martins Fontes.

Joseph, I. (2005). A respeito do bom uso da Escola de Chicago. In VALLADARES, L. (org.). *A escola de Chicago: impacto de uma tradição no Brasil e na França*. Belo Horizonte/ Rio de Janeiro: UFMG/IUPERJ.

Lefebvre, H. (2004). *O direito à cidade*. São Paulo: Centauro.

Lynch, K. (1999). *A boa forma da cidade*. Lisboa: Edições 70.

Merlin, P. & Choay, F. (1996). *Dictionnaire de l'urbanisme et de l'aménagement*. Paris: Presses Universitaires de France.

Pallamin, V. (2002). Arte Urbana como prática crítica. In PALLAMIN, V. (Org.). *Cidade e cultura: esfera pública e transformação urbana*. São Paulo: Estação Liberdade.

Rodrigues, D. & Mendes, J. (2013). O ensino de filosofia e a cidadania: uma análise a partir da ldb 9.394/96. *Revista Impulso*, v. 23(56), 7-19, jan.-abr.

Rosa, M. & Weiland, U. (2013). *Handmade urbanism: from community initiatives to participatory models*. Berlin: Jovis.

Sennet, R. (1998). *O declínio do homem público: as tiranias da intimidade*. São Paulo: Companhia das Letras.

Serpa, A. (2014). *O espaço público na cidade contemporânea*. São Paulo: Contexto.

Tuan, Y. (1983). *Espaço e lugar: a perspectiva da experiência*. São Paulo: Difel.



# 4. Intersections between urban planning and health: walkability and physical activity

*Daniela Pereira Almeida  
Larissa Loures Mendes  
Klaus Chaves Alberto*

## 4.1 Introduction

Cities have long become protagonists in human settlements, consolidating themselves as spaces with better economic opportunities, education, services and housing, among others. Despite all the potential of the global urbanization phenomenon, however, the issue of public health remains one of the constant problems of cities, regardless of the significant changes in disease patterns and mortality of the 20th century.

In 1971, Abdel Omran coined the term “epidemiological transition” for these changes, in which the primary cause of death gradually stopped being infectious pandemics and was replaced by degenerative and man-made diseases. These changes are strongly linked to the demographic and socioeconomic transitions that have been taking place in the most diverse geographical contexts in the world (Omran, 2005).

In Brazil, this transition can be observed when we analyze the mortality data from 1930 and 2007. In 1930, 46% of deaths in Brazilian capitals were caused by infectious diseases, in 2007, this had changed dramatically, dropping to 10%. At the beginning of the 21st century, 72% of deaths were already caused by non-communicable chronic diseases (Schmidt et al., 2011).

Among the lifestyle changes that occurred during this period, Conass et al. (2007) highlight the consumption of alcohol and tobacco along with an unhealthy food intake, a sedentary lifestyle and an increase in the prevalence of obesity, in addition to the changed age structure of the population, which is gradually becoming older.

Urbanization combined with social and economic development has not produced only beneficial effects; the impacts of urban systems on the life of the population are very complex and still poorly understood. The World Health Organization (Who) estimates that, in 2012, 12.6 million deaths around the world can be attributed to the environment, corresponding to 23% of the total number of deaths (Who, 2016). “Environment” is the congregation of physical, chemical and biological factors external to individuals, which can somehow influence people’s behavior. In this sense, environmental risks (conditions that increase the chances of a certain health outcome occurring) are related to modifiable environmental factors, such as air pollution, ultraviolet light exposure, sound pollution, and the built environment, among others (Who, 2016). Aspects of the built environment – like the road system, patterns of land use, aesthetic characteristics of the urban space, as well as workplace and residential characteristics – can therefore directly or indirectly influence the health of individuals, which requires an increasingly multidisciplinary approach in both the field of public health and urban planning.

## 4.2 Urban health

Many studies concerning the occurrence of effects of the environment on the health of individuals have been developed by researchers in the field of Urban Health. Caiaffa et al. (2008, p. 1789) consider Urban Health “as the Public Health area that studies the risk factors of cities, their effects on health and urban social relations”. They propose a conceptual model (Figure 1 - Conceptual Model of Urban Health) to

explain how the health of an individual is configured by an interconnected network of physical and social, proximal and distal environmental factors at multiple levels (Caiaffa et al., 2008).

**Figure 4.1** - Conceptual Model of Urban Health



Source: Drawing by Daniela Pereira Almeida. Adapted from Caiaffa et al. (2008)

In this model, global and national factors are placed at the more distant level. These include government policies, the democratic structure, the national economy, culture and geography. In addition to influencing each other, these factors end up influencing those at the municipal level, which are the quality of the local government, the legal and political structure, population, market, employment and civil society. On the other hand, these would determine the urban living and work conditions, which include the provision and access to services, the physical and social environment, infrastructure and housing. These factors group the varied characteristics of the context in which a pop-

ulation lives, such as access to health services, availability and price of food products, opportunities for physical activity, physical and social characteristics of the neighbourhood, quality of workplaces, sewage treatment, etc. In this sense, these are the proximal factors affecting the health of individuals, mediating health outcomes (such as the development of diseases, for example) through the individual lifestyle, the social network in which he/she lives and the empowerment and knowledge of those responsible for decision-making.

Today, chronic non-communicable diseases (NCDs) are proving to have the most devastating effect in terms of health. Also referred to as “non-communicable”, these are developmental and slow progress diseases, and they are the result of genetic, psychological, behavioural and environmental risk factors (Booth et al., 2012; Who, 2017a).

According to the Who, 38 of the 56 million deaths around the world in 2012 are attributed to NCDs. This number is expected to increase to 52 million by 2030 (Who, 2014). The four main types of diseases responsible for deaths in 2012 were cardiovascular diseases, respiratory diseases, cancers and diabetes.

Schmidt et al. (2011) further emphasize that analyzing the NCDs from the perspective of mortality indicators alone may result in a limited picture. Not only do they cause a staggering number of deaths, but are also responsible for years of a poor quality of life due to the disabilities generated by the individual’s health condition.

The five major risk factors for the development of this type of disease are: 1) smoking; 2) harmful use of alcohol; 3) unhealthy eating; 4) physical inactivity; and 5) excessive weight. In Brazil, the data on these risk factors are worrisome. Although the prevalence of smoking has stabilized between 2006 and 2009 (it had been dropping until then), the harmful use of alcohol has increased significantly in the same period. In addition, it is estimated that the dietary patterns of the Brazilian population have changed between 1970 and the mid-2000s, with a decrease in consumption of traditional foods and increase in the

consumption of processed products. And finally, although there are no conclusive longitudinal data on physical inactivity in Brazil, there has been a substantial increase in frequency of overweight people since 1970, and this increase is expected to continue between 2006 and 2009 (Schmidt et al., 2011). According to the WHO report, obesity and physical inactivity are two of the main risk factors for NCDs related to the built environment, and improvements in the environment would therefore have a great effect in reducing these diseases (Who, 2016).

Several authors mention physical inactivity as one of the risk factors for NCDs (Durstine et al., 2013; Schimidit et al., 2011; Who, 2014; Who, 2016). Booth et al. (2012) state that there is evidence that the reduction in the level of daily physical activity is the primary cause of these diseases and that, however, the practice of regular exercise would be the treatment for dysfunctions resulting from these diseases.

In this regard, it is estimated that people who are insufficiently active have an increased risk of death from 20 to 30% when compared to people who practice at least 150 minutes of moderate physical activity per week, as recommended by the Who. Data reveal that 23% of adults over 18 years old worldwide are insufficiently active (Who, 2017b). In Brazil, it is estimated that the prevalence of insufficient physical activity ranged from 20 to 29.9% in 2010 (Who, 2014). These numbers increase significantly when dealing with teenagers; globally, 81% of them practice less physical activity than recommended (Who, 2016).

Physical inactivity causes 6% of the total number of deaths in the world through diseases that have physical inactivity as a main risk factor, such as ischemic heart disease, strokes, breast, colon and rectum cancer, and diabetes (Who, 2016). There is a relationship between physical activities and the risks associated with the progression of chronic disorders, once different functional capabilities are affected in the short-term by the decreased levels of daily physical activity, such as loss of insulin sensitivity and an increased adipose tissue (Booth et al., 2012).

Booth, Roberts and Laye (2012) emphasize that practising physical activity also works as a treatment for chronic conditions, or to mitigate their progression, since during exercise almost the entire physiological system is activated (brain, neurological system, vascular system, liver, muscle and adipose tissues etc.). In this regard, physical activity as a treatment maybe even more effective than the ingestion of drugs due to the absence of side effects (Booth et al, 2012; Durstine et al., 2013).

Some changes in populations' lifestyles were responsible for the reduction in exercise levels. The changes in work patterns with the introduction of motorized machines, and consequent reduction of 50 to 70% in the number of daily steps, stands out (Booth et al., 2012). In addition, due to the urbanistic and economic factors, changes have also occurred in the pattern of choice for modes of transportation. In many countries, particularly in the industrialized countries, the type of urban development adopted has led to a decreased residential density in cities as new settlements emerged in expansion areas located far away from urban centres, increasing the dependence of residents on motorized transport for their daily commute (Badland & Schofield, 2005). Therefore, it's possible that improving urban planning with the development of more compact cities and the presence of different types of destinations in the same area, in addition to the presence of suitable and interesting locations for the practice of physical activities, the development and cheapening of the public transport system, are some of the interventions with the potential of promoting physical activities.

In any case, in general, illnesses are the result of the interaction between various environmental, social and behavioural factors. Interventions should therefore focus not only on urban, school and work environments, but also on public policies, mass media, the community, and primary health care (Who, 2014), which requires a multidisciplinary and holistic plan approach to promote health.

## 4.3 Built environment and physical activity studies

Especially after the mid-20th century, urban planning theories were already pointing to the relationship between characteristics of the urban environment and the use and appropriation of the urban space by portions of the population. In Jane Jacobs' book *The Death and Life of Great American Cities*, published in 1961, she points out four main conditions for the vitality of urban spaces, namely: 1) mixed land use; 2) concentration of residents; 3) size of the blocks; 4) presence of buildings of different ages, which would induce a variety of services and housing on offer. In addition, the author points out other two conditions for vitality: accessibility and border vacuums. For the author, urban vitality can be measured by measuring pedestrian activities on the streets of a city, which would be responsible for reducing crime levels and promoting collective action (Jacobs, 2000).

Over the recent decades, urban health studies have been investigating these same relations – which until then had remained in the theoretical sphere – by analyzing the link between specific characteristics in a neighbourhood and the practice of physical activity by its residents. According to Putnam and Quinn (2006), Jacobs' theory is supported by Urban Health theories and the author's categories of analysis are used as a theoretical foundation for studies in this field. The authors highlight that studies in the field of health care have corroborated Jane Jacobs' theories by producing new types of supporting evidence. Until recently, the least studied condition for vitality was “border vacuums”, which was recently addressed by Sung and Lee (2015).

According to King et al. (2002), the conceptual approaches to the study of the practice of physical activity may lean either towards two types of approaches. The first type explains what drives the individual's choice (choice-driven), such as the Theory of Planned Behavior and other psychological theories, which consider various intra and inter-

personal factors. The other type considers approaches that explain what kind of social and physical environments enable or induce decisions as a function of a certain behaviour (choice-enabling), which consider the physical and contextual environment.

This second approach involves studies that investigate the built environment and the physical activity, usually studying walkable neighbourhoods or walkability.

In addition to urban health, researchers in the field of transportation have contributed to the research on walkability, albeit with a different focus. The emphasis in these studies lies not on health outcomes, but on physical activity as a mode of transportation (Saelens & Handy, 2008). This subject has proven to be also of interest to researchers in the fields of sustainability, sociology and planning.

In a literature review on the topic, Talen and Koschinsky offer a brief definition of what walkable neighbourhoods would be:

A concise definition of 'walkable neighborhood' is that it is a safe, well-serviced neighborhood, imbued with qualities that make walking a positive experience. A 'positive' walking experience means that streets, sidewalks and paths (pedestrian routes) are comfortable and interesting (Talen & Koschinsky, 2013, p. 43).

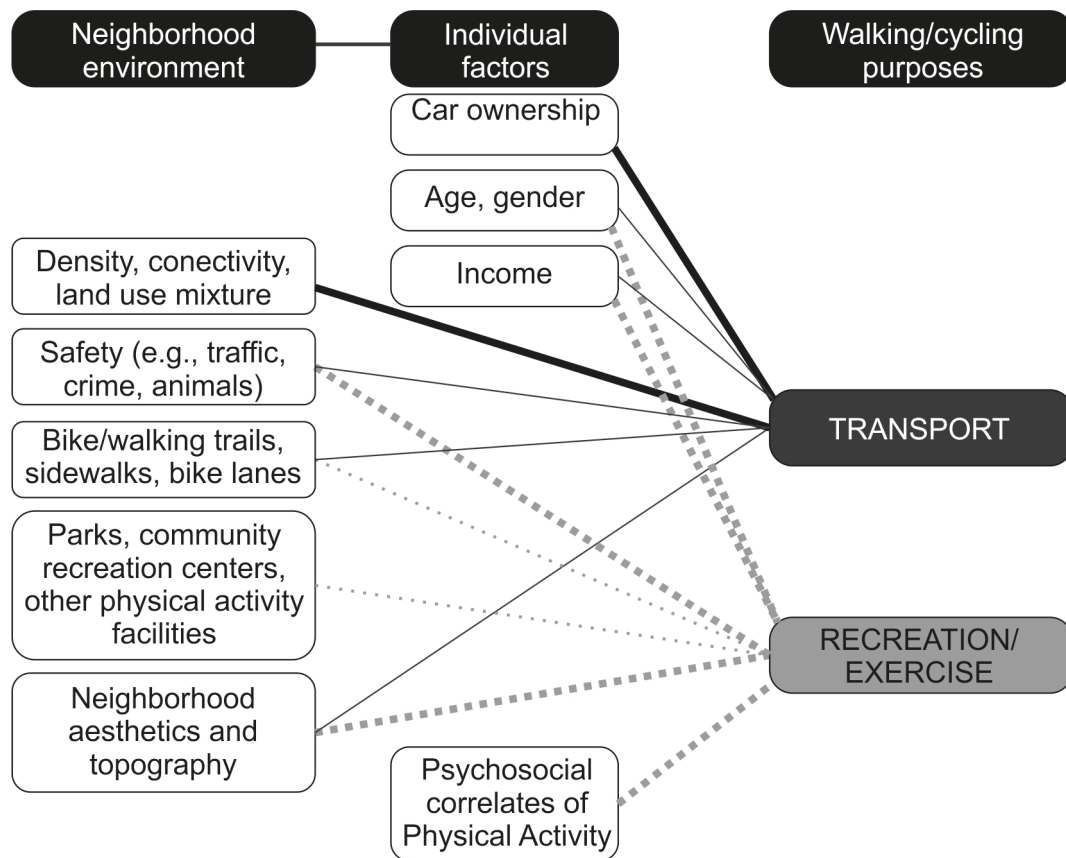
However, as each field of research focuses on different outcomes or results, the precise definition of what would be a walkable neighbourhood and which factors characterize its walkability, varies from field to field (Forsyth, 2015; Talen & Koschinsky, 2013). For example, in health care, the expected results emphasize that the walkable neighbourhoods should promote physical activity, while in the field of sustainability, a reduction in fuel consumption and a reduced impact of human activities on the environment is stressed. Housing policies, in turn, focus on the promotion of social diversity, conviviality and closer community ties.



Even with this diversity of interpretative emphases, the concept of a walkable environment is understood as a quality of space that enables walking or any appropriate physical activity in the context under study. That is, the more urban factors that induce the practice of physical activities in a location, the greater the walkability of that space.

According to Booth, Roberts & Laye (2012), physical activity is any movement using muscular contraction that increases energy expenditure. It can be classified as occupational (practised during work), leisure (physical exercises or leisure activities), active transportation (also called active mobility, consisting of walking, cycling or another active form of locomotion between two destinations) and domestic (activities performed during household chores) (Sallis et al., 2006). For studies that focus on investigating the relationship between physical activity and urban spaces, researchers should consider investigating exercises for leisure and active transportation.

Different types of activities have different motivations and, consequently, specific factors will be present in their causal chain (Forsyth, 2015). Widely cited authors in the urban health field, Saelens et al. (2003) (Harris et al., 2013) provide a conceptual model that explains which urban factors may be related to the practice of physical activities, differentiating between leisure and transportation activities. The model, based on theories in both health care and planning fields of studies, is summarized in Figure 2 and relies on both the environmental characteristics of the neighbourhood and individual factors (socio-demographic characteristics identified as potential determinants of health). The authors further suggest the proper weight of influence of each of these factors over each type of activity.

**Figure 4.2** - Conceptual model of the determinants of physical activity

Source: Drawing by Daniela Pereira Almeida. Adapted from Saelens, Sallis & Frank (2003)

Within this model, the characteristics that Jacobs (2000) had already pointed out, including residential density, mixed land use (i.e., presence of several types of activities and services in a given area), security against crimes, street connectivity (defined by the author as “block size”, or the number of connections between paths allowing for a larger number of alternative routes), can directly influence the practice of physical activities for transportation. In addition, the authors suggest other factors, such as aesthetics features and neighbourhood topography, as strong determinants for the practice of activities for leisure.

When analyzing the relationships between urban features and the practice of physical activities, researchers should identify the levels in which each feature can be found, which can be either more distal or more proximal, because this will define whether the influence of a single factor on the behaviour is more direct or indirect (King et al., 2002).

Regarding the determinants cited in the model, density, or the measure of the amount of activity in an area, is usually measured by population or homes per square meter. Neighbourhoods with a high populational agglomeration, also called compact neighbourhoods, ultimately stimulate a greater degree of sociability and micro-economicity, enabling the establishment and development of economic activities and a greater diversity in land use (Netto, 2008). This can result in mixed use of land, or the distribution of different activities in a space grouped according to generic categories, such as “housing”, “services” or “leisure”. Based on the theory that travel is determined by the desire to get somewhere (Cervero & Kockleman, 1997), it influences the practice of activities by offering different types of destinations at walkable distances from the residence or place of work of the individual (Badland & Schofield, 2005).

An important factor to consider for people who walk or go cycling is the perception of safety, both in relation to criminality and traffic. Theories about environmental stress suggest that such kind of stress, as living in crowded residences, noise pollution or traffic congestion may lead to a feeling of fatigue and decrease the individual’s control over his/hers own routine. In addition, according to the Theory of Environmental Incivilities, presence of elements that represent civic disorder, such as broken windows, damaged sidewalks, graffiti or trash on roads, for example, may reduce the tendency of the individual to use public roads for physical activities and socialization (King et al., 2002). Other factors that influence the perception of safety are the residential density in conjunction with mixed land use. The greater the number of pedestrians and level of commerce on the streets, therefore, the greater the control of the population regarding the activities that occur on streets. Additionally, when buildings with facades are placed near sidewalks with commercial, ground-level floors, the control is also exercised by the people inside the buildings, who have a line-of-sight to the public space (Netto, 2008).

The road network, on the other hand, has different effects on how the population uses the urban space, both through the degree of connectivity (Handy et al., 2002) and through their own morphology (Netto, 2008). The degree of connectivity can be given by the number of encounters of three or more paths in a given area, characterizing the availability of alternative routes to reach a destination. The greater the connectivity, therefore, the more the distance between one destination to another approaches a straight line, causing the distance to be traveled on foot to decrease and also offering alternative routes so the individual can have a choice of environments in which to walk in. According to Netto (2008), however, excessively subdivided road meshes, with short blocks and no readable paths hierarchy, can become a maze, decreasing the intelligibility of navigation and safety for the pedestrians. Longer routes would increase the visibility and would naturally have a greater flow of pedestrians and vehicles, increasing security.

The presence of well-maintained sidewalks and bicycle paths can also contribute to an increase of the perception of safety regarding traffic, offering suitable places for the practice of physical activity. Elements such as the presence of transit stops, on the other hand, influence the tendency of the individual to opt for this type of transport as a means of commute, which is often associated with walking. This latter case would even be more frequent in cases where markets or similar commercial points are located between the transit stops and the individual's residence or place of work (Kockelman & Cervero, 1997).

Based on the Theory of Behavior Setting, King et al. (2002) stated that physical environments with recurring presence of land uses associated with a particular social activity might lead to the development of these activities by the individuals. For example, environments with a successive presence of places for physical activity practice, such as squares, outdoor and indoor gyms, parks and areas for sports practice, may induce the practice of physical activities in two ways. Firstly, people living or working in areas with a higher number of physical activity facilities will have more opportunities and choices. Secondly,

these physical features can contribute to a greater connection within the community, since the neighbourhoods that incorporate a variety of these types of installations are likely to be associated with high levels of social ties (King et al., 2002). Strengthening of social ties might be responsible for influencing attitudes regarding the practice of physical activities, i.e., the degree to which a person is favourable or unfavourable to its practice, perceiving the benefits and costs involved in the activity (Ajzen, 1991).

Considering aesthetic features, the Theory of Restorative Environments identifies environmental characteristics that are associated with a reduction in stress levels, which would reduce the efforts required to engage in physical activities, mainly for leisure. Characteristics such as the presence of natural elements (plants, water, open spaces and others) and aesthetic elements in space and in buildings design, can contribute to establishing spaces of refuge (King et al., 2002). However, aesthetics will not always have the same level of influence on an individual's behaviour, since in neighbourhoods with a low-income population walking is not an option, but often the only way to commute. In this sense, the aesthetics of the neighbourhood can have a minor effect in these populations when compared to high-income populations (Rydin et al., 2012).

Other factors on a distance level that have an indirect influence on active transportation should also be considered, such as zoning codes, urban development regulations, investments in transportation, traffic demand management, parking lot regulations and incentives to entrepreneurs/developers. And to indirectly influence physical activity for leisure on the distance levels, one should also look at policies and incentives for health care, investments in public recreation and the design and distribution of parks and squares (Sallis et al., 2006).

In the Urban Health field, therefore, considering the practice of physical activities for transportation or for leisure/health, review studies point to evidence that these behaviours are influenced by the prox-

imity and access to commerce, services or workplaces, urban density, aesthetic qualities, safety in relation to traffic (Gomez et al., 2015; Saelens & Handy, 2008), security in relation to crimes, path connectivity, the infrastructure for pedestrians (Saelens & Handy, 2008), the infrastructure for cyclists, the availability of recreational facilities and the level of urbanization (Gomez et al., 2015).

Gomez et al. (2015) draw attention to the fact that many of the studies that provide the available evidence on the subject were performed in high-income countries, mainly in the United States, Australia and the United Kingdom. According to these authors, there is evidence that the relationship between these factors and the practice of physical activities may vary in different cultural, social and economic contexts.

## 4.4 Final considerations

The built environment is an important determinant of people's health. In conjunction with the social environment, represented by individual characteristics, such as income, schooling, gender, and the social network in which the individual is inserted, it is able to explain a part of human behaviour and certain health conditions.

Therefore, researchers and urban planners must be aware of the characteristics of the urban space related to physical activity and other common risk factors for chronic diseases. And in addition to the presence or absence of certain urban features, one should take into account both their mutual interaction – considering these urban features as an intricate network - and their morphologic characteristics, which are going to shape how they influence individuals' behaviours.

Faced with the growing body of evidence, the new theories must also be included in the higher education curriculums, side-by-side with the already widely accepted classical theories, in order to stimulate a critical debate and an education that is attentive to changes and new discoveries.

## References

- Ajzein, I. (1991). The theory of planned behavior. *Organizational behavior and human decision processes*, [s.l.], v. 50(2), 179-211, dez. Elsevier BV. DOI: [http://dx.doi.org/10.1016/0749-5978\(91\)90020-t](http://dx.doi.org/10.1016/0749-5978(91)90020-t).
- Badland, H. & Schofield, G. (2005). Transport, urban design, and physical activity: an evidence-based update. *Transportation research part D: transport and environment*, [s.l.], v. 10(3), 177-196. Elsevier BV. DOI: <http://dx.doi.org/10.1016/j.trd.2004.12.001>.
- Booth, F. W. et al. (2012). Lack of exercise is a major cause of chronic diseases. *Comprehensive Physiology*, [s.l.], 1143-1211, Apr. John Wiley & Sons, Inc.. DOI: <http://dx.doi.org/10.1002/cphy.c110025>.
- Caiaffa, W. T. et al. (2008). Saúde urbana: a cidade é uma estranha senhora, que hoje sorri e amanhã te devora. *Ciência e Saúde Coletiva*, [s.i.], v. 13(06), 1785-1796.
- Cervero, R. & Kockelman, K. (1997). Travel demand and the 3Ds: density, diversity, and design. *Transportation research part D: transport and environment*, (2), 199-219. DOI: [http://dx.doi.org/10.1016/S1361-9209\(97\)00009-6](http://dx.doi.org/10.1016/S1361-9209(97)00009-6).
- Conselho Nacional de Secretários de Saúde (CONASS). (2007). (Org.). Perfil Demográfico e Epidemiológico do Brasil. In BRASIL. CONSELHO NACIONAL DE SECRETÁRIOS DE SAÚDE. (Org.). *Vigilância em Saúde*. Brasília: Conass, 26-56.
- Durstine, J. L. et al. (2013). Chronic disease and the link to physical activity. *Journal of Sport and Health Science*, [s.l.], v. 2(1), 3-11, Mar. Elsevier BV. DOI: <http://dx.doi.org/10.1016/j.jshs.2012.07.009>.
- FORSYTH, A. (2015). What is a walkable place? The walkability debate in urban design. *Urban Design International*, [s.l.], v. 20, n. 4, 274-292, 14 Oct. Springer Nature. DOI: <http://dx.doi.org/10.1057/udi.2015.22>.
- Gomez, L. F. et al. (2015). Urban environment interventions linked to the promotion of physical activity: a mixed methods study applied to the urban context of Latin America. *Social Science & Medicine*, [s.l.], v. 131, 18-30, Apr. Elsevier BV. DOI: <http://dx.doi.org/10.1016/j.socscimed.2015.02.042>.
- Handy, S. L. et al. (2002). How the built environment affects physical activity: views from urban planning. *American Journal of Preventive Medicine*, 23, 64-73.
- Harris, J. K. et al. (2013). Mapping the development of research on physical activity and the built environment. *Preventive Medicine*, [s.l.], v. 57(5), 533-540, Nov. Elsevier BV. DOI: <http://dx.doi.org/10.1016/j.ypmed.2013.07.005>.
- Jacobs, J. (2000). *Morte e vida de grandes cidades*. São Paulo: Martins Fontes.
- King, A.C. et al. (2002). Theoretical approaches to the promotion of physical activity: Forging a transdisciplinary paradigm. *American Journal of Preventive Medicine*, 23, 15-25.

Netto, V. (2008). Morfologias para uma sustentabilidade arquitetônico-urbana. In 7º Seminário Internacional – Espaço Sustentável: Inovações em edifícios e cidades. USP. *Anais...* São Paulo: USP, 1-14.

Omran, A. R. (2005). The epidemiologic transition: a theory of the epidemiology of population change. *The Milbank Memorial Fund Quarterly*, [s.i.], v. 83(4), 731-757.

Putnam, S. & Quinn, A. (2006, 29 dec.). Jane Jacobs and Urban Health. *Journal Of Urban Health*, [s.l.], v. 84(1), 1-2. Springer Nature. DOI: <http://dx.doi.org/10.1007/s11524-006-9143-5>.

Rydin, Y. et al. (2012). Shaping cities for health: complexity and the planning of urban environments in the 21st century. *The Lancet*, [s.l.], v. 379(9831), 2079-2108. Elsevier BV. DOI: [http://dx.doi.org/10.1016/s0140-6736\(12\)60435-8](http://dx.doi.org/10.1016/s0140-6736(12)60435-8).

Saelens, B. E. & Handy, S. L. (2008). Built Environment correlates of walking. *Medicine & Science In Sports & Exercise*, [s.l.], v. 40, 550-566, Ovid Technologies (Wolters Kluwer Health). DOI: <http://dx.doi.org/10.1249/mss.0b013e31817c67a4>.

Saelens, B. E., Sallis, J. F. & Frank, L. D. (2003). Environmental correlates of walking and cycling: findings from the transportation, urban design, and planning literatures. *Annals of Behavioral Medicine*, 25(2), 80-91.

Sallis, J. F. et al. (2006). An ecological approach to creating active living communities. *Annual Review of Public Health*, [s.l.], v. 27(1), 297-322. Annual Reviews. DOI: <http://dx.doi.org/10.1146/annurev.publhealth.27.021405.102100>.

Schmidt, M. I. et al. (2011). Doenças crônicas não transmissíveis no Brasil: carga e desafios atuais. *Saúde no Brasil 4*, Pelotas, 61-74.

Sung, H. & Lee, S. (2015). Residential built environment and walking activity: empirical evidence of Jane Jacobs' urban vitality. *Transportation research part D: transport and environment*, [s.l.], v. 41, 318-329, Dec. Elsevier BV. DOI: <http://dx.doi.org/10.1016/j.trd.2015.09.009>.

Talen, E. & Koschinsky, J. (2013). the walkable neighborhood: a literature review. *International Journal of Sustainable Land Use and Urban Planning*, [s.l.], v. 1(1), 42-63.

Who (Ed.). (2014). *Global status report on noncommunicable diseases 2014*. Geneva: World Health Organization.

Who (Ed.). (2016). *Preventing disease through healthy environments: a global assessment of the burden of disease from environmental risks*. (Site). Geneva: S, World Health Organization. (ISBN 978 92 4 156519 6).

Who (Ed.). (2017a). *Noncommunicable diseases*. (Site). Retrieved from <http://www.who.int/mediacentre/factsheets/fs355/en/>.

Who (Ed.). (2017b). *Prevalence of insufficient physical activity*. (Site). Retrieved from [http://www.who.int/gho/ncd/risk\\_factors/physical\\_activity\\_text/en/](http://www.who.int/gho/ncd/risk_factors/physical_activity_text/en/).



# 5. Identity and territory by the pediatric patient's point of view: an application of the wish poem

*Juliana Simili de Oliveira  
Ethel Pinheiro  
José Gustavo Francis Abdalla*

## 5.1 Introduction

Childhood is understood as the period of formation and development, both physical and psychosocial, of the human being. Chronologically speaking, a child is considered “a person who is not yet twelve years old and adolescents are those between twelve and eighteen years old” (Brasil, 1990).

In this context, hospitalization represents the strangeness, the absence of one's own world by a rupture in one's daily life and habits. Abandoning their daily space, changing their routine and the one of their relatives', the child begins to live together with the illness and to face pain, physical limitation and passivity, allowing the emergence of feelings of guilt, punishment and fear of death (Almeida et al., 2005; Mitre, 2004).

In this sense, “hospitalization in childhood may be configured as a potentially traumatic experience” (Santa Roza, 1997 as cited in Mitre et al., 2004), since being taken away from their daily life and from the family environment is configured by the loss of their references. When a child or a teenager goes through a hospitalization process, the natural course of his development is changed, as well as the way they view the world.

Therefore, there is an urgent need to propose means that lead pediatric patients to elaborate their experiences, sorting out their sufferings and frustrations and enabling them to express their feelings regarding such a particular moment they are undergoing. One of these concerns includes the architectonic-spatial mechanisms and their ability to facilitate the humanization of pediatric environments, without losing sight of their functionality (Oliveira, 2012).

It is still worth emphasizing that the set of proposals that comprise humanization answers a crucial question raised by a more integral approach of illness in childhood: the hospitalized child presents other non-medical needs, which must be fulfilled with the same relevance (Oliveira, 1993).

In order to understand the importance of the built environment to humanize pediatric care spaces, there has been performed an analysis of the patients' perception concerning the space in which they are inserted during hospitalization. To do so, it was used the Wish Poem methodology applied to the pediatric infirmary of *Santa Casa de Misericórdia* Hospital of Juiz de Fora (SCM-JF). Through a quantitative analysis, the data were tabularized and synthesized according to similar and recurrent answers. Thus, the following text aims to discuss the need to insert elements that refer to the notions of identity and territory during an architectural project of pediatric infirmaries. It also aims to consider issues of the human and social realities in the context of health, considering that the act of projection is linked to a scenery that strays from the strictly technical-functional context and needs to become sensibly tangible by the imaginary of users of health units.

## 5.2 Identity and territory in Architecture

To begin the discussion concerning healthcare environments, it is necessary to first understand that care cannot be dissociated from the environment in which it is given (Malkin, 2012). According to Malkin (2012), our senses react to the environment which, in turn, promptly influences our physiology. Fischer (1984) corroborates this influence

when he says that the environment acts on the human being, who, in turn, acts on the special factors that determine it, and it is this relationship that determines the value of the space and the guidance of an individual's behavior. To him, the space is the mirror of a fabricated world, modeled by humans, and the architectonic elements are one of the matrixes of the individual and collective experiences, weaving around it a context that is both human and collective.

A way of understanding the relationship between people and space may be found by the way they use the place, how they relate to it, both affectively and cognitively. It is a lived-in space, full of sensory-motor, tactile, visual, affective and social experiences, determining a set of significations imbued with their own cultural values through the relationships established with it. Within these relationships, the architectonic space is not reduced to its material properties: it is a language that communicates a message about its dwellers and about its functions (Fischer, 1984). As Hall (1977) states, almost everything humans are and do is attached to the experience of the space, through a synthesis of several sensorial inputs.

[...] Because the space is not only a hollow cavity, a 'denial of solidity': it is alive and positive. It is not only a visual fact: it is, in every sense, and, most of all, in a human and integrated sense, a reality that is lived (ZEVI, 2009, p. 217).

The best way to create/design an architectonic space, therefore, implies in acknowledging user's characteristics and the activities that predominantly will be performed within that space, so that the design issues can be fully understood and an adequate environments can be designed concerning each singular situation. That is, in healthcare spaces, the situations lived by each of the system's actors is of fundamental importance to propose environments which favour well-being and humanization. In this case, architecture emerges with the purpose of bringing healthcare service closer to its subjects, making these environments more familiar and less aggressive.

Especially in an environment of pediatric healthcare, the necessities child users may present are different from those adults have. In this article, the assumption is that it is fundamental that pediatric infirmaries physical space should mirror the notions of identity and territory which already belong to their own users when they are not in a healthcare space.

When it is said that these healthcare spaces must integrate identity, it is understood that their users may appropriate them and build social contexts, experienced through the symbolic systems from which we attribute meaning to our own viewpoints (Woodward, 2000). Moreover, this concept is associated with the notion of personal space and personalization, allowing the adjustment of an environment to its specific needs (Sommer, 1973). This identity construction considers that pediatric patients may bring to their hospital experience some elements able to evoke characteristics, signs, references and influences of their daily life, referring to their characteristics as people and not only as patients.

Even more, besides positioning themselves as human beings, patients need to be able to position themselves institutionally, that is, to be able to talk about their territory, which may be defined as a universe where a group of individuals is united for a while and where specific activities are performed (Fisher, 1984). According to Van de Voordt & Van Wegen (2013), territoriality means the need of one's own place, under one's own control, which may be temporary or not, in different degrees. In this sense, the idea of territory frequently implies in the personalization of the space with the aid of marking and elements of appropriation that indicate that the person is, somehow, its occupant (Fisher, 1984).

In their book "*Arquitetura sob o olhar do usuário*" (Architecture from the users' point of view), Van der Voordt & Van Wegen (2013) state that the notions of personal space and territoriality are closely related, since both refer to the distance between one individual and another. For them, the territory is visible, reasonably static, and stuck to a specific location. Conversely, personal space is invisible, "portable", mobile, and connected to a specific individual.

It is fundamental to emphasize that the notions of territory and identity carry in themselves some values that tend to aggregate architecture with elements that approach the human and social reality, since it considers its users' life experience. Thus, when designing pediatric spaces, designers must have in mind proposing a better use and appropriation of the space by children and adolescents, whatever is the case. As Sommer (1973) states, designers need to work with concepts that are significant both for the physical form and the human behavior - although not reaching people's conscious minds, architecture is able to influence people.

### 5.3 Case study: pediatric infirmary of *Santa Casa de Misericórdia Hospital*, in Juiz de Fora (SCM-JF)

*Santa Casa de Misericórdia* Hospital of Juiz de Fora (SCM-JF) was founded on August 6th, 1854, by the initiative of one of the pioneers of coffee cultivation in the region and is currently the largest hospital of the *Zona da Mata* of the state of Minas Gerais, Brazil. Located in *Barão do Rio Branco* Avenue, in the downtown region of Juiz de Fora city. It is now composed by 28 structures, combining several architectonic styles that were built in the course of one hundred years. The *Nosso Senhor dos Passos* Chapel, for example, was constructed with neo-gothic features, covered with metal plates and with its pointed tower (Funalfa, 2004). There are also pavilion structures and a single block vertical building, with 15 floors, where the hospital effectively and currently functions. Regarding morphology, this building is throughout distributed into three wings, and in the specific case of the pediatric infirmary, these wings are designated by colors: yellow, green and blue (Oliveira, 2012). At the moment of this research, the blue wing was deactivated.

## 5.4. Methodology

The object of analysis of this study was *Santa Casa de Misericórdia* Hospital of Juiz de Fora, because it is a general hospital with a pediatric infirmary with great relevance to the city of Juiz de Fora and to the *Zona da Mata* region of the State of Minas Gerais, in Brazil, and also because it presents spatial characteristics that would allow relevant research results. Furthermore, this was the hospital that helded the most relevant quantitative sample: 10 patients. It is necessary to observe that not every patient participated in the research, since they presented physical and/or psychological limitations due to their health status.

The data used in this article were obtained during the development of the Master's research of one of the authors and reinterpreted by the view of the Doctorate discipline "Architecture and Project of the Place", carried out in the first trimester of 2014. The complete research comprised the application of several instruments (spatial reading, questionnaire, Wish Poem...) and different users (patients, companions, and healthcare staffs – doctors, nurses etc.). However, in the present article, the aim is to interpret solely patient's viewpoint.

The instrument applied for this particular research presented the following open sentence: "I wish this pediatric infirmary were (or had)..." This sentence is part of the Wish Poem and was developed by Henry Sanoff (Sanoff, 1991 as cited in Rheingantz et al., 2009). It is a non-structured and free expression instrument, which encourages, and is based on, the spontaneity of the answers, where the users of a specific environment declare, through a set of written answers or drawings, their needs, feelings, and desires relative to the building or environment under analysis (Rheingantz et al., 2009).

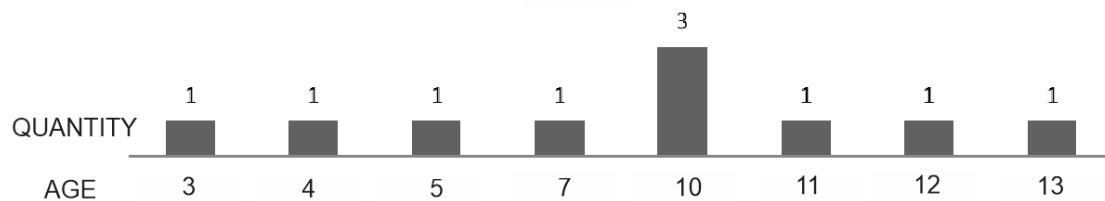
It is worth emphasizing that this work was submitted to the Research Ethics Committee of the aforementioned institution and was performed according to the ethical guidelines established by the 196 resolution,

from October 10th, 1996, of the Brazilian National Health Council regarding the regulations for investigations involving human beings.

## 5.5. Profile of the patients who participated in the research

Ten pediatric patients of Santa Casa de Misericórdia Hospital of Juiz de Fora contributed to this research. From this total, 60% were male and 40% were female. The majority, around 90%, lived in Juiz de Fora, and the rest of them in other regional cities. All of those who were in school age attended school. The age of the interviewees varied considerably, as seen on Figure 5.1 below:

**Figure 5.1** - Age of the patients interviewed at the SCM-JF



Source: Oliveira (2012)

## 5.6. Tabularization and analysis of the results

The perception of the pediatric patients regarding their environments is the focus of this investigation, through the use of the “Wish Poem”, one of the methodological instruments applicable in Post-occupation Evaluation. After the application of the instruments, the tabularization of the answers configures several categories, through the synthesis of similar and recurrent information.

Thus, four categories of wishes were identified: recreation and ludic elements, adaptation of the infrastructure according to the patients’

needs, support for the presence of their parents, and the care and relationship with the staff of the hospital.

The request defined as “recreation and ludic elements” is the most emphasized category, and the results from the requests that involve wishes for more toys, the presence of animals, multimedia devices in the rooms (TV, DVD, laptops, photo cameras) and playgrounds.

Observing this characteristic *in loco*, it is possible to verify that there were few elements that contribute to the recreation and that refer to the ludic imaginary of children and adolescents. During our visits to the hospital, it was possible to notice that the hospital did not have an area dedicated to recreation. Where should theoretically be a toy room, there was only a TV, a multiple waiting room seat, and a few toys. The open area where recreational activities should take place, was configured by a small patio, without any type of equipment. According to the staff of the hospital, the mobile play room, is seldom used, since it depends on the presence of a trained employee, who is not at the hospital on a daily basis. Indeed, it was observed during our visits that children and pre-adolescents either play in the corridors or with toys brought from home by their parents.

From a technical perspective, it was realized that the children long for elements that refer to their everyday life, incorporating their daily experience also in the hospital environment. When in a hospital, a child remains a child and they have needs other than those of medical context. They long for an extra-nosocomial identity and, even in this space, they long for having their particular universe.

With 22% of the answers, the second category that had most wishes was “support for the presence of their parents”. In this category, we have included answers that asked for comfortable beds for their companions, the presence of both parents (only one was present), and enabling their parents to have their meals along with their children and not at the cafeteria. These answers show the children’s longing for the presence of their parents, which is a right guaranteed by the



Brazilian Child and Adolescent Statute (Brasil, 1990), but which goes beyond the physical presence itself. They wanted the experience of daily situations inserted in the nosocomial context. Even more, inadequate and uncomfortable infrastructure for parents affected the experience of the children, who felt guilty for having their parents go through this wearing situation, considering that the conditions for their permanence did not offer any comfort or even dignity. Therefore, the conditions influenced the users' physical and moral integrity.

The third category analyzed was called "infrastructure suitability for the patient", consisting of 17% of the answers asking for furniture adequacy, with beds that catered to the height of all patients, and pillows for all patients (it was observed that there was a certain relay of pillows) and infrastructure improvement for the children to eat in their bedrooms. Situations were observed in which taller patients lied in beds that did not support their size, or of small children who did not want to stay in cribs, for example. It is necessary to emphasize the need to incorporate scales equivalent to the users of the space. Moreover, the adequacy of the physical space to the target public is of fundamental importance in order to make the space functional and avoid neglecting the expectations of the infantile patient, preventing situations that contribute to a displacement of the patient in relation to the space and the disregard of their experience. In fact, children yearn for familiarization with the environment, seeking to feel closer to their home environment.

Finally, 17% of the wishes of the pediatric patients concerned the "care and relationship with the staff of the hospital", which requests for "more nurses", more options in the nutritional menu, and improvements in the use of the toilets of the infirmary, which were collective, attending up to six beds. Through this specific result, it is possible to observe the children's longing for affection and care in daily situations, going beyond the medical context.

## 5.7 Final considerations

In the context of pediatric hospitalization, we conclude that the physical-architectonic space should not be a further stress factor for the child, the adolescent or their relatives, considering all the other obstacles they will have to face during the hospitalization process. More than that, architecture must contribute to the well-being of both, offering a place in which there is respect, dignity and comfort during the process of fighting the illness.

The challenge is to design pediatric environments as places that reflect meanings that will allow children to somewhat maintain their daily routine within the hospital. The application of the Wish Poem corroborated the utmost necessity of an environment to be appropriate for the specificities of childhood, in its different ages, carefully considering the notion of scale, aiming at the use of space as a therapeutic tool and reducing the distance between patient and hospital, since children and adolescents tend to associate it with their own home. Considering hospitalization in childhood, the results show that the patients' needs extrapolate the medical care and they must be considered as a whole, involving every aspect of the individual. It is evident, therefore, the relevance of designing these spaces aggregating notions of identity and territory, so that these patients may connect with the environment, mark their territories of experience and, even outside of their natural and daily routine, be able to see their identity reflected in the environment in which they are inserted, regardless if they are in a nosocomial space or not.

## Acknowledges

To *Estudos em Design* Magazine, for the conceding the authorization of text edition, originally published in its volume 23, n. 3 (2015), Special Edition of the 15º ERGODESIGN and USIHC.

## References

Almeida, I., Rodrigues, B. & Simões, S. (2005). Desvelando o cotidiano do adolescente hospitalizado. *Revista brasileira de Enfermagem [online]*, Brasília, v.58(2). Retrieved from [http://www.scielo.br.ez25.periodicos.capes.gov.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S003471672005000200003&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br.ez25.periodicos.capes.gov.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S003471672005000200003&lng=en&nrm=iso).

Brasil. (1990). Ministério da Saúde. *Estatuto da criança e do adolescente*. Brasília, DF: Ministério da Saúde.

Fischer, G. (1984). *Psicologia social do ambiente*. Lisboa: Instituto Piaget.

Fundação Cultural Alfredo Ferreira Lage (FUNALFA). (2004). (Org.). *Memória da urbe: bens tombados*. Juiz de Fora: FUNALFA Edições.

Hall, E. (1977). *A dimensão oculta*. São Paulo: Martins Fontes.

Malkin, J. (2012). *Usando o design baseado em evidências para melhorar a segurança, a qualidade e a experiência do paciente*. São Paulo: V CBDEH.

Mitre, R. & Gomes, R. (2004). A promoção do brincar no contexto da hospitalização infantil como ação de saúde. *Ciência e Saúde Coletiva*. Rio de Janeiro. Retrieved from [http://www.scielo.org/scielo.php?pid=S1413-81232004000100015&script=sci\\_arttext&tlng=pt](http://www.scielo.org/scielo.php?pid=S1413-81232004000100015&script=sci_arttext&tlng=pt).

Oliveira, H. (1993). A enfermidade sob o olhar da criança hospitalizada. *Cadernos de Saúde Pública*. Rio de Janeiro, 1993. Retrieved from [http://www.scielo.org/scielo.php?pid=S0102311X1993000300020&script=sci\\_arttext&tlng=pt](http://www.scielo.org/scielo.php?pid=S0102311X1993000300020&script=sci_arttext&tlng=pt).

Oliveira, J. (2012). *Humanização em Saúde: arquitetura em enfermarias pediátricas*. (195f). Dissertação Mestrado em Ambiente Construído – Faculdade de Engenharia, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora.

Rheingatz, P. A.; et al. (2009). *Observando a qualidade do lugar: procedimentos para o trabalho de campo*. (livro eletrônico). Rio de Janeiro: PROARQ/UFRJ-FAU.

Sanoff, H. (1991). *Visual Research Methods in Design*. New York: Van Nostrand Reinhold.

Santa Roza, E. (1997). Um desafio às regras do jogo. In SANTA ROZA, E & Reis, ES. *Da análise na infância ao infantil na análise*. Rio de Janeiro: Contracapa, 161-188.

Sommer, R. (1973). *Espaço pessoal: as bases comportamentais de projetos e planejamentos*. São Paulo: Editora da USP.

Van der Voordt, T. J. M. & Van Wegen, H. B. R. (2013). *Arquitetura sob o olhar do usuário: programa de necessidades, projeto e avaliação de edificações*. São Paulo: Oficina de Textos.

Woodward, K. (2000). Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In SILVA, T. T. (Org.). *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis, RJ: Vozes.

Zevi, B. (2009). *Saber ver a arquitetura*. São Paulo: Martins Fontes.

# 6. Two London squares and a Theory of the Beige Hole: how creative, thoughtful landscape architects may be trapped in the making of non-places by development processes

*Tim Waterman*

## 6.1 Introduction

This article attempts a tricky critique of two new London squares (privately owned public spaces) in a very fine-grained part of the historic West End; of processes and products of development and real estate speculation in a wildly distorted market; of place and non-place, and taste and non-taste. The first project, completed in 2016, is GROSS. MAX.'s design for Fitzroy Place, and the second is Gustafson Porter + Bowman's Rathbone Square, completed in September 2017. These two squares are only a block apart, though "block" is a term that doesn't quite apply to the irregular knot of streets that is characteristic of the area. A further complicating factor is me. I live a block away from Fitzroy Place and two blocks from Rathbone Square, and as a landscape architect, urbanist, and resident of the area, I have some fairly strong opinions.

Rathbone Square and Fitzroy Place (so named because there is already a Rathbone Place and a Fitzroy Square) are both developments that are responding directly to market forces. They are, as the title of Carol Willis's 1995 book suggests, results of the fact that "form follows

finance.” Each plays games with elevations and massing to hide its excessive bulk and deep, dark floor plates. Fitzroy Place even went through the acrobatics of hiring two architects (Sheppard Robson and Lifschutz Davidson Sandilands) to provide differentiation between the blocks. In both cases, the distribution of the buildings on the site and their massing were determined by the architects, with the landscape architects brought in later in the process.

In each, no expense is spared on the landscape, as these landscapes are what will drive the sales of the apartments on overseas speculative markets, along with images of the interiors. All aspects of the design are geared toward their imageability on real estate websites and in glossy brochures. The Guardian’s architecture critic, Oliver Wainwright, doesn’t pull any punches when I talk to him about the developments: They are “the kind of generic could-be-anywhere development that sucks the life out of Fitzrovia,” he said. “The developer claims to be giving back to the public, by opening up a space in the centre of the site that has long been off-limits, but the residual canyons have clearly only been designed as a ‘visual amenity’ for the well-heeled residents above – it is not the kind of space where anyone would want to dwell.” Of the development at Fitzroy Place, he says it feels like “a bleak promotional computer-generated image.”

I also spoke with Anna Minton, a journalist and the author of the recent *Big Capital: Who is London For?* and *Ground Control: Fear and Happiness in the Twenty-first-century City*. She agrees. “Fitzroy Place and Rathbone Square are the sort of developments that are ripping the heart and soul out of London. There is nothing about this sterile, privately owned, high-security enclave that connects it to the wider area – it could be a high spec development anywhere in the world.” Indirectly, Eelco Hooftman of GROSS.MAX. acknowledges as much. “The market has changed,” he says. “All the public work in London now is with private clients.” And further, “Landscape is a commodity.”

Of course, it can be argued that landscape has always been a commodity – certainly when it is employed as the scenography of power and private wealth, as it has so often been. It is an irony, though, at a time when our profession is more focused than ever on themes of sustainability and ecology and social benefit, that the most lucrative work for Britain’s best landscape practices is rooted elsewhere—and nowhere. The scenography of contemporary capital demands a virgin space so that its business logic is not disrupted by the ethical obligations that the real city demands. The late Zygmunt Bauman put it so well in his essay “City of Fears, City of Hopes”: that the goal of such development is “to raze to the ground the old quarters of the city; to dig up a black hole in which old meanings sink and disappear, first from view and soon after from memory, and to fill the void with brand new logic, unbound by the worries of continuity and relieved from its burdens” (Bauman, 2003, p. 10).

## 6.2 Fitzrovia

The neighbourhood of Fitzrovia fails to appear, for the most part, on most people’s mental maps of London, which might seem surprising once one finds out just how central it is. It is bounded on the west by genteel Marylebone, on the east by leafy Bloomsbury, on the north by the thundering Euston Road, and to the south by all the hubbub of Oxford Street and Soho. It has, in the past, been known as North Soho, and briefly in the 1930s as the Old Latin Quarter, but since the 1940s it has taken its name from the Fitzroy Tavern on Charlotte Street. Fitzrovia is a fancy-sounding name, but the Fitzroy Tavern (still standing) is a good emblem for the neighbourhood and its history.

The Fitzroy Tavern sits on a corner of Charlotte Street, which has long been home to exotic restaurants, and which has even longer been home to artists, artisans, actors, writers, socialists and anarchists, gays and lesbians, immigrants, and, as the town planner Nick Bailey

notes in his book *Fitzrovia*, “the eccentric and impecunious.” Bailey goes on to comment that the area has always been marginal though at the heart of the West End. “The explanation for this must lie in the way the area was developed – mainly by piecemeal speculation over many years – and the resulting medley of different ownerships, tenancies, and leaseholders” (Bailey, 1981, p. 8).

The philosopher Walter Benjamin could have been writing of Soho and Fitzrovia when he says of the dense, fine-grained urban landscape of the city in the title of his famous essay “Naples” that

building and action interpenetrate in the courtyards, arcades, and stairways. In everything, they preserve the scope to become a theater of new, unforeseen constellations. The stamp of the definitive is avoided. No situation appears intended forever, no figure asserts it ‘thus and not otherwise.’ This is how architecture, the most binding part of the communal rhythm, comes into being here (Benjamin, 2019).

Like Soho and Fitzrovia, Naples is “anarchic, embroiled, village-like in the center,” and all its nooks and crannies were haunts for a who’s who of 19th and 20th-century luminaries: Karl Marx, Peter Kropotkin, Oscar Wilde, Arthur Rimbaud, Aleister Crowley, Dylan Thomas, Virginia Woolf, Quentin Crisp, Roger Waters, Siouxsie Sioux.

Fitzrovia’s urbanism is both the result of and the reason for its particular sociality. Everywhere different floors of the same building yield space for different uses: a tailor or a lampshade maker below street level under a mansion block; a studio over an embroiderer over a café. Tiny mews streets filled with workspaces are capped at their ends with cosy pubs that become raucous as Friday approaches. The scale and grain of the area are changing fast, though, as it “modernizes”.

## 6.3 The beige holes of modernization

Robert Fitch, in his 1993 book *The Assassination of New York*, wrote of the postindustrial city that it “is a mutation masquerading as a modernization.” The industrial city in the extensive phase of capitalism, in which labour, resources, and thus “surplus” wealth was extracted from far-flung empires and agricultural hinterlands, could afford the illusion of “inevitable” progress. Earlier a more agrarian extensive capitalism had declared vast stretches of land “empty” — as *terra nullius* — to justify colonialism, simply erasing lives and cultures in the process. The Jeffersonian grid is an emblem of that ideology of emptiness. Now the postindustrial city is driven by intensive capitalism, which is forced to transform itself from within, shaping itself around markets and services that cannibalize the city.

Asset stripping in colonialism gridded vast territories, mapping them for exploitation. Now cities are turned inward, and the new *terra nullius* must be found within. All the nooks and crannies necessary to everyday life in urbanism are ironed out, and the Jeffersonian grid manifests itself as vast floor plates: office space and lateral apartments. The ideology rationalizing these tyrannical spaces visualizes them as “open,” “democratic,” and “free” “spaces of engagement” just as the colonial grid was spuriously theorized as a guarantor of spatial equity. As the grid of extensive capitalism worked a mutation upon rural land, so the grid of intensive capitalism now skews the space of the city. As Darwin saw, however, mutation rarely leads to evolution.

The urban spaces within which these vast grids are being realized are a phenomenon I have come to think of as “beige holes.” Like black holes in the universe, they have the power to attract, compress, and trap money in the financial system as black holes consume all matter in their supergravity. Beige, though, because driven by real estate imageability they must be styled to be sleek, tidy, and generic; currency which, like the Euro, must be all things to all people and therefore nothing. Beige



because they reflect the non-tastes of the elites in the FIRE (finance, insurance, real estate) sector. Beige because they must place the power of the transaction over local distinctiveness. Realtors and developers themselves call these places “safe-deposit boxes in the sky” or “concrete gold,” which clarifies their function as financial instruments rather than as places for living, working, or playing, or for dwelling.

A whole generation of architects and landscape architects have, as students, read Marc Augé’s 1995 book-length essay *Non-Places*, and yet find themselves trapped in a system that endlessly replicates the model. The non-place is defined as a place of transit, a space that defies acts of dwelling, and is exemplified by the modern airport. “The space of non-place creates neither singular identity nor relations; only solitude, and similitude.” “Since non-places are there to be passed through, they are measured in units of time” (Augé, 2009, p. 82).

The beige hole is a type of non-place — a place of transit. In this case, the beige hole is a place of the transient wealthy and of money in transit — the units of time with which these spaces are measured are amortized in mortgages, counted in leasehold years, in annual contracts, in fluctuations of boom and bust. They are the relics of a financial system in which transience itself is the operative factor. If the money in the current system ever stopped for long enough, it would only take a moment’s examination to discover its value is baseless and placeless, a fiction in motion, of motion. As Augé says, “the user of a non-place is in contractual relations with it (or with the powers that govern it) (Augé, 2009, p. 82),” and these contracts are temporal. Beige holes are non-places that exist as records of transactions and contracts, as intangible and impermanent as flickering numbers on a stock market screen.

## 6.4 Fitzroy Place

“Certain projects should not shout”, says Eelco Hooftman of GROSS. MAX. landscape architects as he and his partner Nigel Sampey show

me the small site at the centre of the large new development at Fitzroy Place. “This is not a statement project.” Indeed, it is a luxurious understatement as a cypher for a certain moneyed sophistication and the financialized non-taste that characterizes the project. I have written scathingly about the architectural style of these developments in the past, which the architecture critic Owen Hatherley has described as “pseudo modernism” in his 2010 *A Guide to the New Ruins of Great Britain* and which I have derided as *blang* — a mix of bland and bling. Fitzroy Place, launched in 2016, is a major full-city-block development on the 3.2-acre site of the former Middlesex Hospital, where many Fitzrovians both came into the world and left it (those leaving it including Rudyard Kipling and Peter Sellers). It is now home to Estée Lauder’s London office and some of London’s most expensive apartments, starting at about \$1.5 million for a one-bedroom flat (in Britain, price is calculated more by the number of bedrooms than by square footage).

All that is left of the hospital is an exquisite chapel by the architect John Loughborough Pearson (designed 1891, completed 1929), and a street-length facade along the west side of the site, both exhibiting on their exteriors the very high-quality bricks, brickwork, and stone and stonework lavished on early 20th-century public projects in London.

The chapel juts into the new square, but because it is so dwarfed by the scale of the surrounding buildings, it was clearly not possible to use it as the square’s focal point. A Cor-Ten steel colonnade and pergola, developed by GROSS.MAX. with the architects Lifschutz Davidson Sandilands, help to step down the scale of the surrounding buildings to the chapel. Then the chapel is shrouded behind a screen of evergreen *Magnolia grandiflora* trees. A stone sculpture (*The One and the Many* by Peter Randall-Page), suggesting a neolithic standing stone and etched with polyglot lettering, echoing the Rosetta stone housed at the nearby British Museum, serves to refocus the square, while further stepping the scale down to the human. These are deft tricks, exercising the designers to new levels of virtuosity, but to ends that could have been avoided earlier in the design process.

The plantings in the square have suffered since they were installed, and this may be the result of further tricks by the architects to appease the planners or the clients. It is my hunch that renderings of sun and shade might have been overly optimistic and that the physic-garden plants chosen to reflect the site's medical history simply aren't getting enough sun. The plants that have flourished most are graceful multitrunk *Amelanchier lamarckii*, which have been placed in giant gunmetal-grey containers, and which all receive angular shafts of light longer into the afternoon, placed on the pedestrian lanes that serve the square. Elegant as they are, their body language is aggressive. They are placed as obstacles, as effective deterrents as beefy bouncers to physical and visual access into the site from the surrounding neighbourhood. This is a clear statement that the pretensions to publicness expressed in the planning applications were the usual whitewash.

## 6.5 Rathbone Square

Rathbone Square, just completed in 2017, has become the new London headquarters for Facebook as part of a mixed commercial/residential complex. Its central gated square was designed by Gustafson Porter + Bowman and the surrounding buildings by Make Architects. The square, like Fitzroy Place, opens up important east-west pedestrian access in an area with a pronounced north-south grain. Here no beloved community building was cleared to create the site; rather, a grim postal sorting office and a barbed wire-frilled parking lot were the pre-existing conditions. It was a palpable relief when they were demolished.

Here the gravest planning error was committed early on, with a failure to provide a direct east-west pedestrian connection at the very north of the site that would have created ease of passage for locals as well as new small retail possibilities. Instead, the route jogs south, frustrating access in the same way the *Amelanchier* planters do at Fitzroy Place, and the passage is constricted through verdigris-green ceramic-clad gated tunnels. These do have the effect of squeezing visitors just a bit

so that the square appears to open out generously after they issue forth into the space. Inside the space, the building massing is more successful than at Fitzroy Place. The buildings step down to allow generous light in from the south, so the prognosis for both the success of the plantings and the square's actual and emotional warmth is better.

Donncha O Shea, who along with Mary Bowman designed the square, spoke proudly of the oblong rectangular fountains that organize two of the entrances to the square. "They celebrate the entrances and pull people in with the reflections and the sound of water." Gustafson Porter + Bowman may well be the finest designers with water in Britain, and these fountains are no exception. Each was tested extensively. "You have to test water — you can't wait for day one," says O Shea. Testing began with foam and moved to stone, "each time becoming more real." Visitors to the square reflexively dabble their fingers in the placid water as they pass, and its sheets elegantly down the fountains' convoluted stone sides.

Seating is similarly refined, stepping up and down at right angles to provide a maximum of sittable space and defining a dark grid against the light grid of the Canadian granite paving that establishes a rhythm with the building's facades. Here, though, the richness of the square's materials is at odds with the building cladding, which, as does the cladding at Fitzroy Place, appears to be stretched as thinly as cling film across the surface of the buildings. Windows are set into metallic panels at Rathbone Square that possesses the dull lustre of a disposable aluminium turkey pan.

At the centre of Rathbone Square, curving into the edge of Facebook's offices, a crescent of lawn has been provided. Lawn is *de rigueur* in London squares, and in heritage, squares is often a statutory requirement. Here it is intended as a catalyst for activity. "Private squares in London don't support actual activity," says O Shea, and time will tell whether Rathbone Square, with its alluring water features, actually comes to serve as a community space or whether it merely serves as a place for the building's workers to perch at lunch.

## 6.6 Final considerations

I hope I have not portrayed GROSS.MAX. and Gustafson Porter + Bowman as villains or failures. They are neither. Indeed, they are two of Britain's most illustrious landscape architecture practices, stuffed to bursting with talent, ambition, and verve. If there is villainy or failure, it is systemic and bred in the bone of development processes that are conceived of first and foremost as extractive and profit-driven. These forces also militate against artistry and urbanism, catering to generic international non-tastes and imageable outputs. William Morris, whose famous furnishing company was located near Fitzrovia on several sites, diagnosed the same problems in his time in *Hopes and Fears for Art*, and the words are still true:

Only we must not lay the fault upon the builders, as some people seem inclined to do: they are our very humble servants, and will build what we ask for; remember, that rich men are not obliged to live in ugly houses, and yet you see they do; which the builders may be well excused for taking as a sign of what is wanted (Morris, 1882, p. 105).

If we want a world less peppered with beige holes, then we will have to work with other professions and political and economic processes to transform development. There is hope here, with cooperation and communication improving year on year between architects, planners, and landscape architects, and with new models for development emerging in forms such as community land trusts. Then, perhaps, we can begin to make our cities more in ways that are genuinely wanted by those who authentically live in them.

## References

- Auge, M. (2009). *Non-Places: an introduction to supermodernity*. New York: Verso.
- Bailey, N. (1981). *Fitzrovia*. Westminster: Historical Publications Ltd.
- Bauman, Z. (2003). *City of Fears, City of Hopes*. London: Goldsmiths College.
- Benjamin, W. (2019). *Reflections: Essays, aphorisms, autobiographical writings*. New York: Mariner Books Edition. Ebook.
- Fitch, R. & Fitch, B. (1996). *The Assassination of New York*. New York: Verso Books.
- Hatherley, O. (2011). *A Guide to the New Ruins of Great Britain*. Verso.
- Minton, A. (2017). *Big Capital: who is london for?*. London: Penguin Books Ltd.
- Morris, W. (1882). *Hopes and Fears for Art*. London: Ellis & White, 1882. Retrieved from <https://www.gutenberg.org/ebooks/3773>.
- Willis, C. (1995). *Form follows finance: skyscrapers and skylines in New York and Chicago*. New York: Princeton Architectural Press.

# 7. The Europeanness of Chinese urban public open space

*Ying Li*

*Study the past if you would be planning the future. - Confucius  
(551–479 BC)*

## 7.1 Introduction

In ancient China, urban ‘public’ open space was hard to find due to the political system of ancient China. Cities were for the ruling class, not for the public. In ancient Chinese cities, the POS types can be summarized as: city walls, riversides, market places, streets, canals and lakes. This list does not include public urban squares. In Europe, the urban spaces in European cities were open for public use, at least since the time of Amarna. Urban POS appeared in the renaissance period as a part of the urban fabric.

## 7.2 Design and planning of urban POS in Chinese cities

The date when the first Chinese cities were made is uncertain but in the Zhou Li (Chinese: 周礼; Pinyin: Zhou li), the main character of the cities was described. Essentially, they were administrative cities and the ‘public’ who lived in them were the upper social class. Cities were encircled by walls. There are archaeological remains of Chinese cities from Henan province during the Shang Dynasty (c.1600 BC–c.1046 BC). Hougang in Xiaotun village of Anyang, Ancient Wangcheng Gang in Dengfeng and

Ancient Pingliang Tai in Huaiyang are seen as Chinese urban prototypes. Moreover, it is reported that Ying Guo system (Chinese: 营国; Pinyin: Ying Guo) was the dominant planning philosophy in the Zhou Dynasty. The planning principle of ancient Chinese cities was influenced by the slave system in China, therefore the Ying Guo system became the core idea to build cities. The Ying Guo system started in the Zhou Dynasty. 'Ying' means creating and 'Guo' means country, so a simple explanation of the Ying Guo is creating countries. The Ying Guo system was to treat city planning as country planning. Cities were made with transportation links to other cities, just like the connections between countries. In the Zhou Dynasty, cities had three grades: the first grade was the King City (Chinese: 王城; Pinyin: Wang Cheng), the second grade was the Seignury City (Chinese: 诸侯城; Pinyin: Zhuhou Cheng) and the third grade was the Fief City (Chinese: 采邑; Pinyin: Caiyi Cheng) (He, 1986 p. 1). It is clear that the earliest Chinese cities were planned for the ruling class. Even though, many dynasties followed the Zhou Dynasty, the Ying Guo system remained the basis of ancient Chinese urban planning principles.

### 7.3 2000BC - 1000BC: riversides

Early Chinese settlers chose sites close to water to build their homes (Chinese: 逐水而居; Pinyin: Zhu Shui Er Ju). Ancient Chinese cities were almost always built near rivers. This was the traditional method and has advantages for military, economic and ecological functions. It was good for defense and also helped city development and administration. As stated in Guo Qin Lun (Chinese: 过秦论; Pinyin: Guo Qin Lun):

In the Qing Dynasty, the Qing Emperor developed based on all the accomplishments of previous six emperors and was forced to rule all countries. The Eastern Zhou Dynasty, the Western Zhou Dynasty and all other states were eliminated. The Qing Emperor reached the extreme exalted position to rule the world.<sup>3</sup> (Jia, The Qin Dynasty, page)

3 续六世之余烈，振长策而御宇内，吞二周而亡诸侯，履至尊而制六合



The site of Xianyang, near Wei River was chosen by Qin Shi Huang as his capital city. He used it as a military base to unite the country (He, 1986, p. 133). It was also good for economic development along the river. City sites with water normally create a pleasant ecological environment. Riversides became the most significant open space type in ancient Chinese cities. Other examples are the western Han Capital Hangman near the Jue River, and the Eastern Han capital Luoyang, located near the Luo River (Fu & Steinhardt, 2002 p. 10).

## 7.4 1000BC - 500BC: city walls and streets

The diagrammatic plan of a King City, also known as an Imperial City, is the most detailed record of the Chinese city system. It is also the first Chinese ancient city plan in history, which was recorded in 'Yong le Encyclopaedia' during the Ming Dynasty. As in Jiang Ren Ying Guo:

Using number nine to divide the country into nine parts, and the reason for this which is there are nine different ministers to administrate the whole city 'country'<sup>4</sup>

So, the 'lines' for dividing the whole city could be the first streets King City, based on the lines in the Zhou Li:

There were nine streets running from south to north and from west to east. The width of each street was equal to nine times the width of a vehicle track. There is also a ring street, the width of which is seven times as the wide as the vehicle track<sup>5</sup>.

This provides a clear description of the number and layout of the streets in a King City. With the development of 'Ying Guo system' in different dynasties, the layout and width of the streets changed.

---

4 九,分其国以为九分,九卿治之

5 匠人营国,方九里,旁三门。國中九经九纬,经途九轨。左祖右社,面朝后市,市朝一夫

Although the street space existed from the start of Chinese city planning, the street could only be used by the rulers, not other people. Therefore, the function of these streets was different from street of today; it was more like a ceremonial space.

## 7.5 500BC - 400: market space

The oldest market space in a Chinese city appeared in the plan of Yan Xia Du during the Warring States Period. This is mentioned in the Zhanguo Ce· Zhao Ce<sup>6</sup>. This means that the administrators believed that it was more significant to build cities rather than found a single county. The residents' area for civilians and the area of handicraft industry also were extended in Yan Xia Du Plan. The area for palaces was reduced. In the Zhou Li, it is said that a city should have three types of market. They were the 'large market (Pinyin: Da Shi), the morning market (Pinyin: Zaoshi) and the evening market (Pinyin: Xishi)'. It is likely that the plan of Yan Xia Du in the Warring States Period was developed in ancient days. The market could be used by the ruler and the ruled. Although there may not have been a proper design for the market as an open space, this could be a start of planning POS in China's ancient cities.

## 7.6 400 - 1200: canal space

A great number of canals were constructed in Chinese cities in order to remedy the shortage of natural waterways and to strengthen the connections between rivers. This created another open space type in cities. The Grand Canal runs from Beijing in the north, to Hangzhou in the south. It is the oldest and longest canal in the world and comprises artificial waterways, natural rivers and lakes. According

---

6 今千丈之城，万户之邑相望也

to history, the record in 'Zuo Zhuan· Ai Gong Jiu Nian' (Chinese: 左传 哀公九年):

On Autumn Wu founded in Han countries, digging ditches to communicate the Yangtze and Yellow rivers.<sup>7</sup>

Therefore, the earliest section of the canal is Han Gou (Chinese: 邗沟), begun in 486BC and completed in 484BC. On Spring and Autumn Period (770 - 476 BC), King Fucha of the state of Wu founded the city of Han (Yangzhou). He also built the Han canal to divert the water from the Yangze River. In the Sui Dynasty, Yang King extended the canal to approximately 2700km to connect Yuhang (Hangzhou) and Haojun (Beijing). This can still be seen today. It seems that the main aim of building the canals was for economic development. The main function of the canals was for transport and trade. But when they passed cities they were also pleasant places to walk.

## 7.7 1200 - 1925: lake space

By the Southern Song Period (1127 - 1279), the planning principle for cities had totally changed. More effort went on improving the transportation and roads, extending the city area and constructing markets. The significant change was the construction of water projects, and the most famous project was the development of the West Lake. From the plan of Lin'an (today's Hangzhou), capital of the Southern Song Period, it is clear that this plan is different from the plans of older Chinese cities. It was not controlled by Shi System of the Tang Dynasty. The quay, lake and landscape scenery were considered with the plan of the city. Gardens were planned to be built with the West Lake as a focus within two mountain rings (He, 1986, p. 285). The West Lake was open to the public in the South Song period and its beauty started to gain a wide reputation. According to the historical record the population

<sup>7</sup> 秋, 吴城邗, 沟通江淮.

in Lin'an increased as of people came from other places to visit the West Lake. The users included pilgrims, businessmen, monks, envoys of foreign countries, scholar candidates of central examinations and local visitors. Boating became the most popular activity. West Lake was therefore an important POS in The South Song Period.

## 7.8 After 1960: urban public square

After western influence reached China, the traditional Chinese square was abandoned. Fu writes that the speed of urban square construction was steady from 1978 to 1995. But after 1996, the urban square spread rapidly everywhere in China (Fu, 2009, p. 11). Often, the design and planning of squares was copied visually from western styles, but the functions were not the same as in the west. In the following section, this problem will be reviewed.

## 7.9 Urban POS history in Europe

### 7.9.1 2000BC - 1000BC: royal road

The first western cities known to have POS were in Mesopotamia and Egypt. The type can be identified as a ceremonial route. The best example is in Amarna. Amarna is an extensive Egyptian archaeological site that represents the remains of the capital city built by the Pharaoh Akhenaten in the late Eighteenth Dynasty (c.1353 BC), and abandoned shortly afterwards. The city was located on the east bank of the Nile. The ruins of the city are along an 800m north-south main street, referred to today as the 'Royal Road'. It connected the Central City with the North City. Probably, the north riverside palace in North city was where the king lived. On the opposite side of the road from the King's Palace lay a number of large houses, which must be where the nobles lived. The central city was at the southern end of the Royal Road. The main function of the royal road in Amara was to connect

the royal palaces and the houses of the nobility. It was also used for the king to show himself to the people.

### **7.9.2 1000BC - 500BC: Greece Agora and Rome Forum**

The first cities in mainland Europe were in Greece and the first large city in Europe was Rome. Greek and Roman cities had several types of POS, such as the processional route, spaces for business, gathering and worship in the city centre. The best examples are the ancient Agora of Athens and the Forum in Rome.

In Greek history (10th century - 8th century BC), agora means an open place of assembly. From ancient records, there were two main functions for the agora. One was as a gathering place for male citizens to hear statements from the ruling king or council. The other function was as a market place where merchants had stalls or shops to sell their merchandise under the colonnades. The area of the Forum was originally a low-lying, grassy wetland and was drained in the 7th century BC. The Forum was the Roman equivalent of the Agora in Athens. It was a place located at the centre of Rome surrounded by government buildings. The shape of the Roman Forum was rectangular. The original function of the forum was a marketplace, which could be used by citizens. It was also used for triumphal processions, elections, public speeches, criminal trials and gladiatorial matches (Grant, 1974, p. 11). Temples were built facing the agora. These two ancient POS were open to the rulers and the citizens.

### **7.9.3 The Medieval Period: village and bailey**

After the fall of Rome, few significant cities were created until the Middle Ages. Europe's medieval cities had several new types of open space. As well as a market place, they could have a castle bailey, a village street and a tiltyard. The motte-and-bailey type of castle was common. The motte was an artificial earthwork. The bailey was at the base of the motte and was surrounded by a protective ditch. They were simple and easy to build. Labourers and soldiers lived in the

bailey (Lepage, 2002, p.123). The village outside the bailey contained perhaps a few dozen people living in a cluster of huts around a village green. Another type of POS which appeared was the tiltyard.

#### **7.9.4 The Renaissance Period: market place**

The Renaissance brought a new approach to city planning and a formalization of the POS types which had been made in medieval cities. Public squares appeared in this period. Markets were built as paved squares. In general, the squares were quadrate and related to the urban fabric, such as St. James Square, Russell Square in London and the Place des Vosges in Paris. Place des Vosges is the oldest planned square in North Europe. It was built in the renaissance period and was a true square (140m×140m). It was surrounded by handsome architecture that contained aristocratic houses and embodied the first North European program of royal city planning. On the other hand, some paved urban squares became market places.

#### **7.9.5 The Baroque Period: avenue**

The Baroque period saw new types of POS being made. They included avenues and palace gardens which were later opened to the public. Influenced by Sixtus V, Rome became a city with an overall design structure in the form of a movement system. This encouraged the appearance of a new urban space type (Bacon, 1976, p. 8). The avenue was a new POS type in the Baroque period. It came from the idea of connecting nodal points.

#### **7.9.6 The Neoclassical and Romantic Periods: public square and public park**

The Neoclassical and Romantic periods saw the making of aristocratic parks and then public parks which had the role of being 'country in the town'. In the 18th century, public squares and some avenues were still being made in the European cities and some gallerias were built as interior market places, for example, the *Galleria* in Milan. The landscape garden style began in the 18th century. It swept the continent

replacing Renaissance gardens. In the early 18th century, influenced by an idea from the Neoclassical and Romantic periods, aristocratic parks were planned and completed, for example, the royal parks in London. They were opened to the public in the late 19th century.

## 7.10 Discussion

The philosophy of POS design and planning in Europe is based on various social influences from different periods. From the royal road in Ancient Egypt to the bailey, tiltyard, market place, urban square, avenue and mall, and public parks, urban space has been subject to different influences for more than 3000 years. Significantly, the birth of new POS types in each period was related to a new function in each period.

There was little contact between China and Europe before the nineteenth century. Some POS types were similar, and many were different. For example, in Chinese urban history, as discussed above, there was no exact equivalent of the European *square*, *piazza*, *place* and *plaza*. Europe had city walls, but they were probably not used as POS. However, in China, the city walls are used for recreation. In contrast, the market place is a type of POS in both European and Chinese POS history. The first market space in China appeared in the plan of Yan Xia Du (Chinese: 燕下都) in the Warring States period (475 - 221 BC). And the first POS in European history is the Greek Agora which was a market place amongst other things. It is clear that because of the difference of geography and community organization, Europe and China were very different. Since then, there have been many more changes in POS history in European cities than in Chinese cities during the period 1000 BC to 1949 AD. It is only since 2000 that a body of POS theory has started to develop in China.

In ancient Chinese cities, the six main types of open space to which the public had access were: 'streets, canals, city walls, markets, riversides

and lakes' (He, 1986, p. 178). Then, in the twentieth century, China became increasingly influenced by western urban design theory:

- Europe (1900 - 1947);
- Russia (1947 - 1976);
- America and elsewhere (after 1976) (Fu, 2007, p. 14).

When Deng Xiaoping came to power in 1976, China started 'opening up' and developing rapidly. New cities were built, and old cities were rebuilt. While many of the buildings were well-planned and well-designed, urban POS were less satisfactory.

Consequently, POS design and planning remains problematic in China as it does in the west. While some of the problems are the same, others are different. Methods of assessing existing POS are necessary and important for future development of POS. In China, a great number of POS have been constructed, but official policies for the planning, design and assessment policy for POS are extremely difficult to locate.

Chinese cities made since the 1970s have been criticised for being 'cosmetic'. Yu and Padua (2010) give examples of this design approach at the scales of city planning, residential development and site planning. They describe cities as 'cosmetic' because the designers have focussed on the appearances rather than on functions or on urban ecology. Yet the historic tradition in both east and west has been for public open space in urban areas to have specific functions.

## 7.11 Final considerations

As outlined in this chapter it is clear that the original layout of POS was related to social status, human needs and to the philosophy and religion of east and west. At this level, POS in China and Europe had similar aims. Europe has mostly kept to its tradition and the original aims for making POS. China probably followed its old design tradition



for POS closely until 1900 and, to a lesser extent, until 1978. But after 1978, China's construction of POS has tended to ignore traditional Chinese principles. Especially after 1996, the building of POS in China has been extremely rapid and the POS which have been built have tended to copy western shapes and patterns without thinking about either their western roots or about Chinese design philosophy and cultural traditions. My hope is that an analytical approach and a deeper understanding of eastern and western urban traditions will contribute to the development of a more enlightened approach to the planning, design and management of public open space in urban areas.

## References

- Bacon, E. N. (1976). *Design of cities*. New York: Penguin Books.
- Fu, X. & Steinhardt, N. S. (2002). *Chinese Architecture*: Yale University Press.
- Fu, C. (2009). *The urban history of China*. Beijing: She Hui Ke Xue Wen Xian.
- Grant, M. (1974). *The Roman Forum*: Spring Books.
- He, Y. (1986). *Chinese Ancient City Planning* (Chinese: 中国古代城市规划史论丛). China: Architecture & Building Press (Chinese: 中国建筑工业出版社).
- Lepage, J. (2002). *Castles and fortified cities of Medieval Europe: an illustrated history*. Jefferson, US: McFarland.
- Turner, T. (2012). *Chang'an Xianyang Xian*. (n. d.). (Site). Available at [http://www.gardenvisit.com/garden/changan\\_xianyang\\_xian](http://www.gardenvisit.com/garden/changan_xianyang_xian).
- Turner, T. (2011). *European Gardens: History, Philosophy and Design*. London: Routledge.
- Yu, K. & Padua, M. G. (2010). China's cosmetic cities: urban fever and superficiality, *Landscape Research*, 32(2), 255-272.

# 8. Obsolete active surveillance through dynamic public places

*Mehran Madani  
Leila El Zeenni  
Tara Kanj*

## 8.1 Introduction

The integral core of urban landscape architecture is the design of outdoor public spaces to establish a sense of community. Therefore, public space security is a key factor that should be considered in urban landscape design projects and the designer ought to think beyond the design implications and plan implementations. One of the most usual ways of ensuring safety in public spaces is active surveillance, which refers to the use of monitoring systems that can be observed by authorities in charge. This method uses different operative detecting figures (e.g. Closed Circuit Television Cameras - CCTV, police patrols, and security agents), while passive surveillance occurs when individual public space users observe and are observed unintended in outdoor public spaces (Csirbuilding and Construction Technology, 2000). The effectiveness of each method has been shown in following sections as different scenarios, however the goal of this paper is to reveal the drawbacks of active surveillance, and describe how passive surveillance can effectively meet security concerns by transforming the public space into a public place.

## 8.2 Active surveillance as a form of panopticism

Active surveillance involves constant visibility and direct monitoring, by which the direct target behaviors can be monitored and recorded. The process of monitoring is grounded on a preexisting notion of the Panopticon. According to Michael Yeo (2010), the Panopticon was designed by Jeremy Bentham in the late eighteenth century, as being a type of prison in which all the prisoners were observed by a single watchman from a single point without them knowing when they are being watched. The watchman cannot observe all the inmates at the same time, but the fact that they do not know when they will be observed will directly oblige them to control their behavior. Bentham believed this technique makes prisoners expect themselves being always inspected or at least exposed to great chance of inspection (as cited in Yeo, 2010). Yeo (2010) describes the concept of “the inspection principle,” which is based on ubiquitous surveillance, with people knowing they are being observed. Panoptical surveillance was also mentioned in George Orwell’s novel “Nineteen Eighty-Four,” where Big Brother (who might not even exist) can observe everybody. He metaphorically writes a “habit that becomes instinct,” with the assumption that every sound you made was overheard and every movement scrutinized (Orwell, 2013, p. 5). The notion relates to the ways CCTV cameras are currently used in public spaces. In fact, Foucault confirms this form of panopticism where people are aware of that, but do not know whether they are being watched at the moment, nor whether there is a person behind the camera lens (as cited in Weston, 2000). However, security cameras will force people to behave in a certain manner while being present in a public space. Thus, there is a question that must be raised when discussing the panopticism concept, which is: does this state of constant observation reduce crime and ensure public safety even though it comes at the cost of privacy and comfort?

## 8.3 Active surveillance and its relation to crime rate

The use of CCTV has been shown to reduce crime in the short run, however it fails to have longevity in regards to its effectiveness (Klauser, 2007). Individuals are shown to grow accustomed to the presence of cameras with time, and criminals are able to change their methods to approach a static entity that poses as an obstacle to them. In addition, crimes cannot be investigated in real-time, as authorities have to be contacted by witnesses after the incident and the assailant has time to flee by the time security agents arrive (Klauser, 2007). A thesis conducted by Dean Weston (2000) delved further into the limitations of active surveillance. The study conducted in Benoni, South Africa, revealed that the installation of cameras decreased one form of crime (vehicle theft by 25%), however increased the rate of other forms of theft (by 7%). Similar results were found in England through a study conducted by Nick Tilley (as cited in Weston, 2000). Those studies revealed that other measures played a large role in crime prevention. The presence of people in the vicinity, increased lighting, and the openness that allowed clear visibility all affected the rates of crime in a given space (Weston, 2000). Accordingly, active surveillance does not suffice, as it must be fitted with other means of surveillance to be adequate to ensure a safe space. Also, the hefty fee of installing, running, and maintaining the cameras and equipment further indict the premise of active surveillance being an ineffective method of ensuring safety. For instance, the UK spent more than £300 million on surveillance cameras, over the course of three years, but there are still financial and social concerns about the effectiveness of the system (Doughty, 2010).

## 8.4 Active surveillance and the invasion of privacy rights

Constant operation surveillance system invades people's right to privacy. The German Court considered a privacy zone for people's interaction with others in public spaces, which is deliberated as the private life zone (Moreham, 2006). The private life zone bans the installation of CCTV without awareness of the public. Since, security cameras usually are installed in public spaces without prior public awareness or knowledge, which disregards the citizens' concerns, while mass corporations and agencies are handling the monitoring process (Goold, 2002). In a study done by Mona Fawaz et al. (2009) in Beirut, active security systems, including cameras, were mapped and showed in excessive usages. The same study featured the testimonies of citizens, for instance a person wrote:

I used to walk in the street and be proud that it's mine and for all its passers-by, I see today streets are being robbed from its pedestrians, security besieges them, cameras stalk them. Stalk them, and stalk me.... (as cited in Fawaz et al., 2009).

Hence, the negative impact of being constantly and actively monitored can deteriorate one's relationship to his/her outdoor environment. People's sense of community and attachment to the place begins to wane as they lose their ability to freely be themselves due to fear of being inspected in public spaces by an exterior force (Fawaz et al., 2009). Privacy rights are therefore of great importance, especially that they help to maintain personal autonomy and social relationships, according to philosopher David Feldman (as cited in Goold, 2002). This imposition on privacy rights can extend even further making this type of surveillance a cause of social exclusion. In addition, minorities in any society are more likely to be effected more harshly, due to their preconceived uncertainties of appearance and behavior, which could defy the majority norms and values. Therefore, the constant presence

of active surveillance in public spaces, without considering privacy rights, reduces the odds of the people being able to relate to such a space (Saetnan et al., 2004).

## 8.5 Passive surveillance: an alternative solution

With the negative aspects of active surveillance being such a hindrance to the public, alternatives must be sought out, such as passive surveillance as a practical solution. The passive surveillance involves individuals that are within an occupied space, observing their surroundings and upholding social and legal restrictions without the intention of screening or being screened. Having a large number of individuals in a given space ensures the security and safety of that venue by real-time un-annoying watchers. Studies have indicated that merely the presence of human eyes can impact behavior, even if they were simply an image present. A study conducted in Newcastle University showed that posters of eyes being hung in random locations and times guided people to act in more positive and constructive behaviors (e.g. more likely to clean up after themselves, not vandalize etc.) up to twice as often as when the posters were not present (Linden, 2011). This indicates that the presence of people, whether they are strangers or “familiar strangers” (individuals we see regularly but do not interact with often or at all), can assist in promoting positive behavior (Paulos & Goodman, 2004). Thus, maximizing the number of observers on the streets by applying appropriate design features and outdoor amenities will offer passive surveillance to make a space safe (Sangar, 2007). The questions now are a) what constructed environment invitation quality characteristics are important in promoting a public space, and b) how designers must meticulously implement those features towards a given space.

## 8.6 The role of urban landscape architecture in enhancing safety

A way to increase the amount of passive observers lies in the way the public space is designed (Csirbuilding and Construction Technology, 2000). Consequently, an urban landscape architecture design guideline should be prompted to enhance passive surveillance in promising public space. Thus, landscape architects and urban designers should evaluate many measures to fulfill a safe public space. The key measures of a safe public space could be:

a) visibility as a crucial element, which should be ensured through proper lighting and uninterrupted lines of sight. In fact, when lighting is provided, the site is more perceptible and unpredictable vulnerability becomes easier to identify. On the other hand, the site visibility through uninterrupted sight lines can be provided by appropriate planting materials, in terms of height, width, and location of them. It is particularly important to locate right plants in a correct place to introduce the public open spaces to passers-by and make them noticeable from nearby buildings (Csirbuilding and Construction Technology, 2000). A successful example of improved visibility is found in Rosemary Hills Park in Silver Spring, Maryland, US. This park is located in a mainly residential urban setting with diverse ethnicities. It is a 17 acres park, with many sport courts, a children play area, and a recreational center. Previously, the community was facing high local crimes due to the illegal drug activity, alcohol and gambling. Locals believed that the recreational center was not providing enough surveillance to the exterior facilities and hence were scared of the outside activities. The problem was resolved through the new lighting design that was implemented around the recreational center and now provides significant surveillance to the facility exterior areas (Smith & Bise, 1998).

b) Residents must feel a sense of ownership of the public space in order to increase passive surveillance and be encouraged to feel responsible for their outdoor environment. Hence, by designing landmarks and assigning functional spaces for all people, everybody thinks he is included and participated. An identifiable public space with recognizable characters will make users more familiar with the space, allowing them to locate intimately themselves (Csirbuilding and Construction Technology, 2000). The Capital Crescent Trail in Maryland was closed in 1985 as wasted trail space with no particular characteristics or specific user groups. After its renovation, functions were assigned for each area of the trail, including various activities, such as walking, jogging, biking, seating, eating, and watching, which enhanced the recognizable spatial configurations for different types of users (Smith & Bise, 1998).

c) The third way to increase passive surveillance is to control access points and route endings. This notion first needs to be considered by planners and then urban designers and landscape architects to connect accessible points of street networks by making endings as frequently used spaces and beginning of particular street activities. Also, designers should include continuous pedestrian networks to vehicular roads, where all sidewalks meet where streets intersect, which leads streets to an appropriate pedestrian flow (Csirbuilding and Construction Technology, 2000). Stroget St., Copenhagen, Denmark, is a good example, which illustrates the significance of this criterion. In Copenhagen, vehicular roads share spaces with pedestrians, cyclists, and public transportation lanes, which are all connected by a systematic network and well organized plan. In addition, the city accommodates numerous pedestrian streets, such as Stroget St, which shares spaces with bikes and pedicab taxis, while are well-connected to crossing street sidewalks and public transportation system.

d) Finally, maintenance quality of public spaces will improve passive surveillance as a public perception of well-managed space



that conveys the positive message of contemplation and safety. The poor maintained public spaces will decline the sense of place and encourage negligent and inattentive activities (Csirbuilding and Construction Technology, 2000). All mentioned principles are part of the Crime Prevention Through Environmental Design (CPTED) criteria, that is a planning and design guideline for public outdoor spaces to create an effective passive surveillance out of the constructed environment features and qualities (Csirbuilding and Construction Technology, 2000). If these minimum requirements are fulfilled, people will feel a sense of security and place attachment and will be encouraged to come and stay in public spaces, which can now be considered public places.

## 8.7 The transformation of public spaces to public places

The transition of a public space into a public place is essential for a neighborhood to grow as a community (Knox & Pinch, 2000). Passive surveillance would be a product of creating public places. Individuals who feel they belong to a space grow a positive bond with that environment and establish a sense of community (Hunziker et al., 2007). Also, place-making concept aims to make public spaces as part of people's lives again by creating sense of place (Silberberg et al., 2013). For this to be achieved, a space should offer comfort, protection, and enjoyment for those who occupy it and create spatial feeling, social meaning, or a kind of attachment (Gehl, 2013). Through urban landscape design, the quality of a space can be enhanced to increase the invitation quality, making the space more enticing to the community. Climate related elements such as sun, shade, and breeze should be handled to offer comfort for those who partake in activities or simply choose to rest in the given space. While they are busy with their tasks, protection should be guaranteed, that includes protection from traffic, unpleasant climate, noises, and most important of all,

any criminal activity (Gehl, 2013). Besides, the passive surveillance will be guaranteed if the sense of community is maintained. Fred Kent, founder of the Project for Public Spaces (PPS), has worked with his organization on enhancing many urban public spaces by following the principles of place-making. One of his projects is Midtown Manhattan's Bryant Park, who used to be a home for drug dealers even during the day, and was thus avoided by people. The PPS recommended cutting down the thick hedges to make the space more welcoming, and to add amenities and kiosks in prime drug dealing locations. Overtime, the number of visitors increased, and this not only benefited the park, but also helped surrounding commercial buildings where rents have radically risen based on more demand from new inhabitants (as cited in Palmer, 2008). Enhancing the sense of community through place-making is similarly the main goal of new urbanism notion, which promotes the traditional planning system to provide a high quality of life for people. For this to be achieved, a high quality pedestrian network should be implemented, residents' needs should be reachable without using cars, and diversity (mixture of shops, proximity to one another, diversity of people, and variety of housing types) should be highly considered while planning (Stefan, 2005). This will not only enhance safety of public spaces due to the increased number of people on the streets, but will also maximize the chance of people meeting one another that will help to establish the sense of place. An emphasis on aesthetics is also crucial, since unique architecture creates a community identity. Jakriborg, located in Sweden, is a sample project for the new urbanism movement (Stefan, 2005). Jarkiborg was built starting 1998 following the medieval style but with the use of modern materials, which suggests a unique identity. This project has a wide range of household types, as well as diversity of people, from families to singles, and students. Cars are only allowed on the main street, while all the other streets are for pedestrian use, and the buildings are built facing the road, which increases safety due to the high number of eyes on the streets. Most of the inhabitants enjoy living in Jakriborg, although there are some

complaints mainly related to the lack of shops, and the lack of social life. In fact, when more shops will open, more people will be present on the streets, and this is crucial for safety. In addition to that, when more public spaces and entertainment places like restaurants, cinemas and bars are constructed to provide places for residents to spend time, then sense of community will increase and a sense of trust and familiarity will be developed (Stefan, 2005).

## 8.8 Final considerations

The design of outdoor public spaces is a vital goal of the urban landscape architecture field. However, turning public spaces to public places would be a big claim that not all landscape architects are able to do it. The security of the public space is a key objective that plays a magnificent role in turning public space to a place. Providing an appropriate surveillance method is fundamental to ensure people's safety in the public space. From the available means of surveillance, it is seen that active surveillance has been widely use in public spaces, even though it was an ineffective means of securing safety. Not only it is costly and inefficient, but also comes at the price of people's privacy, and their ability to be themselves in public spaces, which makes a space uninviting and dissolves the public's sense of place. Therefore, other means of ensuring safety should be considered, which is known as passive surveillance. Improved site visibility through proper lighting, increased sense of ownership by assigning function to each space, controlled and connected access points and route endings, and well maintained and managed spaces are all required criteria that should be implemented through the urban landscape design and planning. When these conditions are met, the space will attract more people, and thus there are more eyes on the street that will indirectly ensure public space safety. The presence of people in public spaces will not only offer security without the need for active surveillance, but will also prosper the environment by creating the sense of community.

This means by transforming a space into a place through appropriate constructed environment features and design elements, designers are able to enhance the passive surveillance. In fact, there are several new theories and notions, such as place-making, complete streets, and new urbanism, which mainly aim to enhance pedestrian activities and more vital communities. When comfort, enjoyment, and security are guaranteed, trust to outdoor spaces and awareness of surrounding environment will be developed towards a secure public place. The passive surveillance is therefore the outcome of turning public spaces to places through dynamic urban landscape objectives.

## References

Csirbuilding and Construction Technology. (2000). *Guidelines for human settlement planning and design*, v. 1. Retrieved from <https://www.csir.co.za/guidelines-human-settlement-planning-and-design-red-book-volume1>.

Doughty, Steve. (2010, 30 november). CCTV cost councils £300m in 3 years – with one city spending more than £10m. *Daily Mail*. Retrieved from <http://www.dailymail.co.uk/news/>.

Fawaz, M., Gharbieh, A. & Harb, M.. (2009). *Beirut, mapping security*. Beirut: DIWAN series.

Gehl, J. (2013). *Cities for people*. Washington, DC: Island Press.

Goold, B. J. (2002). Privacy rights and public spaces: CCTV and the problem of the 'unobservable observer'. *Criminal Justice Ethics*, Winter, Spring, v. 21(1), 21-27.

Hunziker, M., Buchecker, M. & Hartig, T. (2007). Space and Place: two aspects of the human-landscape relationship. In KIENAST, F.; WILDI, O.; GHOSH, S. (Eds.). *A changing world: challenges for landscape research*. New York City: Springer, 47-62.

Klauser, F. (2007). Difficulties in revitalizing public space by CCTV. *European Urban and Regional Studies*, v. 14(4), 337-348.

Knox, P. & Pinch, S. (2000). *Urban Social Geography: an introduction*. London: Pearson Education Limited.

Linden, S. (2011, 3 may). How the illusion of being observed can make you a better person. *Scientific American*. Retrieved from <https://www.scientificamerican.com/article/how-the-illusion-of-being-observed-can-make-you-better-person/>.

Moreham, N. A. (2006). Privacy in public places. *Cambridge Law Journal*, v. 65(3), 606-635.

Orwell, G. (2013). *Nineteen eighty-four: the annotated edition*. London: Penguin Books.

Palmer, B. (2008). *Fred Kent: the place doctor*. New York: Convene Magazine.

Paulos, E. & Goodman, E. (2004). The familiar stranger: Anxiety, comfort, and play in public places. In SIGCHI. *Conference on Human Factors in Computing Systems*, Vienna. CHI '04. Vienna, 2004, v. 6(1), 223-230.

Saetnan, A. R., Lomell, H. M. & Wiecek, C. (2004). Controlling CCTV in public spaces: is privacy the (only) issue? Reflections on Norwegian and Danish observations. *Surveillance & Society*, v. 2(2-3), 396-414.

Sangar, V. A. (2007). *Human behavior in public spaces*. Bachelor Thesis (Bachelor) – University of New South Wales.

Silberberger, S., et al.. (2013). *A. Places in the making: how placemaking builds places and communities*. Boston: Massachusetts Institute of Technology.

Smith, D. & Bise, J. (1998). *A walk in the park with CPTED*. Case studies: recreation centers; undeveloped areas; trails. Washington, DC: Maryland National Capital Park Police.

Stefan, A. (2005). *The new urbanism movement: the case of Sweden*. Master's Thesis (Master) – Blekinge Institute of Technology.

Weston, D. R. (2000). *Camera surveillance: an analysis of preventive rationalities and panopticism in relation to an expanding technology of social control*. Master's Thesis (Master) – University of Ottawa.

Yeo, M. (2010). Propaganda and surveillance in George Orwell's nineteen eighty-four: two sides of the same coin. *Global Media Journal*, v. 3(2), 49-66.

# 9. Capturing sociocultural skills of appropriation, representation and narration of the changing urban public space

*Marluci Menezes  
Carlos Smaniotto Costa*

## 9.1 Introduction

The space emerges as an important dimension in the analysis and understanding of the contemporary world's social phenomena. Back in the 1980s, Bettanini had observed that the use of the term space as a category of the society understanding implies “to recognize that the space speaks in the plural, that the term itself convey an ambiguity of meanings” (Bettanini, 1982, p. 15). Thus, it is necessary to consider a diversity of disciplines with the space as the analysis' center. This requires an inter/transdisciplinary stance approaching to space from the start.

However, premises that intend to be distinct often guides the study of the space. One of these premises proposes to approach space in a material and physical dimension that geographically structures the landscape and, as such, achieves a territorial extension meaning. Another of these premises refers to the space as a dimension only defined by the meaning that society attributes to it. This meaning is defined by the space's symbolic and identifying characteristics, which make it clearly recognizable and perceptible, incorporating a representative character. The third of these premises admits a dialectical relationship between the social and the physical. This third perspective best fits what, in fact, is considered here important to mind: these different

premises are complementary, rather than opposing and excluding. This, however, allows us to admit a dialectic relationship between social actors and space, where the existing similitude concerns mainly the relation between spatial configurations and collective identities (Silvano, 1997, p. 2001). According to Da Matta (1991, p. 69), it is possible to emphasize that the study of the society space allows “to shed light on issues as important as a society ritual system and the way in which it does its dynamics”. As an intrinsic condition to societies, the space is intimately represented in social structures, as well as it is essential in the symbolic devices context (Lévy & Ségaud, 1983).

Yet, the different premisses of space approach still have implications from other scopes. For example, Zukin (1996) refers to two perspectives in city built environment approach. One of them focuses on economy, capital and land use; another focuses on the relationship between cultural meanings and built forms, what emphasizes representations of social groups and of visual meanings for social identities construction. However, as Zukin also observes, the important thing is to capture and analyze the city and its built environment by observing the “interpretation” and “interpenetration” between these premises, which, on the other hand, refer to matters of culture and power. According to Zukin, by admitting the interaction between the economic system and the symbolic system, it is possible to identify two systemic logics interacting with each other and referring to the production of space and to the production of symbols. Nevertheless, as Low (2000) points out, in urban space understanding, it is necessary to distinguish the notions of social production and construction from space, in order to understand better the relation between the production of space and the production of symbols. This distinction must be done because, according to Low, the social production of space refers to social, economic, ideological and technological factors present in the creation and materialization of a given context. For example, it can refer to issues related to a set of norms, laws and strategies that influence the production and maintenance of space, particularly of

the urban space. On the other hand, the idea of symbols production to which Zukin (1996) refers to, Low (2000a) associates with the social construction of space, which respects phenomenological and symbolic achievements taking place in such space. To Low, processes of change, conflict and control brokers these achievements, and in this sense, he approaches Zukin (1996) by referring to the relationship between culture and power.

This thinking is therefore a contribution that essentially aims to raise awareness of the interest that an anthropological perspective holds by capturing the complexity of issues associated with the relationship between space, society and time. In this regard, from a brief contextualization of a space anthropology genesis, its contribution and some of its contradictions are discussed. The relevance of the space anthropology to understand the contemporary urban world is, however, considered from the structuring of the city transformation processes. Thus, it discusses the relevance of a changing space anthropology. Therefore, based on the assumption that urban public space is one of the fundamental contexts for studying the contemporary processes of urban dynamics, an anthropology of the changing public space is proposed.

Here, the urban public space is approached as being the city's soul, a space where some of the best and worst urban life characteristics are created, observed and reproduced (Šuklje-Erjavec, 2010). The quality of public spaces reflects the public power attention and care with the city, as well as the interest that society manifests by its production, use, maintenance and representation. The public space is a context which provides the meeting (planned or not) between people and urban environment. It is a space where rituals, practices and even claims are in many cases associated with specific groups or populations, constituting the same "public".

However, people whose practices become public may or may not represent a hegemonic social sense. This happens because such urban space exposes, for example, the one that is welcome, as well as



its practices and claims of space. Nevertheless, the open character (because they are public) of public spaces still contributes to their often consideration as a problem in the modern city, even though these have always been contestation and negotiation “places”. Thus, this is often a space where it is possible to confront those who may not be welcome, those whose attitudes, practices, economic conditions, aspects etc., are considered “undesirable” (Whyte, 1980) and, as such, stigmatized and segregated. Therefore, not addressing “undesirables” only to homeless, beggars or even, bearing in mind a very current issue, immigrants and refugees, it is observed that some other social groups stand out in these dynamics of public space exclusion. Consequently, situations in which the “unwanted” are outside the social and urban policies agenda are not uncommon. As emphasized in the article “Hostile Architecture”<sup>8</sup>, there is a growing concern not to offer “undesirable” opportunities to stay in public space. These ‘no’ opportunities can be found, for example, in offers of equipment which, however, does not provide comfort (eg benches without backrest or with dividing arms rests that do not allow people to lie down), thus discouraging a longer stay. Adolescents are, for example, one of the not always welcomed groups in the urban public space, and one of the issues that underlies this exclusion is the peculiarity with which adolescents tend to demarcate their territories, which in many situations is considered improper by a hegemonic social sense (Almeida et al., 2018). However, little is known about adolescents’ practices, needs and representations regarding the urban public space.

Therefore, when particularizing this reflection for the open public space, an anthropological perspective of approach and understanding of the urban space in transformation is discussed, which contributes to a better understanding of who are the users of these spaces, which are their practices, discourses and representations regarding

---

8 Hostile Architecture: How Cities Are Designed To Control Your Behavior. In *Urbo*, March 9, 2018. Available on: <https://www.urbo.com/content/hostile-architecture-how-cities-are-designed-to-control-your-behavior/>.

the space. For this purpose, two European projects – CyberParks and C3PLACES – are mentioned in order to exemplify the interest of an anthropological perspective in capturing the relationship between urban public space and people, focusing not only on the contemporaneity of the complex cultural and spatial connections, but also the heterogeneity, hybridity and mediation brought with the digital society. It presents, thus, an anthropological perspective of the changing public space that, taking into account the people, their space practices, desires and needs, collaborate to co-create a knowledge that provides new and more inclusive planning and drawing opportunities for those who live to and in the city.

## 9.2 Contributions and contradictions of a space anthropology: brief considerations

The genesis of an anthropology of space is associated with the modernist production of the post-Second World War city (Lévy & Ségaud, 1983; Choay, 2006; Biase, 2012). As a criticism of modernism, the anthropology of space privileged the study of habitation, taking place – predominantly in France – “around the study of habitation practices and spatial deviations developed by the inhabitants in the large housing complexes, a place par excellence of expression of modernist dogmas” (Biase, 2012, p. 192). It criticized the privilege attributed to the geometrical, neutral, abstract and even homogenizing sense of the ways of capturing, understanding and acting on space was. Which, for Choay (2006, p. 36), showed the limitations of an architecture oriented to a theoretical being, where a “universalizing” and “inhuman” modernity would prevail. Therefore, the anthropology of space arises as a criticism of that architecture dedicated to responding to the needs of people from a universal sense and linked to a fictitious human.

A few years later, Ségaud (2010) would emphasize the interest in understanding the banal and the daily life. In this sense, she defends the

interest in desacralize the role of the architect. Underlying, it associates with the idea that architecture should be thought of as something far more comprehensive than its consideration as art alone (Ségaud, 2010; Choay, 2006). It is in this sense that Choay (2006) highlights the role of the social sciences, specifically since its inherent critical perspective contributes to the reversal of a predominant logic based on the analysis of the organization of space. For Choay (2006, p. 25), it is exactly the opposite that is important to retain, since “it is the type of society that allows explaining the architecture and not the inverse”. Which means to go to explanations no longer solely in the history of art, but in the “economic and social system that gave rise to forms” (Choay, 2006, p. 25).

Ségaud’s (2010) idea of the “space constructed as an object of reflection” emerges as central and, in essence, underlines the interest in orienting the view to the contexts of use, for the inhabitants and city dwellers. A perspective that emphasizes the “inhabitant front the architecture” and not the “architecture front the inhabitant” (Ségaud, 2010, p. 25). And that, following the author’s reasoning, insisted on regarding the following aspects:

- The perspective of people in observing cultural modalities. ·
- The history of forms built in intimate relation to societies, since the forms refer to the vestiges incorporated in the contexts of habitat that, in turn, reflect the socially lived.
- The urban and the social and spatial articulation and, when looking at the symbolic dimensions, collaborate to avoid a purely technical approach.

For Ségaud (2009, p. 298) the current tendency towards a “tension among homogeneity – a strong tendency due to globalization – and the variation that reveals the observation of the place”, supports the interest of an anthropology of the space of the contemporary world. Thus, we observe that in parallel with the standardization of lifestyles and spaces, we live a reinforcement of the logics of individuation.

This, on the other hand, places us in front of the everyday ability of individuals to appropriate space, signifying a spatial reconfiguration in line with people's conveniences, positions, life strategies and values. And so, for the author, individuals are an important link in the relation among space and society, as among global and local, noting that it is through the processes of individuation of space that difference is produced. This process infers a more local and personal dimension of space and, on the other hand, allows us to infer the role of anthropology of space in "discovering the universality of difference" (Ségaud, 2010, p. 10). According to the author, the particularization of space by individuals is based on certain universal operations, considered as: dwelling, founding, distributing and transforming.

Therefore, considering that space is an anthropological dimension, it is a consequence the fact that it is manifested in all human societies (Lévy & Ségaud, 1983; Ségaud, 2010). In contrast, that means to say that there is an anthropogenic function in spatialization processes (Choay, 2006). Nevertheless, Choay observed that, although central, this characteristic has not always been present in the scope of the contemporary discourses on architecture and urbanism and, even, in the performance of the public organs. For the author, this absence is observable in the insistence on "celebrating the ludic and newsworthy character" of the "space arts", meanwhile dedicated "to the god of fashion and finance" (Choay, 2006, p. 10). Choay emphasizes, then, that although modernist architecture has stood out in the criticism realized by the social sciences, the present time also exposes representatives of an "architectonic and urbanistic truth" that, meanwhile, stimulates the criticism.

Yet, although the anthropology of space has initially been presented as a criticism of the universalizing sense with which people's needs have been pre-defined and fictionalized, it is interesting to note the relevance of this criticism in certain contemporary approaches. For example, looking at the housing problem, Guerra (2011, p. 59) refers to the importance of making the conventional and restrictive approaches to the notion of "needs" more complex. This is because,

one must be attentive to the less precise contours of the concept of needs, since they can be of a symbolic nature – as is the case of taste or (in)satisfaction with home – as well as respecting the most basic needs – such as lack of living conditions or lack of shelter. However, the difficulty of working with the term “housing needs” also derive from a dichotomous approach, since it is based on the qualitative or the quantitative. These aspects reflect the pressing interest in holding a debate that, in consideration of people’s “needs”, will take into account: “(...) the different ways of life, types of family, and phases of the life cycle, that requires in the face of the habitat also a great diversity of needs” (Guerra, 2011, p. 59).

Ségaud (2010, p. 79) also stresses the major issue of “connections among cultural worlds”, particularly accentuated by globalization. Which, on the one hand, corroborates the interest in assessing hybridity, multiple combinations, diversified and intercultural as present in the socio-spatial logics. In addition, on the other hand, it has confirmed the configuration of new spatiality and the complexity of social recomposition processes, but for Ségaud (2010) the current cultural connections also prove the tension among the homogeneity that comes from globalization and heterogeneity, which manifests itself at the local level. Ségaud looks, then, with particular attention to the transforming operation, to the extent that it confirms the pertinence in the realization of an anthropology of space. This is because the rapidity with which changes have taken place confronts us with the imperative need to study and better understand the “paradox amongst man and variation” (Ségaud, 2010, p. 60). According to the author, this is due to the following aspects: (1) the origin of space anthropology as a social criticism of the twentieth-century programmatic society “; (2) the contribution that it can be in the recontextualization of architecture, especially from the realization of an “architectural critique of the international style”; (3) the capacity of this disciplinary field to “describe societies in which space enhances human potentialities, which relativizes the resulting space of post-industrial society”; (4)

as well as its ability to highlight the “spatial dimension of a changing society”; (5) ahead of globalization, the commitment to an anthropology of space results in the possible construction of “resistance, as the manifestation of competences that may lead to the emergence of new configurations (creations, mixtures etc.)”. But although Ségaud (2009, 2010) points out the complexity of the current urban issue, observing the multiple cultural combinations and resulting hybrids, housing is considered the focal point of an anthropology of the space of the contemporary world.

In our view, nevertheless, it is important to find ways to “understand the urban dynamics that define the conditions of access to the city and its spaces, the actors’ plot, the modalities of appropriation of spaces and their resources” (Telles, 2010, p. 18 ):

It is this difference of times that throws the question as to the plane of reference from which to describe and put into perspective (and under critical perspective) our present complication. This is the double challenge: the construction of critical parameters implies at the same time the construction of descriptive parameters to put into perspective urban realities in mutation (Telles, 2010, p. 16).

Hence, the importance of the anthropology of space suggested by Ségaud and, in this perspective, the importance of the role of the individual and of the dwelling is recognized. Yet, it is important to associate the urban and landscape scale in the realization of this anthropology, since it is fundamental for the understanding of the present urban society. It is in this sense that Biase (2012) stresses that facing increasingly changing urban spaces, it is important to understand the contemporary city from an anthropology of transformation. And, following this reasoning, Biase lists some contradictions of an anthropology of space, among which stand out:

- The disregarding of information from other types of knowledge and informative about economic, political, sociological (etc.) issues.

- The careless consideration of the “time” dimension and “a certain historical negation of other similar experiences in other parts of the world” (Biase, 2012, p. 194).
- The tendency to favor a top / typological sense in the approach of space over social practices.
- The static sense of the operations – dwelling, founding, distributing and transforming – as defined by Ségaud (2010) and that, although they can be considered operational, do not always explain change and movement.

Biase argues that “the city seen as something profoundly material, in constant movement and negotiation, has thus become the appropriate context for our anthropology” (Biase, 2012, p. 199). That will evidence the emergence of an anthropology of transformation, in which the city is not:

“(…) a simple scenario of the interactions of the group studied, a set design, but it is a material and symbolic process of spaces and times that are continually imagined, narrated, negotiated and projected by the people who inhabit it, by those who construct them and manage them and for all the constraints (material, political, economic, etc.) that gradually emerge” (Biase, 2012, p. 199).

Biase stresses the intimate relationship between discourses and material processes of transformation of the city, and it is important to analyze both in a complex network of articulating scales, spaces and times. Where the anthropology of transformation enables the demonstration of articulation among “three times and three scales of analysis”, namely: “the inherited city, the inhabited city, or the city of the present that is done and undone continually; and finally the projected city, which is constantly confronted with its future horizon” (Biase, 2012, p. 199).

From a perspective of readability of the transformation of the contemporary city, the manifestation of heterogeneity and hybridity, the open public space stands out in the anthropological perspective that it is intended to highlight. This allows us to underline two fundamen-

tal aspects of our argument. The first one is that the relations among cultural worlds mean to look at diversity and its multiple combinations and decompositions, from the consideration of inequality issues associated with space, practices, discourses and socio-spatial representations. Another aspect refers to the complexity of the processes of continuity and socio-spatial transformation in the ubiquity created by the interference of virtual reality. That is, ahead of the cyber-era, we must consider the incidence of mobile computing and information and communication technologies in our lives, with ICTs becoming ubiquitous globally. This omnipresence is observed in the context of everyday appropriation of urban spaces, adding a new dimension – the virtual reality – to physical reality, transforming space and creating hybrid and mediated realities. Finally, the complexity of the relationship among space and society as a result of the penetration of digital technologies is one of the transformations of the contemporary urban world to which one must be attentive, to grasp and to understand.

### 9.3 The potential of an anthropology of the urban public space in transformation

Thinking and framing public space from a local scale and from various and multiple points of view, is fundamental to know its complexity better. This knowledge implies considering the diversity of the space users, the practices and representations, the regularities of times, uses and forms of appropriation, as well as the culture and its physical-environmental dimension (Menezes, 2012; Menezes & Costa, 2017). The urban public space is, thus, a place of possible reformulation of “I” and “We”, because it is the source of confrontation with the other and as such, a place of creation and contestation of identities. In addition, public space can still be understood as a path of religious devotion, a space for social and cultural use on holidays, a daily meeting point, sociability, conflicts and protests, as a space of segregation, stigmatization and marginalization, tradition and symbolization (Edensor, 1998;



Magnani, 2000; Low, 2000a). Hence, it is interesting to capture the complexity of public spaces as strategic contexts to deepen the knowledge of the relationship between space, society and time in a world of cultural connections, hybridity and mediations (real/virtual). The appropriations and daily counter-appropriations of the public space are, on the other hand, practices that identify the social capacity to restructure the space, creating and recreating specific spatiality and temporalities. This allows us to recognize the continued processes of social restructuring of the uses of urban space, in referring to the issues associated with the flexibility and continuous adaptation of the uses made of space

In this perspective, Low (2000b) underlines the interest in proceeding with an examination of the daily micro geographies of use and appropriation of public spaces. This type of analysis allows us to know the routines with which the places are invented, used, appropriated and represented in terms of the relation between space and time.

Here the interest is in capturing the differences of these spaces in terms of their users, gender, age group, social activities and practices (etc.), in order to understand how these differences are “reinforced by differences in local interpretations of the concept of culture” (Low, 2000a, p. 31). The analysis of the daily micro geographies of space use brings us closer to an examination of the social micro-processes, helps us to understand the dynamics of delimitation and socio-spatial demarcation in the constitution of spatialities and territorialities better. That is, always bearing in mind the relation among three times and three scales (past - inherited space, present - space in an experiment, future - space in projection as the future horizon, cf. Biase, 2012).

However, the anthropological analysis of space should not be conditioned to the organization of the spatial form, since the main element of this analysis is a social organization. That is, a specific type of social organization is reflected in behaviours and interactions, although it is clear that spatial organization also influences behaviour and the entitlement of space. For that reason, if space analysis is restricted

to spatial forms, we are subordinated to minimizing the complexity of space, which can lead us to fall into determinism and reduce the role of the actions of groups and social constitutions. Hence, the specificity in the organization of the territory is much more the expression of the resulting interactions among space, time and society than a simple result. Here the relation amongst forms, symbols and social values is not taken as something defined by principle, nor as a rigid relation, since it is flexible and unsteady due to the processes of cultural adjustment that, however, are dynamic and arbitrary. As Bettanini (1982, p. 93) recalls, the problem of the perception of space highlights the importance of phenomenological experience. This is because it is important to capture the processes of space construction to understand the meanings assigned to them, as well as to capture the changes that are dialectically input to space.

On the other hand, the socio-cultural heterogeneities of contemporary urban space allow us to consider the development of differentiated activities in space, since there can be multiple (sometimes overlapping) uses counter-uses and meanings. This highlights a central issue in the understanding of the contemporary public space: its multidimensionality. These issues highlight the importance of knowing the various ways in which public space is imagined, structured and observable.

We consider public spaces as contexts where subjects, relations and practices design daily micro geographies that are part of the diversified, differentiated and uneven social map of the city. Contexts in which the complexity of the relationship among subjects and practices contributes to questioning the perspectives of enunciation of diversity, difference and urban inequality as if from bipolar logics (examples: formal/informal, town centre/suburbs, clean/dirty, order/disorder). That is because bipolar logics hide other logics, other spaces, other practices and, as such, hide certain people. Finally, bipolar logic, in our view, hide practices, meanings, senses, people and stories not always located in one of the poles, because intermediate and multiple. It is defended, therefore, the realization of studies on the different ways

and abilities of the socio-cultural configuration of the space, also bearing in mind the ubiquity brought with the real-virtual relation. This is due to the assumption that this knowledge can contribute to a better understanding of the complex relationship among city, culture and society. This, on the other hand, makes it possible to question the universalizing perspectives of urban-architectural planning and intervention that insist on an ideal urban being, which, as such, would express a universal sense of ‘needs’ and ‘appropriate behaviour’. Since these perspectives disregard the idea that what is universal is the difference and not at all an ideal and ‘more appropriate’ need or behaviour, especially because they can perpetuate practices, speeches and exclusionary representations.

Capturing the everyday micro geographies of use and representation of space is also important as a contribution to recognising the plural meaning of contemporary society, thus demystifying a certain romanticism around the way the relationship among public spaces and social interaction is seen (Smaniotto Costa & Schmitz, 2013). Research has shown that most people who use public spaces for their leisure activities do not want, however, to be more than mere spectators, since they are not interested in making contact with strangers. Although “seeing and being seen” is a crucial factor in the use of space, as well as being part of the public, this interest tends to manifest itself in a way that people will remain anonymous (Thompson, 2002). In terms of spatial use, this means spending leisure time without interference from others. This observation reinforces the argument of individuation exposed above.

This, according to Serpa (2007), means that each user or group of users that “privatize” their space, creating a territoriality, where the subject or subjects of the action claim for themselves a portion of the public space to this portion of the Hampton space and Gupta (2008) refer to as “cocoon”. Thus, for both authors, public space is not shared, but divided and shredded individually (or collectively) among its different users. Although invisible and temporary, these “cocoons” isolate individuals from the context and reduce the likelihood of interaction.

Here, therefore, the need to study the spatial expressions assumed by the culture as a resource for the configuration of public spaces, specifically in the contexts of uncertainty and transformation. That is from where it comes the interest in capturing and giving greater visibility to certain daily socio-spatial and urban aspects, which are often hidden, intermediate and interstitial, and (re)write daily spaces, people, their practices and representations in the co-transformation of urban territory. This perspective is anticipated as a way of rehearsing contributions that highlight the importance of the relation among culture, citizenship, urban intervention and city construction. Therefore, in order to go beyond a hegemonic ideal that often makes the physical and aesthetic qualities of public space predominate over others. As Carr et al. observe (1995), what is important is to highlight the following three fundamental attributes in their relation to urban public space: needs, rights and meanings. According to the author, this is because the success of promoting a significant space for people is associated with the promotion of the natural qualities of the environment, of users and potential users. That, through their cultural, demographic and economic status, such as the stories of the different spaces, the tradition of its users and the relation of both with the context.

## 9.4 The open public space as a tangible dimension of the social

As one of the typologies of urban land occupation, open public space is at the centre of a series of disciplines related to space production, such as landscaping, urban and environmental planning. In these disciplines, the context and the benefits that open spaces bring to the urban environment base the research, showing its merits for a sustainable city and, more recently, for an intelligent city (Erjavec & Costa, 2015). There is already consent on the social and especially ecological-environmental benefits that public spaces provide to the urban environment, making it healthier, more attractive and sustainable. Nevertheless, these benefits

do not depend solely on their presence, distribution, interconnection and accessibility, since they are equally dependent on usability in terms of attractiveness, responsiveness and inclusion.

The research related to public space has allowed quantifying, in many cases, the environmental, social, cultural and economic benefits of these spaces (Costa et al., 2008). One aspect that has shown relevance is the access to such spaces, since it is a facilitating condition of social appropriation and a chance for meeting with the “other”, but also of the interaction among people, environment and city, providing the creation of public life. This is because, when valued and benefited, it is observed that these spaces become positive references in the city or in the neighbourhoods in which they are inserted.

However, socio-spatial dynamics undergo interference from various angles, making it possible to coexist, sometimes peacefully, in others, in a conflictive, juxtaposed or interconnected way, with diverse and unequal practices, appropriations, narratives and representations of space (Menezes & Costa, 2017). Thus, the interest in learning more about these dynamics and micro-social processes in order to collaborate in the (re)invention of open public spaces that, along with diversity, difference and inequality, benefit and include people.

## 9.5 Capturing the open public space as a hybrid, amplified and mediated reality

The ICTs foster new uses, activities and socio-spatial and communicational dynamics, but also new research tools. This, on the contrary, challenges urban planners and social scientists to capture and understand the multiple cultural connections, hybrids and socio-spatial heterogeneities, as well as the transformations provided by the mediated and virtually amplified spaces (Table 1).

Projects such as CyberParks and C3Places aim to create and acquire knowledge about these issues. For example, CyberParks helped to open a more comprehensive path to the implications of digital broadcasting in public space. As for the C3Places Project, it has a validity of the new technologies in discovering ways that, on the one hand, contribute to greater interaction between research/researcher and those who use the public space, and on the other hand, that provide a more collaborative process in the production of open public space. Both projects focus on the influence of ICTs on the configuration of new urban spaces – that we are interested in knowing and understanding –, as well as the opportunities offered by ICTs and their respective devices (smartphones, tablets, Wi-Fi connections etc.) in attracting people to the public spaces, but also in a – mediated – participation in processes associated with the production of space. This is because ICTs not only enable new opportunities for the construction of space, in the sense referred to by Low (2000), but also for the production of scientific knowledge since new mechanisms facilitate the process of collecting and analyzing information and data (examples: geo-located data, as well as tools for generating, capturing and analyzing data).

**Table 1** - Capturing the changing public space from youths: a brief framework

Analysis dimension	Variables
Moment 1   CAPTURING	
<b>Use And Appropriation Of The Urban Public Space (UPS) Practices and behaviour of UPS use and appropriation. Relationship between ICT use, UPS use and social interaction dynamics.</b>	How people use public space: What are the socio-spatial practices? What sociabilities are manifested and with whom? Influence of the use of ICTs on the behaviour of people in UPS (do behaviours/practices remain the same or change?). Frequency (day, week, month) of UPS use. Social and physical-environmental characteristics and UPS services: Relationship between practices and behaviours of UPS use and users sociodemographic characteristics. Relationship between users' sociodemographic characteristics, physical-environmental characteristics and services provided in the UPS.

<p><b>Socioespacial representations: Images and imagery related to UPS.</b>  <b>(Real) aspirations for UPS.</b>  <b>UPS needs.</b>  <b>Satisfaction with UPS.</b></p>	<p>How do people represent UPS:          How do they interpret their relationship with the city, the UPS, and between this relationship and other people?          What representation do they make of other people in the relationship they establish with the UPS?          Identification of the most attractive elements in the UPS.          Reasons for choosing the mostly used UPS.          Expectations regarding UPS:          Identification of needs.          Identification of the degree of satisfaction with space.          Expectations regarding the use of ICTs and a greater participation in decisions related to space production:          Identification of needs, suggestions and tuning of technological support tools.</p>
<p><b>Moment 2   LIVING-LABS</b></p>	
<p><b>UPS and citizenship: Practices of citizen participation. Expectations of citizen participation in urban space. UPS logics of exclusion and info-exclusion.</b></p>	<p>Participation and citizenship:          Identification of participation practices.          Identification of potential practices with digital resources (or with ICT resources).          Use of UPS, ICT and social inclusion:          Identification of UPS (potentially) excluded groups.          Identification of ICT (potentially) excluded groups.          Identification of increment aspects of social inclusion through the relationship between ICT and UPS.</p>
<p><b>Co-Creation Collaborative and participatory methodologies.</b></p>	<p>Development of interactive perspectives of approach and design of urban design and planning proposals:          Design of new study methodologies.          Co-conception of intervention proposals.          Definition of axes for public policies development.</p>

Source: Menezes and Costa adaptation, 2017

On the other hand, digital technology enables a mediated interaction with a supposed user of the space and this possibility of interaction is at the heart of the C3Places Project, especially in the case of a study being carried out in Lisboa. This study is intended to know and understand, from Living Labs with adolescents-students in a secondary school in the city, the role of public space in the city and its daily practices of use, appropriation and representation of the city. *Living Labs* provided an environment of discussion and creation that, however, was conducive to the invention and experimentation, by these young people, of new and different tools for reflection and learning and production of urban space. While using new technologies, the C3Places Project aims to create more participatory socio-digital dynamics, collaborating to raise awareness about the possibility of producing urban space from a more democratic process. Yet, a challenge remains: to find out if the advantages of digital technologies are indeed a contri-

bution to making the process of production and transformation of urban space more democratic, specifically in the face of situations of socio-spatial inequality and digital exclusion.

However, the approach adopted in the context of the Lisboa case study, on the one hand, has made it possible to know and understand a little better the practices, needs, interests and representations of young people in relation to urban space, especially public and open ones. On the other hand, it has contributed to stimulating certain processes, uses and social interactions in public spaces, which young people little considered, as well as contributing to the creation of awareness about the urban public space, previously weakly manifested.

## 9.6 Final considerations

With the issues discussed here, it is proposed to (re)think a space anthropology perspective that takes into account the processes of transformation of the city from the dialectic relation amongst space and society, from the connection in processes of production and construction of the urban space, and from the three-tense framing (past, present and future) and three scales (inherited, daily and projected space). In this perspective, along with the importance of morphology study to the urban space comprehension, as well for the urban planning and urban design, it is important to understand the socio-spatial practices related to the use, appropriation and representation of space. Here, a changing urban public space anthropology can contribute. Public space is, therefore, considered here as a context of connection among urban spaces, where multiple and complex relations are verified. A space whose knowledge of its characteristics and socio-spatial dynamics is fundamental to understanding the complexity of urban society better. Anthropology, from a careful reading of the social micro-processes of continuation, innovation and adaptation to space, can collaborate in the consolidation of new ways of



thinking and acting with and in the city. It can also help to highlight the issues of adaptability, flexibility and resilience in the field of (re) invention of urban planning practices.

## References

- Almeida, I., Menezes, M, Smaniotto Costa, C. & Solipa Batista, J. (2018, 5 de maio). Adolescentes, tecnologias digitais e espaço público urbano: experiências com um Living Lab em Lisboa. In 4.º ENCONTRO SOBRE JOGOS E MOBILE LEARNING, Coimbra. *Anais...* Coimbra: Universidade de Coimbra, p. 174-180. Retrieved from <http://hdl.handle.net/10316/48542>.
- Bettanini, T. (1982). *Espaço e Ciências Humanas*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Biase, A. (2012). Por uma postura antropológica de apreensão da cidade contemporânea. *Redobra*, n. 10, p. 190-206. Retrieved from [http://www.redobra.ufba.br/wp-content/uploads/Redobra\\_10\\_23.pdf](http://www.redobra.ufba.br/wp-content/uploads/Redobra_10_23.pdf).
- Bonetti, M. (1994). *Habiter: le bricolage imaginaire de l'espace*. Paris: Hommes et Perspectives Épi.
- Carr, S., Francis, M., Rivlin, L. & Stone, A. M. (1995). *Public Space*. USA: Cambridge University Press.
- Choay, F. (2006). *Pour une anthropologie de l'espace*. Paris: Seuil.
- Da Matta, R. (1991). *A casa e a rua*. Rio de Janeiro: Editora Guanabara.
- Edensor, T. (1998). The culture of the Indian street. In FYFE, N. R. (Ed.). *Images of the Street: planning, identity and control in public space*. London: Routledge, 205-221.
- Guerra, I. (2011). As políticas de habitação em Portugal: à procura de novos caminhos. *Cidades, Comunidades e Territórios*, n. 22, 41-68.
- Hampton, K. N. & Guota, N. (2008). Community and social interaction in the Wireless City: Wi-Fi use in public and semi-public spaces. *New Media & Society*, v. 10(6), 831-850.
- Lévy, F. P. & Ségaud, M. (1983). *Anthropologie de l'espace*. Paris: Centre Georges Pompidou, Centre de Création Industrielle (CCI).
- Low, S. M. (2000a). *On the Plaza: the politics of public space and culture*. Austin: University of Texas Press.

- Low, Setha M. (2000b). Cultura in the modern city: the microgeographies of gender, class, and generation in the Costa Rican plaza. In *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, n. 13, Ano 6, UFRGS, 31-64. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-71832000000100003>.
- Magnani, J. G. (2000). *Rua, símbolo e suporte da experiência urbana*. Retrieved from <http://www.aguaforte.com/antropologia/Rua.htm>.
- Menezes, M. (2012). Cultural diversity scenarios at the urban public space. The case of Mouraria neighbourhood (Lisbon). In ATAS DO EUROPEAN SYMPOSIUM ON RESEARCH IN ARCHITECTURE AND URBAN DESIGN – EURAU, 2012, Porto. *Anais...* Porto: FA-UP. September, 12-15.
- Menezes, M. & COSTA, C. S. (2017). People, public space, digital technology and social practice: an ethnographic approach. In ZAMMIT A.; KENNA, T. (Eds.) *ICity - Enhancing spaces through technology*. Culture & Territory Series, 2018, Portugal. *Anais...* Lisbon: Edições Lusófonas, 167-180.
- Ségaud, M. (2009). Espace. In STÉBÉ, J.; MARCHAL, H. *Traité sur la ville*. (Hors Collection). Paris: Presses Universitaire de France – PUF, 259-302.
- Ségaud, M. (2010). *Anthropologie de l'espace: habiter, fonder, distribuer, transformer*. 2.<sup>a</sup> ed. Paris: Armand Colin.
- Serpa, A. (2007). *O espaço público na cidade contemporânea*. São Paulo: Contexto.
- Silvano, F. (1997). *Territórios da identidade*. Oeiras: Celta Editora.
- Silvano, F. (2001). *Antropologia do espaço: uma introdução*. Oeiras: Celta Editora.
- Smaniotto Costa, C. & Schmitz, R. M. (2013). As modernas tecnologias de informação e comunicação e o espaço público. Explorando as fronteiras de uma nova relação. *Revista de Geografia e Ordenamento do Território*, Centro de Estudos de Geografia e Ordenamento do Território (CEGOT), n. 3, 197-229.
- Šuklje Erjavec, I. (2010). Designing an urban park as a contemporary user-friendly place. In MARUŠI, G.; NIKŠI, B. M. (Eds). *Human Cities: celebrating public space*. Oostkamp: Stichting Kunstboek, 39-51.
- Telles, V. (2010). *A cidade nas fronteiras do legal e ilegal*. Belo Horizonte: Argumentum.
- Thompson, C. W. (2002). Urban open space in the 21st Century. *Journal Landscape and Urban Planning*, v. 60(2), 59-72.
- Whyte, W. (1980). *The social life of small urban spaces*. Washington, DC: The Conservation Foundation.
- Zukin, S. (1996). *The cultures of cities*. Oxford: Blackwell.

# About the authors

**Antonio Colchete Filho**

*antonio.filho@ufff.br*

Architect and Urbanist. PhD in Social Sciences. Researcher PQ-CNPq. Full Professor at Federal University of Juiz de Fora, Brazil.

**Carina Folena Cardoso**

*carinafolena@gmail.com*

Architect and Urbanist. PhD in Urbanism. Adjunct professor at Federal University of Goiás, Brazil.

**Carlos Smaniotto Costa**

*smaniotto.costa@ulusofona.pt*

Landscape Architect. PhD in Urban and Environmental Planning. Professor at Lusófona University, Portugal.

**Daniela Pereira Almeida**

*daniela.almeidap@gmail.com*

Architect and Urbanist. Master in Built Environment. Researcher at Federal University of Juiz de Fora, Brazil.

**Ethel Pinheiro**

*ethel@fau.ufrj.br*

Architect and Urbanist. PhD in Architecture. Adjunct professor at Federal University of Rio de Janeiro, Brazil.

**Frederico Braidá**

*frederico.braidá@ufff.br*

Architect and Urbanist. PhD in Design. Associate professor at Federal University of Juiz de Fora, Brazil.

**Isabela de Mattos Ferreira**

*belawang@gmail.com*

Designer. PhD in Design. Researcher at Federal University of Juiz de Fora, Brazil.

**José Gustavo Francis Abdalla**

*gustavo.francis@ufff.br*

Architect and Urbanist. PhD in Production Engineer. Full Professor at Federal University of Juiz de Fora, Brazil.

**Juliana Simili de Oliveira**

*juliana.simili@ufff.br*

Architect and Urbanist. PhD in Architecture. Adjunct professor at Federal University of Juiz de Fora, Brazil.

**Juliana Varejão Giese**

*varejaoj@gmail.com*

Architect and Urbanist. Master in Built Environment. Researcher at Federal University of Juiz de Fora, Brazil.

**Klaus Chaves Alberto**

*klaus.alberto@ufff.br*

Architect and Urbanist. PhD in Urbanism. Researcher PQ-CNPq. Associate professor at Federal University of Juiz de Fora, Brazil.

**Larissa Loures Mendes**

*larissalouresmendes@gmail.com*

Nutricionist. PhD in Nursing. Adjunct professor at Federal University of Minas Gerais, Brazil.

**Leila El Zeenni**

*mm189@aub.edu.lb*

Undergraduate student in Architecture. Researcher at American University of Beirut, Lebanon.

**Lilian Fessler Vaz**

*lilianfv@gmail.com*

Architect and Urbanist. PhD in Architecture and Urbanism. Researcher PQ-CNPq. Associate professor at Federal University of Rio de Janeiro, Brazil.

**Lucia Maria Sá Antunes Costa**

*lucialice@gmail.com*

Architect and Urbanist. PhD in Landscape Design. Researcher PQ-CNPq. Full Professor at Federal University of Rio de Janeiro, Brazil.

**Mariane Garcia Unanue**

*mariane.unanue@ufff.br*

Architect and Urbanist. PhD in Architecture. Adjunct professor at Federal University of Juiz de Fora, Brazil.

**Marluci Menezes**

*marluci@lnec.pt*

Geographer. PhD in Social and Cultural Anthropology. Senior Researcher at National Laboratory of Civil Engineering, Portugal.

**Mehran Madani**

*mm189@aub.edu.lb*

Engineer. PhD in Design. Assistant professor at America University of Beirut, Lebanon.

**Tara Kanj**

*mm189@aub.edu.lb*

Undergraduate student in Architecture. Researcher at American University of Beirut, Lebanon.

**Tim Waterman**

*tim.waterman@ucl.ac.uk*

Landscape Architect. PhD in Landscape Architecture. Professor of Landscape Theory at The Bartlett School of Architecture, University College London, UK

**Vera Lúcia Moreira dos Santos Nojima**

*nojima@puc-rio.br*

Designer. PhD in Architecture and Urbanism. Associate professor at Pontifical Catholic University of Rio de Janeiro.

**Ying Li**

*yli11@glos.ac.uk*

Architect and Landscape Designer. PhD in Urbanism and Landscape design. Professor at University of Gloucestershire, UK.